



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**ALINE OLIVEIRA DA SILVA**

**DA TEOLOGIA DA ENXADA AO MST: CONFLITOS,  
(RE)OCUPAÇÕES E AS EXPERIÊNCIAS DE REFORMA AGRÁRIA  
DO PEBA E DO LAMEIRÃO, DELMIRO GOUVEIA, ALAGOAS,  
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO, 1982-1989.**

Maceió/AL  
Dezembro/2021

**ALINE OLIVEIRA DA SILVA**

**DA TEOLOGIA DA ENXADA AO MST: CONFLITOS, (RE)OCUPAÇÕES E AS  
EXPERIÊNCIAS DE REFORMA AGRÁRIA DO PEBA E DO LAMEIRÃO,  
DELMIRO GOUVEIA, ALAGOAS, SERTÃO DO SÃO FRANCISCO, 1982-1989.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, como um dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. José Vieira da Cruz

Maceió/AL  
Dezembro/2021

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**

Bibliotecário: Cláudio César Temóteo Galvino – CRB4/1459

S586d Silva, Aline Oliveira da.  
Da teologia da enxada ao MST: conflitos, (re)ocupações e as experiências de reforma agrária do Peba e do Lameirão, Delmiro Gouveia, Alagoas, Sertão do São Francisco, 1982-1989 / Aline Oliveira da Silva. – 2021.  
222 f.: il.

Orientador: José Vieira da Cruz.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 189-209.  
Anexos: f. 210-222.

1. Reforma agrária. 2. Assentamento. 3. Peba e Lameirão - Alagoas. I. Título.

CDU: 981(813.5):332.021.8

## Folha de Aprovação

**ALINE OLIVEIRA DA SILVA**

**DA TEOLOGIA DA ENXADA AO MST: CONFLITOS, (RE)OCUPAÇÕES E AS EXPERIÊNCIAS DE REFORMA AGRÁRIA DO PEBA E DO LAMEIRÃO, DELMIRO GOUVEIA, ALAGOAS, SERTÃO DO SÃO FRANCISCO, 1982-1989.**

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 06 de dezembro de 2021.



Prof. Dr. Jose Vieira da Cruz (Orientador)  
Universidade Federal de Sergipe

### **Banca Examinadora:**



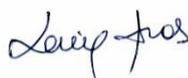
Prof. Dr. Pedro Lima Vasconcellos (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Alagoas



Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Sergipe



Prof. Dr. Cícero Ferreira de Albuquerque (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Alagoas



Prof.ª Dr.ª Lina Maria Brandão de Aras (Examinadora Externa)  
Universidade Federal da Bahia

## ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Nº 06/2021

Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, às 14:00 horas, por videoconferência, reuniu-se a banca examinadora designada para arguir a dissertação de mestrado de Aline Oliveira da Silva sob o título: “Da teologia da enxada ao MST: Conflitos, (re)ocupações e as experiências de reforma agrária do Peba e do Lameirão, Delmiro Gouveia, Alagoas, sertão do São Francisco, 1982-1989”, sendo a referida banca constituída pelos professores: Dr. Jose Vieira da Cruz (Orientador), Dr. Pedro Lima Vasconcellos – UFAL (Examinador Interno), Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá – UFS (Examinador Externo), Dr. Cícero Ferreira de Albuquerque – UFAL (Examinador Externo), Dr.<sup>a</sup> Lina Maria Brandão de Aras – UFBA (Examinadora Externa).

Após a avaliação, a Banca deliberou pela:

**Aprovação, com indicação, pela originalidade do trabalho, para publicação.**

Reprovação



Prof. Dr. Jose Vieira da Cruz (Orientador)  
Universidade Federal de Sergipe



Prof. Dr. Pedro Lima Vasconcellos (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Alagoas



Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Sergipe



Prof. Dr. Cícero Ferreira de Albuquerque (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Alagoas



Prof.ª Dr.ª Lina Maria Brandão de Aras (Examinadora Externa)  
Universidade Federal da Bahia

Maceió, 06 de dezembro de 2021

Aos(às) trabalhadores(as) rurais sem terra que semearam organizações sociais e políticas para o acesso a terra, a cidadania e a justiça social.  
À Francisco das Chagas, Silvana Soares, Marcondes, Dona Lierge, José Benedito e Joel Gomes, presentes!

## AGRADECIMENTOS

A etimologia da palavra gratidão vem do latim *gratus*, que significa “estar agradecido”, que também deriva de *gratia*, que quer dizer “graça”. Ao longo dos caminhos percorridos para a constituição desta dissertação, diversos sujeitos contribuíram no processo de semeadura e adubação, que resultou no florescimento deste trabalho. Dessa forma, quero aqui dedicar este momento ao exercício de ser grata aos que, à sua maneira, ajudaram a lavar este processo. Ao escrever esta parte da dissertação, rememorei diversos momentos, pelos quais sou grata e orgulhosa de tê-los em guarda. Agradeço aos que se fizeram abrigo e morada tranquila, aos que chegaram, mas também àqueles que se foram. Cada um, do seu jeito, deixou ensinamentos e vivências neste capítulo da minha vida.

Sou grata aos meus familiares — pais, irmãs, avós, primos(as), tias(os) — pelo apoio e compreensão por conta da minha ausência física nos almoços familiares, celebrações e matrimônios, assim como a confiança sempre depositada sobre os meus sonhos. Aos meus companheiros(as): Gustavo, Lucas, Nicole, Hellen, Adson e Alana, da Brigada de Trabalho de Base Urbana, por deixarem Maceió mais acolhedor e habitável, além de terem proporcionado novos horizontes e encontros com diversos sertanejos(as) que migraram para Maceió, expulsos do campo no processo de mecanização da agricultura na década de 1970 e 1980. Nestes vários territórios urbanos, encontrei verdadeiros redutos de resistência de extralaboradores(as) rurais e tive a oportunidade de adquirir e compartilhar saberes e esperanças.

Às minhas queridas amigas Ellen e Andreza, dou graças e celebro por termos cruzado os caminhos. Ellen, especialmente, foi um dos abrigos nessa jornada, foi acalento, firmeza e farol quando se fez necessário. Além disso, foi responsável pelos sabores e temperos que alimentaram o corpo e a alma. Andreza foi escuta atenta, mesmo longe fisicamente se fez presente a cada momento de autocuidado. Às minhas amigas, agradeço cotidianamente pela partilha da vida.

Agradeço aos colegas e professores(as) do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), pelas discussões e leituras plurais tecidas, mesmo com os desafios pelos quais a universidade pública tem passado neste atual presente histórico. À Krystilla e Igor, sou grata pela persistência construída e pela responsabilidade da pesquisa advinda do processo de interiorização das Universidades Federais. Também à Vanessa, pela solicitude em diversas situações burocráticas da universidade. Ressalto que todas as turmas

precisam de uma representante como ela. Em particular, agradeço aos professores(as) Irinéia e Wellington, por romperem, mesmo que parcialmente, alguns muros da Universidade, deixando-a mais popular ao aspiram à organização social nos territórios urbanos e rurais, minha gratidão!

Aos professores(as) que compuseram a banca de qualificação e defesa da dissertação, a Profa. Lina Aras, Prof. Fernando Sá, Prof. Pedro Vasconcelos e Prof. Cícero Albuquerque, agradeço o aceite do convite para participarem da apreciação da pesquisa, ao tempo dedicado à leitura e às considerações teóricas e metodológicas apontadas, às exposições precisas, aprumaram os alicerces do trabalho, além de guiarem novos rumos.

Ao meu orientador Prof. José Vieira, sou infinitamente grata, pois desde 2014 lavramos coletivamente o percurso desta dissertação, um processo árduo de germinação e florescimento, oriundos da sua coerente e fundamentada orientação cotidiana. Gratidão ao prof. Vieira, pela paciência, pelo respeito com as minhas decisões e teimosias. As minhas construções profissionais e intelectuais são resultados do seu olhar atento e minucioso.

À CAPES pela concessão de bolsa de financiamento, que contribuiu para a construção da pesquisa. E à universidade pública e gratuita da qual sou fruto do processo de interiorização.

Finalmente, dou graças às forças divinas, que iluminaram sempre os meus caminhos e se fizeram presente como força interior nos abraços, nos encontros e reencontros, nos alimentos, na natureza e na luta, por ter sido materializada no esperançar cotidiano!

Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos de herança crítica, como peixe necessita da água despoluída [...] enquanto necessidade ontológica a esperança precisa de prática para torna-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim espera vã.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 5.

## RESUMO

Esta pesquisa estuda as experiências, estratégias e movimentos sociais que resultaram na criação de assentamentos procedentes de disputas fundiárias e sociais em torno da reforma agrária, no município de Delmiro Gouveia, Alagoas, Sertão do Rio São Francisco, durante a década de 1980. Experiências protagonizadas por trabalhadores(as) rurais sem terra, setores populares da Igreja Católica e movimentos sociais do campo, cujas trajetórias revelam um histórico de resistência religiosa, popular e política, balizadas por conflitos, (re)ocupações, assentamentos e mobilizações pelo direito ao acesso à terra das então fazendas Peba e Lameirão, entre 1982 e 1989. Delimitação temporal iniciada em 1982, por conta da participação dos trabalhadores rurais sem terra da região no Seminário Rural da Paraíba – proposta de evangelização inspirada na Teologia da Enxada, um desdobramento da Teologia da Libertação. Recorte estendido a 1989, quando, após um conjunto de experiências, movimentos e disputas entre os sem terras, os latifundiários e órgãos estaduais e federais, ocorreu a constituição dos assentamentos Peba e Lameirão. Objeto de estudo delineado a partir da análise da historiografia e das fontes – escritas, orais e fotográficas – disponíveis no atual presente histórico institucional, científico e de pandemia. Nesse contexto, foram coletadas, registradas e analisadas entrevistas junto aos participantes das referidas experiências, com uso da metodologia da história oral; analisados jornais, informativos e impressos – de comunicação popular; discutidos registros fotográficos de acervos pessoais de assentados(as) e da Associação Cooperativa do Assentamento Lameirão (ACAAL); e, em particular, examinados as correspondências, relatórios, documentos cartoriais e outros registros estatais, públicos e oficiais produzidos, coletados e/ou enviados ao Sistema Nacional de Informações (SNI) que, conferiu atenta vigilância institucional a questão agrária e social. Assim, esse estudo descortina a teia de relações cultivadas pelos(as) sem terra junto às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Pastoral Rural, Sindicatos dos Trabalhadores/Trabalhadoras Rurais (STTRs) e junto as centrais sindicais e movimentos, a exemplo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em síntese, a análise desse contexto, experiências e movimentos ampliam a compreensão de como os(os) trabalhadores(as) rurais sem terra construíram, em seu fazer-se, estratégias de resistência, pertencimento e consciência social tecidos na luta pelo direito a terra. Experiências que resultaram na formação dos assentamentos Peba e Lameirão. Primeiros territórios de reforma agrária, pós constituição de 1988, constituídos a partir das mobilizações sociais do campo no sertão de Alagoas, próximo ao Rio São Francisco. Territórios, trajetórias e percursos fecundos de sementes e cultivos dos movimentos sociais do campo na luta pelo direito a terra, contra o latifúndio e em prol da reforma agrária.

**Palavras-chave:** Reforma agrária; assentamento; Alagoas; Peba e Lameirão.

## RESUMEN

Esta investigación estudia las experiencias, estrategias y movimientos sociales que dieron lugar a la creación de asentamientos resultantes de las disputas sociales y por la tierra en la reforma agraria en el municipio de Delmiro Gouveia, Alagoas, Sertão do Rio São Francisco, durante la década de 1980. Experiencias protagonizadas por los trabajadores rurales sin tierra, los sectores populares de la Iglesia Católica y los movimientos sociales rurales, cuyas trayectorias revelan una historia de resistencia religiosa, popular y política, marcada por los conflictos, las (re)ocupaciones, los asentamientos y las movilizaciones por el derecho de acceso a la tierra en las haciendas Peba y Lameirão entre 1982 y 1989. La delimitación temporal comenzó en 1982, cuando los trabajadores rurales sin tierra de la región participaron en el Seminario Rural de Paraíba, una propuesta de evangelización inspirada en la Teología de la Azada, una rama de la Teología de la Liberación. El corte hasta 1989, cuando, tras una serie de experiencias, movimientos y disputas entre los sin tierra, los terratenientes y los órganos estatales y federales, se establecieron los asentamientos de Peba y Lameirão. Objeto de estudio delineado a partir del análisis de la historiografía y de las fuentes -escritas, orales y fotográficas- disponibles en la historia institucional, científica y pandémica actual. En este contexto, se recogieron, grabaron y analizaron entrevistas con participantes en las experiencias mencionadas, utilizando la metodología de la historia oral; se analizaron periódicos, materiales informativos e impresos - de comunicación popular; se analizaron registros fotográficos de las colecciones personales de los pobladores y de la Asociación Cooperativa del Asentamiento del Lameirão (ACAAL); y, en particular, la correspondencia, los informes, los documentos notariales y otros registros estatales, públicos y oficiales producidos, recogidos y/o enviados al Sistema Nacional de Información (SNI) que confirieron una atenta vigilancia institucional a la cuestión agraria y social. Así, este estudio descubre la red de relaciones que cultivan los sin tierra con las Comunidades Eclesiales de Base (CEBs), la Pastoral Rural, los STTRs (sindicatos de trabajadores rurales), las centrales sindicales y los movimientos, como la CUT (Central Única de Trabajadores) y el MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). En síntesis, el análisis de este contexto, de las experiencias y de los movimientos amplía la comprensión de cómo los trabajadores rurales sin tierra han construido, en el hacer de sí mismos, estrategias de resistencia, de pertenencia y de conciencia social tejidas en la lucha por el derecho a la tierra. Experiencias que dieron lugar a la formación de los asentamientos de Peba y Lameirão. Los primeros territorios de la reforma agraria, después de la Constitución de 1988, se constituyeron sobre la base de movilizaciones sociales en el campo del sertão de Alagoas, cerca del río São Francisco. Territorios, trayectorias y caminos fructíferos de semillas y cultivos de los movimientos sociales del campo en la lucha por el derecho a la tierra, contra el latifundio y por la reforma agraria.

Palabras clave: Reforma agraria; asentamiento; Alagoas; Peba y Lameirão.

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> : Mesorregiões de Alagoas .....	62
<b>Mapa 2</b> : Mapa Político de Alagoas (Pastoral Rural) – 1986 .....	72
<b>Mapa 3</b> : Mapa Agrário de Alagoas (Pastoral Rural) – 1986 .....	73
<b>Mapa 4</b> : Área do conflito da Fazenda Peba em 1986 .....	126
<b>Mapa 5</b> : Área aproximada do acampamento Peba em 1988 e do conflito em 1986 .....	152
<b>Mapa 6</b> : Localização dos assentamentos Peba e Lameirão .....	174

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** : Registro do estudo bíblico realizado pela Forania, no município de Inhapi, coordenado pelas freiras Gê e Cecília Sodero Pousa, em 20/08/1989. .... 70
- Figura 2** : Trabalhadores(as) da Fazenda Peba se deslocando para a delegacia Regional de Delmiro Gouveia, meados de agosto de 1987, acompanhados por policiais a sua frente. .... 140
- Figura 3** : Trabalhadores(as) da Fazenda Peba na escadaria em frente à Delegacia Regional de Delmiro Gouveia, após negociação com autoridades, meados de agosto de 1987..... 142
- Figura 4** : Entrada do acampamento Peba, meados de março de 1988 ..... 153
- Figura 5** : Organização dos barracos no acampamento Peba, meados de março de 1988 .... 154
- Figura 6** : Visita das freiras da paróquia de Delmiro Gouveia ao local destinado ao plantio no acampamento Peba, em meados de março de 1988..... 156
- Figura 7** : Acampamento na Praça Centenário Maceió, 26 de setembro a 18 outubro de 1988 ..... 163
- Figura 8**: Último dia do acampamento na Praça Centenário, 18 de outubro de 1988..... 166
- Figura 9**: Reunião com as famílias do Lameirão, a comissão do STTR/Inhapi e a freira Cecília, 1989..... 182

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABRA</b>	Associação Brasileira de Reforma Agrária
<b>ACR</b>	Associação Cristã Ruralista
<b>ACAAL</b>	Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Lameirão
<b>AN</b>	Arquivo Nacional
<b>AN/FSNI</b>	Arquivo Nacional/ Fundo Serviço Nacional de Segurança e Informação
<b>AN/FSAEPR</b>	Arquivo Nacional/Fundo Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.
<b>AP</b>	Ação Popular
<b>ARENA</b>	Aliança Renovadora Nacional
<b>CEBs</b>	Comunidades Eclesiais de Base
<b>CELAM</b>	Conselho Episcopal Latino-Americano
<b>CEM</b>	Centro de Estudos Migratórios
<b>CGT</b>	Central Geral dos Trabalhadores
<b>CIMI</b>	Conselho Indigenista Missionário
<b>CNBB</b>	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
<b>CONCLAT</b>	Conferência Nacional dos Trabalhadores
<b>COPPABCS</b>	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas Banco Comunitário de Se mentes
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>CUT</b>	Central Única dos Trabalhadores
<b>EMATER</b>	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>EPEAL</b>	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Alagoas
<b>ETR</b>	Estatuto do Trabalhador Rural
<b>FUNRURAL</b>	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
<b>FETAG</b>	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas
<b>GEPHISC</b>	Grupo de Estudo e de Pesquisa em História, Sociedade e Cultura
<b>INAMPS</b>	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>ITERAL</b>	Instituto de Terras de Alagoas
<b>ITER</b>	Instituto de Teologia do Recife

<b>JAC</b>	Juventude Agrária Católica
<b>JEC</b>	Juventude Estudantil Católica
<b>JOC</b>	Juventude Operária Católica
<b>JST</b>	Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>JUC</b>	Juventude Universitária Católica
<b>MAC</b>	Movimento de Adolescentes e Crianças
<b>MER</b>	Movimento de Educação Rural
<b>MIRAD</b>	Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrário
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>NUPEDS</b>	Núcleo de Pesquisa, Extensão e Documentação do Sertão
<b>OAB</b>	Ordem dos Advogados do Brasil
<b>OMS</b>	Organização Mundial de Saúde
<b>PAPP</b>	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
<b>PCB</b>	Partido Comunista Brasileiro
<b>PIBIC</b>	Programa Institucional de Bolsas e Iniciação Científica
<b>PPGH</b>	Programa de Pós-Graduação em História
<b>PFL</b>	Partido da Frente Liberal
<b>PMDB</b>	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
<b>PNRA</b>	Plano Nacional de Reforma Agrária
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>PSB</b>	Partido Socialista Brasileiro
<b>PRORURAL</b>	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
<b>SERENE</b>	Seminário Regional Nordeste
<b>SEAGRI</b>	Secretaria de Agricultura
<b>SAR</b>	Serviço de Assistência Rural
<b>SORAL</b>	Serviço de Orientação Rural de Alagoas
<b>SNI</b>	Sistema Nacional de Informações
<b>STTR</b>	Sindicato dos Trabalhadores/Trabalhadoras Rurais
<b>TDA</b>	Título da Dívida Agrária
<b>UDR</b>	União Democrática Ruralista
<b>UNE</b>	União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>2. DA IGREJA CATÓLICA AOS MOVIMENTOS SOCIAIS: FORMAÇÃO POLÍTICA, IDENTIDADE E REFORMA AGRÁRIA</b>	<b>35</b>
<b>2.1. Catolicismo Popular, Teologia da Libertação e Teologia da Enxada</b>	<b>35</b>
2.1.1. Os significados do catolicismo popular no sertão	37
2.1.2. A Igreja Católica na segunda metade do século XX	43
2.1.3. A Teologia da Libertação	48
2.1.4. A resistência popular em tempos autoritários	52
2.1.5. Teologia da Enxada no sertão nordestino	55
<b>2.2. Pastoral Rural, CEBs e o Seminário Rural</b>	<b>60</b>
2.2.1. Da Teologia da Enxada à Pastoral Rural	60
2.2.2. Entre as CEBs e a Forania	67
2.2.3. O Seminário Rural da Paraíba	79
<b>2.3. Da Moderna-conservadora Agricultura ao Novo Sindicalismo</b>	<b>83</b>
2.3.1. A moderna-conservadora agricultura brasileira	83
2.3.2. Sindicalismo rural em tempos de ditadura civil-militar	87
2.3.3. O novo sindicalismo rural	91
<b>3. EM TORNO DA REFORMA AGRÁRIA: STTR, CUT E MST</b>	<b>96</b>
<b>3.1. Abertura política, redemocratização e os movimentos sociais do campo</b>	<b>96</b>
3.1.1. Da CONCLAT à CUT/Alagoas	98
3.1.2. O MST: surgimento, direção e rumos	102
3.1.3. Debates, disputas e mobilizações em torno do PNRA	107
<b>3.2. Nova República, o MST/Alagoas e o <i>Jornal Sem Terra</i></b>	<b>112</b>
3.2.1. Alagoas no Movimento: bem-vindo(a)s companheiro(a)s...	115
3.2.2. De Boletim Informativo à <i>Jornal do Movimento</i>	118
3.2.3. Registros do Movimento no <i>Jornal Sem Terra</i> (JST)	119
<b>3.3. Peba: uma experiência de resistência</b>	<b>122</b>
3.3.1. A Fazenda Peba, arrendamento e conflito	122
3.3.2. Ocupar a terra é um direito	128
3.3.3. Um olho na ocupação e o outro na Assembleia Constituinte	131
<b>3.4. A ocupação da Fazenda Peba</b>	<b>133</b>
3.4.1. O <i>Informativo dos(as) Trabalhadores(as) da Fazenda Peba</i>	134
3.4.2. “Posseiro leva é chumbo”	136
3.4.3. Enfrentado à polícia	138
<b>4. DA REOCUPAÇÃO AOS ASSENTAMENTOS PEBA E LAMEIRÃO</b>	<b>147</b>

<b>4.1. Reocupação, cultura e resistência</b>	<b>147</b>
4.1.1. Da desarticulação à reocupação	147
4.1.2. Acampamento, costumes e cotidiano	152
4.1.3. Do Sertão do São Francisco à Maceió	158
<b>4.2. Entraves, desafios e avanços na negociação</b>	<b>159</b>
4.2.1. A ocupação do MIRAD	162
4.2.2. Entre o MIRAD e a Praça Centenário	163
4.2.3. O espaço reduzido da Fazenda Peba	164
<b>4.3. O Lameirão: às margens do São Francisco</b>	<b>168</b>
4.3.1. Ocupar, resistir e produzir	174
4.3.2. Acirramento das ameaças, perseguição e violência	177
4.3.3. Da ocupação para o Assentamento	180
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>185</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>189</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>210</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A luta pela terra de modo geral, especificamente no sertão de Alagoas, ela é uma luta política e ideológica, porque nós temos duas concepções: o pequeno, o pequeno agricultor, o sem terra, o assalariado, o pescador, todos estes pequenos, de um lado, querendo sobreviver economicamente e, nós temos, por outro lado, o capital, o grande empresário, que quer cada vez mais explorar. Então, é uma luta de classe, [...] a luta pela terra tem o significado de justiça social.<sup>2</sup>

Segundo líderes do MST, os sem terra decidiram ocupar a fazenda [Peba] por conta do desmoronamento do Plano Nacional de Reforma Agrária e porque estavam desiludidos com o governo estadual que não cumpre as suas promessas. Para os trabalhadores a necessidade da terra é para hoje... [já para] o governo [federal e estadual], ao que demonstra, não está disposto a fazer uma reforma agrária que atenda os interesses da classe trabalhadora.<sup>3</sup>

A primeira fala em epígrafe registra a narrativa de José Cazuzza Ferreira de Oliveira – sertanejo de Inhapi, participante da experiência formativa da Teologia da Enxada fomentada no Seminário Rural da Paraíba e ativista do novo sindicalismo rural e das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado de Alagoas no curso da década de 1980 – sobre a necessidade, significado e urgência da reforma agrária para os(as) trabalhadores(as) sem terra em Delmiro Gouveia, Alagoas, Sertão do São Francisco, no contexto de transição da ditadura civil-militar para o período da Nova República. Na citação, enfatiza-se o problema do acesso à terra, das condições de sobrevivência econômica e da necessidade dos(as) trabalhadores(as) sem terra,<sup>4</sup> assalariados, desempregados e pequenos agricultores, pescadores tradicionais e ribeirinhos atingidos por barragens na região do Baixo do Rio São Francisco, na fronteira dos estados de Alagoas, Sergipe, Bahia e Pernambuco<sup>5</sup> de resistirem, mobilizarem-se e enfrentarem o latifúndio, o capital e o poder político e econômico estabelecido.

<sup>2</sup> OLIVEIRA, José Cazuzza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 09/02/2016.

<sup>3</sup> JST. Sem terra ocupam fazenda. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 71, ano VIII, mar.1988, p. 9.

<sup>4</sup> A utilização da grafia sem hífen corresponde à identidade construída pelos(as) trabalhadores rurais organizados socialmente em torno da luta pela democratização do acesso à terra a partir das estratégias e ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ver a respeito em: CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 20.

<sup>5</sup> Ver a respeito em: Comitê da bacia hidrelétrica do Rio São Francisco. A região do Baixo São Francisco. Disponível em < [https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/cbhsf\\_blog/a-regiao-do-baixo-sao-francisco](https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/cbhsf_blog/a-regiao-do-baixo-sao-francisco) > acesso em 16/07/2021.

Em diálogo com essa narrativa, o trecho extraído do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (JST) relata a ocupação da Fazenda Peba, que aconteceu como consequência do conflito entre trabalhadores(as) sem terra e um latifundiário da região. A notícia destaca a insatisfação dos participantes dos movimentos sociais do campo em relação à lenta, morosa e pouco célere execução do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA),<sup>6</sup> em virtude do não empenho do Governo Federal sob a presidência de José Sarney de Araújo Costa (21/04/1985 a 15/03/1990) e das administrações estaduais, no caso de Alagoas sob o governo de Fernando Collor de Melo (15/03/1987 a 14/05/1989). Um contexto marcado por mobilizações em prol da redemocratização, por uma nova constituição e por uma intensa rearticulação dos movimentos sociais nas cidades e no campo – dentre os quais, merece atenção o surgimento do MST e de sua participação junto ao debate sobre o I PNRA.<sup>7</sup>

A partir desta temática – da atuação dos movimentos sociais do campo e das mobilizações pela reforma agrária no contexto de experiências da transição da ditadura para a Nova República – a presente pesquisa tem como objetivo estudar os conflitos fundiários, as (re)ocupações e experiências/movimentos sociais e políticos dos(as) trabalhadores(as) rurais sem terra, que resultaram na criação dos assentamentos de reforma agrária Peba e Lameirão em Delmiro Gouveia, Alagoas, Sertão do Baixo do Rio São Francisco entre os anos de 1982 a 1989.

Esse recorte temporal, que toma como ponto de partida o ano de 1982 quando, segundo a narrativa de Manoel de Aguiar Correia – integrante das Comunidade Eclesiais de Base (CEBs) e do Sindicato dos Trabalhadores/Trabalhadoras Rurais (STTR) de Inhapi – dois trabalhadores do mencionado município, Genivaldo Vieira da Silva e José Cazuza Ferreira de Oliveira, participaram do Seminário Rural da Paraíba e tiveram as primeiras experiências formativas junto às premissas da Teologia da Enxada.<sup>8</sup> O referido Seminário, estruturado a partir dos pressupostos da Teologia da Libertação e sob a influência do Padre Joseph Comblin – religioso cujas experiências no cenário da América Latina junto às CEBs, à Pastoral Rural, aos sindicatos e aos movimentos sociais do campo – foi importante, decisivo e significativo no processo de formação das comunidades, movimentos e experiências envolvidas com a reforma agrária.

---

<sup>6</sup> MOREIRA, Ruy. O plano nacional da reforma agrária em questão. *Terra Livre*, São Paulo: AGB, n. 1, p. 06-77, 1986.

<sup>7</sup> FLEURY, Renato Ribeiro. *Reforma Agrária e Estrutura Fundiária no Brasil: uma análise a partir do I Plano Nacional de Reforma Agrária*. Dissertação de mestrado em Economia. Araraquara: UNESP, 2015, p. 13.

<sup>8</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

Tal recorte temporal foi encerrado em 1989 quando, conforme registros dos órgãos de segurança e informação – após uma longa experiência de conflitos, articulações, negociações, ocupações, reocupações e resistências – os(as) trabalhadores(as) rurais sem terra conseguiram constituir, a partir da criação dos assentamentos Peba e Lameirão, experiências de reforma agrária em Delmiro Gouveia, Alagoas, Sertão do São Francisco.<sup>9</sup>

A concretização deste horizonte de expectativa – centrado na constituição das experiências de reforma agrária dos referidos assentamentos no contexto da penúltima década do século XX – apesar de relevante, ainda é pouco estudada, compreendida e conhecida. Em termos historiográficos, os poucos estudos sobre a questão agrária e movimentos sociais do campo em Alagoas têm se debruçado acerca das experiências do litoral, zona da mata, agreste e áreas afins aos canaviais, quilombos, ribeirinhos e comunidades indígenas. Entre estes trabalhos mencionamos, os estudos de Carlos da Silva Lima,<sup>10</sup> Lúcio Vasconcelos,<sup>11</sup> Sávio de Almeida,<sup>12</sup> José Roberto Silva,<sup>13</sup> Claudemir Martins Cosme,<sup>14</sup> Cícero Albuquerque,<sup>15</sup> Lucas Lima<sup>16</sup> e entre outros.

Os três últimos pesquisadores – além de entrelaçarem discussões sobre sujeitos, experiências e movimentos sociais do campo – tem como ponto de intersecção nas suas trajetórias acadêmicas, profissionais e/ou de pesquisa fazerem parte do processo de expansão e de interiorização do ensino superior e do ensino técnico em municípios do agreste e do sertão de Alagoas nas primeiras décadas do século XXI. Nos últimos anos, como fruto deste processo de expansão e de interiorização, observou-se o despertar de estudos sobre o sertão de

<sup>9</sup> AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_H4\_MIC\_GNC\_III\_900009044\_d0001de0001.pdf., 1990, p. 1 – 2.

<sup>10</sup> LIMA, José Carlos da Silva. CPT de Alagoas: uma pastoral em movimento a serviço das famílias empobrecidas do campo. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. (org.) *et al. A questão agrária em Alagoas: índios, sem terras e canavieiros*. Maceió: CBA Editora, 2018.

<sup>11</sup> VERÇOZA, Lúcio Vasconcelos. Por detrás da fuligem dos canaviais há luta de classes. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. (org.) *et al. A questão agrária em Alagoas: índios, sem terras e canavieiros*. Maceió: CBA Editora, 2018.

<sup>12</sup> ALMEIDA, Luiz Sávio. (Org.) *et al. Terra e pastoral em Alagoas: conflito e liberdade*. Maceió: EDUFAL, 2014.

<sup>13</sup> SILVA, José Roberto. Um pouco da história do MST em Alagoas: dos começos até 2007. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. (org.) *et al. A questão agrária em Alagoas: índios, sem terras e canavieiros*. Maceió: CBA Editora, 2018.

<sup>14</sup> COSME, Claudemir Martins. *A resistência do campesinato assentado em uma formação territorial marcada pela contrarreforma agrária: da luta pela terra à luta para permanecer no território dos assentamentos rurais no Sertão alagoano*. Tese de doutorado em Geografia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

<sup>15</sup> ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. Mulher de migrante: labor e empoderamento na vida da mulher do sertão de Alagoas. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. (org.) *et al. A questão agrária em Alagoas: índios, sem terras e canavieiros*. Maceió: CBA Editora, 2018.

<sup>16</sup> LIMA, Lucas Gama et al. Agrotóxicos no Semiárido de Alagoas: agricultura química - dependente e suas contradições. *Diversitas Journal*, IFAL: Santana do Ipanema/AL, vol.4, n. 3, p.829-847, 2019.

Alagoas.<sup>17</sup> Dentre estes estudos, destacam-se pesquisas sobre movimentos sociais do campo,<sup>18</sup> comunidades quilombolas,<sup>19</sup> aldeias indígenas,<sup>20</sup> bancos comunitários de sementes,<sup>21</sup> lideranças femininas em cooperativas e no STTR de Delmiro Gouveia,<sup>22</sup> entre outros. Pesquisas com olhares e recortes contextualizados, significativos e distintos de temáticas recorrentes na historiografia sobre a região. Até então, a produção historiográfica ficava centrada na vida, empreendimentos e façanhas de Delmiro Gouveia – o coronel do algodão, “o civilizador”, o empreendedor da Fábrica e da Vila Operária da Pedra.<sup>23</sup>

Em sintonia com esta discussão, o ingresso no curso de Licenciatura em História – do Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas – aproximou-me dos debates historiográficos que estimularam a busca de temas, problemas e objetos descentrados do urbano, industrial, empresarial e/ou de objetos focados apenas nas elites estabelecidas.<sup>24</sup>

A este respeito, como observado por Raymond Williams, intelectuais metropolitanos que não conheceram o meio rural herdaram um velho desprezo pelo campo e pelo camponês. Para Williams, até mesmo intelectuais socialistas carregaram, por muito tempo, o desrespeito para com os sujeitos do campo – um reflexo dos argumentos atribuídos a Marx de que o caráter progressista do capitalismo estaria imbricado na urbanização e nas misérias por ele

---

<sup>17</sup> Ver a respeito em: GAIA, Cristina Rodrigues. *Florescendo na pedra: o ensino superior público federal em Delmiro Gouveia/ Sertão de Alagoas, 2008-2013*. Monografia de conclusão de curso em Licenciatura em História. Delmiro Gouveia: UFAL, 2014; e em: SILVA, Aline Oliveira da; CRUZ, José Vieira da. *Do assentamento à universidade: perfil do(a)s assentado(a)s da reforma agrária no Sertão do São Francisco, Delmiro Gouveia, Alagoas, 2010-2019*. In: *I Encontro Internacional de História do Sertão: A educação e os desafios contemporâneos*. Delmiro Gouveia, AL, 2020.

<sup>18</sup> COSME, Claudemir Martins. *Op. cit.*, 2019.

<sup>19</sup> SANTOS, Luciene Gomes. *Quem sou eu, quem somos nós? Conhecendo os processos identitários dos alunos da escola municipal Francisco Pereira Leite da comunidade Serra das Viúvas, Água Branca/Alagoas*. Monografia de especialização em Educação no Semiárido. Delmiro Gouveia: UFAL, 2018.

<sup>20</sup> SILVA, Carla Alves. *Um desafio Jeripancó: ensino de história na escola estadual indígena José Carapina, sertão de Alagoas, 2006-2016*. Monografia de conclusão de curso em Licenciatura em Geografia. Delmiro Gouveia: UFAL, 2017.

<sup>21</sup> SANTOS, Gileide da Silva. *As sementes crioulas como mediação do processo de resistência camponesa diante da ofensiva do capital mundializado*. Monografia de conclusão de curso em Licenciatura em Geografia. Delmiro Gouveia: UFAL, 2019.

<sup>22</sup> LIMA, Gislaíne Maria Medeiros. *Mulheres e lideranças das organizações sociais e populares de Delmiro Gouveia, Alto Sertão de Alagoas: luta feminina na Cooperativa de Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes – COPPABACS e no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR*. Artigo monográfico Licenciatura em História. Delmiro Gouveia: UFAL, 2020.

<sup>23</sup> Ver a respeito em: NASCIMENTO, Edvaldo Francisco do. *Delmiro Gouveia e o processo educacional desenvolvido no núcleo fabril da pedra, no sertão de Alagoas: (1902- 1926)*. Dissertação de mestrado em Educação. Maceió: UFAL, 2012; e em: CORREIA, Telma de Barros. Delmiro Gouveia: a construção de um mito. *Caderno de Estudos Sociais*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, vol. 12, n. 1, p. 25-62, 1996.

<sup>24</sup> Ver a respeito: BLOCH, Marc Leopoldo Benjamin. *Apologia a História, ou, o ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001; e em: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.) *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

criadas nas fábricas e nas cidades.<sup>25</sup> Deste modo, para alguns intelectuais, mesmo no campo da esquerda, não se observa no sujeito do campo o caráter de vanguarda e de participação em movimentos sociais e processos históricos.<sup>26</sup>

Em torno desse debate historiográfico, pedagógico e político, a partir do ano de 2014, na condição de bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) – financiado pela UFAL/CAPES/FAPEAL, junto ao projeto de pesquisa: “Vozes do Ser-tão nas tramas de Mnemósine: fontes orais para a História Contemporânea em Alagoas”, sob a orientação do professor José Vieira da Cruz –<sup>27</sup> comecei a estudar os registros da trajetória e das experiências de luta, posse e permanência dos(as) trabalhadores(as) sem terra do Assentamento Lameirão, em Delmiro Gouveia, Alagoas, entre 1989 e 2014. Em 2019, o mencionado projeto de iniciação científica se desdobrou em minha monografia de conclusão de curso sobre as experiências de resistência dos(as) assentados(as) do Lameirão, Delmiro Gouveia, Sertão de Alagoas, nas margens do Rio São Francisco.<sup>28</sup>

A conclusão da mencionada pesquisa suscitou uma série de outras discussões sobre como a questão agrária, os movimentos sociais e as experiências de reforma agrária dos Assentamentos Peba e Lameirão foram constituídas no curso da década de 1980 no município de Delmiro Gouveia, sertão de Alagoas. E, a partir desta problemática, quatro questionamentos ganharam forma: como os setores populares da Igreja Católica lidaram com os conflitos agrários no sertão de Alagoas nas últimas décadas do século XX? Como, no contexto de redemocratização política, os(as) trabalhadores(as) sem terra do sertão se aproximaram dos debates acerca do novo sindicalismo rural? Como, no contexto da Nova República, os(as) trabalhadores(as) sem terra se aproximaram do MST? E, como essas experiências junto à Igreja Católica, ao novo sindicalismo rural e ao MST contribuíram para

---

<sup>25</sup> WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradução Paulo Henrique Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 67.

<sup>26</sup> Ver a respeito em: CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000; em: ARROYO, Miguel G.; Bernardo Mançano Fernandes. *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999; e em: SANTOS, Ramofly Bicalho. História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. *Teias*, v. 18, n. 51, p. 210-224, 2017.

<sup>27</sup> CRUZ, José Vieira da. Vozes do Ser-tão nas Tramas de Mnemósine: fontes orais para a História Contemporânea em Alagoas. In: *Anais eletrônicos do V Encontro Nacional de História da UFAL*. Maceió: UFAL, 2013, p. 832-840.

<sup>28</sup> SILVA, Aline Oliveira da. *A luta pela terra no sertão do rio São Francisco: a experiência do assentamento Lameirão, Delmiro Gouveia, Alagoas 1989-2014*. Monografia de conclusão de curso em Licenciatura em História. Delmiro Gouveia: UFAL, 2019.

as experiências em favor da reforma agrária que ocorreram no município de Delmiro Gouveia, Alagoas, Sertão do Rio São Francisco, entre 1982 e 1989?

Além das questões mencionadas que desaguarão na temática desta pesquisa, faz-se necessário destacar a trajetória histórica e social dos meus familiares e vizinhos, sujeitos que semearam e cultivaram as experiências sociais e políticas que desembocaram na constituição dos assentamentos em estudo.<sup>29</sup> Meus pais, em particular, integram as famílias do Assentamento Lameirão. Eles, enquanto descendentes de pequenos trabalhadores(as) rurais, somaram-se ao assentamento após a sua constituição em meados da década de 1990. Desta forma, após estudar a criação e organização do Assentamento Lameirão, o meu interesse de estudo se voltou para a compreensão das raízes sociais, políticas e históricas que culminaram na experiência de reforma agrária que efetivou a criação do Assentamento Peba e do Lameirão – irmãos siameses originados do conflito, ocupação, reocupação e resistência em torno das terras da Fazenda Peba, em Delmiro Gouveia, Alagoas.

Frente a esta investigação, quatro hipóteses tomaram forma: a primeira delas corresponde aos indícios do diálogo dos(as) trabalhadores(as) sem terra da região com a Teologia da Enxada – disseminada através do Seminário Rural da Paraíba no início da década de 1980. A segunda hipótese, por sua vez, aponta a aproximação dos sindicatos rurais do sertão na construção do novo sindicalismo, em particular, com o surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em Alagoas, em meados da década de 1980. A terceira, identifica novas práticas, ações e estratégias de resistência adotadas pelos(as) trabalhadores(as) rurais do sertão de Alagoas através do diálogo com dirigentes do MST após 1985. E, por fim, a quarta hipótese sustenta que as experiências que resultaram na efetivação dos processos de reforma agrária dos Assentamentos Peba e Lameirão, no município de Delmiro Gouveia, foram cultivadas sob influência, envolvimento e coparticipação de setores populares da Igreja Católica, da CUT e do MST.

A literatura acerca da reforma agrária, enquanto campo de estudo, argumenta que ela não deve ser confundida com transformação agrária, ou seja, como mudança natural ou espontânea da estrutura fundiária de um país. Segundo Maria Castro, fazendo alusão à década de 1980, no curso da redemocratização da sociedade brasileira, as tentativas de execução do I

---

<sup>29</sup> Ao longo desta dissertação serão utilizados termos conectados ao campo, do preparo e cuidado com a terra, popularmente utilizados pelos(as) camponeses(as) do sertão no cotidiano de trabalho nos roçados. Palavras, sentidos e significados que se assemelham ao processo empreendido nas experiências de luta e resistência pelo direito de acesso a terra.

PNRA foi um dentre os fatores que mobilizou os(as) trabalhadores(as) rurais na luta pelo direito ao acesso a terra. Entretanto, conforme a mencionada autora, esta luta não pode ser compreendida como uma política de reforma agrária para o desenvolvimento do capitalismo, mas sim, enquanto questionamento do modelo de desenvolvimento econômico estabelecido para o campo e para a sociedade brasileira.<sup>30</sup>

Neste sentido, tanto o PNRA, em sua proposta inicial, quanto os movimentos sociais em favor da reforma agrária – no conjunto de suas experiências, estratégias e mobilizações – impuseram questionamentos e pressão social para efetivação, reconhecimento e negociações da estrutura fundiária e das tensões agrárias no país a partir das últimas décadas do século XX. Sob esta perspectiva, a questão agrária, mais que uma demanda econômica, passou a ter uma dimensão política e de contestação ao modelo de desenvolvimento vigente para o campo e apontou uma outra perspectiva de desenvolvimento sustentável e socialmente referenciado para o país.

Em consonância com esta discussão, para os estudiosos das ciências agrárias, em particular, José Graziano da Silva, a reforma agrária para os(as) trabalhadores(as) rurais é considerada uma estratégia para podar o monopólio da terra, tal como uma contraposição ao modelo de desenvolvimento capitalista imposto ao campo. Sendo assim, a reforma agrária está ligada à transformação das relações sociais e trabalhistas no campo e, assim, pode-se se perguntar: como, de que forma e para quem se produz? Dentro desta perspectiva, o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira – determinado a partir da década de 1960/1970 – apoiou a expansão do capitalismo no campo, garantindo: crédito agrícola, estímulos a mecanização, transferência de tecnologias para cultivos específicos, incorporação de insumos químicos, genética modificada e de novas técnicas agrícolas voltadas para produção em escala e para exportação.<sup>31</sup>

Em paralelo a esta política agrária de apoio à grande produção capitalista voltada para à exportação, no referido período, intensificou-se o processo de expropriação e de expulsão dos pequenos produtores rurais da chamada agricultura de subsistência ou camponesa, na qual eles produziam alimentos para suas famílias, mas também para a venda na cidade – praticando

---

<sup>30</sup> CASTRO, Maria Elizabeth Ravagnani. *Reforma agrária: crise ou saída para a democracia*. Dissertação de mestrado em Administração Pública. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987, p. 151-152.

<sup>31</sup> SILVA, José Graziano. *O que é questão agrária?* 2ª edição, 1981. São Paulo: Coleção Primeiros Passos, 1981, p. 37.

uma agricultura com mercado e não de mercado.<sup>32</sup> Na contramão deste modelo, o capitalismo agrário voltado para o mercado exportador – aperfeiçoado a partir da década de 1960 – provocou o aumento populacional urbano, agravou os conflitos agrários envolvendo comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhos), posseiros, grileiros em contraposição aos latifundiários, empresas agrícolas e ao agronegócio. Por essa razão, para Castro, a reforma agrária é uma questão política que engloba o direito do acesso à terra e aos produtos nela semeados, cultivados, colhidos, comercializados e transformados.<sup>33</sup>

Próximo a essa perspectiva, para alguns pesquisadores do campo da Geografia, a reforma agrária é compreendida como uma política territorial que tem por finalidade desconcentrar a terra e reduzir as desigualdades no campo proporcionada pelo modelo agrário conservador. Segundo Bernardo Fernandes, ao estudar a formação do campesinato brasileiro no final do século XX, dentre as consequências desse processo de expulsão e exploração, desencadeiam-se os conflitos entre capital e campesinato. Estes conflitos, por um lado, agravaram as desigualdades do campesinato frente ao capital e ao poder político estabelecido e, por outro lado, estimularam experiências de resistência do campesinato na efetivação de ocupações, mobilizações e movimentos sociais em favor do direito à terra e por reforma agrária, sobretudo, a partir das décadas de 1970/1980.<sup>34</sup>

A esse respeito, Claudemir Cosme destaca que a efetivação de experiências em prol do acesso a terra no sertão de Alagoas foi organizada pelos(as) trabalhadores(as) rurais sem terra para a constituição dos assentamentos de reforma agrária, enquanto estratégia de resistência desses trabalhadores(as) para permanecerem na terra e garantirem a sua existência em meio às contradições estabelecidas pelo capital.<sup>35</sup>

Em sintonia com este debate, no campo da História da Questão Agrária, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira salientam que as estratégias de resistência traçadas no período da Nova República em torno do acesso à terra se centraram na extensão da cidadania e da política aos homens, mulheres, jovens e crianças do campo, e que a questão agrária no

---

<sup>32</sup> WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

<sup>33</sup> CASTRO, Maria Elizabeth Ravagnani. *Op. cit.*, p. 35

<sup>34</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias no Brasil. *Observatório Social de América Latina*, Buenos Aires: CLACSO, n. 24, Ano IX, p. 73-85, 2008, p. 74.

<sup>35</sup> COSME, Claudemir Martins. *Op. cit.*, p. 34.

Brasil deve ser compreendida a partir das experiências de luta política e de classe para o acesso, organização e produção na terra.<sup>36</sup>

Deste modo, estudar as experiências de reforma agrária fomentadas pelos(as) trabalhadores(as) rurais ajuda a ampliar a compreensão tanto das tensões sociais do campo quanto dos cenários de disputas, conflitos e reinterpretções sociais e políticas do passado e do presente da História Agrária no Brasil.<sup>37</sup> De tal modo, o campo de estudo da História Agrária, em seu sentido amplo, assenta-se na análise da estrutura social rural dos meios de apropriação e de uso da terra, das condições jurídicas e sociais dos(as) trabalhadores(as) rurais, das relações de trabalho e as diferentes formas de sistemas agrários.<sup>38</sup> Dentro deste campo de estudo, as pesquisas a respeito da Questão Agrária compõem discussões, pressupostos e debates sobre as relações de trabalho e condições jurídicas de acesso, usufruto, permanência e direito à terra para a realização da reforma agrária e/ou da reorganização fundiária.<sup>39</sup>

Assim, a presente pesquisa situa-se no campo da História Social, da História Agrária e da História do Tempo Presente ao investigar a participação dos(as) trabalhadores(as) rurais no fazer-se de suas experiências em favor da reforma agrária em Alagoas, no Sertão do São Francisco. Desse modo, este estudo se aproxima das reflexões do historiador inglês Edward Palmer Thompson sobre o campo social e o debate do fazer-se político de homens e mulheres comuns através de suas experiências, tradições e costumes em um determinado contexto social e histórico.<sup>40</sup>

Thompson, ao pensar os homens e as mulheres no seu fazer-se histórico, ressalta que a noção de classe social é o resultado das ações humanas e do contexto social no qual os(as) trabalhadores(as) estão inseridos. Dessa maneira, a noção de classe está presente no processo histórico de cada indivíduo, contexto social e época. Para o referido historiador, a consciência de classe social é formada a partir da articulação das experiências, identidades e interesses comuns construídos em disputa frente a outros grupos de interesses e às forças políticas, culturais e econômicas estabelecidas e/ou em busca de se estabelecer. Essas experiências são

---

<sup>36</sup> LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 16.

<sup>37</sup> SOBREIRA, Dayane Nascimento; Oliveira, Júlio Ernesto S. de; SILVA, Rafael Sancho C. (Org.) *História Agrária: conflitos e resistências do império à nova república*. Salvador: UFBA, 2020.

<sup>38</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. História agrária e história regional na perspectiva socioeconômica. *AGPTEA*, Porto Alegre, s/n, p. 1.

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 3.

<sup>40</sup> THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Tradução: Denise Botmann. 3<sup>o</sup>. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

observadas nas tradições, nos costumes e nos modos de vida dos sujeitos, grupos sociais e contextos em que eles estão envolvidos.<sup>41</sup>

Em torno deste tema, problema e perspectiva historiográfica, esta dissertação pretende estudar os movimentos sociais, políticos e agrários responsáveis pelo desenvolvimento de experiências que resultaram na efetivação de dois processos de reforma agrária no sertão de Alagoas: o Assentamento Peba e o Assentamento Lameirão – experiências desenroladas entre o processo de transição da ditadura civil-militar para a Nova República, entre 1982 e 1989.

Em termos metodológicos, o(a) historiador(a) deve realizar sua narrativa para (re)interpretar, (re)discutir, explicar o seu objeto de estudo e compreender os desafios de seu presente histórico. A este respeito, Thompson argumenta que o(a) historiador(a) precisa ter como norte o diálogo constante entre a teoria e as evidências – um debate conduzido por hipóteses sucessivas e a pesquisa empírica.<sup>42</sup> Assim, em torno deste posicionamento teórico e compreensão metodológica, esta pesquisa pretende travar um diálogo entre as fontes, conceitos e bibliografia, a respeito da construção das experiências que resultaram no Assentamento Peba e no Assentamento Lameirão, que são os dois primeiros casos de reforma agrária pós Constituição de 1988 em Alagoas.

Em sintonia com esta pretensão, a documentação escrita e as fontes orais que foram coletadas no curso da pesquisa permitem analisar o contexto social, político e agrário do Brasil através do sertão de Alagoas para, dentro deste contexto e a partir das fontes coletadas, dialogar com a bibliografia acerca das especificidades, singularidades e interações dos(as) trabalhadores(as) rurais que participaram da referida experiência histórica de mobilização social e de reforma agrária no sertão de Alagoas, entre 1982 e 1989.

Estimulada por este intuito, a primeira fase da pesquisa focou na análise das fontes orais examinadas a partir da realização de entrevistas com os sujeitos que participaram das experiências que resultaram na constituição dos assentamentos Peba e Lameirão, como também com os sujeitos que acompanharam as referidas experiências através dos movimentos de vivências das CEBs, Pastoral Rural, Seminário Rural, Forania e dos sindicatos rurais. Apesar do propósito de realizar novas entrevistas em conjunto com a análise das entrevistas já efetivadas, devido à conjuntura internacional de crise sanitária – decorrente da pandemia do coronavírus e seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto à

---

<sup>41</sup> *Ibid.*, p. 10-15.

<sup>42</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *Miséria da teoria um planetário de erros uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 48.

prática do distanciamento social – optou-se, num primeiro momento, por revisitar as entrevistas coletadas no período de atuação do PIBIC.

Dentre as entrevistas revisitadas e reinterpretadas, destacam-se as realizadas no período de 2016, com as seguintes pessoas: José Cazuza Ferreira de Oliveira, natural de Inhapi, participante do Seminário Rural da Paraíba, do STTR de Inhapi, da CUT e do MST, assentado no Lameirão e ex-prefeito do município de Delmiro Gouveia;<sup>43</sup> Maria Zilma Tavares Costa, natural de Inhapi, agricultora, participante das CEBs, associada ao STTR de Inhapi e participante da coordenação do MST/AL;<sup>44</sup> e, ainda, Maria Rosângela dos Santos Silva, natural de Jacaré dos Homens, participante da ocupação da Fazenda Lages, ativista do MST e residente no Assentamento Lameirão.<sup>45</sup>

Além das entrevistas realizadas no período de atuação do PIBIC, foram utilizadas as entrevistas efetivadas para elaboração da monografia de conclusão de curso, coletadas entre os anos de 2018 e 2019, com: Jucilene Maria Aguiar da Silva, natural de Inhapi, benzedeira, participante das CEBs e assentada no Lameirão;<sup>46</sup> e uma segunda entrevista com José Cazuza Ferreira de Oliveira.<sup>47</sup> Acrescentaram-se à análise das referidas entrevistas a narrativa de uma freira da Paróquia de Delmiro Gouveia, Lourdes Santana, natural de Água Branca, que acompanhou a gestação do conflito, ocupação e reocupação da Fazenda Peba;<sup>48</sup> e a entrevista com o ex-padre das Paróquias de Inhapi e de Delmiro Gouveia, Luiz José Torres, que integrou a Forania e a Pastoral Rural do sertão de Alagoas.<sup>49</sup> Estas duas últimas entrevistas foram realizadas pelo pesquisador Estevão Firmo Soares, que as anexou à monografia de conclusão de curso.<sup>50</sup>

Na sequência – com os devidos protocolos e cuidados sanitários: vacinas, máscaras, álcool em gel e distanciamento social – foram realizadas novas entrevistas, dentre elas com: Manoel de Aguiar Correia, natural de Inhapi, participante das CEBs, do STTR de Inhapi e assentado no Lameirão; Enoque Ferreira de Oliveira, natural de Inhapi, participante das

---

<sup>43</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 09/02/2016.

<sup>44</sup> COSTA, Maria Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016.

<sup>45</sup> SILVA, Maria Rosângela dos Santos. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 08/02/2016.

<sup>46</sup> SILVA, Jucilene Maria Aguiar. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/09/2018.

<sup>47</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de Oliveira. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019.

<sup>48</sup> SANTANA, Lourdes. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016.

<sup>49</sup> TORRES, José Luiz. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016.

<sup>50</sup> SOARES, Estevão Firmo. *A Igreja Católica e a luta pela terra no Sertão: história do Assentamento Peba, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1980 – 1989*. Monografia de conclusão de curso em Licenciatura em História. Delmiro Gouveia: UFAL, 2018.

CEBs, do STTR de Inhapi e de Delmiro Gouveia e assentado no Lameirão;<sup>51</sup> e, ainda, uma terceira e quarta entrevista com José Cazuza Ferreira de Oliveira.<sup>52</sup>

Ainda sobre a realização de entrevistas no contexto de pandemia e de distanciamento social, é importante mencionar o uso de novas ferramentas e suportes de registro, a exemplo do áudio e/ou vídeo do *Whatsapp*. Valendo-se desta ferramenta digital, entrevistamos: Maria de Lourdes Barreto, natural de Delmiro Gouveia, participante do Movimento de Adolescentes e Crianças (MAC), da comissão de formação sindical do sertão e da Cooperativa de Pequenos Produtores Agrícolas e Bancos Comunitários de Sementes (COPPABACS).<sup>53</sup> Em relação às entrevistas realizadas via *Whatsapp*, o roteiro foi gravado e enviado com antecedência para a interlocutora e, em seguida, as respostas foram gravadas e enviadas. A realização da transcrição e submissão da entrevista transcrita foi enviada via aplicativo. Assim, os entrevistados fizeram a apreciação, correções, eventuais supressões e, posteriormente, assinaram a carta de cessão de direitos, autorizando o uso da entrevista para fins de pesquisa acadêmica.

As entrevistas coletadas no percurso desta pesquisa, devidamente transcritas e acrescidas às cartas de cessão de direitos, ficarão à disposição do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura (GEPHISC), do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Documentação do Sertão (NUPEDS) e do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Alagoas.

A crise sanitária imposta pela pandemia do COVID-19 potencializou alguns desafios para a pesquisa e a escrita da dissertação. Um deles foi a realização de entrevistas a partir do distanciamento social, uso de equipamentos de proteção e com uso do aplicativo de mensagem. As singularidades provocadas por estas circunstâncias restringiram as observações relacionadas às reações, emoções e gestos dos sujeitos – registrados com mais detalhes nas entrevistas concretizadas diretamente com os agentes sociais que protagonizaram as referidas experiências em estudo. Algumas destas entrevistas, realizadas na presença de familiares dos(as) interlocutores(as), despertaram um mergulho em lembranças, traumas e memórias de situações, vivências e emoções que ocorreram no acampamento, nas mobilizações e nos protestos, o que desembocou em novos problemas e temáticas para a pesquisa. Desta forma, a

---

<sup>51</sup> OLIVEIRA, Enoque Ferreira de. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 30/09/2020.

<sup>52</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020; OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 19/07/2021.

<sup>53</sup> BARRETO, Maria de Lourdes. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 29/08/2020.

presente pesquisa foi sendo concebida frente às inquietações do presente a respeito da questão agrária, assim como, dos limites relacionados à coleta das fontes orais e escritas em período de pandemia e de distanciamento social.

Em consonância com este debate, retomando Thompson, a investigação histórica é suscitada a partir das questões de cada geração em determinado momento histórico. Em outros termos, é através do presente que se provoca indagações e questionamentos a respeito do passado.<sup>54</sup> Acerca destes debates e das nuances da História do Tempo Presente, Agnes Chauveau e Philippe Tetart destacam que a história não é somente o estudo do passado. Ela é também um estudo do presente, necessário para esclarecer, significar e compreender demandas sociais contemporâneas herdadas, seletivas e consonantes ao presente histórico da realização das entrevistas.<sup>55</sup>

Para Lucília Delgado e Marieta Ferreira, no caso das ciências humanas, as mudanças contemporâneas têm redefinido padrões, rompido com paradigmas e proposto novos métodos, objetos e abordagens. Nesta perspectiva, a História do Tempo Presente (HTP) emerge como uma nova relação entre a história e a memória.<sup>56</sup> A este respeito, Ferreira destaca que uma das características da HTP é a presença de testemunhos vivos, que podem contestar o(a) pesquisador(a), afirmando sua vantagem de ter estado presente no momento do desenrolar dos fatos.<sup>57</sup>

Dentre os questionamentos lançados pela HTP, indaga-se à respeito da aproximação do(a) historiador(a) com o seu tema e com o seu tempo, contestando-se o controle e o distanciamento social do(a) pesquisador(a). Concomitante a este debate, Delgado e Ferreira destacam que os avanços teóricos e metodológicos da HTP, no que concerne ao uso das fontes, dos procedimentos e da objetividade das pesquisas, têm superado estes questionamentos.<sup>58</sup> Por outro lado, Eric Hobsbawm alerta que todo o trabalho do(a) historiador(a) tem que ser permeado por responsabilidade, ética e controle metodológico. Deste modo, o(a) historiador(a), independente da escola ou teoria historiográfica a que se

---

<sup>54</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *Op. cit.*, p. 52.

<sup>55</sup> CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do tempo presente*. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru: São Paulo: EDUSC, 1999, p.15.

<sup>56</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do presente e ensino de história. *Revista História Hoje*, Brasil: ANPUH, v. 2, n. 4, p.19-34, 2013.

<sup>57</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis: UDESC, v. 10, n. 23, p. 80 - 108. 2018, p. 83.

<sup>58</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Op. cit.*, p. 23.

filia, deve basear seus estudos em fontes verificáveis e estudá-las com rigor metodológico – pois a sua tarefa é analisar, confrontar e discutir as fontes com criticidade.<sup>59</sup>

Os estudos da HTP aproximam também os historiadores(as) em relação às discussões sobre a memória social e coletiva. Para Paul Ricoeur, a memória não é apenas individual, ela é coletiva na medida em que registra e legítima lugares e situações de um contexto histórico.<sup>60</sup> A esse respeito, os estudos de Maurice Halbwachs apontam que os sujeitos não lembram de fatos do passado sozinhos, pois as lembranças são constituídas e alicerçadas por grupos de pertencimento e organizadas no presente, a partir das questões imediatas, nas relações com os indivíduos, no contexto histórico, político e social em que está envolto. Desta forma, a experiência individual de um sujeito permite conhecer sua trajetória e do grupo a qual faz parte, bem como a sociedade em que estava situado. Portanto, pode-se compreender a memória coletiva enquanto um compilado de lembranças individuais costuradas, selecionadas e significadas pelas representações coletivas, códigos e valores.<sup>61</sup>

Michael Pollak, por sua vez, discorre que através do estudo da memória, enquanto fonte, a pesquisa histórica amplia as possibilidades de compreensão dos sujeitos, acontecimentos e processos subterrâneos que – como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas – opõem-se à memória oficial, estabelecida e conservadora.<sup>62</sup>

O estudo da memória pelos(as) historiadores(as) também está associado ao uso metodológico da História Oral, pois ela possibilita o registro de experiências vividas pelos sujeitos, grupos sociais e comunidades, colocando o(a) pesquisador(a) em contato com atores sociais e suas lembranças silenciadas, ignoradas e/ou (in)visibilizadas.<sup>63</sup> A utilização da História Oral, enquanto metodologia, dentre suas possibilidades, pode evidenciar narrativas, tanto de trajetórias individuais quanto de grupos sociais. Além disso, pode revelar significados sociais, políticos e culturais. Dessa maneira, o uso metodológico da História Oral associado ao debate da HTP se apresenta como uma forma do fazer histórico, possibilitando ao(à) historiador(a) localizar, coletar, sistematizar e estimular a produção de registros a

<sup>59</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Sobre história*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>60</sup> RICCEUR, Paul, 1913. *A memória, a história e o esquecimento*. Tradução; Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

<sup>61</sup> GRAEFF Lucas; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Maurice Halbwachs: dos quadros sociais à memória coletiva. In: BERDIN, Zilá; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. (org.). *Memória social: revisitando autores e conceitos*. Canoas - RS: Editora Unilasalle, 2018, p. 56-65.

<sup>62</sup> POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989, p. 4.

<sup>63</sup> THOMSON, Alistair. *Histórias (co) Moveroras: história oral e estudos de migração*. Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH, v. 22, n. 44, pp. 341-364, 2002, p. 352.

respeito de experiências sociais, políticas e culturais.<sup>64</sup> Sob este prisma, segundo Verena Alberti, a fonte oral é importante tanto pelo seu ineditismo quanto pelo preenchimento de lacunas de outros documentos. Assim, a fonte oral, ao aguçar a memória individual e coletiva, desperta as lembranças, ressentimentos e esquecimentos selecionados, filtrados e depurados a partir do presente histórico da entrevista.<sup>65</sup>

Os jornais produzidos pelas organizações sociais dos(as) trabalhadores(as) sem terra também constituíram uma importante fonte de pesquisa. Dentre os periódicos analisados para o *corpus* desta dissertação estão: o *Boletim Nacional da CUT*, disponibilizado no Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC); o *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* ou *Jornal Sem Terra* (JST), arquivado junto a Hemeroteca da Luta pela Terra; e o *Informativo dos Trabalhadores da Fazenda Peba*, encontrado dentre os documentos do ativista Luiz Valério da Silva – trabalhador rural de Inhapi, participante do I Congresso Nacional do MST e da (re)ocupação da Fazenda Peba, em Delmiro Gouveia. Estes informativos, fotos e outros documentos do referido trabalhador rural estão anexados em uma monografia de conclusão de curso.<sup>66</sup>

Os jornais, boletins e informativos, enquanto meios de comunicação popular, expressam o registro das estratégias, experiências e interpretação das atividades, organização, mobilização e ação política dos movimentos sociais do campo em oposição aos interesses dos latifundiários, do capitalismo e das elites econômicas e políticas estabelecidas.<sup>67</sup> Desta forma, as pesquisas deste campo de conhecimento definem a comunicação popular como estratégias produzidas pelos movimentos sociais para divulgar entre os seus participantes e junto à sociedade as informações, notícias e ideias de interesses políticos em comum, engajadas e socialmente referenciadas.<sup>68</sup>

---

<sup>64</sup> CRUZ, José Vieira da. Vozes do Ser-tão nas Tramas de Mnemósine: fontes orais para a História Contemporânea em Alagoas. In: *Anais eletrônicos do V Encontro Nacional de História da UFAL*, Maceió: UFAL, 2013, p. 832-840.

<sup>65</sup> ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990, p. 9.

<sup>66</sup> SOARES, Estevão Firmo. *A Igreja Católica e a luta pela terra no Sertão: história do Assentamento Peba*, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1980 – 1989. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História. Delmiro Gouveia: UFAL, 2018.

<sup>67</sup> OTRE, Maria Alice Campagnoli. *A pesquisa acadêmica sobre comunicação popular, alternativa e comunitária no Brasil: uma análise das dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-graduação em Comunicação Social entre 1972 e 2022*. Tese de doutorado em Comunicação Social. São Bernado do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015, p. 74.

<sup>68</sup> PERUZZO, Cicília Maria Krohling. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. *Contemporânea, comunicação e cultura*, Salvador: UFBA, v.11, n.01, p. 138-158, 2013, p. 166.

Segundo Tania Luca, os boletins, informativos e periódicos produzidos pela classe trabalhadora se destacam por constituir um registro “essencial de politização e arregimentação”, embasados na experiência política e social do grupo que os elaborou, sendo utilizados como veículo de notícia e de comunicação.<sup>69</sup> Em sintonia com esta discussão, para Heloisa Cruz e Maria Peixoto, os periódicos produzidos por grupos ou classes populares na contracorrente dos interesses das elites dominantes expressam a linguagem, interesses e objetivos do grupo social que o constituiu.<sup>70</sup> Neste sentido, segundo Rafael Lapuente, o uso do jornal como fonte colabora para (re)pensar disputas de narrativas, interesses e debates políticos, sociais, culturais e de (re)interpretação histórica.<sup>71</sup> A respeito, é preciso registrar que em relação à imprensa tradicional, em particular, à Gazeta de Alagoas, em razão das restrições impostas pela pandemia, não nos foi possível acessar tais jornais.

A estas fontes escritas, acrescentam-se também os materiais formativos confeccionados e utilizados pelos setores populares da Igreja Católica a partir das orientações da Teologia da Libertação e da Teologia da Enxada. Textos, alguns destes datilografados e mimeografados, usados como suporte nos momentos de formação política das CEBs, pastorais e Forania. Muitos destes textos foram encontrados em posse de participantes das CEBs do município de Inhapi, a exemplo de cartilhas e apostilas.

Dentre as cartilhas, destaca-se “A abra a porta: cartilha do povo de Deus” encontrada sob a guarda da assentada Jucilene Maria Aguiar da Silva. Segundo a referida assentada, a mencionada cartilha foi muito utilizada pelas freiras nas formações das CEBs. A partir deste texto, os participantes realizavam orações, novenas e rezavam o terço, além de estudos bíblicos e discussões sobre a realidade social em que viviam. Algumas outras apostilas e textos datilografados foram localizadas em posse de Marili Ferreira – natural de Inhapi, participante das CEBs e do STTR do referido município. Ferreira relatou que os textos foram utilizados como material de apoio junto a Escola de Estudos Bíblicos do Alto Sertão. Ambas depositárias destes documentos, gentilmente, os disponibilizaram para digitalização, sem restrição para arquivamento, catalogação e análise para fins de pesquisa acadêmica, educacional e histórica.

---

<sup>69</sup> LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 119.

<sup>70</sup> CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo: PUC, n.35, p. 253-270, 2007, p. 269.

<sup>71</sup> LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: *Anais eletrônicos do 10º Encontro Nacional de História da Mídia*, Porto Alegre: UFGRS, 2015, p. 3.

Além das fontes mencionadas, esta pesquisa também explora os relatórios, correspondências e outros documentos oficiais produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e pela sua comunidade de órgãos de segurança e informação – <sup>72</sup> atualmente sob a guarda do Arquivo Nacional e disponíveis pelo Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).<sup>73</sup> Estes documentos revelam o acompanhamento dos órgãos de segurança e informação sobre os conflitos agrários, os movimentos sociais do campo e das lideranças e grupos políticos envolvidos em disputas de terras, ocupações, protestos e processos relacionados à reforma agrária em todo o país, em particular, no período das décadas de 1970 a 1990. A respeito da questão agrária, dos conflitos de terra e dos movimentos sociais no campo em Alagoas, a partir do acesso ao SIAN, é possível localizar mais de 40 documentos, datados entre 1984 e 1998.

Balizada em torno dessa discussão teórica e metodológica, a presente dissertação está organizada em quatro capítulos. O presente capítulo introdutório, em que anunciamos a temática da reforma agrária, delimitamos o objeto de estudo, discutimos a historiografia relacionada, às fontes localizadas e definição dos capítulos.

O capítulo II, intitulado “Da Igreja Católica aos movimentos sociais: formação política, identidade e reforma agrária”, será analisado como a Igreja Católica, a partir do Concílio Vaticano II e das Conferências Episcopais Latino-americanas, contribuiu para a construção dos horizontes da Teologia da Libertação e da Teologia da Enxada e, por conseguinte, a relação destes movimentos teológicos no processo de evangelização e de formação política dos movimentos sociais do campo, a partir da década de 1970/1980. Tais experiências suscitaram discussões e reflexões sobre a realidade social dos(as) trabalhadores(as) rurais do sertão de Alagoas a respeito do direito à terra, e acerca da participação reflexiva e crítica de leigos em movimentos sociais.

No capítulo III, denominado: “Em torno da reforma agrária: STTR, CUT e MST”, será discutido a aproximação e coparticipação dos(as) trabalhadores(as) rurais a tendências críticas ao sindicalismo burocratizado, como o novo sindicalismo, a CUT e o MST no período de redemocratização política e do advento da Nova República, contexto no qual ocorre o

---

<sup>72</sup> JOFFILY, Mariana. Direito à informação e direito à vida privada: os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 25, n. 49, p. 129-148, 2012, p. 136.

<sup>73</sup> BRASIL. Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Acessado em 03/09/2021.

conflito, ocupação e resistência de luta política em torno das terras da Fazenda Peba – primeira ocupação de terra realizada com a articulação do MST em Alagoas, em 1987.

No capítulo IV, intitulado: “Da reocupação ao Assentamento Peba e Lameirão”, serão analisados os significados, conquistas e resultados da reocupação da Fazenda Peba, frente às perseguições movidas por autoridades policiais, judiciais e, sobretudo, por parte dos latifundiários contra a resistência dos(as) trabalhadores(as). Estudar-se-á também a organização do acampamento, as origens das famílias, o cotidiano e as estratégias de luta para a conquista do Assentamento Peba e, na sequência, da experiência de resistência que resultou no Assentamento Lameirão.

## 2. DA IGREJA CATÓLICA AOS MOVIMENTOS SOCIAIS: FORMAÇÃO POLÍTICA, IDENTIDADE E REFORMA AGRÁRIA

### 2.1. Catolicismo Popular, Teologia da Libertação e Teologia da Enxada

O que vocês sabem sobre as organizações do povo trabalhador e dos pobres, aqui na nossa região? No Brasil?  
 Já está acontecendo alguma libertação?  
 Para os trabalhadores da cidade?  
 Para os agricultores e suas famílias?  
 Para os desempregados?  
 Para as mulheres?  
 Para os índios?  
 Para os negros?  
 Qual é a libertação que está acontecendo?  
 Quem está fazendo acontecer essas libertações?  
 O que Deus tem a ver com a luta de libertação do povo trabalhador?<sup>74</sup>

A citação extraída da apostila de formação da Escola Bíblica do Alto Sertão de Alagoas – experiência de formação de lideranças das CEBs junto às paróquias de Delmiro Gouveia, Inhapi e Água Branca, a partir dos pressupostos da Teologia da Libertação e da Teologia da Enxada – questiona a realidade social, política e econômica dos grupos e sujeitos explorados, marginalizados e excluídos da sociedade brasileira, no contexto de acontecimentos decorridos a partir de meados da década de 1980. O tema do texto corresponde ao quarto encontro denominado “lições do deserto”.

O referido texto apresenta sucessivos grifos associados à constituição de leis e sobre a importância da organização da sociedade. Segundo Enoque Ferreira de Oliveira, assentado no Lameirão e participante das CEBs, estes grifos indicam a direção dos debates políticos e sociais que antecederam a elaboração da Constituição de 1988.<sup>75</sup> Assim, as reflexões fomentadas ressaltaram as mobilizações e participação populares nos debates acerca da futura constituição, cenário responsável por reacender e intensificar a participação dos movimentos sociais do campo e das cidades.<sup>76</sup>

<sup>74</sup> IGREJA CATÓLICA. Escola Bíblica do Alto Sertão. *Quarto assunto – as lições do deserto*. Inhapi/AL, datilografado, 198[?], s/p. Acervo pessoal: Marili Ferreira.

<sup>75</sup> OLIVEIRA, Enoque Ferreira de. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 30/09/2020.

<sup>76</sup> Ver a respeito em: DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995; e em: WOHNATH, Vinicius Parolin. *Constituindo a*

Segundo Oliveira, a freira Cecília Sodero Pousa e uma outra, conhecida popularmente por Gê – de origem estrangeira e de nome não identificado –, passaram a coordenar os trabalhos da Escola Bíblica do Alto Sertão. Nestes encontros, ocorridos entre os anos de 1986 a 1990, passagens bíblicas foram utilizadas também para pensar a realidade social do sertão e aguçar a necessidade de organização da comunidade.<sup>77</sup> Exemplos de profetas defendendo o povo e de profetizas aconselhando a comunidade cristã eram evocados para estabelecer um paralelo com a trajetória de lideranças sociais do campo, com os devidos contextos históricos analisados. Este foi o caso da trajetória de Margarida Alves, descrita como uma profeta na luta sindical; e da luta de mulheres negras escravizadas na defesa do Quilombo do Palmares, dentre várias outras. Dentre estes estudos, interpretações e associações, o exemplo da Guerra de Canudos – ocorrida no sertão da Bahia no final do século XIX – também figurava como exemplo de resistência sertaneja, camponesa e social de indivíduos excluídos, explorados e combatidos por buscarem liberdade, pão, terra e dignidade, frente a concentração fundiária da época.<sup>78</sup>

Ao analisar estas experiências, observa-se a dimensão histórica, pedagógica, política e social que o trabalho destes religiosos(as) e leigos católicos alcançou junto aos trabalhadores(as) sem terra e junto aos movimentos sociais do campo nas duas últimas décadas do século XX. O sertão de Alagoas, por conta de sua história, localização e campo de relações sociais, está enlaçado com as tradições do catolicismo popular, de influência da Teologia da Libertação e da Teologia da Enxada.<sup>79</sup>

Neste horizonte, o trabalho de evangelização, conscientização, formação política e histórica, realizado pelos setores populares da Igreja Católica, colaboraram para o arcabouço teórico, metodológico e de atuação dos missionários(as), padres, freiras, freis e leigos(a) católicos, comprometidos com a transformação da realidade social, em particular, dos(as) trabalhadores(as) sem terra, no contexto da transição da ditadura civil-militar para a Nova República, sendo estes sujeitos e período histórico em torno dos quais se concentra este estudo.

---

*Nova República*: agentes católicos na Assembleia Nacional 1987-88. Tese de doutorado em Educação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2017.

<sup>77</sup> OLIVEIRA, Enoque Ferreira de. *Op. cit.*

<sup>78</sup> IGREJA CATÓLICA, Escola Bíblica do Alto Sertão. *Quarto assunto – as lições do deserto*. Inhapi/AL, datilografado, 198[?], s/p. Acervo pessoal: Marili Ferreira.

<sup>79</sup> SOUZA, Alzirinha. Teologia da Enxada: Evangelização inculturada e inculturante. *Ciberteologia*, São Paulo: Paulinas, n. 38, ano VIII, p. 3-17, 2012, p. 6.

### 2.1.1. Os significados do catolicismo popular no sertão

Os significados do catolicismo popular no sertão, segundo Cândido Silva, registram um distanciamento da Igreja Católica Apostólica Romana – cujos templos construídos, em sua grande maioria, nos centros urbanos, bem como, a disposição de padres, vigários e outros religiosos na zona urbana – em relação ao campo, ao rural e os diversos rincões dos sertões. Em outros termos, a zona rural, dentre elas, a sertaneja, não teve a mesma atenção, assistência e assiduidade deferida pelo processo de evangelização imposto pela Igreja Católica na zona urbana, litorânea e agreste. Habitando os(as) sertanejos(as) a cultivar sua fé, crenças e costumes sincretizando diferentes visões de mundo e, com pouca ou nenhuma imposição hierárquica, centralizada e teológica da Santa Sé Romana. Em uma espécie de deserto de autoridade eclesiástica institucional, os(as) sertanejos(as) alimentaram práticas cristãs, adaptando cantos, tradições orais e imaginário da cultura popular herdado de indígenas, escravizados, quilombolas, mestiços, cristãos novos e diferentes povos europeus à necessidade de convivência, existência e resistência, frente às possibilidades do ambiente natural e dos períodos de sementeira, cultivo, colheita, seca, solidariedade, festividades, novenas, terços e devoções.<sup>80</sup>

Para Manoel Santana, as práticas religiosas dos(as) sertanejos(as) estão enlaçadas com características não apenas do evangelizador, mas também pela mistura de lendas, heróis, santos e pela cultura da terra dos povos tradicionais diretamente, associada como fonte da vida.<sup>81</sup> Em diálogo com esta perspectiva, Silva entende que o catolicismo popular do sertão, ou seja, a singularidade religiosa do sertão, passa pelo conhecimento do processo de formação social, político, cultural e territorial.<sup>82</sup> Nesse sentido, faz-se necessário compreender a construção histórica territorial e simbólica do sertão alagoano.

A este respeito, José Carlos Rodrigues dos Santos, na obra *O sertão em Dirceu Lindoso*, apresenta o sertão de Alagoas a partir de uma teia de relações, disputas, significados e (re)interpretações acerca do processo de conquista, ocupação e colonização, desde a instalação dos currais de bois, comércio de carne e couro até as experiências de resistência das comunidades indígenas. O referido autor destaca que o encontro da cultura dos currais trouxe

---

<sup>80</sup> SILVA, Cândido da Costa e. *Roteiro de vida e da morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia*. 2ª edição. Salvador: Sagga, 2017, p. 33.

<sup>81</sup> SANTANA, Manoel Henrique de Melo. *Práticas simbólicas: uma análise discursiva de mitos, ritos e prédicas da religiosidade popular*. Maceió: editora CESMAC, 2017, p. 147.

<sup>82</sup> SILVA, Cândido da Costa e. *Op. cit.*, p. 25.

para o sertão os padres católicos e o processo de evangelização, a partir de meados do século XVII. Em concomitância à chegada destes religiosos, tem-se início, também, a concepção de outra forma de relação com a terra, natureza, costumes, tradições e religiosidade.<sup>83</sup>

A respeito, os estudos de Cícero Albuquerque sobre o povoamento do sertão e do agreste de Alagoas também dialogam com a obra de Lindoso ao associar a formação do território ao processo de resistência indígena frente ao avanço da pecuária. Além da migração indígena para as terras do sertão, o referido autor, a partir de suas interpelações junto a Sávio Almeida,<sup>84</sup> acrescenta que, em razão dos conflitos travados no litoral e na zona da mata, indígenas, negros escravizados fugidos, quilombolas, homens e mulheres pobres livres também adotaram o sertão como refúgio, espaço de resistência e um território que lhes garantisse liberdade, terra e alimentos.<sup>85</sup>

Frente a essa correlação de forças, em alguns momentos, os povos indígenas, negros escravizados, mestiços e demais homens e mulheres livres pobres adaptaram-se a cultura do colonizador, trazida pelos religiosos católicos.<sup>86</sup> Deste encontro surgem vaqueiros, ribeirinhos, agricultores, artesões, rezadores(as), benzedeiros(as), beatos(as), devotos e dentre outros tipos humanos – adaptados, sincretizados e identificados com o sertão, seu território, códigos e grupos de interesse. Em síntese, o sertão é apresentado como um espaço constituído pela resistência de homens e mulheres comuns (indígenas, escravizados, quilombolas e pobres livres) frente às relações de poder estabelecidas pelos latifúndios e políticos locais. Assim, não se pode reduzir a fé do(a) sertanejo(a) a um passivo de contrastes ambientais, políticos e delimitados territorialmente.<sup>87</sup>

O catolicismo popular e suas respectivas práticas, costumes e tradições foram/são adaptadas a partir da dinâmica social, cultural e histórica do sertão e de seus diferentes espaços de pertencimento e de identidade cultural. A este respeito, segundo Paulo Suess, o catolicismo popular pode ser entendido como uma estratégia de afirmação de uma identidade, sentimento de pertencimento e/ou experiência de resistência.<sup>88</sup> Outros pesquisadores, a exemplo de Ricardo Souza, apontam que o catolicismo popular não se opõe ao clero, mas tece

<sup>83</sup> SANTOS, José Carlos Rodrigues dos. *O Sertão em Dirceu Lindoso*. Delmiro Gouveia: Edições Parresia, 2019, p. 107.

<sup>84</sup> ALMEIDA, Luiz Sávio de. Índio, capital e terra: o aldeamento do Urucu. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. *et. al.* (org.) *A questão agrária em Alagoas: índios, semterra e canavieiros*. Maceió: CBA Editora, 2018, p. 11.

<sup>85</sup> ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. *Campesinato e migração em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2017, p. 91.

<sup>86</sup> SANTOS, José Carlos Rodrigues do. *Op. cit.*, p. 107.

<sup>87</sup> SILVA, Cândido da Costa e. *Op. cit.*, p. 104.

<sup>88</sup> SUESS, Paulo Guenter. *O catolicismo popular no Brasil: tipologia de uma religiosidade vivida*. São Paulo: Edições Loyola, 1979, p. 14.

singularidades no que corresponde a ritos, celebrações através de festas, procissões, romarias, dentre outras manifestações, tradições e costumes e, desta forma, alimentam sua identidade enquanto fiéis e cristãos.<sup>89</sup> Assim, o catolicismo popular, seja adequando as práticas da Igreja Católica, seja afirmando certa independência dos seus fiéis, fez-se presente dentre um contingente significativo de pessoas nas cidades e, de modo particular, no campo.

Assim, ao seu modo e tempo, a religiosidade popular aponta diferentes maneiras de praticar o exercício da fé, inclusive através de tradições, costumes e ritos não oficiais, isto é, por meio de experiências realimentadas tanto dentro quanto fora dos ditames eclesiásticos estabelecidos pela Igreja Católica Apostólica Romana.<sup>90</sup> Desta forma, o catolicismo popular mantém, ressignifica e acultura costumes de dinâmicas sociais, visões de mundo e tempos históricos diferentes. Além disso, através desta estratégia, ela – a Igreja Católica – tem, ao longo de sua história, envolvido diferentes povos em sua perspectiva evangelizadora “ao aproximar o indivíduo religioso dos seus semelhantes reforçando os laços que os une.”<sup>91</sup>

As experiências do catolicismo popular no(s) sertão(ões) nordestino são evidenciadas ao se mostrarem presentes nas tensões, conflitos e disputas de poder associadas ao acesso a terra, aos direitos sociais e ao questionamento da ordem econômica e política estabelecida. Dentre os exemplos ilustrativos, podemos destacar as trajetórias de acontecimentos políticos, sociais e religiosos associados às pregações do Padre Ibiapina, Padre Cícero e beato Lourenço, no Ceará, e de Antonio Conselheiro no Arraial de Canudos, na Bahia, entre outros.

Segundo Luitgarde Barros, tanto Antonio Conselheiro quanto Padre Cícero Romão Baptista e beato José Lourenço são seguidores de Padre Mestre Ibiapina.<sup>92</sup> Há registros que Ibiapina peregrinou por cinco estados da região Nordeste – Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Pernambuco e Piauí. As experiências desse religioso também são caracterizadas por outros pesquisadores pela atenção dedicada ao trabalho, à oração, à caridade, ao combate à miséria e à seca na segunda metade do século XIX.<sup>93</sup>

Apoiada na literatura produzida a respeito destes religiosos – Ibiapina, Cícero, Lourenço e Conselheiro – enquanto representantes do catolicismo popular, é possível

---

<sup>89</sup> SOUZA, Ricardo Luiz de. *Festas, procissões, romarias, milagres: aspectos do catolicismo popular*. Natal: IFRN, 2013, p. 05.

<sup>90</sup> *Ibid.*, p. 06.

<sup>91</sup> TAVARES, Thiago Rodrigues. A religião vivida: expressões populares de religiosidade. *Sacrilegens*, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 36 – 47, 2013, p. 63.

<sup>92</sup> BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. O mundo dos beatos: a força da utopia no nordeste sertanejo. *Ponta de Lança*, São Cristóvão: UFS, v. 13, n. 25, p. 106 – 121, 2019, p. 106.

<sup>93</sup> BEZERRA, Osicleide Lima; GERMANO, José Willington. As missões e a experiência religiosa do Padre Ibiapina nos Sertões do Nordeste (1860-1873). *Cronos*, Natal: UFRN, v. 15, n.1, p.138 – 156, 2014, p. 128.

estabelecer semelhanças, descontinuidades, bem como as devidas especificidades históricas, entre as experiências de comunicação e de consciência social por eles compartilhadas e o trabalho de formação política e construção/valorização da identidade social realizada, inicialmente, pela Pastoral Rural no município de Inhapi e, posteriormente, pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) do sertão alagoano. Estas experiências ajudam a compreender a dinâmica do conflito, ocupação e reocupação das terras da Fazenda Peba e a posterior constituição dos Assentamentos Peba e Lameirão, em Delmiro Gouveia, Alagoas, Sertão do São Francisco, entre 1982 e 1989.

As experiências religiosas que surgiram no campo durante a Primeira República (1889-1930) – dentre elas: o Arraial de Canudos, na Bahia, Juazeiro e Caldeirão, no Ceará –, destacam-se como movimentos sociais de cunho político e religioso que devem ser compreendidos, por um lado, a partir da intencionalidade das estratégias de resistência do homem e da mulher do campo. Já por outro lado, estes movimentos interferiram na política dos coronéis, donos do poder da região –<sup>94</sup> fenômeno centrado em práticas de dominação, no controle do poder político através de milícias particulares usuárias da coerção extraeconômica, ou seja, da violência física –<sup>95</sup> e da Igreja Católica.

Em relação à experiência religiosa vivenciada no Arraial de Canudos, no sertão da Bahia – rebatizado por Antonio Conselheiro (1893-1897) de Belo Monte – Pedro Vasconcellos aponta que ela simbolizou uma alternativa de sobrevivência à estrutura latifundiária e de relação de poder existente na região. Segundo este autor, a partir das orientações de Antonio Conselheiro, estabeleceu-se um novo tipo de organização social na produção de alimentos e na construção de habitações para os(as) sertanejos(as).<sup>96</sup>

Estes sertanejos(as), segundo Barros, estavam constituídos por “‘mal aventurados’ – ex-escravos, doentes, desempregados, sem-terra, sem lugar no mundo da produção nacional na época”.<sup>97</sup> Assim, estes excluídos da terra, de direitos sociais e de cidadania política, viam

---

<sup>94</sup> GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira república: um balanço histórico gráfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 2, n. 4, p. 244 – 280, 1989, p. 263.

<sup>95</sup> Ver a respeito: DANTAS, José Ibarê Costa. *Coronelismo e dominação*. 2ª edição revista e ampliada. Aracaju: Criação, 2019.

<sup>96</sup> VASCONCELLOS, Pedro Lima. Para o futuro e para o fim que não termina: horizontes de Belo Monte de Antonio Conselheiro. *Reflexão*, Campinas: PUC, vol. 40, n. 1, p. 59 – 75, 2015, p. 74.

<sup>97</sup> BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. O mundo dos beatos: a força da utopia no nordeste sertanejo. *Ponta de Lança*, São Cristóvão: UFS, v. 13, n. 25, p. 106 – 121, 2019, p. 113.

nas prédicas do “Peregrino”, de Antonio Conselheiro, esperança e possibilidade de viver em uma comunidade fundada em práticas coletivas, solidárias e cristãs.<sup>98</sup>

Na perspectiva de Euclides da Cunha, os(as) sertanejos(as) se transferiram para Canudos motivados pelas prédicas de Antonio Conselheiro e pela esperança, crença e fé dos seus seguidores que, ao se referirem ao Arraial, externavam a visão de uma “terra da promessa, onde corre um rio de leite e são de cuscuz de milho as barrancas.”<sup>99</sup> Uma comunidade com distintos horizontes de esperança – de um presente e de um futuro sem o descaso do Estado, da Igreja Católica Apostólica Romana e da violência política do coronelismo.

Para Vasconcellos, Belo Monte foi malquista pela Igreja Católica e pelos governos estaduais e federal, em razão de constituir-se enquanto espaço alternativo – reorganizado, liderado e rebatizado por Conselheiro e os seus seguidores – onde não havia domínio de fazendeiros e nem cobrança de impostos. Fatos, características e constatações que ajudam a compreender a violência empregada para dissolução da referida experiência.<sup>100</sup>

De acordo com Barros, após o genocídio de Canudos, parte dos(as) beatos(as) perseguidos(as) pela Igreja Católica, pelos coronéis e pela polícia, refugiaram-se em Juazeiro, no Ceará, sob a proteção do Padre Cícero. Para esta pesquisadora – natural do sertão de Alagoas, estabelecida intelectualmente em instituições de pesquisa e de ensino superior no Rio de Janeiro – Juazeiro e o Padre Cícero (1844-1934) são, no imaginário dos nordestinos, respectivamente, uma experiência e um mensageiro que levam a Deus suas histórias de vida, de injustiças e de miséria e guardam, na utopia cristã, a concretização da justiça na terra, terminando, assim, o sofrimento imposto pelos sistemas sociais.<sup>101</sup>

Segundo os estudos do Padre Joseph Comblin – importante protagonista da proposta da Teologia da Enxada –, o Padre Cícero chegou ao vilarejo de Juazeiro em meados de 1872. A partir daquele ano, ele procurou alimentar a fé e animar a prática religiosa do povo através de três caminhos: a convivência com o povo, as visitas domiciliares pelos sítios e as pregações, orientando o povo em novenas, missas e reuniões em frente à sua casa. Desta forma, adquiriu fama de sacerdote dedicado, atento e bom conselheiro. Assim, sua residência passou a ser frequentada por mendigos, retirantes, políticos, comerciantes e padres

---

<sup>98</sup> VASCONCELLOS, Pedro Lima. *Op. cit.*, p. 74.

<sup>99</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984, p. 115. (Biblioteca do Estudante).

<sup>100</sup> VASCONCELLOS, Pedro Lima. *Op. cit.*, p. 73.

<sup>101</sup> BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *Op. cit.*, p. 116-120.

estrangeiros. Ainda segundo Comblin, quando em 1898 o Santo Ofício, no papado de Leão XIII, proibiu o Padre Cícero de rezar a missa – por conta dos relatos de milagre, em que a hóstia ministrada pelo sacerdote a uma religiosa se transformou em sangue e o fato se repetiu por algumas vezes – cresceu o movimento de romeiros, que fluía de vários municípios e regiões do Nordeste, a Juazeiro, para defender o Padre frente aos questionamentos e imposições a ele estabelecidos pela Igreja Católica.<sup>102</sup>

Barros trata a referida experiência religiosa, enquanto manifestação de luta de classes. A autora considera que o Padre Cícero e os beatos são criadores de ideologia ao reinterpretarem a ideologia da Igreja Católica. Nesta reinterpretação a população que seguia Padre Cícero se colocou do lado oposto à sociedade existente e lutaram contra ela. Nesse sentido, a essência religiosa de Juazeiro ocorre por meio da contradição de visão de mundo, entre duas concepções religiosas: a hierarquia burocrática da Igreja Católica e a religião experimentada pelas camadas populares, em outras palavras, essas são experiências vividas pela prática do catolicismo popular.<sup>103</sup>

A experiência de Caldeirão e do beato José Lourenço também compõem o leque de experiências cultivadas pela perspectiva do catolicismo popular. Segundo Lemuel Silva, o beato José Lourenço considerava, assim como outros sertanejos(as), o Padre Cícero como seu padrinho e referencial religioso, pois por seu intermédio organizou a comunidade Caldeirão, em meados de 1926, localizada no município de Crato, no Ceará.<sup>104</sup> A referida comunidade, inicialmente, era voltada para a agricultura e, posteriormente, os trabalhos passaram a se diversificar, por conta da quantidade de sertanejos(as) que procuravam por José Lourenço e Caldeirão, em busca de trabalho e dignidade.<sup>105</sup>

A prosperidade da comunidade acendeu o interesse das elites econômicas da região, antes contrários à organização que estava sendo tecida, e que, por intermédio das forças do Exército Caldeirão foi destruída, em 1937. Dentre as justificativas para tal ação, sobressai-se a

---

<sup>102</sup> COMBLIN, José. *Padre Cícero de Juazeiro*. São Paulo: Paulus, 2011.

<sup>103</sup> BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *Juazeiro do Padre Cícero: a terra da Mãe de Deus*. Fortaleza: Editora Imeph, 2008.

<sup>104</sup> SILVA, Lemuel Rodrigues. *Canudos e Caldeirão: missões abreviadas. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo, 2011, p. 14.

<sup>105</sup> ALMEIDA, Isabel Medeiros. Memória e esquecimento: as causas e consequências do artigo “o Beato José Lourenço e sua ação no Cariri”, de José Alves de Figueiredo. *Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade*, São Paulo: PUC, n. 3-4, p. 1- 10, 2009/2010, p. 2.

de que os(as) trabalhadores(as) que residiam e trabalhavam na comunidade eram fanáticos e comunistas, por isso deveriam ser considerados uma ameaça à ordem estabelecida.<sup>106</sup>

Além do entendimento histórico e pedagógico acerca das contribuições de religiosos e de experiências sociais relacionadas ao catolicismo popular, nos mencionados acontecimentos do Arraial de Canudos, Juazeiro do Padre Cícero e Caldeirão, essa compreensão também é significativa para desvelar e assimilar os antecedentes da Teologia da Libertação, da Teologia da Enxada, da Pastoral Rural, das CEBs e, por conseguinte, das experiências de reforma agrária no Sertão do São Francisco, em particular, as resultantes do conflito, ocupação e reocupação das terras da Fazenda Peba que culminaram na constituição do Assentamento Peba e do Assentamento Lameirão, no município de Delmiro Gouveia, Alagoas.

### **2.1.2. A Igreja Católica na segunda metade do século XX**

A existência de uma parcela do clero brasileiro com inclinações ao catolicismo popular e a uma visão teológica mais próxima às questões sociais, ganharam visibilidade e força a partir da segunda metade do século XX. A partir deste período, a realização do Concílio Vaticano II e a fomentação dos debates em torno da Teologia da Libertação e da Teologia da Enxada, contribuíram para que religiosos e leigos passassem a se sentir mais estimulados a discutir, analisar e atuar, tanto em projetos de evangelização, quanto em debates sobre a realidade social em que seus fiéis e comunidades viviam. Neste cenário, destacamos a figura de Dom Hélder Pessoa Câmara (1909-1999). Para Comblin, o referido religioso se apresenta como um líder carismático e uma figura poética e profética. Uma personalidade humana a partir da qual é possível adentrar na tradição política e religiosa iniciada “na tradição mística do Ceará, com Padre Ibiapina, Padre Cícero, Antônio Conselheiro... [e] Beato Lourenço. Por eles, penetra-se na mística sertaneja, na literatura popular, nos sonhos, na busca inquieta do absoluto”.<sup>107</sup>

Bispos e padres nordestinos, dentre eles o então Padre Hélder Câmara, desde a segunda metade de 1940, articularam-se para a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em torno deste objetivo, ocorreu em 1946 a Semana Nacional da Ação Católica Brasileira (ACB). Evento em que os bispos presentes organizaram um Plano de Ação

---

<sup>106</sup> *Ibid.*

<sup>107</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. *Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990)*. Recife: CEPE, 2019.

Social e, no ano seguinte, ocorreu o Congresso da Ação Católica, com a participação de 29 bispos, que decidiram pela criação do Secretariado Nacional da Ação Católica, da edição da revista *Assistente Eclesiástico*, tanto o Secretariado como a revista ficaram sob a responsabilidade do Padre Hélder Câmara, e ainda se ventilou, pela primeira vez, a ideia de um órgão coordenador das atividades dos bispos brasileiros.<sup>108</sup>

A respeito da atuação da Ação Católica, segundo Ney de Sousa, ela nasceu no território brasileiro com os mesmos princípios propostos pelo Sumo Pontífice Pio XI – enquanto uma associação de católicos que, a partir do território de atuação da Igreja, participariam da missão apostólica, frente a uma conjuntura de profundas mudanças ocorridas entre o final de século XIX e meados do século XX. Contexto marcado, por um lado, por disputas imperialistas, grandes guerras mundiais e forte processo de urbanização, industrialização e crescimento do sistema capitalista financeiro e, por outro lado, pela massificação, exclusão e marginalização da classe trabalhadora (do campo e da cidade), o aumento das desigualdades sociais e avanços dos debates entre capitalistas/liberais e socialistas/comunistas.<sup>109</sup>

Ainda de acordo com Souza, a Ação Católica no Brasil pode ser caracterizada em dois momentos singulares. O primeiro, com a chamada Ação Católica Geral, entre 1932 e 1950, teve como principal intelectual Alceu Amoroso Lima, considerado o principal colaborador leigo do cardeal do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme (1882- 1942).<sup>110</sup> Nesse período, associado à Ação Católica, foi criada a Liga Eleitoral Católica (LEC). Esta liga contou com a contribuição de Plínio Correa de Oliveira – eleito deputado constituinte em 1932<sup>111</sup> e membro da Ação Integralista Brasileira (AIB).<sup>112</sup>

O segundo momento é caracterizado pela Ação Católica Especializada, entre 1950 e 1960. Nesse período, foram criados e consolidados os grupos da Juventude Agrária Católica, Juventude Universitária Católica, Juventude Estudantil Católica e Juventude Operária Católica. A princípio, as atividades desses grupos seguiam o modelo italiano. Posteriormente,

---

<sup>108</sup> COSTA, Iraneidson Santos. Os bispos nordestinos e a criação da CNBB. *Interações – cultura e comunidade*, Belo Horizonte: PUC, v.9 n.15, p. 109-143, 2014, p. 111-112

<sup>109</sup> SOUZA, Ney de. Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo: PUC, v. 14, n. 55, p. 39 – 59, 2006, p. 41 – 48.

<sup>110</sup> *Ibid.*, p. 50.

<sup>111</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no BRASIL (1917-1964)*. Tese de doutorado em História Econômica. São Paulo: USP, 2000, p. 188.

<sup>112</sup> VIEIRA, Samuel Mendes; GONÇALVES, Leandro Pereira. “Plínio, com que roupa eu vou?!”: as roupas como elemento unificador da ação integralista brasileira. *CES Revista*, Juiz de Fora: UniAcademia, v. 24, n. 1, 2010, p. 187 – 200.

estes grupos juvenis passaram a se organizar pelo modelo francês e belga, dividindo-se em grupos de trabalhos específicos: operários, estudantes, camponeses, entre outros, e passando a utilizar a metodologia do ver, julgar e agir.<sup>113</sup>

A partir da organização de trabalho por grupos específicos, em 1961, durante o XXIV Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), a Juventude Universitária Católica construiu uma aliança com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) para eleição do jucista Aldo Arantes para a presidência da UNE – ação que enfureceu a ala conservadora da Igreja Católica.<sup>114</sup> Após a expulsão de Arantes, justificada por suposto desvio ideológico, em 1962, Dom Hélder Câmara é afastado do cargo de assistente nacional da Ação Católica. Este incidente provocou a saída de muitos ativistas sociais da Ação Católica e resultou na fundação da Ação Popular (AP).<sup>115</sup>

A AP, durante o governo de João Goulart (Presidente da República de 07/09/1961 a 01/04/1964), defendeu as reformas de base, em particular, articulou sindicatos rurais e camponeses em ocupações de terras no Vale do Pindaré (MA), na zona da mata de Pernambuco, na zona cacauzeira do sul da Bahia e no município de Água Branca, no sertão de Alagoas.<sup>116</sup> Na época, a área territorial de Água Branca abrangia as terras do atual município de Pariconha/AL.

Neste último local, Pariconha, no curso da década de 1960, ocorreu um importante movimento, fomentado por remanescentes indígenas, mestiços e trabalhadores(as) rurais, posteriormente, transformado em uma tentativa de foco de guerrilha rural, apoiado pela AP,<sup>117</sup> e, na sequência, pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Essa é uma outra linha de investigação da resistência camponesa de luta pela terra no sertão que, pela trajetória, desdobramentos e significados, demanda o desenvolvimento de outros diálogos, estudos e aprofundamentos.

Voltando à década de 1950, de acordo com Iraneidson Costa, Hélder Câmara conversou com o secretário do Estado do Vaticano, monsenhor Giovanni Battista Montini que, anos depois, seria o Sumo Pontífice Paulo VI, sobre a necessidade de um órgão que reunisse os bispos brasileiros e coordenasse as ações pastorais. Desta forma, Dom Hélder,

---

<sup>113</sup> SOUZA, Ney de. *Op. cit.*, p. 50.

<sup>114</sup> *Ibid.*, p. 51.

<sup>115</sup> COSTA, Iraneidson Santos. *Op. cit.*, p. 126.

<sup>116</sup> SOUZA, Ney de. *Op. cit.*, p. 51.

<sup>117</sup> SILVA, Amaro Hélio Leite da. Serra dos perigosos: uma experiência de guerrilha no alto sertão de Alagoas (1967). In: *Anais do V Encontro Nordestino de História*, Recife: UFPE, 2004.

juntamente com outros bispos do Nordeste, mantiveram-se firmes no propósito de criar a CNBB. Segundo Costa, após sucessivas costuras e articulações políticas, a CNBB foi fundada em outubro de 1952, no Rio de Janeiro.<sup>118</sup>

A partir da criação da CNBB, a Igreja Católica mostrou-se mais coesa e passou a pontuar seus objetivos políticos e sociais. O referido marco institucional possibilitou à Igreja a sua transformação em um ator político ainda mais influente a partir da segunda metade do século XX. A força política da CNBB advinha também de sua assídua participação junto aos movimentos leigos católicos constituídos após o fim do Estado Novo (1937-1945). Segundo Chistian Jecov Schallenmueller, o discurso político da CNBB passou a apoiar, nas décadas de 1950/1960, os projetos de desenvolvimento socioeconômico do país, a diversificação da produção agrícola, a redistribuição de terras, a federalização do ensino superior, dentre outras agendas.<sup>119</sup>

Para Abdias Vilas de Carvalho, a partir da década de 1950, a Igreja Católica passou a modificar o enfoque sobre a questão agrária, em particular, após a publicação da carta pastoral de Dom Inocêncio Engelke. Segundo Schallenmueller, a referida carta suscitou o debate em parte da hierarquia eclesiástica sobre a questão rural, a exemplo da mensagem “Conosco, sem nós ou contra nós se fará reforma agrária”, divulgada na I Semana Ruralista da diocese de Campanha, em Minas Gerais, no ano de 1950. É necessário ressaltar que o referido documento é considerado como um dos primeiros textos, da hierarquia eclesiástica católica, escrito dentro de uma postura voltada às questões sociais do campo, apesar de não ter referência à participação efetiva dos(as) trabalhadores(as) rurais no fazer-se da reforma agrária.<sup>120</sup>

Nesse período, de acordo com Antonio Torres Montenegro, não se pode desconsiderar a coincidência do PCB ter lançado um manifesto em defesa da reforma agrária no Brasil. Diante dessa correlação de forças, é possível apontar que dentre os significados da carta pastoral “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural”, alguns religiosos católicos,

---

<sup>118</sup> COSTA, Iraneidson Santos. *Op. cit.*, p. 110.

<sup>119</sup> SCHALLENMUELLER, Chistian Jecov. *Tradição e Profecia: o pensamento político da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e seu contexto social e intelectual (1952-1964)*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. São Paulo: USP, 2011, p. 09.

<sup>120</sup> *Ibid.*, p. 74.

de modo estratégico, posicionaram-se favoráveis e outros não em relação a um tema estimado pelos(as) trabalhadores(as) rurais.<sup>121</sup>

Em 1951 foi divulgada a carta pastoral sobre o “Problema rural”, dos bispos do Rio Grande do Norte, fruto da I Semana Rural. No mesmo ano, foi publicada carta pastoral assinada por 113 religiosos (cardeais, arcebispos, bispos e administradores apostólicos) de todo o país, com o título: “Ante os problemas sociais”. Esta carta considerava a reforma agrária como tema fundamental para o país. Um outro documento, anterior a criação da CNBB, denominado de “A Igreja e o Vale do São Francisco”, publicado em 1952, apresentava a proposta de desapropriação de terras por interesse público, em circunstância de políticas compensatórias em relação às ações dos complexos da hidrelétrica de Paulo Afonso, Bahia, construídos com o barramento do leito do Rio São Francisco.<sup>122</sup>

Para Schallenmueller, o compilado de eventos e de documentos episcopais apontados indica que parte da cúpula eclesiástica da Igreja Católica assumiu uma perspectiva mais atenta às questões sociais e, em particular, mais sensível e engajada no debate acerca da reforma agrária, sobretudo, o prelado do Nordeste, que demonstrava vanguardismo em relação às questões agrárias e sociais.<sup>123</sup>

Segundo as considerações de Gisele Oliveira Lima, as inovações desenroladas na década de 1950, em particular, pela Igreja Católica no Brasil, estavam conectadas ao momento histórico, social e político que vivia a sociedade. E, as transformações que ocorreram entre os anos 1950 a 1970 tiveram participação singular tanto de bispos como de movimentos leigos que demandavam mudanças sociais.<sup>124</sup> Segundo a autora, observa-se nesse contexto, posterior à criação da CNBB, o surgimento de novas práticas, posturas e atitudes políticas voltadas para as questões econômicas, sociais e agrárias. Além do registro de mudanças de interpretações bíblicas e de atuação política da Igreja Católica que resultaram nos debates em torno do Concílio Vaticano II e da Teologia da Libertação.<sup>125</sup>

---

<sup>121</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. *Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990)*. Recife: CEPE, 2019, p. 22.

<sup>122</sup> CARVALHO, Abdias Vilar de. A Igreja Católica e a questão rural agrária. In: PAIVA, Vanilda. (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985, p. 71.

<sup>123</sup> SCHALLENMUELLER, Christian Jecov. *Op. cit.*, p. 77.

<sup>124</sup> LIMA, Gisele de Oliveira. *Padre sim, mas não a manivela: trajetória de Paulo Tonucci (1966-1994)*. Tese de doutorado em História. Salvador: UFBA, 2016, p. 73-88.

<sup>125</sup> *Ibid.*, p. 73.

### 2.1.3. A Teologia da Libertação

Imersa nessa discussão, a Teologia da Libertação é, segundo Danillo Pereira, uma ação reflexiva, que tem o propósito de compreender a fé por meio da *práxis* histórica, bem como da atuação pastoral com orientação profética e politicamente definida em favor dos pobres, auxiliando na “desnaturalização” da realidade social marcada pela opressão dos(as) trabalhadores(as).<sup>126</sup>

Estes ensinamentos também se fizeram presentes entre os(as) trabalhadores(as) rurais no sertão de Alagoas a partir das ações da Pastoral Rural e das CEBs. A esse respeito, segundo Maria Zilma Tavares Costa – agricultora de Inhapi, participante da Pastoral Rural, das CEBs e do Sindicato dos Trabalhadores/Trabalhadoras Rurais do município referido – a atuação de padres, freiras, freis, missionários e leigos católicos, junto à comunidade, foi importante para difundir o trabalho de evangelização da Igreja Católica, em particular, sob o olhar da Teologia da Libertação na América Latina. Neste sentido, as ações desenvolvidas pela Pastoral Rural, fundamentada na Teologia da Libertação, contribuíram para que os(as) trabalhadores(as) rurais enxergassem a realidade na qual estavam inseridos.<sup>127</sup>

Dentro desta perspectiva, o legado pedagógico, político e social constituído pela Pastoral Rural estimulou a transformação da mencionada realidade de exploração econômica e política. Segundo Costa, essa mudança somente passou a ocorrer quando, de forma coletiva e por meio da organização social, os(as) trabalhadores(as) rurais perceberam a necessidade de se unirem. Nas palavras desta agricultora, eles – os padres, as freiras e os freis –, “sempre disseram: tem que se lutar por uma vida melhor e tem caminhos de se lutar, cobrando das autoridades, se organizando na comunidade, para resolver coisas que vocês, juntos, podem resolver, que um sozinho não pode.”<sup>128</sup>

É, portanto, sob este tripé – catolicismo popular, Teologia da Libertação e Teologia da Enxada – que se pode compreender os significados deste capítulo sobre a realidade dos participantes da Escola Bíblica do Alto Sertão de Alagoas, organizado pela Pastoral Rural, Forania e CEBs. De acordo com Maria de Lourdes Barreto, conhecida por Nina – natural de Delmiro Gouveia, participante do Movimento de Adolescentes e Crianças (MAC),

<sup>126</sup> PEREIRA, Danillo Rangell Pinheiro. *Concepções da história na teologia da libertação e conflitos de representação na igreja católica (1971-1989)*. Dissertação de mestrado em História. Feira de Santana: UEFS, 2013, p. 44.

<sup>127</sup> COSTA, Maria Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016.

<sup>128</sup> *Ibid.*

multiplicadora da comissão de formação sindical e membro da diretoria da Cooperativa de Pequenos Produtores Agrícolas e Bancos Comunitários de Sementes (COPPABACS) – o trabalho de formação realizado junto aos trabalhadores(as) urbanos e rurais tinha um triplo objetivo: evangelização, formação política e cooperativismo. Atividades desenvolvidas a partir do método “ver, julgar e agir”, a partir do qual a realidade, objetivos e desafios eram debatidos para construção coletiva de tomada de decisões e resoluções de problemas.<sup>129</sup>

Nesta perspectiva, os textos mimeografados utilizados para a formação política, social e de evangelização – localizados junto a uma das participantes da Escola Bíblica do Alto Sertão, integrante das CEBs e do STTR de Inhapi – discutiam ideias, posturas e ações alinhadas à visão de mundo proposta pela Teologia da Libertação para a América Latina. Segundo Comblin, a Teologia da Libertação não pode ser associada apenas como um repensar da Igreja Católica, mas deve-se também à necessidade dos países da América Latina, que estes repensem suas realidades sociais e políticas. Neste sentido, a Teologia da Libertação se tornou um dos acontecimentos de maior relevância para a Igreja Católica desde o século XIV.<sup>130</sup>

A respeito das transformações da Igreja Católica a partir de meados do século XX, a realização do Concílio Vaticano II foi decisiva para os debates, propostas e ações da Teologia da Libertação na América Latina. Evento eclesial ocorrido após as sequelas provocadas pelas duas guerras mundiais; do advento da Guerra Fria – polarização fomentada entre o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos da América (EUA), *versus* o bloco socialista, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) –; e da descolonização da África e da Ásia.<sup>131</sup> Ordem mundial que impôs a Igreja Católica adaptar-se ao conjunto de mudanças econômicas, sociais, culturais e políticas.<sup>132</sup>

De acordo com Reginaldo Prandi e Renan Santos, em resposta a essas mudanças, a Igreja Católica assumiu um discurso mais próximo das ciências sociais, adaptando-se às novas exigências e necessidades que emergiram. Para os mencionados autores, a sociedade contemporânea, em contínua transformação, exigia que a Igreja Católica também passasse por

---

<sup>129</sup> BARRETO, Maria de Lourdes. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 29/08/2020.

<sup>130</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. *Op. cit.*, p. 188.

<sup>131</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 178.

<sup>132</sup> PEREIRA, Danillo Rangell Pinheiro. *Op. cit.*, p. 34.

mudanças para lidar com a perda de influência.<sup>133</sup> Dentro deste horizonte, o Concílio Vaticano II foi anunciado em 1959, mas só teve início em 1962. A abertura dos trabalhos do referido evento coube ao Sumo Pontífice João XXIII. Após três anos, ele foi concluído pelo Papa Paulo VI, em 1965. Dentre os objetivos definidos no mencionado Concílio, destaca-se a reflexão sobre a conjuntura daquele período e sobre o papel da Igreja Católica, que tentava readaptar a sua doutrina para responder às mudanças do mundo contemporâneo após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Assim, a partir do mencionado Concílio aconteceram alterações na dinâmica das celebrações litúrgicas, substituição do latim pelas línguas nacionais nas missas e em outras celebrações religiosas, estímulo à participação de leigos na vida política, dentre outras mudanças que tinham a finalidade de reaproximar os católicos da realidade social em que estavam envolvidos. Dentre os legados do Concílio Vaticano II, pode-se pressupor que um dos mais relevantes foi a abertura da Igreja Católica aos problemas relacionados à opressão econômica e à necessidade da organização dos pobres para conquistarem direitos sociais e políticos.<sup>134</sup>

As reflexões fomentadas pelo Concílio Vaticano II reverberam na América Latina, em particular, nas Conferências Episcopais Latino-americanas de Medellín, na Colômbia, ocorrida em 1968, e de Puebla, realizada no México, ocorrida em 1979. Nesses eventos eclesiais setores da Igreja Católica voltados às questões sociais fizeram a opção preferencial pelos pobres, repudiando a situação de miséria social disseminada no continente latino-americano.<sup>135</sup> Modificar esse cenário social motivou a produção de uma nova leitura dos evangelhos e o fomento de uma nova visão católica do mundo: a Teologia da Libertação. Esta nova leitura teológica, focada na opção de evangelizar e agir em favor dos mais pobres, pode ser entendida como uma reflexão crítica sobre “a fé a partir da *práxis* histórica, libertadora e subversiva dos pobres deste mundo”.<sup>136</sup>

Dentro desta perspectiva, a Conferência de Medellín foi realizada entre 25 de agosto a 6 de setembro de 1968, e teve como tema: “A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II”. Para Wellington Barros, a Conferência consistiu na

---

<sup>133</sup> PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. Mudança religiosa na sociedade secularizada: o Brasil 50 anos após o Concílio Vaticano II. *Contemporânea*, São Carlos: UFSCar, v. 5, n. 2, p. 351 – 379, 2015, p. 355.

<sup>134</sup> PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. *Op. cit.*, p. 356.

<sup>135</sup> PEREIRA, Danilo Rangel Pinheiro. *Op. cit.*, p. 37.

<sup>136</sup> GUTIERREZ, Gustavo. *A força histórica dos pobres*. Tradução Álvaro Cunha. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 58.

aplicação do referido Concílio no continente e no compromisso de libertação do povo.<sup>137</sup> No documento conclusivo da Conferência, pode-se destacar o método adotado para as ações pastorais de evangelização – herdado da Ação Católica de Joseph Cardijn – que consistia nos passos de: VER – destinado a desvendar a realidade, prossegue com o JULGAR a realidade, e, por fim, busca AGIR, através da ação pastoral. Segundo Barros, a partir desse tripé, a Igreja Católica na América Latina passou a compreender as necessidades do povo e a ouvir suas vozes.<sup>138</sup> Método e postura verificados nas experiências desenvolvidas pela Pastoral Rural, pelas CEBs e pela Escola de Estudos Bíblicos do Alto Sertão alagoano.<sup>139</sup>

Já a Conferência de Puebla, ocorrida entre 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979, teve como tema: “A Evangelização no presente e no futuro da América Latina”. O texto final do referido evento destacou a prioridade de ações para os pobres e os jovens como os principais agentes pastorais. Desta forma, a Igreja Católica observou um potencial na juventude para a evangelização, propagação do cristianismo e ação pelos mais carentes.<sup>140</sup> Em Puebla, apontou-se também a relevância das CEBs para o trabalho de evangelização, que passaram, então a exercer o trabalho de sensibilização, evangelização e de multiplicação dos ensinamentos da Igreja Católica pelas comunidades das periferias tanto das cidades quanto nas do campo. Segundo Pereira, estas comunidades eram constituídas por pessoas pobres, comprometidas com a evangelização e com as lutas sociais, grupos dos quais faziam parte.<sup>141</sup>

Como discutido, a mudança de horizontes da Igreja Católica na América Latina teve como um dos seus resultados a Teologia da Libertação, assim como a Teologia da Enxada, a Pastoral Rural e as CEBs. Segundo Sérgio Coutinho, as referidas Comunidades surgiram em meados dos anos de 1960 e passaram a ter maior visibilidade nos anos de 1970. Neste contexto de golpe de Estado e ditadura civil-militar, no qual os meios de comunicação, partidos de esquerda, movimento sindical e os movimentos sociais do campo e da cidade

---

<sup>137</sup> BARROS, Wellington da Silva. A opção pelos pobres como fundamento da missão eclesial nas Conferências de Medellín e Puebla. *Espaços*, São Paulo: Instituto São Paulo de Estudos Superiores, vol. 27, n. 1, p. 69-80, 2019, p. 72.

<sup>138</sup> BARROS, Wellington da Silva. *Op. cit.*, p. 72.

<sup>139</sup> IGREJA CATÓLICA. *Abra a porta cartilha do povo de Deus*. 2º ed. Dioceses de Caratinga, Teófilo Otoni, Divinópolis e Araçuaí: Edições Paulinas, 1979, p. 375.

<sup>140</sup> BARROS, Wellington da Silva. *Op. cit.*, p. 75.

<sup>141</sup> PEREIRA, Danillo Rangell Pinheiro. *Op. cit.*, p. 74.

foram duramente reprimidos,<sup>142</sup> as CEBs se tornaram um caminho de resistência, articulação e de reorganização da sociedade civil.<sup>143</sup>

#### 2.1.4. A resistência popular em tempos autoritários

Para Leonilde Medeiros, no final das décadas de 1960/1970, no curso da ditadura civil- militar (1964-1985), instigados pela nova concepção eclesial, após as Conferências Episcopais de Medellín e Puebla, parte do clero brasileiro traçou linhas de atuação, em particular no Nordeste, apoiando as reivindicações dos movimentos sociais da cidade e do campo.<sup>144</sup> A este respeito, a autora destaca que a ditadura civil-militar reprimiu duramente as mobilizações no meio rural e apoiou a modernização conservadora da agricultura brasileira através do financiamento de latifúndios, empresas agrícolas e do agronegócio.<sup>145</sup>

Segundo João Pereira e Paulo Alentejano, sobretudo, no contexto de modernização da agricultura, intensificaram-se os conflitos agrários no campo.<sup>146</sup> A esse respeito, Claudinei Collet destaca que nesse período surgiram as Ligas Camponesas no Nordeste. As referidas ligas, criadas como uma associação de auxílio mútuo, logo foram transformadas em associações de resistência às tentativas de aumento dos preços do arrendamento de terras. A partir da década de 1960, as Ligas Camponesas se espalharam para vários estados com a bandeira da “reforma agrária radical”.<sup>147</sup>

Assim, na década de 1960 as forças políticas atuantes no campo, no que consiste as discussões sobre a reforma agrária e demais reivindicações camponesas, passaram a ser fomentadas pelas discussões tecidas pelo PCB, Ligas Camponesas e Igreja Católica, que, ao seu modo e tempo, preocupou-se com as reivindicações dos sujeitos do campo, mas também, somou-se a preocupação tanto com a expansão das ideias comunistas quanto com a perda de influência no meio rural. No entanto, após o surgimento da Ação Popular (AP) – enquanto

<sup>142</sup> Ver a respeito: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Vozes, 1984.

<sup>143</sup> COUTINHO, Sérgio Ricardo. Comunidades Eclesiais de Base: presente, passado e futuro. *Interações: cultura e comunidade*, Minas Gerais: PUC, vol. 4, n. 6, p. 173- 185, 2009, p. 179.

<sup>144</sup> MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. *História dos movimentos no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989, p. 111.

<sup>145</sup> *Ibid.*, p. 78.

<sup>146</sup> PEREIRA, João Márcio Mendes; ALENTEJANO, Paulo. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio. *Revista Tempos Históricos*, Paraná: Unioeste, vol. 18, n. 1, p. 73-111, 2014, p. 75.

<sup>147</sup> COLLETI, Claudinei. Os sindicatos rurais de trabalhadores rurais no Brasil: origem e características fundamentais. *Revista de Direitos Fundamentais*, São Paulo: Unianchieta, v. 1, n. 2, p. 129-149, 2019, p. 133.

dissidência da Ação Católica e das imposições da Santa Sé Romana – estimulou-se a participação dos católicos de forma clara, decisiva e consciente às experiências de reforma agrária.<sup>148</sup>

Em face do horizonte de debate nacional-desenvolvimentista que permeou este contexto, e de disputas políticas junto aos movimentos sociais no campo – Ligas Camponesas, PCB e Igreja Católica/AP – o governo federal, através do Ministério do Trabalho, passou a estruturar os sindicatos do campo a partir de 1962. No ano seguinte, em 1963, avançou-se neste processo com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), estendendo parte das garantias da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) também aos trabalhadores(as) rurais – outrora excluídos do referido código. Segundo Colleti, estas medidas para a sindicalização dos(as) trabalhadores(as) do campo tinham, dentre os seus objetivos, conter, controlar e direcionar a organização dos(as) agricultores(as) e demais trabalhadores(as) do meio rural a partir da intervenção estatal.<sup>149</sup>

Entretanto, a inflexão política responsável pela destituição de João Goulart da presidência da república, através do Golpe de Estado de 1964, colocou os movimentos sociais do campo na alça de mira da repressão. Para Sérgio Sauer, após o golpe civil-militar e, por conseguinte, de um intervalo momentâneo na organização dos(as) trabalhadores(as) do campo, a publicação do Estatuto da Terra (1964) deixou os sindicatos rurais sob forte controle estatal. Em contraposição às restrições, controle e repressão aos movimentos sociais do campo e à reivindicação de reforma agrária, foi anunciada, divulgada e estimulada uma política de modernização conservadora da agricultura brasileira, ou seja, de avanço para o agronegócio e do capitalismo agrário.<sup>150</sup> Nesse cenário, Medeiros aponta a incapacidade de reação do sindicato rural frente à burocracia, ao corporativismo e à intervenção estatal.<sup>151</sup>

Após o impacto deferido pelo golpe, seguido pelos desdobramentos da ditadura civil-militar, alguns setores da Igreja Católica inspirados pela Teologia da Libertação e, posteriormente, pela Teologia da Enxada, iniciaram um trabalho de formação social, política e de ação sindical junto aos trabalhadores(as) do campo e das cidades. Este trabalho é

---

<sup>148</sup> *Ibid.*, p. 135

<sup>149</sup> *Ibid.*, p. 135-139.

<sup>150</sup> SAUER, Sérgio. *Reforma agrária e o sindicalismo rural: a luta pela terra no “entorno” de Brasília*. Agosto de 1999.

<sup>151</sup> MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. *História dos movimentos no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989, p. 111.

fortalecido em meados da década de 1970 a partir da influência da Comissão Pastoral da Terra (CPT), germinada após o Encontro Pastoral das Igrejas da Amazônia Legal.<sup>152</sup>

Segundo Maria de Fátima Asfora, a criação da CPT foi uma consequência do avanço das políticas de ocupação da Amazônia durante os governos militares. Ela surge, portanto, como uma proposta de apoio aos posseiros frente aos conflitos existentes diante do crescimento da agropecuária e da expansão das fronteiras agrícolas – estimulados pela modernização conservadora da agricultura brasileira apoiada pelo Estado.<sup>153</sup> Esse cenário foi denunciado anteriormente à criação do CPT, através dos escritos de Dom Pedro Casaldáliga, em 1971, na carta pastoral: “Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e com a marginalização social”.<sup>154</sup>

A CPT no Nordeste, por sua vez, só foi formalizada em 1988, através da CPT/Regional Nordeste II – abrangendo os estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. A esse respeito, Asfora ressalta que essa formalização não significou a inexistência de apoio por parte dos setores populares católicos da região aos trabalhadores(as) rurais e a luta pela terra, mas que essa formalização reorganizou o trabalho realizado por Dom Hélder Câmara e Dom José Maria Pires, enquanto Arcebispo de Olinda/Recife e da Paraíba, respectivamente. Os referidos bispos – através das experiências da Teologia da Enxada, sob influência do Padre Joseph Comblin – estimularam ações de evangelização social a partir das CEBs, Pastorais Rurais, Seminários, entre outros movimentos leigos junto às lutas dos homens e mulheres do campo, antes mesmo da criação da CPT pela Regional Nordeste, em 1988.<sup>155</sup>

Os bispos nordestinos, antes da CPT, tiveram participação significativa na construção da CNBB, em 1952, fruto das experiências acumuladas junto aos leigos do campo e das cidades e ao trabalho de alfabetização e de apoio ao direito a terra, desde a década de 1940/1950. Eles, inclusive, haviam divulgado um documento em favor do desenvolvimento social da região. Para Costa, os 13 bispos nordestinos que assinaram este documento, apresentam-se como uma das parcelas mais combativas do episcopado brasileiro.<sup>156</sup>

---

<sup>152</sup> *Ibid.*

<sup>153</sup> ASFORA, Maria de Fátima Yasbeck. *A Força Desarmada presença da Comissão Pastoral da Terra nos conflitos rurais*. Tese de doutorado em Serviço social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, p. 18.

<sup>154</sup> CASALDÁLIGA, Pedro. Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e com a marginalização social. Outubro de 1971.

<sup>155</sup> ASFORA, Maria de Fátima Yasbeck. *Op. cit.*, p. 22.

<sup>156</sup> COSTA, Iraneidson Santos. “Eu ouvi os clamores do meu povo”: o episcopado profético do nordeste brasileiro. *Horizonte*. Belo Horizonte: PUC, v. 11, n. 32, p. 1461-1484, 2013, p. 1463.

Intitulado: “Eu ouvi os clamores do meu povo”, o documento de maio de 1973 foi dirigido abertamente aos setores populares da sociedade, em plena ditadura civil-militar. Ele, por sua vez, inaugura uma linha pastoral libertadora – seja por denunciar dados estatísticos oficiais acerca da miséria enfrentada pelos nordestinos, como também por criticar o desenvolvimento capitalista econômico e seus resultados desfavoráveis à classe trabalhadora.

157

Sob esse horizonte, inspirados pela Teologia da Libertação e pela Teologia da Enxada, diferentes setores da Igreja Católica – Pastorais, CEBs, CPT, entre outros –, orientaram ações evangelizadoras, políticas e sociais a partir do final dos anos de 1970 e meados dos anos de 1980. Neste contexto de abertura política e de redemocratização, observamos as primeiras evidências da reorganização do STTR/Inhapi que, por um lado, passa a questionar o modelo sindical burocrático, passivo e assistencialista e, por outro lado, retoma a pauta da reforma agrária frente às expectativas de horizontes da Nova República.

### **2.1.5. Teologia da Enxada no sertão nordestino**

Em paralelo às reflexões da Teologia da Libertação, também ganharam corpo as discussões da Teologia da Enxada, fomentada sob influência do Padre Joseph Comblin (1923-2011).<sup>158</sup> Segundo Montenegro, em estudo a respeito da vivência de cinco padres europeus no Nordeste, entre os anos de 1950 a 1990, revelou-se que eles estimularam a organização popular e o despertar de uma consciência política libertadora. Dentre as cinco trajetórias descritas, destaca-se a atuação do Padre Joseph Comblin.<sup>159</sup> O referido religioso nasceu em Bruxelas, Bélgica, em 1923. Antes de cursar teologia no Seminário Diocesano de Malinas, estudou em Louvain, no Seminário Universitário, que continha como metodologia a concepção teológica histórico-crítica – no qual o padre cursou um ano no Instituto de Filosofia. O referido instituto era aberto ao mundo científico, às críticas modernas e às filosofias contemporâneas. Segundo a narrativa de Comblin, ele também reunia os mais

---

<sup>157</sup> *Ibid.*, 1474.

<sup>158</sup> PEREIRA, Danilo Rangell Pinheiro. *Op. cit.*, p. 57.

<sup>159</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. *Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990)*. Recife: CEPE, 2019, p. 124.

“inteligentes” das dioceses do país e alguns estrangeiros. Dentre os estrangeiros que passaram pelo seminário, destaca-se o teólogo peruano Gustavo Gutierrez.<sup>160</sup>

De acordo com Comblin, a metodologia empregada pelos professores e seminaristas em Louvain geraram importantes discussões abordadas no Concílio Vaticano II. A este respeito, alguns comentários diziam: “que o Concílio Vaticano II era um concílio belga realizado em Roma”. Segundo Montenegro, Comblin teve como orientador de doutorado o Mons. Lucien Cerfaux – autor de obras e textos que influenciaram o referido Concílio. Envoltos por professores e instituições pré-conciliares, o padre concluiu sua formação em 1950 e, logo em seguida, passou a exercer o sacerdócio na Paróquia do Sagrado Coração em Bruxelas. O sacerdócio na sua cidade de origem, por sua vez, foi marcado por críticas à organização da Igreja Católica que, segundo o religioso, estava sufocada pelo poder e pelas autoridades políticas.<sup>161</sup>

Naquele cenário da década de 1950, sob o papado de Pio XII, em meio à Guerra Fria, a Santa Sé Romana estava preocupada com o avanço do comunismo e com o futuro do cristianismo na África e América Latina. Diante desse contexto e questionamentos, Comblin avaliava que sua missão não se limitava à paróquia de sua cidade natal. Devido a isso, em 1958, ele aceitou a convocação de sacerdotes realizada por Pio XII para atuarem no processo de evangelização e de combate ao avanço do comunismo na América Latina.<sup>162</sup> Não obstante os propósitos da convocação do Papa Pio XII – de evangelizar e de combater o comunismo na América Latina – no Brasil, após o golpe civil-militar de 1964, Comblin e outros(as) religiosos(as) foram vigiados e rotulados de comunistas por conta do trabalho de formação e de apoio junto aos trabalhadores(as), em particular, junto ao meio rural.<sup>163</sup>

A primeira passagem de Comblin pelo Brasil foi na região Sudeste, por conta da sua apresentação à convocação realizada pelo Papa e atendendo ao pedido do bispo de Campinas (SP), à época, Dom Paulo de Tarso Campos. Em virtude desta convocação, ele chegou ao Brasil em 30/06/1958 para exercer atividades pastorais, de formação teológica, de docente em universidades católicas e de assistente da Juventude Operária Católica (JOC).<sup>164</sup> Em seguida,

---

<sup>160</sup> *Ibid.*, p. 131.

<sup>161</sup> *Ibid.*, p. 121.

<sup>162</sup> *Ibid.*, p. 138.

<sup>163</sup> *Ibid.*, p. 5.

<sup>164</sup> SANTOS, Marcos Roberto Brito dos. *Padre José Comblin e a Ditadura Militar: religião, discurso e práticas cristãs nos anos de chumbo (1968-1972)*. Tese de doutorado em História. Salvador: UFBA, 2014, p. 06.

passou por outros países da América Latina, como o Chile, onde lecionou na Universidade Católica de Santiago, entre os anos de 1962 a 1965.<sup>165</sup>

Na sua segunda passagem em território brasileiro, entre 1965 a 1972, a convite de Marcelo Carvalheira – diretor do Seminário Regional do Nordeste localizado em Camaragibe, região metropolitana de Recife – estimulou a formação sacerdotal de padres a partir dos horizontes do Concílio Vaticano II. Esta postura teológica foi apoiada e reforçada com a chegada de Dom Hélder Câmara à Arquidiocese de Recife e de Olinda, em 1964.<sup>166</sup> A partir desse momento, ele passou a trabalhar como assessor direto de Dom Hélder no Seminário Regional do Nordeste e no Instituto de Teologia do Recife (ITER).<sup>167</sup>

Nesse período, Comblin passou a se dedicar à formação de nove seminaristas na área rural e construiu um método de formação conhecido como “Teologia da Enxada”, experiência que contribuiu no desenvolvimento de diversos projetos de evangelização e de formação no meio rural – espalhado, posteriormente, para outros países latino-americanos.<sup>168</sup> Segundo Alzirinha Souza, a Teologia da Enxada ficou conhecida por ser realizada junto a trabalhadores(as) rurais do semiárido nordestino – e, de modo simbólico, por se referir à enxada como ferramenta de trabalho na roça e signo de luta política.<sup>169</sup>

Vivenciada entre os anos de 1969 a 1971, a Teologia da Enxada buscava valorizar a cultura nordestina, o catolicismo popular e, em particular, o sujeito do campo, em meio a um processo de evangelização e de formação sacerdotal no e para o meio rural.<sup>170</sup> Os seminaristas participantes foram enviados aos municípios de Tacaimbó, em Pernambuco, e de Salgado de São Félix, na Paraíba, onde, cotidianamente, realizavam atividades pastorais, estudavam, trabalhavam na lavoura e realizavam ações nas comunidades periféricas. Além da formação teológica, os referidos seminaristas, sob orientação de Comblin, mergulharam no dia-a-dia de dificuldades econômicas, sociais e políticas das comunidades assistidas.<sup>171</sup>

Para Comblin, a Teologia da Enxada foi uma experiência formativa, sendo uma metodologia construída a partir de seu desinteresse em lecionar teologia com base nos moldes estabelecidos pela Igreja Católica. Diante disso, dedicou-se a um “projeto humilde”, formar

---

<sup>165</sup> *Ibid.*, p. 168.

<sup>166</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. *Op. cit.*, p. 150.

<sup>167</sup> SANTOS, Marcos Roberto Brito dos. *Op. cit.*, p. 06.

<sup>168</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. *Op. cit.*, p. 154.

<sup>169</sup> SOUZA, Alzirinha. Teologia da Enxada: Evangelização inculturada e inculturante. *Ciberteologia*, São Paulo: Paulinas, n. 38, ano VIII, p. 3-17, 2012, p. 3.

<sup>170</sup> *Ibid.*, p. 05.

<sup>171</sup> GUEDES NETO, Adauto. *Teologia da enxada e ditadura militar: relações de poder e fé no agreste pernambucano entre 1964-1985*. Jundiá: Paco Editorial, 2014, p. 96.

sacerdotes no campo, através da realidade concreta dos(as) trabalhadores(as) rurais.<sup>172</sup> Luis Susin destaca que o processo metodológico da chamada Teologia da Enxada consistiu em inserir seminaristas e lideranças no cotidiano das comunidades populares com o intuito que eles compreendessem a vida, as questões sociais, econômicas, o modo de viver e sentir a fé, além das estratégias de resistência camponesa.<sup>173</sup>

O plano de estudo desenvolvido por Comblin, estruturado por três roteiros, tratava-se de situar o futuro sacerdote e/ou liderança para além das questões religiosas, pondo-o também na dinâmica de vida dos homens e mulheres. A partir desta inserção na realidade, reflexões, sistematizações, sínteses e estudos eram elaborados para compor o planejamento que conduziriam os estudos bíblicos, processos de evangelização e, sobretudo, atuação social na comunidade. Para Susin, na metodologia elaborada por Comblin, as demandas e a fé do povo seriam as questões que tomariam os princípios teológicos. Por isso, o autor destaca que, mais que um teólogo, Comblin foi um educador.<sup>174</sup> Frei Carlos Mesters acrescenta que o método teológico de Comblin era suscitado através de atitudes, embates e confronto com os problemas cotidianos e, por isso, ela contribuiu para análises religiosas e políticas.<sup>175</sup>

Em 1968, Comblin envolveu-se em uma polêmica com Wandenkolk Nunes de Souza Wanderley, vereador de Recife pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e adversário político de Dom Hélder. O referido vereador entregou para a imprensa algumas anotações denunciando o padre belga. Estas anotações, elaboradas a pedido de Dom Hélder Câmara, serviriam de subsídio para o posicionamento do Bispo de Olinda e de Recife na II Conferência do Episcopado Latino-Americano que ocorreu em Medellín, Colômbia, em 1968.<sup>176</sup>

O texto foi denunciado pelo vereador, enquanto estudo de caráter subversivo e de doutrina comunista, gerando repercussão em periódicos nacionais e internacionais. Na sequência, o movimento religioso católico conservador Tradição Família e Propriedade (TPF) observou o incidente como momento oportuno para atacar Dom Hélder. Este movimento organizou no Brasil, Uruguai e Argentina uma campanha recolhendo assinaturas para que o

<sup>172</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. *Op. cit.*, p. 154.

<sup>173</sup> SUSIN, Luís Carlos. José Comblin, um mestre da libertação. In: HOORNAERT, Eduardo (org.). *Novos desafios para o cristianismo: a contribuição de José Comblin*. São Paulo: Paullus, 2012, p. 93.

<sup>174</sup> HOORNAERT, Eduardo. A teologia da enxada depois de quarenta anos depois. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis - RJ: Instituto Teológico Franciscano, vol. 72, n. 288, p. 936- 943, 2012.

<sup>175</sup> MESTERS, Carlos. Carta aberta. In: HOORNAERT, Eduardo (org.). *Novos desafios para o cristianismo: a contribuição de José Comblin*. São Paulo: Paullus, 2012, p. 9.

<sup>176</sup> SANTOS, Marcos Roberto Brito dos. *Op. cit.*, p. 62- 63.

Padre Comblin fosse condenado pelo papa. Comblin solicitou para um cardeal da Bélgica que intervisse por ele em Roma. Como resultado da mediação, os documentos não foram recebidos pelo Vaticano.<sup>177</sup> No Brasil, uma outra intervenção articulada pelo político paulista Paulo Egydio Martins junto ao Serviço Nacional de Informações (SNI) aceitou as explicações de Comblin, mas o aconselharam a passar um período fora do Brasil.<sup>178</sup>

Após esse episódio, o SNI começou a monitorar as ações do Padre Comblin. Em 1972, após viagem à Bélgica, o padre foi impedido de desembarcar no Recife pelas autoridades do governo brasileiro. O exame da documentação – referente à justificativa de impedimento/proibição/expulsão realizada pela Divisão de Segurança e Informações (DSNI) do Ministério da Justiça – argumentou que ela aconteceu devido ao pertencimento do Padre Comblin às pastorais populares da Igreja Católica. Assim, além de acusá-lo de realizar atividades subversivas e de ser comunista, o documento assinado pelo General Carlos Alberto da Fonseca, chefe do SNI, apontou que a iniciativa de impedimento/proibição/expulsão do referido padre partiu do Presidente da República, na época, General Emílio Garrastazu Médici.<sup>179</sup>

Após a expulsão, o seu retorno ao Brasil só veio acontecer no início dos anos de 1980, a partir das articulações de Dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016) – já no contexto de reabertura política e de redemocratização da sociedade brasileira.<sup>180</sup> Esse foi o momento de retorno de alguns atores sociais à cena política, de emergência de antigas e de novas demandas sociais tanto no campo quanto nas cidades: movimento negro, movimento indígena, feminismo, reforma urbana, meio ambiente, reforma agrária, dentre várias outras mobilizações sociais e políticas.<sup>181</sup> Nesse contexto, e ainda na condição de visitante, Comblin passou a cultivar com missionários formados pela Teologia da Libertação e da Teologia da Enxada projetos de evangelização para o campo em encontros na cidade de Recife.

Como consequência dessas reuniões, foram desenvolvidos projetos e missões religiosas junto ao meio rural. Essas missões foram esquecidas após o Concílio e apresentavam forte popularidade no campo. Por essa razão, elas foram retomadas e reformuladas para serem conectadas com as CEBs. As referidas comunidades também

---

<sup>177</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. *Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990)*. Recife: CEPE, 2019, p. 155.

<sup>178</sup> *Ibid.*, p. 156.

<sup>179</sup> SANTOS, Marcos Roberto Brito dos. *Op. cit.*, p. 168- 178.

<sup>180</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. *Op. cit.* p. 121.

<sup>181</sup> DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

estavam no centro dos projetos, pois, no contexto da redemocratização, acreditava-se que elas tinham um papel relevante, em particular, na organização da reforma agrária. Além das formações para animadores das CEBs, também foi estimulada a formação de um Seminário Rural inspirado nas experiências formativas de Tacaimbó, no estado de Pernambuco e em Salgado de São Félix, no estado da Paraíba, assim como na experiência do Seminário de Talca no Chile. Este último tendo ocorrido após a expulsão de Comblin do Brasil em 1972. O Seminário Rural foi assumido pelo bispo da Paraíba, na época José Maria Pires (15/03/1919 a 27/08/2017), que disponibilizou os recursos necessários para a sua instalação no município de Pilões/PB, em 1981.<sup>182</sup>

O retorno definitivo de Comblin ao Brasil aconteceu em 1986, quando ele passou a residir na Paraíba. Para Asfora, a Teologia da Enxada, assim como outros estudos realizados por Comblin, tinham como objetivo o trabalho de evangelização e formação política voltada para os sujeitos pobres da área rural. Ela destaca também que a Teologia da Enxada adentra de forma mais profunda na América Latina, em particular nos sertões do Nordeste, por ser inspirada no cotidiano das comunidades assistidas e de atuação dos religiosos e leigos católicos envolvidos.<sup>183</sup> Nesta perspectiva, a experiência da Teologia da Enxada pode ser observada na atuação da Pastoral Rural, das CEBs, do Seminário Rural da Paraíba, da Escola Bíblica do Alto de Sertão de Alagoas, dentre outros movimentos de religiosos e leigos católicos.

## **2.2. Pastoral Rural, CEBs e o Seminário Rural**

### **2.2.1. Da Teologia da Enxada à Pastoral Rural**

Segundo Asfora, após o período de exílio do Padre Comblin no Chile, a partir de 1972, os seus escritos passaram a ter mais repercussão, dentre eles os referentes à Teologia da Enxada. A Igreja Católica, em particular na região Nordeste, conferiu maior difusão a essa teologia através das ações das Pastorais Rurais, sobretudo, aquelas sob orientação de Dom Hélder Câmara, Dom José Maria Pires e dos bispos que compartilhavam os mesmos anseios políticos. Nesse sentido, as Pastorais Rurais, inicialmente, e as CEBs, posteriormente,

---

<sup>182</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. *Op. cit.* p. 197.

<sup>183</sup> ASFORA, Maria de Fátima Yasbeck. *A Força Desarmada presença da Comissão Pastoral da Terra nos conflitos rurais*. Tese de doutorado em Serviço social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, p. 52.

realizaram trabalhos de evangelização, formação e de organização dos(as) trabalhadores(as) do campo.<sup>184</sup>

A Pastoral Rural, na perspectiva de Carlos Lima, é uma ação voltada “aos católicos rurais, é uma articulação das comunidades rurais, formada por cristãos católicos comprometidos, que contribuíram com o surgimento de movimentos religiosos e sociais nas áreas rurais”.<sup>185</sup> Em Alagoas, em particular, os seus primeiros registros datam o ano de 1976, na Paróquia Santa Maria Madalena, em União dos Palmares, com a colaboração do Padre Emílio April e do leigo José Martins. As pesquisas apontam que, a partir de 1985, o trabalho da Pastoral Rural se alargou para outras regiões do estado, em particular, para o sertão. E, dentre os municípios da mencionada região, a Pastoral passou a atuar em Inhapi, Delmiro Gouveia e Água Branca, por meio das contribuições dos padres italianos Aldo Giazzon e Luís Canal.<sup>186</sup> A este respeito, o mapa a seguir traz a organização territorial de Alagoas a partir das suas três mesorregiões e possibilita observar o alargamento da atuação da Pastoral Rural, partindo da região do leste alagoano (litoral) para abranger também o sertão alagoano.

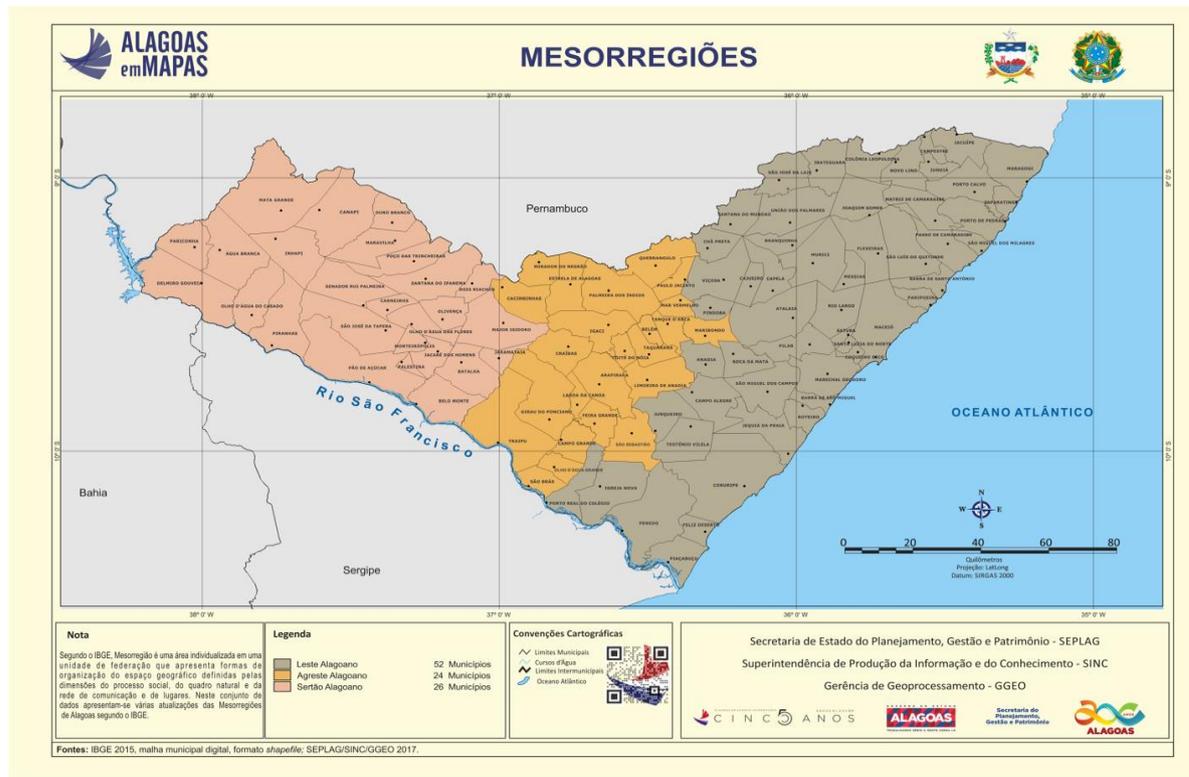
---

<sup>184</sup> *Ibid.*, p. 22.

<sup>185</sup> LIMA, José Carlos da Silva. *Terra, poder e liberdade: a ocupação de sem terra na flor do bosque*. Maceió: EDUFAL, 2016, p. 56.

<sup>186</sup> *Ibid.*, p. 56-57.

Mapa 1 : Mesorregiões de Alagoas



Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG) de Alagoas, 2020.

Dentro deste contexto espacial, a Pastoral Rural passou também a atuar em Alagoas, a partir de 1988 sob as orientações da Regional Nordeste II em três eixos: assalariados da cana, orientando os(as) trabalhadores(as) nas reivindicações salariais; sindicalismo, contribuindo na formação de sindicatos “autênticos, autônomos e independentes”; e em áreas de conflitos de terras, articulando e somando forças para advento da reforma agrária. De acordo com Lima, a Pastoral Rural tinha uma relação política e de ação conjunta com o Movimento de Educação Rural (MER), sobretudo, na zona da mata.<sup>187</sup> Este estudo, entretanto, não chega a discutir as experiências/movimentos da Pastoral Rural no sertão de Alagoas.

Consoante aos objetivos da Teologia da Enxada e às orientações dos bispos nordestinos, a Pastoral Rural de Inhapi, no sertão de Alagoas, no início da década de 1980, passou a desenvolver um trabalho de base junto aos trabalhadores(as) rurais. Os resultados deste trabalho se evidenciam na formação de lideranças religiosas, comunitárias e políticas que tiveram envolvimento em experiências sociais, sindicais e em favor da reforma agrária.

<sup>187</sup> *Ibid.*, p. 57.

As experiências de formação política, social e religiosa vivenciadas pela Pastoral Rural e por outros movimentos de religiosos e de leigos católicos podem ser melhor significadas a partir da discussão do trabalho de formação de grupos de jovens nas comunidades rurais. Segundo Jucilene Maria Aguiar da Silva – acampada da Fazenda Peba, assentada no Lameirão, natural de Inhapi, benzedeira e integrante do grupo de jovens – <sup>188</sup> foi o Padre Luiz Torres quem iniciou o processo de formação da Pastoral Rural e, conseqüentemente, das CEBs na região. Esse trabalho junto a Pastoral começou a partir de reuniões bíblicas com roteiros norteadores, a exemplo, do tema dos profetas.<sup>189</sup> Um outro tema trabalhado era o da ocupação da Terra de Canaã pelos israelitas – a partir do qual se questionava a ocupação de terras no Brasil.<sup>190</sup>

A utilização desta metodologia e textos formativos, a partir de reuniões com temáticas geradoras, é um indicativo de que a germinação das atividades da Pastoral Rural foi sendo realizada desde a chegada do pároco ao município de Inhapi. A respeito desses momentos de vivências, experiências e de formação, Silva destaca:

As reuniões bíblicas, a catequese, o grupo [de] jovem. Isso foi começado pelo Padre Luiz Torres na Igreja de Inhapi no salão paroquial. Ele organizava os grupos [de] jovens para fazer reunião com a gente, como não tinha missa sempre... Então ele fazia aquela organização com os grupos [de] jovens para que os grupos se juntassem... As comunidades se conhecessem, tinha encontros [de] jovens em outros municípios, em outras cidades e então foi aí que... Eu achava importante [destacar]... A gente conheceu sempre muitas pessoas diferentes, aprendia história, contava a história da vida da gente e também ouvia história [de vida] dos outros.<sup>191</sup>

A atuação do Padre Torres junto a Pastoral Rural e as CEBs é também destacada na pesquisa de Cosme, sobre a formação do campesinato e dos territórios rurais na região. Nesta pesquisa, o autor observou que o Padre Torres “foi pároco no município de Inhapi de 1977 a 1988, e no município de Delmiro Gouveia, de 1989 a 1991, ambos no sertão alagoano”.<sup>192</sup> A ação de religiosos e de leigos organizando, através da Pastoral Rural e das CEBs, os sindicatos rurais, as ocupações, entre outras experiências, em termos de metodologia, como

---

<sup>188</sup> SILVA, Jucilene Maria Aguiar. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/09/2018.

<sup>189</sup> IGREJA CATÓLICA, Escola Bíblica do Alto. *Oitavo assunto*: os profetas. Inhapi/AL, datilografado, 198[?], s/p. Acervo Pessoal: Marili Ferreira.

<sup>190</sup> IGREJA CATÓLICA, Escola Bíblica do Alto Sertão. *Quinto assunto*: a ocupação da terra de Canaã pelos israelitas. Inhapi/AL, datilografado, 198[?], s/p. Acervo Pessoal: Marili Ferreira.

<sup>191</sup> SILVA, Jucilene Maria Aguiar. *Op. cit.*

<sup>192</sup> COSME, Claudemir Martins. *Op. cit.*, p. 223.

foi visto, estimulou as comunidades envolvidas a analisar a realidade, perceber, valorizar e debater costumes, tradições e interesses em comum.

A este respeito, segundo Adauto Guedes Neto, o método de trabalho e de evangelização da Teologia da Enxada, seguindo a metodologia de roteiros norteadores, valorizava a cultura local e as experiências em comum dos integrantes das comunidades assistidas. E ainda continha semelhanças com alguns pontos da pedagogia freireana, quanto a prática de “educar a partir da realidade política, social, cultural e econômica de quem se educa, ou seja, a partir do contexto histórico do sujeito inserido no processo educativo”.<sup>193</sup> Estes pontos em comum podem ser notados também na fala de Silva, quando ela destacou a importância do compartilhamento de experiências entre os participantes.<sup>194</sup>

Dessa maneira, a partir do diálogo com a bibliografia e com as fontes orais e escritas, observa-se que a formação de grupos de jovens nas comunidades rurais de Inhapi, inicialmente, e dos municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia, posteriormente, estimulou o compartilhamento de histórias, vivências e experiências comuns entre sujeitos que passaram a construir e fortalecer uma identidade comum, coletiva, consciente e libertadora de si e de sua comunidade. Dentro desta perspectiva, na cartilha “Abra a porta: cartilha do povo de Deus”, localizada em posse da assentada Jucilene Maria, encontra-se a evocação de palavras/sentidos de unidade, consciência e vontade que potencializam a construção de uma identidade/consciência social e despertam, estimulam e fortalecem o caminhar político das comunidades envolvidas:

Eu quero, quero, quero ouvir a voz do povo,  
O povo não é mais caranguejo,  
Eu quero todos se tornando conscientes  
Descobrimos que é gente e caminhando para frente.<sup>195</sup>

Os versos acima abrem o capítulo III, “Olhando a cultura do povo”, da cartilha mencionada. Neste capítulo é possível observar o tema da diversidade cultural do Brasil: raízes indígenas, afro-brasileiras, europeias e dos hábitos, costumes e tradições religiosas, populares, urbanas e rurais. Temas, povos e grupos humanos evocados a partir das

---

<sup>193</sup> GUEDES NETO, Adauto. *Teologia da Enxada e ditadura militar: relações de poder e fé no agreste pernambucano entre 1964-1985*. Jundiá: Paco Editorial, 2014, p. 121.

<sup>194</sup> SILVA, Jucilene Maria Aguiar. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/09/2018.

<sup>195</sup> IGREJA CATÓLICA. *Abra a porta cartilha do povo de Deus*. 2 ed. Diocese de Caratinga, Teófilo Otoni, Divinópolis e Araçuaí: Edições Paulinas, 1979, p. 17.

experiências transmitidas através das gerações que os antecederam e que constituíam as comunidades assistidas pela Pastoral Rural e pelas CEBs.<sup>196</sup> Tem-se, assim, uma perspectiva focada na valorização das identidades e interesses dos(as) trabalhadores(as) rurais enquanto sujeitos, produtores e semeadores de saberes.

Entre os temas estudados, como a discussão acerca da escravização, destaca-se o fato de como os negros africanos foram capturados, traficados e vendidos pelos portugueses e por outros europeus como mão-de-obra escravizada para os engenhos, fazendas e afazeres domésticos das elites senhoriais. Destaca-se também a formação de quilombos enquanto experiências de resistência, a diversidade religiosa originária de cultos, crenças e tradições indígenas e afro-brasileiras – ressignificados ou não pelo sincretismo cultural.<sup>197</sup>

A importância dos direitos e da jornada de trabalho das mulheres também foi abordado na Cartilha, bem como nos textos mimeografados distribuídos junto aos participantes das referidas experiências religiosas e sociais. Tais textos evocam experiências de mulheres mencionadas na Bíblia em paralelo com o cotidiano dos(as) participantes das dinâmicas de formação e das ações de evangelização. A Cartilha, a exemplo, destaca em uma de suas passagens que, para Cristo, homens e as mulheres são iguais em direitos, fé e na vida.<sup>198</sup> A partir da análise da Cartilha, dos materiais mimeografados e das fontes orais, observa-se que os temas debatidos, considerando o contexto dos anos de 1980, respeitavam a questão da igualdade de gênero, racial e de classe, além disso, estimulavam a luta pela libertação do povo trabalhador e pelo seu direito a terra.<sup>199</sup>

Tecendo um paralelo com as reflexões de Paulo Freire, a respeito da metodologia dos temas geradores, pode-se destacar que nos círculos culturais os(as) trabalhadores(as) reencontram-se e revivem essas experiências de formação crítica problematizando a compreensão do contexto a qual estão envolvidos e inseridos.<sup>200</sup> Dentro dessa perspectiva, a Pastoral Rural e as CEBs também apontavam para a superação de desafios da realidade social, tais como: o direito a terra, ao crédito rural e à assistência técnica, bem como, aos serviços básicos de saúde, educação, previdência social, entre outros.<sup>201</sup> Observa-se, assim, que os

---

<sup>196</sup> *Ibid.*, p. 18.

<sup>197</sup> *Ibid.*, p. 81.

<sup>198</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>199</sup> IGREJA CATÓLICA, Escola Bíblica do Alto Sertão. *Quarto assunto: as lições do deserto*. Inhapi/AL, datilografado, 198[?], s/p. Acervo Pessoal: Marili Ferreira.

<sup>200</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 71ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2019, p. 24.

<sup>201</sup> IGREJA CATÓLICA. *Abra a porta cartilha do povo de Deus*. *Op. cit.*, p. 372.

mencionados movimentos, tinham por objetivo que os(as) trabalhadores(as) do campo se identificasse enquanto grupo/classe social – com interesses comuns.

A esse respeito, para Thompson, os(as) indivíduos despertam sua compreensão de classe social quando sujeitos que compartilham experiências e horizontes de expectativas em comum, e que estas são despertadas em campos de disputas frente a outras identidades, classes e/ou mediações culturais e políticas. Destaca ainda que a consciência de classe é resultado da articulação das experiências mediadas pela cultura e pelas relações sociais. Assim, a consciência de classe é constituída a partir dos enlaces históricos tecidos pelos sujeitos em cada época, lugar e contexto.<sup>202</sup>

Nas palavras do seminarista da Teologia da Enxada e, posterior assentado no Lameirão, José Cazuza Ferreira de Oliveira, o fazer-se de um sentimento de classe social ocorre nas interfaces da cultura, economia e do contexto social que enlaça os(as) trabalhadores(as) rurais sem terra. Para ele a:

A primeira motivação [de um sentimento de classe] é a necessidade de você ter a terra para poder sobreviver, o segundo ou a segunda motivação foi a motivação religiosa, vendo que isso era um direito nosso, que é um bem de Deus, da natureza que tem que estar à nossa disposição. Então, foram essas as duas questões que nos motivaram a entrar nesse processo de organização da classe, para que essa classe organizada pudesse ter acesso a essa terra.<sup>203</sup>

Observa-se nessa narrativa que as ações de evangelização, sob os horizontes da Teologia da Enxada, contribuíram – tanto subjetivamente quanto materialmente – para formação de um sentimento de pertencimento e de consciência política e social.<sup>204</sup> Uma consciência que distingue, por um lado, os que defendem o monopólio da terra para fins utilitaristas, mando e lucro, e, por outro lado, aqueles que apoiam o seu uso como partilha, sustentabilidade e justiça social. Assim, o sentimento de pertencimento e a consciência de classe construída a partir da lida cotidiana e dos encontros nas paróquias, pastorais e CEBs, formaram lideranças religiosas, políticas e sociais favoráveis às experiências de reforma agrária no sertão de Alagoas.

---

<sup>202</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Tradução: Denise Botmann. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9-14.

<sup>203</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 09/02/2016.

<sup>204</sup> SOUZA, Marcelo de Barros; CARAVIAS, José L. *Teologia da Terra*. Tradução: Jaime A. Clasen, Petrópolis: Vozes, 1988, p. 14.

### 2.2.2. Entre as CEBs e a Forania

A realidade de exploração dos(as) trabalhadores(as) rurais foi descortinada e analisada tanto pela Pastoral Rural quanto pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). É significativo sobre essa questão analisar a metodologia de trabalho desenvolvida pela Pastoral Rural junto às CEBs, seja através dos grupos de jovens, das discussões dos roteiros norteadores e/ou através das cartilhas, apostilas e outros textos mimeografados ou manuscritos. Em comum a estes escritos, as orientações do método ver, julgar e agir:

**Ver:**

- Quem entrou nesse caso?
- Que providências tomaram?
- Por que acontece isso? (descobrir causas)
- O que vai acontecer a essas pessoas depois desse caso?

**Julgar:**

- O que este caso tem de positivo, que ajuda as pessoas a crescer e se libertar?
- O que tem de negativo, que não deixa as pessoas se desenvolverem?
- O que Cristo fala dessa situação?
- O que Cristo pede de nós nesta situação? (procurar na Bíblia)

**Agir:**

- Depois de refletir esta situação, o que vamos fazer em nosso meio?
- Dividir tarefas.<sup>205</sup>

Os passos do referido método, descritos tanto nos relatos orais quanto nos registros escritos, são evidências presentes nas fontes coletadas, registradas e encontradas junto aos participantes dos movimentos sociais do campo no sertão alagoano no contexto das décadas de 1980/1990 – em particular, nos municípios de Inhapi, Delmiro Gouveia e Água Branca, estando dentre os registros escritos, como a já mencionada cartilha “Abra a porta: cartilha do Povo de Deus”. Na referida publicação, o método, as orientações e a proposta teológica, política e social de uma Igreja mais próxima dos mais humildes é um traço fundante, essencial e identitário.

As CEBs foram descritas pelo participante do Seminário Rural da Paraíba, assentado no Lameirão e ex-prefeito de Delmiro Gouveia, José Cazuza Ferreira de Oliveira,<sup>206</sup> pelo florescimento de cerca de oito comunidades eclesiais e pela formação de várias lideranças políticas. Elas, em suas palavras,

<sup>205</sup> IGREJA CATÓLICA. *Abra a porta cartilha do povo de Deus. Op. cit.*, p. 375.

<sup>206</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

Tinha o líder da comunidade que se reunia uma vez ou duas por mês para discutir a Bíblia e se chamava encontros bíblicos ali na comunidade. E a cada sessenta dias as irmãs reuniam as lideranças para treinamento, para capacitar as lideranças da comunidade, para ter a discussão bíblica e ligando Deus ao ser humano e [destacavam] que o ser humano é muito importante. Nesse sentido, foi que se tomou a consciência [social e política] que tem que se lutar pelos direitos.<sup>207</sup>

Nessa perspectiva, as CEBs desenvolviam um humanismo cristão, cultivavam a fé católica e difundiam uma perspectiva social, coletiva e solidária de libertação do povo oprimido – <sup>208</sup> características e orientações presentes nas ações fomentadas no sertão de Alagoas. Assim, a Pastoral Rural e as CEBs promoveram ações de evangelização e de formação política tanto nas comunidades urbanas quanto nas rurais. Segundo José Luiz Torres – pároco de Inhapi entre 1977 a 1988 – as ações em conjunto dessas paróquias se denominaram “Forania”, ou seja, encontro de paróquias enlaçadas por interesses em comum em prol do desenvolvimento do trabalho pastoral, social e pedagógico.<sup>209</sup> A Forania acontecia mensalmente e, inicialmente, eram restritas aos clérigos, freis e freiras. Posteriormente, as reuniões foram abertas para missionários, representantes das paróquias e para as comunidades.<sup>210</sup>

A Forania no sertão de Alagoas, organizada entre os anos de 1982 e 1989, ocorreu com lideranças de grupos constituídos e/ou originados das CEBs da região. Segundo Maria de Lourdes Barreto – participante do MAC e multiplicadora sindical –, ela se constituía em um momento dedicado ao estudo, formação comunitária e política. Nestes encontros, eram realizados estudos sobre a realidade e a respeito da Bíblia – ambos fundamentados nas orientações da Teologia da Libertação e da Teologia da Enxada. Através desses estudos, estimulou-se a organização de diferentes linhas de atuação, a exemplo da

luta pelas sementes, luta pela terra, pela água. Tinha o grupo de jovens, tinha o MAC [Movimento de Adolescentes e Crianças], a questão da mobilização em relação aos sindicatos, reuniões comunitárias e bíblicas. Nós tínhamos grandes [grupo de] estudos de reflexão, vinha gente de fora que eles traziam para nos ajudar nas reflexões, depois começa um trabalho sobre as plantas

<sup>207</sup> *Ibid.*

<sup>208</sup> ASFORA, Maria de Fátima Yasbeck. *Op. cit.*, p. 46

<sup>209</sup> LOPES, Noêmia de Fátima Silva. *Gênero e poder na pastoral católica da Soledade*. Dissertação de mestrado em Economia Doméstica. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2011, p. 44.

<sup>210</sup> TORRES, José Luiz. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016.

medicinais, a Gê [uma das freiras do município de Inhapi e responsável pela organização das CEBs] animava esse processo... [, como também, orientava o uso] das plantas medicinais... [iniciou-se também] a se trabalhar os grupos de mulheres.<sup>211</sup>

A partir dessas linhas de atuação, os padres, freiras, freis e leigos promoviam encontros mensais ou anuais – que era a chamada Forania no sertão de Alagoas. Nestes encontros, as comunidades, pastorais e paróquias se reuniam para debater a realidade e fomentar discussões bíblicas. Maria de Lourdes Barreto – multiplicadora sindical no sertão –, acompanhou a luta pela terra junto ao conflito, ocupação e reocupação da Fazenda Peba, através desses espaços de socialização e de planejamento. A este respeito, Barreto descreve que anualmente ocorreram encontros no povoado Tabuleiro, em Água Branca, com a participação de crianças, jovens e adultos. Nesses encontros, o “momento da manhã era de estudo, e o da tarde, era de apresentações e de celebração... [momento] onde todos iam participar. Levavam a sua alimentação e chegava a reunir cerca de 100 a 200 pessoas ou mais”.<sup>212</sup>

Dentre os processos de formação suscitados a partir do planejamento da Forania, a fotografia a seguir registra um momento de reunião da Escola Bíblica do Alto Sertão, realizado no salão paroquial da Igreja Católica de Inhapi, em 20/08/1989. Esta escola reuniu participantes de Inhapi, Delmiro Gouveia, Água Branca e Pariconha. O estudo bíblico tinha, dentre os seus objetivos, o de formar as lideranças para as CEBs da região.

---

<sup>211</sup> BARRETO, Maria de Lourdes. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 29/08/2020.

<sup>212</sup> *Ibid.*

**Figura 1 :** Registro do estudo bíblico realizado pela Forania, no município de Inhapi, coordenado pelas freiras Gê e Cecília Sodero Pousa, em 20/08/1989.



Fonte: Arquivo pessoal de Enoque Ferreira de Oliveira, assentado no Lameirão, cedido à autora.

Na fotografia, identificada a partir das contribuições de Enoque Ferreira de Oliveira – natural de Inhapi, na época residente no sítio Arrodeador, catequista, participante do grupo de jovens, das CEBs do sítio Goiabal, membro da diretoria do STTR/Inhapi e, posteriormente, membro STTR/Delmiro Gouveia e assentado no Lameirão – <sup>213</sup> as seguintes pessoas: 1 – Marili, do sítio Arrodeador, Inhapi, liderança do grupo de jovens e integrante do STTR/Inhapi; 2 – Francisco, conhecido como Chico, morador do sítio Agoadinha, Inhapi, participante das CEBs; 3 – não foi identificada; 4 – Denilde, liderança de grupo de jovens de Inhapi; 5 – Denilde, morava na comunidade do Leobino, Inhapi, liderança das CEBs, secretária da paróquia de Inhapi; 6 – Lourdes, morava na zona rural de Água Branca, liderança das CEBs; 7 – Jorgete, freira, residente em Delmiro Gouveia; 8 – Helena, residente na zona rural de Água Branca, liderança das CEBs; 9 – Enoque, com perfil já descrito, responsável pela identificação das pessoas que aparecem na foto; 10 – Beto, natural de Delmiro de Gouveia, liderança do grupo de jovens e secretário da paróquia de Delmiro; 11 – Luzia, morava na zona rural de Inhapi, próximo ao sítio Patos, animava o grupo de jovens; 12

<sup>213</sup> OLIVEIRA, Enoque Ferreira de. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 30/09/2020.

– Siqueira, freira, residente em Delmiro Gouveia; 13 – Francisco, residente na zona rural de Inhapi; 14 – Marlene, residia próxima a comunidade do Tabuleiro, Água Branca; 15 – Rudelene, fazia parte da comunidade do Tabuleiro, Água Branca; 16 – Inês, residia no sítio Arrodeador e compunha o grupo de jovens; 17 – Cecília, freira, atuava na paróquia de Inhapi e assessorava o STTR/Inhapi e as CEBs do sertão; 18 – Neide, residia na comunidade indígena de Pariconha, assentada no Assentamento Genivaldo Moura, em Delmiro Gouveia, e sócia da COPPABCS; 19 – Cândida, filha de Bernadete (liderança do STTR, dos movimentos da Igreja Católica e do PT em Inhapi), secretária geral do STTR/Inhapi e animava as CEBs do sítio Goibal; 20 – Neide, filha de Zé Ricardo, membro da diretoria do STTR/Inhapi, residia no sítio Rafael em Inhapi e coordenava o grupo de jovens de sua comunidade; 21– Gê, estrangeira, freira e atuava na paróquia e nas comunidades Inhapi, junto com Cecília e o Padre Luiz Torres; 22 – Maria, residia no sítio Riacho Serrote e coordenava as CEBs dos sítios próximos da sua residência; e 23 – Lindalva, residia também no Riacho Serrote e junto com Maria realizava as reuniões das CEBs naquela região.<sup>214</sup>

No registro fotográfico descrito, nota-se que a maior parte das lideranças das CEBs no sertão de Alagoas era formada por mulheres. A esse respeito, é possível considerar que elas contribuíram decisivamente no processo de formação política e de evangelização dos(as) trabalhadores(as) da região. Comblin, segundo Montenegro, destacou que a Teologia da Libertação foi um dos mais importantes acontecimentos do século XX, porque foi uma leitura do ponto de vista dos pobres, das mulheres e dos excluídos da América Latina.<sup>215</sup> A participação das mulheres, tanto como lideranças quanto como participantes das CEBs, é significativa para desvelar a atuação delas no cotidiano religioso, político e social da região – seja nas CEBs, nos STTRs e/ou no MST, dentre outros espaços, movimentos e experiências de resistência.

Segundo Enoque Ferreira de Oliveira, os estudos bíblicos coordenados pelas freiras Cecília Soderó Pousa e Gê tinham, entre as suas finalidades, formar as lideranças para as CEBs. Nessas formações, as freiras abordavam a conjuntura política, a importância da organização dos jovens e das mulheres no sindicato rural e na constituição de horizontes políticos em favor dos direitos dos(as) trabalhadores(as) rurais, dentre eles o acesso a terra.<sup>216</sup>

---

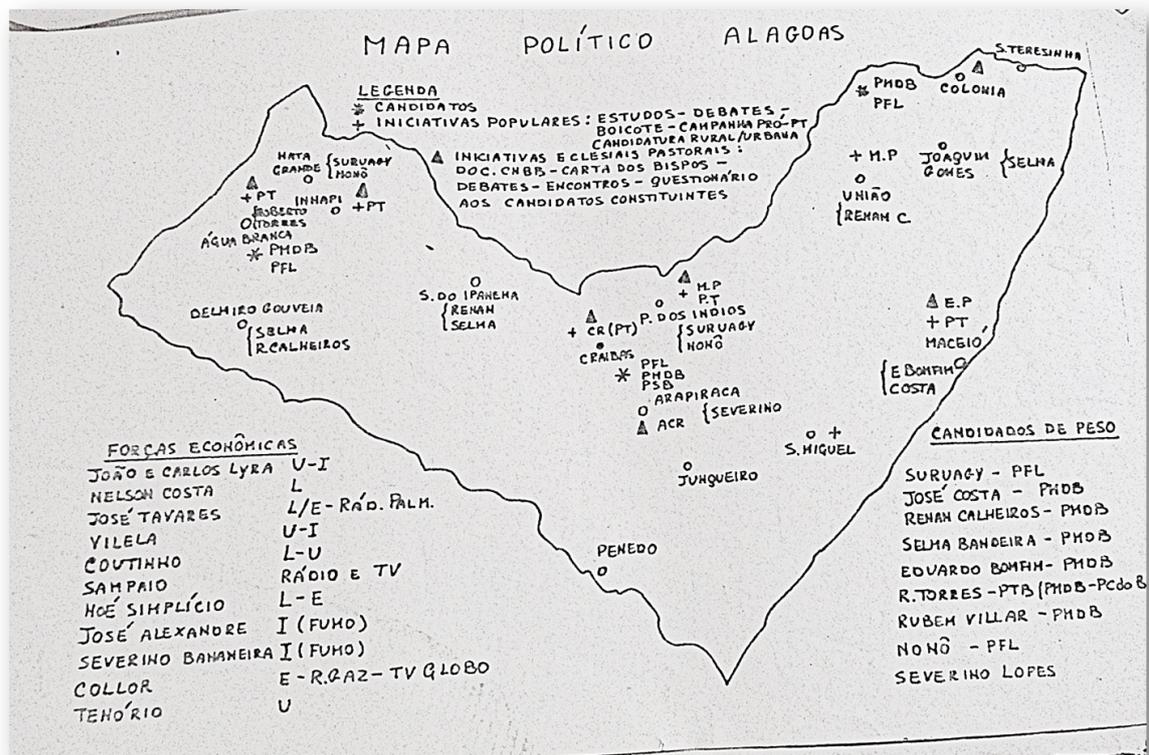
<sup>214</sup> *Ibid.*

<sup>215</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. *Op. cit.*, p. 188.

<sup>216</sup> OLIVEIRA, Enoque Ferreira de. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 30/09/2020.

Segundo Asfora, as CEBs criaram ou reforçaram os movimentos populares e apoiaram espaços de oposições sindicais aos denominados sindicatos “pelegos”.<sup>217</sup> Dentre os materiais utilizados para subsidiar a formação de base, destaca-se o desenho de um mapa político de Alagoas associado ao contexto de 1986.

**Mapa 2:** Mapa Político de Alagoas (Pastoral Rural) – 1986



Fonte: Acervo pessoal de Marili Ferreira, cedido à autora.

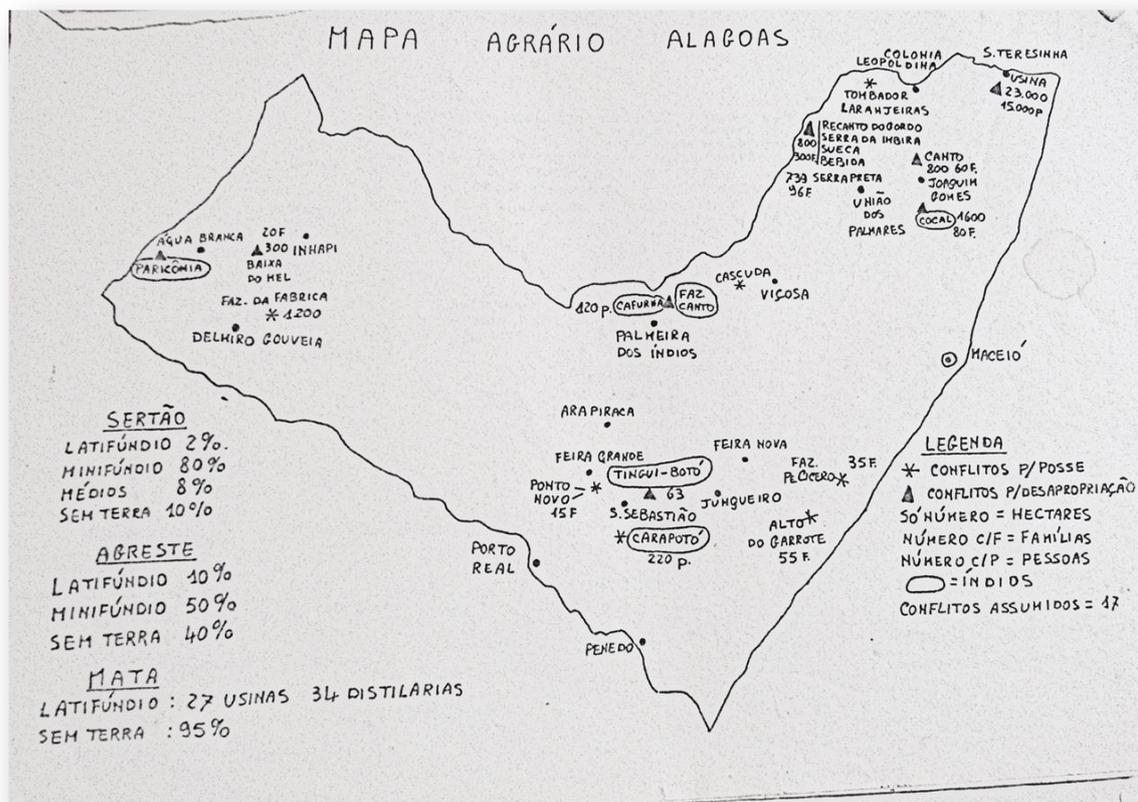
O mapa acima, desenhado e organizado pela equipe da Pastoral Rural, apresentou o campo político de Alagoas em 1986. Ele também revela que maior parte das forças estavam ligadas aos grupos econômicos representados pelos usineiros, latifundiários e proprietários de meios de comunicação. Além disso, anunciava que as forças econômicas influenciavam diretamente no resultado das eleições. Em síntese, por um lado, o mapa descreve a relação de forças hegemônica da classe dominante, por outro, sugere uma avaliação do referido campo, para que as forças populares elaborassem suas estratégias, articulações e possíveis alianças. Um exemplo é a construção da candidatura de Florisval

<sup>217</sup> ASFORA, Maria de Fátima Yasbeck. *Op. cit.*, p. 47.

Alexandre Costa – representante dos(as) trabalhadores(as) rurais, a deputado estadual, além da construção de um projeto de educação política para a região.<sup>218</sup>

A participação dos setores populares nas eleições de 1986 teve significativa influência da Igreja Católica, sobretudo, a partir do trabalho de formação e de evangelização dos(as) trabalhadores(as) rurais tanto na esfera pública quanto na esfera política partidária.<sup>219</sup> Ainda sobre a formação política, é ilustrativo o trabalho da Pastoral e das CEBs sobre a questão agrária em Alagoas. O mapa seguinte foi um dos materiais utilizados para auxiliar no processo de compreensão da estrutura agrária alagoana.

**Mapa 3:** Mapa Agrário de Alagoas (Pastoral Rural) – 1986



Fonte: Acervo Pessoal: Marili Ferreira, cedido à autora.

O mapa, além de expor a arrumação agrária de Alagoas, também exhibe a metodologia de trabalho da Pastoral e das CEBs, para a formação política dos(as) trabalhadores(as), pois

<sup>218</sup> IGREJA CATÓLICA, Escola Bíblica do Alto Sertão. *Breve introdução aos mapas: mapa agrário e mapa político*. Inhapi/AL, datilografado, 1986, s/p.

<sup>219</sup> *Ibid.*

foram realizadas análises a respeito da estrutura agrária da região no curso da década de 1980, além de identificações de áreas de posse, conflitos e números de famílias envolvidas, que reivindicavam terra para plantar, colher e viver. Nele é identificado, também, a singularidade da distribuição de terras no estado, em particular, na região do sertão – composta por minifúndios e latifúndios.

As discussões sobre latifúndios e minifúndios são amplas, complexas e, por vezes, interditadas. Segundo Claudemir Cosme e Mônica Pereira, estes conceitos se encontram suprimidos dos normativos institucionais do Estado e condenados pelos defensores do agronegócio. Entretanto, é necessário analisá-los para que se possa compreender a questão agrária no Brasil. Há parâmetros que distinguem o latifúndio em relação ao minifúndio pelos seguintes critérios: pequenas propriedades de até 100 hectares, médias propriedades de 100 a 1.000 hectares e grandes propriedades a partir de 1.000 hectares.<sup>220</sup>

Este debate é permeado de especificidades, diferenciações e disputas conceituais, econômicas e sociais. Dentre elas, a adequação da dimensão e viabilidade de um minifúndio no sertão de Alagoas diferem das referidas relações da zona da mata e do agreste – no que tange ao aproveitamento da terra por conta do tamanho, tipo de solo, regime pluviométrico, produtividade e condições de subsistência, renda e cidadania para as famílias camponesas.

A este respeito, Cícero Albuquerque considera que as contradições e os desafios existentes na região do sertão e do semiárido não são provenientes apenas do clima, das secas, mas sobretudo, das cercas. Restrição que impede que o(a) trabalhador(a) rural tenha acesso à terra como instrumento de trabalho, produção, cultura, política e atuação social. Segundo este autor, frente a essas contradições, o campesinato sertanejo e do semiárido cultivam estratégias para permanecerem na terra – através de troca de serviços em roças, migração temporária, entre outras.<sup>221</sup>

Na percepção de Manoel de Aguiar Correia – participante das CEBs, do STTR/Inhapi e assentado no Lameirão – os setores populares da Igreja Católica despertaram, para aqueles(as) que possuíam minifúndios, que as dimensões reduzidas de suas propriedades – em relação à estrutura fundiária e produtiva do sertão – os tornavam sujeito(a)s sem terra, pois “o pobre que tem 10 ou 15 tarefas de terra, que quer conseguir ter um crédito, não consegue, isso

---

<sup>220</sup> COSME, Claudemir Martins; PEREIRA, Mônica Cox de Britto. A concentração fundiária como uma das faces da contrarreforma agrária no Brasil: a reprodução do latifúndio e do minifúndio no campo alagoano. *GEOgraphia*, Niterói: Universidade Federal Fluminense, vol. 22, n. 48, p. 272-288, 2020, p. 277.

<sup>221</sup> ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. *Op. cit.*, p. 36.

não resolve, também é sem terra do mesmo jeito”.<sup>222</sup> Em sintonia com essa narrativa, a participante da Pastoral Rural, Maria Zilma Tavares Costa, pondera que as expectativas comuns dos trabalhadores(as) rurais da região que possuíam minifúndios perpassou pelo direito à terra como instrumento de dignidade e cidadania – uma crença, valor e símbolo de que um pedaço de terra, ainda que reduzido, garante a sobrevivência de sua família. Esses homens e mulheres sonhavam,

Em ter um pouco de terra. A maioria vivia em fazendas, trabalhavam... Outros tinham só um pouquinho, porque às vezes herda[vam] de um parente, dos avós... [mas] que não é [ou era] suficiente porque quando a família cresce, principalmente no sertão, você não consegue ter uma boa renda, uma boa safra [, principalmente,] com os períodos de seca.<sup>223</sup>

Diante desse cenário, a atuação da Pastoral Rural, através das CEBs e da Forania do sertão, problematizou questões sociais, políticas e agrárias com o objetivo de contribuir para o conhecimento e consciência destes camponeses – compreendidos como trabalhadores(as) rurais sem terra e demais sujeitos comuns, limitados e/ou desprovidos do acesso a terra. Neste sentido, as discussões da cartilha, dos materiais datilografados e das reuniões bíblicas se voltavam para a realidade dos(as) trabalhadores(as) rurais da região, enquanto um elemento de conscientização e defesa dos direitos e dos interesses das comunidades assistidas, envolvidas e participantes. Segundo Costa, nesses movimentos articulados pela Igreja Católica,

Sempre pregavam muito a questão de que tem que você viver bem, de viver melhor, que Jesus deu a vida por uma vida melhor... Então eles contribuíram muito com essa visão, que você tem que lutar por uma coisa melhor. Eles nunca foram de ir em uma reunião e falar que vocês têm que ocupar a terra! Não, mas aí eles sempre disseram: tem que lutar por uma vida melhor e tem caminhos de se lutar, cobrando das autoridades, se organizando na comunidade para resolver coisas que vocês juntos podem resolver, que um sozinho não pode.<sup>224</sup>

Na referida narrativa, o processo formativo desenvolvido pelos setores populares da Igreja Católica despertou uma consciência religiosa, política e social entre os(as) trabalhadores(as) da região. Segundo o assentado do Lameirão e ex-seminarista da Teologia

---

<sup>222</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

<sup>223</sup> COSTA, Maria Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016.

<sup>224</sup> *Ibid.*

da Enxada, José Cazuza Ferreira de Oliveira, durante os encontros das CEBs e da Forania, organizados pela Pastoral Rural, iniciaram-se as discussões da luta pela terra entre aqueles que vinham “discutindo a luta pela terra, a terra como um direito para que o trabalhador que não [a] tinha tivesse acesso a terra, como um bem de todos. E, religiosamente falando, um bem de Deus, que deveria estar a serviço dos seus filhos”.<sup>225</sup>

Para Marcelo Souza e José Caravias, por sua vez, o fato de o(a) trabalhador(a) observar a terra como um bem de Deus não significa que ele deveria esperar passivamente esse território. A partir desse entendimento, muitos movimentos compreenderam que a terra era um elemento divino e passaram a traçar experiências de ocupação, acampamentos e resistência para conquistar o referido direito humano e social a terra, a exemplo de Belo Monte na Guerra de Canudos.<sup>226</sup>

Retomando Thompson, a respeito da economia moral da multidão, o historiador destaca que as revoltas, rebeliões e motins realizados na Inglaterra no século XVIII não podem ser compreendidas apenas pela alta dos preços do cereal e por outros fatores econômicos.<sup>227</sup> As estratégias cultivadas pelos(as) trabalhadores(as) também tinham referências nos códigos sociais e culturais compartilhados e referenciados. Tecendo um paralelo com as ações para o acesso a terra no sertão de Alagoas na década de 1980, elas também podem ser entendidas a partir dos costumes, tradições e valores sociais – como o trabalho coletivo, ajuda mútua, solidariedade, fraternidade, entre outros.

Assim, o trabalho da Pastoral Rural e das CEBs, potencializado nas reuniões de formação e de planejamento da Forania, despertou nos(as) trabalhadores(as) rurais a compreensão das raízes sociais estruturantes que teciam as relações de opressão na qual eles(as) estavam premidos, envolvidos e em confronto. Na esteira deste contexto histórico, no curso do processo de redemocratização e do advento da Nova República, os(as) trabalhadores(as) sem terra se sentiram estimulados a despertarem horizontes de expectativas mais efetivos em relação ao direito de uso e de posse da terra – experiências fomentadas, entre 1982 e 1989, que resultaram, como já dito, na criação do Assentamento Peba e do Assentamento Lameirão. A esse respeito, Jucilene Maria Aguiar Silva – assentada no Lameirão, participante das CEBs – destaca que:

---

<sup>225</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 09/02/2016.

<sup>226</sup> SOUZA, Marcelo de Barros; CARAVIAS, José L. *Op. cit.*, p. 100.

<sup>227</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 152.

Os pais de famílias que trabalhavam como arrendatários, que trabalhavam com os fazendeiros, não tinham suas terras para poder sobreviver e criar seus filhos de uma forma digna [...] Eram pessoas que não tinham espaço para crescer, não podia ter terra, não podia ter casa, não podia ter a sua vida própria [...], uma vida melhor, [do] que [a deles para que] (...) filhos tivessem uma vida melhor, pudessem ter certa liberdade... [Liberdade] de chegar ao ponto de ter sua própria vida, de ser um ser humano de verdade.<sup>228</sup>

A identificação desses arrendatários despertou horizontes comuns e de identificação com os(as) trabalhadores(as) rurais sem terra – ou seja, de serem livres, de terem uma vida própria, com organizações sociais e políticas. Essas narrativas expressavam em termos sociais uma identidade/compreensão acerca de um “campesinato autônomo”.<sup>229</sup>

A Pastoral Rural, as CEBs e a Forania, cumpriram um papel importante na formação política e social dos(as) trabalhadores(as) rurais do sertão alagoano. A ação articulada desses movimentos, por vezes realizados fora do alcance das vistas dos latifundiários e dos mandatários locais, foi essencial. Estes, por razões e interesses opostos, eram contrários à organização coletiva dos(as) trabalhadores(as), como destaca a narrativa de Silva acerca das ações da Pastoral Rural.

Era através das leituras que a gente [da Pastoral Rural] explicava como era a vida da pessoa que trabalhava no campo. A diferença de quem trabalhava no campo e de quem vivia na cidade. Até porque naquela época era bem diferente de hoje, tinha muita coisa que era privado [fechado, restrito, proibido]. Hoje tem muita coisa que o pessoal já é mais aberto, conversa. Mas, naquele tempo, sempre tinha as reuniões às escondidas para que os políticos não chegassem a saber... [A saber] como era a verdadeira história que a pessoa vivia. Era uma coisa secreta, como se diz, a gente usava aquelas argumentações escondidas, com medo que chegasse até a algumas pessoas que tinham mais um poder econômico, para que a pessoa não fosse atingida, não fossem atacados por eles [...] mesmo sem a pessoa ter experiência, sem saber direito, porque a gente não conhecia direito o que era uma ditadura, mas a gente já a vivia.<sup>230</sup>

Os referidos movimentos religiosos de leigos católicos, além das reuniões, grupos de estudos bíblicos e de formação política, animavam as novenas, terços, missas e romarias com

<sup>228</sup> SILVA, Jucilene Maria Aguiar. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/09/2018.

<sup>229</sup> CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. *Lutas & Resistências*, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, v.1, p.146-162, 2006, p. 151.

<sup>230</sup> SILVA, Jucilene Maria Aguiar da. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/09/2018.

grupos de teatro, repentistas e poetas populares. Dentre os poemas e repentes lidos, destacam-se os versos recitados por João Augusto, da CEB do Pé da Ladeira, município de Inhapi. Segundo José Cazuza Ferreira de Oliveira, tal poeta e repentista costumava cantar “eu acredito que o mundo será melhor, quando o menor que padece acreditar no menor”.<sup>231</sup>

Estes encontros valorizavam também o uso de plantas medicinais da região, enquanto remédios naturais e de custo acessível para a cura de doenças e para o bem-estar. Neste sentido, o trabalho das freiras Cecília Sodero Pousa e Gê com as ervas medicinais contribuiu para a valorização e difusão do conhecimento acerca de fitoterápicos naturais conhecidos na região, destinados aos cuidados com a saúde – em complemento aos fármacos industrializados que, muitas vezes, não estavam ao alcance da população.<sup>232</sup> As discussões sobre as plantas medicinais também foram abordadas pelo grupo de “Poetas Populares” constituído pelos integrantes das CEBs. A este respeito, uma das composições dizia “nossa alegria é saber que um dia, nossas doenças vão se acabar, só tomando remédio do mato e na farmácia não vamos mais comprar”.<sup>233</sup>

As canções dos “Poetas Populares”, ao seu modo, evidenciam a religiosidade, a cultura popular e o cotidiano do homem e da mulher do campo. Dessa forma, é possível presumir que nas letras das canções, repentes e poesias, além do lúdico, popular e religioso, elas também suscitaram um processo pedagógico de conscientização, pertencimento e de identidade junto aos(as) trabalhadores(as), acerca das questões agrárias, sindicais, sociais e políticas.

A este respeito, segundo Asfora, as CEBs contribuíram, no curso dos anos de 1980, para o surgimento de um novo movimento sindical, popular e político, que desembocou na constituição da Central Única dos Trabalhadores (CUT), estruturada tanto em âmbito nacional quanto dos estados e municípios, a partir de 1983.<sup>234</sup> Estruturação, organização e expansão ocorrida inclusive no sertão de Alagoas.

Crispin Moreira, em suas pesquisas a respeito da resistência do campesinato, considera que durante o século XX e XXI o campesinato brasileiro teria almejado autonomia, no que corresponde à afirmação dos modos de produção, relações sociais e organização política, que

---

<sup>231</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 09/02/2016.

<sup>232</sup> OLIVEIRA, Enoque Ferreira de. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 30/09/2020.

<sup>233</sup> *Ibid.*

<sup>234</sup> ASFORA, Maria de Fátima Yasbeck. *Op. cit.*, p. 47

diferem dos moldes capitalistas, imposto para o campo.<sup>235</sup> Concomitante a essa discussão, Simone Ferreira discorre, a partir de seus estudos, que a autonomia camponesa está imbricada, sobretudo, na organização produtiva das famílias camponesas. Essa organização contribui nas relações sociais, culturais e políticas, por meio do trabalho na terra que é espaço e símbolo de morada, produção, reprodução, identidade social e política.<sup>236</sup>

Nessa sintonia, Christiane Campos destaca que os movimentos do campo vêm estimulando o fortalecimento desta identidade política e cultural, e acrescenta que esta autonomia é fruto das conquistas sociais e políticas dos movimentos do campo. Ademais, a autora ressalta que tal autonomia camponesa tem sido (re)discutida pelos movimentos do campo através de novas demandas, dentre elas: os cuidados com os bens naturais, capacidade de articulação e a responsabilidade social na produção de alimentos.<sup>237</sup>

Em torno destas questões que envolvem a constituição de um campesinato autônomo no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tanto em termos conceituais quanto práticos, tem fortalecido hábitos da cultura camponesa enquanto *élan* de identidade social e política de classe. E, neste sentido, estimulado práticas como produção de sementes crioulas, cantigas (de mutirão, cultivo, mobilizações e festas), comidas, produção de alimentos a partir de base agroecológica para o campo e cidade.<sup>238</sup> Estes são elementos e símbolos incorporados à luta pela terra, pela reforma agrária e por uma sociedade com menos desigualdades e injustiças.

### 2.2.3. O Seminário Rural da Paraíba

Em compasso com essas ideias, processos e experiências de formação de uma identidade acerca de um campesinato autônomo, pressupõe-se que eles tiveram, enquanto um dos seus pontos de germinação/estimulação, as ideias da Teologia da Enxada fomentadas a partir do Seminário Rural da Paraíba, na década de 1980, no sertão de Alagoas. Após a participação de integrantes das CEBs de Inhapi neste seminário em 1982, dentre estes, José

---

<sup>235</sup> MOREIRA, Crispin. *Vida e luta camponesa no território: casos onde o campesinato luta, marcha e transforma o território capitalista*. Tese de doutorado em Geografia. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 104.

<sup>236</sup> FERREIRA, Simone Raquel Batista. *Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo*. Dissertação de mestrado em Geografia. São Paulo: USP, 2002, p. 40.

<sup>237</sup> CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. *Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo*. *Lutas & Resistências*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, v.1, p.146-162, 2006, p. 151.

<sup>238</sup> *Ibid.*, p. 157.

Cazuza Ferreira de Oliveira, também conhecido como Cazuza, teve a oportunidade de vivenciar a Teologia da Enxada e sua metodologia de formação, ações de evangelização e perspectiva política, crítica e social.<sup>239</sup>

Este Seminário – como já foi mencionado – foi inspirado na experiência da Teologia da Enxada (1969-1971) ocorrida em Tacaimbó/Pernambuco, Salgado de São Félix/Paraíba e em Talca/Chile e floresceu na casa de retiro das Irmãs do Sagrado Coração de Jesus, após visitas do Padre Comblin ao Brasil ocorridas no início dos anos de 1980.<sup>240</sup> Segundo Marcos Santos, a retomada das experiências da Teologia da Enxada ocorreu de fato no Seminário Rural da Paraíba, com o objetivo de formar padres, missionários e leigos capazes de atender às exigências e demandas das CEBs, em particular na zona rural do Nordeste.<sup>241</sup>

O seminário foi organizado em um sítio no município de Pilões, Paraíba, a partir de 25 de janeiro de 1981. As atividades de formação da instituição começaram com 12 alunos, sendo a maior parte advindos do Maranhão. Algum tempo depois, o espaço de formação foi transferido para o município de Serra Redonda, também na Paraíba.<sup>242</sup>

A estrutura do Seminário foi organizada da seguinte forma: nos primeiros dois anos os alunos ficavam em uma casa central e, durante esse período, receberam formação espiritual, fazendo orações e estudos bíblicos, de língua portuguesa, matemática e problemas sociais. Os alunos trabalhavam na terra pela manhã e à tarde estudavam. Após o período de dois anos, os alunos eram destinados para os povoados, organizados em pequenas equipes de trabalho e alugavam casa e terra para residirem e trabalharem junto aos camponeses. A cada três semanas um professor do Seminário os visitava com objetivo de avaliar e orientar as atividades seguintes.<sup>243</sup>

Após os primeiros anos de atuação, o Seminário passou a receber cerca de 50 a 60 alunos por ano, vindos de vários estados do Nordeste, enviados por padres amigos.<sup>244</sup> A vivência desta experiência, baseada na Teologia da Enxada, no município de Serra Redonda, entre anos de 1982 a 1984, é narrada por Oliveira – enviado a este Seminário por recomendação do Padre Luiz Torres – como uma experiência formativa concebida para

---

<sup>239</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019.

<sup>240</sup> SANTOS, Marcos Roberto Brito dos. *Os missionários do campo e a caminhada dos pobres no Nordeste*. Dissertação de mestrado em História. Salvador: UFBA, 2007, p. 20.

<sup>241</sup> *Ibid.*, p. 21.

<sup>242</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. *Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990)*. Recife: CEPE, 2019, p. 199.

<sup>243</sup> *Ibid.*, p. 198.

<sup>244</sup> *Ibid.*

Formar padres e missionários, voltados para questões do campo, para trabalhar, sobretudo, com as comunidades rurais, dentro desse conceito da Teologia da Libertação com o Padre Joseph Comblin, que era o mentor maior e era um dos nossos professores. O padre Jorge, que trabalhava no Maranhão, mais que ficava por lá e o missionário João Batista, esses eram um dos nossos principais professores, que a gente tinha lá morando no seminário. Na Arquidiocese de João Pessoa, na época, Dom José Maria Pires era o arcebispo de João Pessoa, na cidade Serra Redonda, bem próximo de Campina Grande.<sup>245</sup>

Observa-se, portanto, na bibliografia e nas fontes discutidas, que a experiência do Seminário Rural da Paraíba tinha como objetivo a formação de sacerdotes para o meio rural, a partir da formação realizada no campo e em sintonia com a realidade, costumes e valores dos camponeses nordestinos. No entanto, o projeto não foi aceito pelo Vaticano. Em meados dos anos de 1980, Dom José Maria Pires, Arcebispo de João Pessoa, chegou a apresentar a proposta do Seminário em Roma, mas ela foi desaprovada pela Santa Sé sob a justificativa de ser inapropriada para sacerdotes. O Seminário, como estratégia alternativa, foi transformado em um Centro de Formação Missionária para leigos.<sup>246</sup> Segundo Asfora, o Centro de Formação Missionária para Camponeses foi o primeiro constituído na América Latina. Entretanto, o Papa João Paulo II também não o aprovou.<sup>247</sup>

Segundo Oliveira, as discussões e estudos desenvolvidos no Seminário Rural da Paraíba, entre os anos de 1982 a 1984, contribuíram para a germinação de concepções religiosas, políticas e econômicas sobre a luta pela terra. A respeito, ele destaca que:

Lá [no Seminário Rural da Paraíba] nós tínhamos uma discussão muito importante, fundamentada na questão da terra. A gente discutia a história do povo Hebreu, a história da religião, tudo isso com foco nessa promessa da terra prometida. Foi muito importante, nos deu muita base, não só espiritual, mas convicções políticas, de um mundo diferente, com conceitos de igualdade, com conceitos socialistas, foram descobertas lá dentro.<sup>248</sup>

O Seminário Rural da Paraíba não conseguiu formar sacerdotes, por conta da proibição da Santa Sé, no entanto, estimulou os participantes do Seminário na Pastoral Rural, nas CEBs, a atuarem e constituírem movimentos sociais no campo e nas cidades: STTRs, CUT, MST, entre outros. Articulado a este processo de conscientização, identidade e

<sup>245</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019.

<sup>246</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. *Op. cit.*, p. 199.

<sup>247</sup> ASFORA, Maria de Fátima Yasbeck. *Op. cit.*, p. 54.

<sup>248</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019.

pertencimento, é formada parte significativa dos sócios do STTR de Inhapi, no sertão de Alagoas. Segundo o ex-seminarista Oliveira, a experiência do Seminário Rural da Paraíba e dos movimentos de leigos católicos foi decisiva para o surgimento de uma nova concepção de sindicalismo rural, mais independente, autônomo – no que corresponde a afirmação da identidade e responsabilidade social dos(as) trabalhadores(as) rurais –, e crítico ao aparelhamento e controle burocrático do Estado. A partir desse novo grupo, sob inspiração da Teologia da Enxada, a

gente já teve um pouco de apoio, uma base inicial da Igreja local, da Igreja local passamos para o seminário, do retorno do seminário é onde a gente entrou, digamos assim, de corpo e alma dentro do sindicato dos trabalhadores rurais [...] quando saí do seminário é que entra na militância mesmo, na busca do direito, da busca concreta da terra, comprometido com essas questões sociais.<sup>249</sup>

Segundo Manoel de Aguiar Correia – integrante das CEBs, STTR/Inhapi e da ocupação da Fazenda Peba – a partir da participação de alguns trabalhadores no Seminário Rural da Paraíba é que se despertaram novas discussões acerca do papel do sindicato naquele contexto histórico. Dentre elas, a importância dele para que os(as) trabalhadores(as) rurais tivessem direito a terra. Em sua narrativa, Correia destaca que

Alguns seminaristas disseram assim: o sindicato era pelego, o sindicato não batia com as ideias da Igreja. Tudo que se dizia para os diretores, alguém ia levar para o chefe político. O que aconteceu, a Igreja se organizou com um grupo de pessoas para ganhar o sindicato, porque ganhando o sindicato nós podemos fazer um trabalho. Ganhamos primeiro o meio e ainda ficou umas pessoas infiltradas e precisamos fazer reuniões um pouco secretas, se não eles entregavam.<sup>250</sup>

Quando Correia narra que “ganhamos primeiro o meio”, observa-se a consciência de se organizar uma ocupação gradual dos espaços sociais, políticos e sindicais. Por outro lado, revela-se os riscos de participar dos debates sindicais, seja pelo legado autoritário do mandonismo local, seja pelo controle burocrático imposto pela ditadura civil-militar. Ele destaca também que “a luta de classe vai amadurecendo na medida que as pessoas vão tomando consciência”.<sup>251</sup>

---

<sup>249</sup> *Ibid.*

<sup>250</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

<sup>251</sup> *Ibid.*

Neste sentido, é possível fazer um paralelo com os argumentos de Thompson acerca do fazer-se da consciência de classe – um resultado das experiências constituídas pelos(as) trabalhadores(as) no contexto das relações de produção, econômica, cultural e social em que estão inseridos.<sup>252</sup> Assim, compreende-se que a tomada de consciência da identidade social e de classe dos(as) trabalhadores(as) rurais no sertão de Alagoas foi um processo evidenciado a partir das reflexões, experiências e movimentos compartilhados com os movimentos de leigos católicos e com os movimentos sociais do campo adensados a partir da década de 1980.

A partir desse debate e do acúmulo de experiências da Pastoral Rural, das CEBs e da Forania, os(as) trabalhadores(as) rurais da região de Inhapi passaram a construir ações para reorganizar o sindicato rural, em particular, valendo das experiências de participação de trabalhadores da região no Seminário Rural da Paraíba.<sup>253</sup> E foi a partir delas que germinaram várias outras ações, estratégias e movimentos de luta e de resistência em defesa da reforma agrária em Alagoas, no Sertão do Rio São Francisco, entre as últimas décadas do século XX.

### **2.3. Da Moderna-conservadora Agricultura ao Novo Sindicalismo**

#### **2.3.1. A moderna-conservadora agricultura brasileira**

Antes de discutir a importância do sindicalismo rural no sertão de Alagoas, faz-se necessário tecer uma contextualização quanto ao estágio técnico, tecnológico e econômico da agricultura brasileira e de sua relação com os(as) trabalhadores(as) do campo. A esse respeito, a partir de meados da década de 1960, em pleno curso da ditadura civil-militar (1964-1985), iniciou-se e intensificou-se esta política agrícola e econômica.

Segundo Guilherme Delgado, o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira – ou política do governo federal de apoio ao desenvolvimento do capitalismo agrário concentrador, excludente e voltado para o agronegócio e para a exportação – tinha como objetivos a adoção de pacotes tecnológicos, financiamento e estímulo à constituição de complexos agroindustriais. O autor destaca que esse processo preservou a estrutura fundiária brasileira, beneficiando as oligarquias rurais ligadas a grande

---

<sup>252</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Op. cit., p. 9-14.

<sup>253</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019.

propriedade e o capital. Por esta razão, esse processo, potencializado entre as décadas de 1960 a 1980, foi denominado “modernização conservadora da agricultura brasileira”.<sup>254</sup>

Para Rosane Balsan, a modernização da agricultura brasileira trouxe impactos para o campo, dentre eles a continuidade e o agravamento da exclusão dos(as) trabalhadores(as) rurais do acesso ao emprego e à renda, provocada pela distribuição desigual da terra e a consequente competitividade do capitalismo. Segundo essa estudiosa, esse processo estimulou o êxodo rural e, conseqüentemente, o inchaço das cidades e a intensificação das lutas sociais no campo e nas cidades.<sup>255</sup>

Segundo Fernandes, em suas pesquisas sobre a formação do campesinato brasileiro, essa conjuntura de modernização da agricultura agravou o processo de expulsão dos(as) trabalhadores(as) de suas terras de forma ainda mais violenta. Esta política, em particular, intensificou os conflitos agrários, que passaram a eclodir com maior frequência a partir das últimas décadas do século XX.<sup>256</sup> Frente a este novo contexto, os(as) trabalhadores(as) rurais influenciados pelas Pastorais Rurais, pelas CEBs e em torno dos debates sobre a Constituição de 1988 passaram a organizar e mobilizar ações em torno de estratégias de luta e de resistência, a exemplo, da criação, organização e expansão do MST.<sup>257</sup>

Neste período, década de 1970/1980, a população urbana de Alagoas teve crescimento de 54,58%.<sup>258</sup> Segundo Cícero Péricles Carvalho, o aumento da população urbana de Alagoas na década de 1980 foi resultado da ausência de investimentos para as pequenas unidades agrícolas que não contaram com assistência técnica, crédito e de uma política focada na comercialização de sua produção. Em contraponto, a ausência de apoio institucional aos pequenos produtores e o incentivo governamental para a modernização técnica da agricultura de precisão, extensiva e em escala suscitou o aumento da concentração de terras, a ampliação da expulsão dos(as) trabalhadores(as) do campo e, conseqüentemente, na migração dos referidos trabalhadores(as) a busca de subempregos e moradia nas periferias das cidades.<sup>259</sup>

---

<sup>254</sup> DELGADO, Guilherme Costa. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, p. 19.

<sup>255</sup> BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. *Campo-território: revista de geografia agrária*. Rio Grande do Sul: EDUFU, v. 1, n. 2, p. 123-151, 2006, p. 145.

<sup>256</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 –1999)*. Tese de doutorado em Geografia. São Paulo: USP, 1999, p. 33.

<sup>257</sup> *Ibid.*, p. 39.

<sup>258</sup> CABRAL, Luiz Antonio Palmeira. *Planos de Desenvolvimento de Alagoas (1960 – 2000)*. Maceió: EDUFAL, Seplan, Fundação Manoel Lisboa, 2005, p. 129.

<sup>259</sup> CARVALHO, Cícero Péricles. *Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas*. 3º edição. Maceió: EDUFAL, 2008, p. 15.

A este respeito, o *Jornal Sem Terra* veiculou em sua edição de número 80, publicado em 1989, que conforme os dados oficiais, em Alagoas, 141.330 famílias de trabalhadores(as) rurais não tinham acesso a terra.<sup>260</sup> Um claro indicador da intensa exploração dos(as) trabalhadores(as) no campo e do elevado grau de exclusão destes do acesso a terra.

Diante desta realidade, claramente evidenciada no número de famílias de trabalhadores(as) rurais excluídas do acesso a terra, os registros da vida cotidiana pela sobrevivência destes se mostraram mais duros, difíceis e conflituosos. Neste cenário, passaram a ocorrer rupturas com tradições de relações de trabalho não capitalistas e de coerção extraeconômica – a exemplo de parcerias ou *meias*, espécie de arrendamentos ou uso da terra por compromisso pessoal, no qual se estabelecia como troca pelo uso da terra a entrega de parte da produção ou prestação de serviços, favores e compadrios.

Além disso, a descontinuidade e a ruptura com tais experiências passaram a acirrar os conflitos entre os(as) trabalhadores(as) rurais sem terra, os latifundiários e mandatários do poder político local. A este respeito, Manuel Correia de Andrade destaca que as relações de trabalho no campo são diversificadas de uma área para outra ou entre regiões e, em regra, diferem da vida urbana e, por vezes, das moldes capitalistas.<sup>261</sup> A respeito das relações de trabalho no sertão de Alagoas, na década de 1980, segundo Lourdes Santana – natural de Água Branca, Alagoas, membro da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Santo Antônio, designada para a Paróquia de Delmiro Gouveia –<sup>262</sup> o arrendamento de terras na região era uma prática comum, na qual

As famílias eram, na sua maioria [de] agricultores [sem-terra], [que] trabalhavam em terras arrendadas dos fazendeiros. Isso era um costume não só na cidade [município] de Delmiro Gouveia, mas em toda região ali do sertão [de Alagoas] ... O pessoal trabalhava arrendado ou então alugava um pedacinho de terra, sobretudo na época do inverno para plantar. E plantavam, tiravam a colheita e deixavam como resultado o capim para o gado do fazendeiro. Então essa era a prática [de troca de serviços] conhecida um pouco na região.<sup>263</sup>

O costume de arrendar a terra em troca de parte da produção ou do preparo da terra para outros usos pelos latifundiários pode ser entendido a partir da realidade social da vida

---

<sup>260</sup> JST. Terra ocupada. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 80, ano IX, Jan e fev. 1989, p. 7.

<sup>261</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas Camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986, p. 5-6.

<sup>262</sup> SANTANA, Lourdes. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016.

<sup>263</sup> *Ibid.*

dos(as) trabalhadores(as) rurais sem terra, enquanto estratégia de resistência para permanecerem na terra. Por outro lado, expõe o processo de exclusão destes trabalhadores(as) do direito ao uso e posse da terra. Tal processo foi intensificado a partir de meados da década de 1960, com a modernização conservadora da agricultura brasileira, que investiu na inovação técnica-tecnológica para produção em escala de atividades do agronegócio e da exportação e, além de ter mantido o latifúndio, ampliou a concentração agrária e aprofundou a exclusão dos(as) trabalhadores(as) ao acesso a terra.

A esse respeito, a participante da Forania do sertão de Alagoas, Maria de Lourdes Barreto, narra o grau de dependência dos(as) arrendatários(as) em relação ao acesso a terra, às sementes e à produção agrícola no sertão alagoano. No referido cenário da década de 1980, era muito forte o fenômeno da concentração de terras e existiam muitos posseiros, meeiros e parceiros que “trabalhavam em terras de outros, a questão da semente quando era distribuída para os trabalhadores era via cabo eleitoral, uns tinham acesso outros não, os que recebiam e os que não recebiam era via os cabos eleitorais do poder público”.<sup>264</sup>

Em contraponto a este processo histórico, o novo contexto agrário protagonizado pelos movimentos sociais do campo no Brasil – fomentado a partir do fim da ditadura civil-militar, a partir do trabalho de formação das CEBs e do despertar de uma consciência de classe trabalhadora rural – passou a evidenciar um novo tipo de campesinato autônomo. Para Campos, em seus estudos sobre campesinato e autonomia política, a ciência e identificação acerca desta condição campesina tornam-se mais evidentes a partir da capacidade dos sujeitos compreenderem a realidade que os envolvem e da possibilidade da constituição de grupos de interesses articulados em termos políticos, culturais e sociais.<sup>265</sup>

Segundo Maria de Lourdes Barreto, o processo de reabertura democrática e a volta das mobilizações populares também se fizeram presentes no sertão de Alagoas. Nesse contexto, na década de 1980, os(as) trabalhadores(as) rurais de Inhapi, apoiados pelos setores populares da Igreja Católica, começaram a participar mais ativamente junto aos sindicatos rurais, em particular, contrapondo-se aos chamados sindicalistas pelegos, e compondo chapas de oposição e a favor da luta pela terra. Assim, o STTR de Inhapi “foi o primeiro sindicato dos(as) trabalhadores(as) rurais a se filiar à CUT. Foi dali que começaram vários movimentos

---

<sup>264</sup> BARRETO, Maria de Lourdes. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 29/08/2020.

<sup>265</sup> CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. *Op. cit.*, p. 151.

de apoio aos trabalhadores rurais, porque tinham uma direção diferente e tinham o apoio das CEBs através dos irmãos e irmãs, dos padres e da Forania”.<sup>266</sup>

### 2.3.2. Sindicalismo rural em tempos de ditadura civil-militar

Um sindicato bem organizado  
Deve procurar todas as maneiras  
De defender os interesses da classe.  
Nos dias de hoje, a principal luta do sindicato  
É de exigir a Reforma Agrária,  
Lutando assim para que todos os lavradores tenha[m] TERRA.<sup>267</sup>

Nos versos destacados da cartilha “Abra a porta: cartilha do povo de Deus”, ficam evidentes as orientações para a organização de um sindicato rural independente, autônomo e combativo – modelo, prática e princípios associados no contexto do final da década de 1970 e início da década de 1980, ao denominado novo sindicalismo.<sup>268</sup> A este respeito, a mencionada cartilha deixa clara a importância da organização sindical para defender os interesses de classe dos(as) trabalhadores(as) rurais em torno da luta pela reforma agrária e direitos políticos e sociais.

Em relação aos sindicatos, segundo Ellén Corrêa, a ditadura civil-militar atingiu de forma dura as instituições e movimentos que defendiam os(as) trabalhadores(as) do campo.<sup>269</sup> Neste sentido, a reorganização ou criação de sindicatos rurais a partir das décadas de 1970 /1980 – apesar dos entraves impostos pela estrutura sindical corporativa e/ou por conta de intervenções políticas, partidárias e governamentais – tornou-se uma importante possibilidade, dentro da conformidade do contexto político, de organização para os(as) trabalhadores(as) rurais.<sup>270</sup>

Nesse sentido, antes de discorrer acerca do STTR de Inhapi, faz-se necessário considerar que o sindicalismo rural em Alagoas teve contribuições relevantes da Igreja Católica, a partir de 1961, por meio do Serviço de Orientação Rural de Alagoas (SORAL). O

<sup>266</sup> BARRETO, Maria de Lourdes. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 29/08/2020.

<sup>267</sup> IGREJA CATÓLICA. *Abra a porta cartilha do povo de Deus*. 2 ed. Dioceses de Caratinga, Teófilo Otoni, Divinópolis e Araçuaí: Edições Paulinas, 1979, p. 382.

<sup>268</sup> ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da. Para onde foram os sindicatos? do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. *Caderno CRH*, Salvador: UFBA, v. 28, n. 75, p. 511-528, 2015.

<sup>269</sup> CORRÊA, Ellén Gallerani. *Sindicalismo rural e centrais sindicais no Brasil: aproximações e disputas nas primeiras décadas do século XXI*. Tese de doutorado em Ciência Política. Campinas: Unicamp, 2018, p. 54.

<sup>270</sup> *Ibid.*, 54.

referido serviço desenvolveu ações para a constituição de sindicatos rurais nos territórios que abrangiam a Arquidiocese de Maceió, localizada na zona da mata. Segundo Fernando Medeiros, aquela arquidiocese estava em sintonia com os debates desenvolvidos na época pela Igreja Católica no Nordeste.<sup>271</sup>

No tocante à sindicalização rural no Nordeste, na década de 1960, ela perpassou pela cooperação da Igreja Católica na região, em particular, através das ações do Serviço de Assistência Rural (SAR), criado em 1949 na Arquidiocese de Natal, Rio Grande do Norte. Os frutos do SAR foram observados em vários estados, a exemplo de Alagoas, através das parcerias com o SORAL; e de Pernambuco, a partir das ações em conjunto com o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE).<sup>272</sup>

Entretanto, os estudos de Medeiros em referência à sindicalização rural em Alagoas, limitam-se à zona da mata e não abrangem o sertão. Já o trabalho de Amaro Leite da Silva discute alguns traços do sindicalismo rural no sertão de Alagoas, em particular, do surgimento do sindicalismo rural em Água Branca na década de 1960. No referido estudo, ele descreve a relação campesina com os remanescentes indígenas da região e a aproximação destes com a Ação Popular (AP), inclusive sobre a proposta/experiência de uma guerrilha rural.<sup>273</sup>

Segundo o assentado do Lameirão e ex-seminarista, José Cazuzza Ferreira de Oliveira, o sindicato rural de Água Branca, em razão de seu histórico e base social pode ser considerado autêntico, combativo e engajado na defesa dos direitos dos(as) trabalhadores(as). Para Oliveira, o referido sindicato possuía acúmulo teórico, político e algumas de suas lideranças, a exemplo de Josué Correia, ativista da AP/PC do B, perseguido durante a ditadura civil-militar, é uma referência dessa luta.<sup>274</sup> Entretanto, apesar desse reconhecimento e deferência, Oliveira não descreve os pontos em comum e/ou divergentes entre os grupos sindical/político de Pariconha/Água Branca em relação ao de Inhapi/Delmiro Gouveia. Uma discussão importante, relevante e significativa que precisa ser aprofundada em uma outra pesquisa.

Voltando ao STTR de Inhapi, sua delegacia sindical foi criada em 1975 com o apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), durante a ditadura civil-militar. A

---

<sup>271</sup> MEDEIROS, Fernando Antonio Mesquita de. Igreja, esquerda católica e anticomunismo nos anos 1960/70 em Alagoas. In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*, Fortaleza: UFCE, 2009, p. 2.

<sup>272</sup> SANTOS, Iraneidson Costa. Os bispos nordestinos e a criação da CNBB. *Interações: cultura e comunidade*. Minas Gerais: PUC, vol. 9, n. 15, p. 109-143, 2014.

<sup>273</sup> SILVA, Amaro Hélio Leite da. Serra dos perigosos: uma experiência de guerrilha no alto sertão de Alagoas (1967). In: *Anais do V Encontro Nordestino de História*, Recife: UFPE, 2004.

<sup>274</sup> OLIVEIRA, José Cazuzza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

transformação da delegacia sindical em STTR ocorreu em 23/07/1979, mas a carta sindical de autorização para funcionamento só foi publicada em 1982.<sup>275</sup> Neste contexto, conforme a legislação vigente, o Estado determinava a representatividade de uma categoria de trabalhadores(as) por um sindicato, a partir da anuência oficial da carta sindical.<sup>276</sup>

Nesse período, eram comuns intervenções nas direções sindicais e o cumprimento do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), de março de 1963, e sobretudo, do Estatuto da Terra, de novembro de 1964. Este último já estava ajustado aos interesses militares e dos empresários que se instalaram no campo.<sup>277</sup> Este cenário legal, somente foi alterado após a Constituição de 1988, a qual proíbe intervenções e condicionantes autorizativos por parte do Estado para o funcionamento dos sindicatos – com ressalva ao registro no órgão competente para fins de atendimento do modelo de unicidade vigente, isto é, a unicidade sindical impede o estabelecimento de mais de um sindicato representativo de uma categoria na mesma base territorial.<sup>278</sup>

O ETR assegurou os direitos trabalhistas – que já haviam sido garantidos pela CLT para o trabalhador urbano – para os trabalhadores do campo, a exemplo de férias remuneradas, descanso semanal, contrato salarial individual e coletivo, entre outros. Além de garantir a jornada de trabalho de oito horas, a proteção contra a exploração do emprego, a proteção à mulher grávida, bem como, o direito à previdência social, entre outros.

Sob este último ponto, os recursos destinados para a previdência social rural, somente foram efetivados com a criação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), em 1967.<sup>279</sup> Este fundo tinha a finalidade de estabelecer benefícios previdenciários aos trabalhadores(as) rurais, como: aposentadoria por velhice ou invalidez, auxílio-doença, assistência médica e odontológica, pensão por morte, auxílio-funeral, entre outros. No entanto, o FUNRURAL só entrou em vigência em 1971, com a aprovação da Lei Complementar de n.º 11 de 25/05/1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL).<sup>280</sup>

<sup>275</sup> RIOS, Allyne Jaciara *et al.* *Inhapi: cidade da gente*. Fortaleza: Didáticos Editora, 2020, p. 194.

<sup>276</sup> CORRÊA, Ellén Gallerani. *Op. cit.*, p. 38.

<sup>277</sup> SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. *O sindicalismo rural e os caminhos para a autogestão: uma separação do assistencialismo?* Dissertação de mestrado em Serviço Social. Recife: UFPE, 2004, p. 61.

<sup>278</sup> BOLDRIN, Paulo Henrique Martinucci. *Representação sindical dos trabalhadores no atual modelo de organização sindical brasileiro: análise das greves sem a presença do sindicato da categoria*. Dissertação de mestrado em Ciências – Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito. Ribeirão Preto: USP, 2017, p. 40.

<sup>279</sup> CORRÊA, Ellén Gallerani. *Sindicalismo rural e centrais sindicais no Brasil: aproximações e disputas nas primeiras décadas do século XXI*. Tese de doutorado em Ciência Política. Campinas: Unicamp, 2018, p. 52.

<sup>280</sup> COLLETI, Claudinei. *Op. cit.*, p. 141.

É interessante observar que, a referida Lei Complementar, em seu artigo 28, apontava as entidades sindicais como órgãos de fiscalização e de identificação dos beneficiários, mediante convênio com o FUNRURAL. Dessa forma, os sindicatos rurais auxiliaram na implementação, divulgação e execução do PRORURAL.<sup>281</sup> Para Corrêa, a implantação dos convênios dos sindicatos rurais com o FUNRURAL e depois com o PROFURAL, estimulou a multiplicação destes pelo país.<sup>282</sup> Ainda segundo a autora, estas práticas tecno-burocráticas e assistencialistas, também observadas nas décadas de 1950/1960, estendiam a ingerência e a intervenção – dos governos militares e dos seus aliados civis – sobre os sindicatos rurais.<sup>283</sup>

Para Everton Picolotto, a oportunidade dos sindicatos rurais ofertarem esses serviços para os sujeitos do campo – que antes da constituição do ETR e do FUNRURAL não tinham políticas específicas para os(as) trabalhadores(as) rurais – estimulou a ampliação de seu quadro de sócios, assim como, aumentou a aceitabilidade social da entidade no campo. Nesse sentido, entre a década de 1960 e 1970, houve uma tendência de que o sindicalismo rural se detivesse aos serviços assistencialistas previdenciários oferecidos pelos governos militares. Entretanto, Picolotto ressalta que os sindicatos não foram totalmente passivos, algumas entidades sindicais souberam, operando dentro das margens legais, ampliar seu escopo de atuação política, social e sindical.<sup>284</sup>

Segundo Tarcísio Silva, o assistencialismo, realizado pelos sindicatos rurais na década de 1970/1980, potencializou-se com a busca pelos(as) associados(as) ao benefício previdenciário da aposentadoria, serviços de saúde e de assistência social.<sup>285</sup> Nesse cenário político, previdenciário e sindical, o STTR/Inhapi focou suas ações, até meados da década de 1980, na prestação de serviços assistenciais e previdenciários.<sup>286</sup> Segundo Oliveira, o sindicato rural de Inhapi, antes da chegada do grupo de leigos católicos, funcionou basicamente focado em atender as demandas dos sócios em relação ao FUNRURAL, que à época estava associado ao antigo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), na prática, só funcionava para o “povo ir lá... extrair dente, tanto que no

---

<sup>281</sup> BRASIL. *Lei Complementar n° 11*, de 25 de maio de 1971.

<sup>282</sup> CORRÊA, Ellén Gallerani. *Op. cit.*, p. 52.

<sup>283</sup> *Ibid.*, p. 53.

<sup>284</sup> PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese de doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011, p. 111.

<sup>285</sup> SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. *Op. cit.*, p. 57.

<sup>286</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

Sindicato tinha uma cadeira odontológica (...). Mas, o Sindicato chegou a ter 3.500 filiados por conta dessa preocupação com o assistencialismo”.<sup>287</sup>

Picolotto, por sua vez, considera que a adesão dos sindicatos rurais às políticas assistencialistas e previdenciárias contribuiu para a retirada de intermediários na execução dos benefícios. Assim, sob seu ponto de vista, evitou-se e/ou minimizou-se a interferência de forças políticas locais, tendo, essa prática, contribuído para enfraquecer o domínio político de alguns chefes locais e, por outro lado, colocado os sindicatos de trabalhadores(as) rurais como protagonistas – fazendo uma ressalva importante, a de que os sindicatos rurais não deveriam ter resumido apenas a essa função.<sup>288</sup>

### 2.3.3. O novo sindicalismo rural

Durante a ditadura civil-militar, os sindicatos rurais se estabeleceram como uma das poucas representações políticas dos(as) trabalhadores(as) rurais, ao menos, até meados da década de 1980. A partir do início da referida década, passaram a florescer novos agentes coletivos como porta-vozes dos(as) trabalhadores(as) rurais dentro e fora do campo político-sindical.<sup>289</sup> O desgaste político e econômico da ditadura no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, dentre outros fatores internos e externos, estimularam a reorganização dos movimentos sociais contra a ditadura e a favor da democracia.<sup>290</sup>

Neste contexto, as críticas à ditadura e a defesa da redemocratização do país despertaram o surgimento de uma nova perspectiva sindical, parte delas suscitadas no interior das CEBs.<sup>291</sup> Para Sérgio Coutinho, o sentimento de pertença à comunidade acarretou uma nova visão de mundo.<sup>292</sup> Além disso, o trabalho desenvolvido pelas CEBs motivou o *élan* da consciência de classe dos(as) trabalhadores(as) rurais com as mobilizações em favor da Nova República, reforma agrária e acerca de uma nova postura política, partidária e sindical.

Assim, os(as) trabalhadores(as) passaram a tecer estratégias para modificar a orientação política dos sindicatos rurais, dentre elas: formação de grupos de oposição, filiação

---

<sup>287</sup> *Ibid.*

<sup>288</sup> PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *Op. cit.*, p. 112.

<sup>289</sup> CORRÊA, Ellén Gallerani. *Op. cit.*, p. 61.

<sup>290</sup> SANTOS, Marcos Roberto Brito dos. *Os missionários do campo e a caminhada dos pobres no Nordeste*. Dissertação de mestrado em História. Salvador: UFBA, 2007, p. 32.

<sup>291</sup> CORRÊA, Ellén Gallerani. *Op. cit.*, p. 65.

<sup>292</sup> COUTINHO, Sérgio Ricardo. Comunidades Eclesiais de Base: presente, passado e futuro. *Interações: cultura e comunidade*, Minas Gerais: PUC, vol. 4, n. 6, p. 175 – 185, 2009, p. 183.

de novos sindicalizados e disputas eleitorais para estabelecer novas diretorias para os sindicatos.<sup>293</sup> Segundo o sindicalista José Cazuza Ferreira de Oliveira, como já discutido, a base desse processo foi a Igreja Católica e os movimentos sociais formados por leigos católicos.<sup>294</sup>

A participação dos(as) trabalhadores(as) rurais – associados à Pastoral Rural, as CEBs e a Forania – junto ao movimento sindical é uma das marcas mais significativas da reorganização política da sociedade brasileira durante a redemocratização. Assim, em meados de 1983, o STTR/Inhapi, após um processo de filiação de novos sindicalizados, realizou eleições sindicais que consagrou a escolha de uma nova gestão sindical a partir de 1984. Dentre os participantes da nova gestão estavam: Zé Ricardo, Luiz Valério da Silva, Alexandre, Izidio, José Joaquim da Silva e José Cazuza Ferreira de Oliveira.<sup>295</sup>

Segundo Picolotto, as oposições sindicais gestadas a partir do trabalho desenvolvido pelos setores populares da Igreja Católica logo se articularam à novas redes de oposição sindical, a exemplo do novo sindicalismo.<sup>296</sup> A esse respeito, Ricardo Antunes e Jair Silva destacam que o novo sindicalismo promoveu mudanças significativas na execução do movimento sindical, instituindo novas práticas, procedimentos e posturas. Dentre essas mudanças, ocorreu a ampliação de espaços políticos para a representação dos interesses dos(as) trabalhadores(as). Além disso, o novo sindicalismo passou a articular diferentes agendas, pautas e bandeiras de lutas, dentre elas a defesa da democracia, a reforma agrária e uma nova Constituição.<sup>297</sup> Nessa sintonia, pode-se pressupor que o chamado novo sindicalismo é fruto das urgências do contexto político daquele período: redemocratização, luta pela terra, por direitos políticos e sociais.

O novo sindicalismo, conforme Arilson Favareto, foi inicialmente usado para indicar a passagem do sindicalismo oficial para o industrial na Inglaterra no século XIX. No caso brasileiro, ele está associado ao movimento da retomada das lutas e mobilizações sociais em prol da redemocratização. E, associado a este contexto, o questionamento do sindicalismo burocratizado vinculado ao Estado e ao surgimento de novas lideranças políticas.<sup>298</sup>

---

<sup>293</sup> SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. *Op. cit.*, p. 68.

<sup>294</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019.

<sup>295</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

<sup>296</sup> PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *Op. cit.*, p. 112.

<sup>297</sup> FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, vol. 21 n. 62, p. 27 - 45, 2006, p. 29.

<sup>298</sup> *Ibid.*

Imerso nesse cenário, o STTR/Inhapi, após a vitória da gestão sindical que assumiu em 1984, passou a traçar um novo tipo de atuação política, partidária e sindical. Dentre as ações realizadas, destaca-se a organização de mutirões de trabalho nas roças dos sócios, construção de bancos de sementes para que os(as) trabalhadores(as) pudessem ter autonomia no plantio, discussão da saúde enquanto direito, entre outras ações. Os horizontes das reflexões perpassaram também pelo incontornável problema da reivindicação do uso e da posse da terra enquanto direito. Segundo Oliveira, o sindicato junto com a CEBs, fez

Um trabalho de mutirão nas roças. Um grupo de trabalhadores se reuniam para trabalhar na roça de um, depois na roça de outro. Começamos a discutir os bancos comunitários de sementes, guardar as sementes para trabalhar, discutimos sobre a saúde preventiva, mas também cobrar médicos. O que era uma coisa difícil em uma cidade pequena. Mas, sendo que o foco maior era a questão da terra, porque entendíamos que era a partir dessa conquista que a gente teria uma condição econômica de sobrevivência melhor.<sup>299</sup>

Os mutirões, segundo Eric Saborin, compõem-se em práticas cotidianas de solidariedade das famílias camponesas, em particular no Nordeste. Essas práticas não devem ser observadas enquanto reminiscências de um passado arcaico, mas, sim, compreendidas enquanto ações (re)atualizadas a partir de contexto coletivo, solidário e social de um presente histórico em construção. Elas também devem ser vistas como elementos de construção de uma identidade coletiva compartilhada, em particular, através de troca de saberes, trabalho e repartições de sementes.<sup>300</sup>

Outro elemento de relevo que contribuiu para as práticas de solidariedade foi a influência das ideias da Teologia da Enxada – das quais, parte da nova direção do STTR de Inhapi, vivenciaram através do Seminário Rural da Paraíba e/ou através das CEBs. A partir da prestação de serviços à comunidade, os ex-seminaristas e/ou membros das comunidades de base conheciam os moradores e os seus problemas cotidianos.<sup>301</sup> Ademais, a Teologia da Enxada tanto incentivava os trabalhos comunitários quanto valorizava as práticas sociais, culturais e religiosas dos(as) camponeses(as).<sup>302</sup>

<sup>299</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

<sup>300</sup> SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2007.

<sup>301</sup> SANTOS, Marcos Roberto Brito dos. *Os missionários do campo e a caminhada dos pobres no Nordeste*. Op. cit., p. 90.

<sup>302</sup> SABOURIN, Eric. Op. cit., p. 52.

Nesse sentido, estimulados pelas práticas cotidianas camponesas e pela experiência do Seminário Rural da Paraíba, o novo grupo de diretores do STTR/Inhapi valorizou e incorporou nas práticas políticas do sindicato o trabalho comunitário já realizado pelos trabalhadores(as) rurais. Com relação às ações comunitárias realizadas pelo referido STTR, pode-se pressupor que elas tinham o objetivo de aproximar os(as) trabalhadores(as) da entidade sindical e de seus iguais e, desta forma, a partir delas, tratar de outros temas pertinentes da vida cotidiana do(a) trabalhador(a) rural e de sua pauta de reivindicação.

A partir desta nova postura política, o sindicalismo rural de Inhapi se aproximou das demandas e da realidade dos(as) trabalhadores(as) rurais da região. Nesse processo de aprendizagem e de formação, segundo o Padre José Luiz Torres, as freiras Cecília Sodero Pousa e Gê auxiliaram, orientaram e assessoraram a nova diretoria sindical.<sup>303</sup> Elas ajudavam na condução de reuniões, estimulavam a escolha de temas geradores e a construção de encaminhamentos.<sup>304</sup> Alguns dos parâmetros dessas orientações já se encontravam na cartilha “Abra a porta: cartilha do povo de Deus”, utilizada pelas freiras nas capacitações da Pastoral Rural e das CEBs,<sup>305</sup> a exemplo dos “Dez mandamentos de uma boa reunião”:

- 1- Fale francamente;
- 2- Ouça cuidadosamente o que os outros dizem;
- 3- Fique sentado durante todo o tempo;
- 4- Não interrompa quem estiver com a palavra;
- 5- Não monopolize a discussão;
- 6- Não fuja da reunião;
- 7- Se discorda de alguma coisa, diga;
- 8- Não deixe sua observação para depois;
- 9- Traga perguntas para as reuniões;
- 10- Leve os problemas para a casa.<sup>306</sup>

O trabalho realizado pela Pastoral Rural e pelas CEBs através dos encontros desenvolvidos pelas freiras continuou com a inserção dos(as) trabalhadores(as) no movimento sindical. Dessa forma, a reorientação política do STTR/Inhapi, a partir dos interesses da classe dos(as) trabalhadores(as) rurais e dentre as reivindicações sociais da entidade, destacava o direito e a necessidade do uso e da posse da terra.

<sup>303</sup> TORRES, José Luiz. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016.

<sup>304</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

<sup>305</sup> *Ibid.*

<sup>306</sup> RIOS, José Artur. À educação dos grupos. In: IGREJA CATÓLICA. *Abra a porta cartilha do povo de Deus*. 2º ed. Dioceses de Caratinga, Teófilo Otoni, Divinópolis e Araçuaí: Edições Paulinas, 1979, p. 374.

Segundo os registros do Serviço Nacional de Informações (SNI), localizados junto ao Arquivo Nacional, acerca das reivindicações e mobilizações sindicais realizadas em 1984, destaca-se a organização de ato público ocorrido no distrito de Pariconha, município de Água Branca, sertão de Alagoas, em 15/04/1984. Conforme este registro, a ação mobilizou cerca de três mil pessoas e contou com a presença de entidades, dirigentes sindicais e partidos políticos, dentre eles: José Joaquim da Silva (presidente do STTR/Inhapi e membro da comissão organizadora do ato), José Messias de Souza (presidente da Sociedade Alagoana de Defesa dos Direitos Humanos e representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Alagoas), Aloízio Sérgio Rocha Barroso (membro da diretoria do Sindicato dos Médicos e coordenador da Intersindical/AL), Ênio Lins de Oliveira (representante do Jornal Tribuna da Luta Operária e do PCdoB) e o Eduardo Bonfim Gomes Ribeiro (deputado estadual pelo PMDB).<sup>307</sup>

O ato organizado no sertão de Alagoas expôs críticas à situação de exclusão social em que se encontrava os(as) trabalhadores(as), dentre elas o não acesso a terra e às sementes.<sup>308</sup> As falas, discursos e críticas enunciadas na mobilização se reportavam ao contexto político da época, a importância das Diretas Já no processo de redemocratização do país e legalização de partidos políticos e entidades sindicais, dentre outras agendas.<sup>309</sup> Para Torres, na época pároco do município de Inhapi, a ação pública organizada pelos sindicatos rurais da região estimulou as comunidades e movimentos dos(as) trabalhadores(as) a questionarem a situação social e política que estavam expostos, assim como foi um canal de comunicação com vários setores da sociedade.<sup>310</sup>

Segundo o assentado do Lameirão, Manoel de Aguiar Correia, o STTR de Inhapi e os participantes dos movimentos populares da Igreja Católica avaliavam que, naquela conjuntura, era necessário costurar articulações em âmbito estadual e nacional – para que a luta em defesa da reforma agrária na região avançasse. Nessa perspectiva, o ato público ocorrido no distrito de Pariconha, em 1984, contou com a participação de vários movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos.<sup>311</sup>

---

<sup>307</sup> AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_84006181\_d0001de0002.pdf., 1984, p. 7.

<sup>308</sup> BARRETO, Maria de Lourdes. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 29/08/2020.

<sup>309</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Op. cit.*

<sup>310</sup> TORRES, Luiz José. Entrevistado por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016.

<sup>311</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

### 3. EM TORNO DA REFORMA AGRÁRIA: STTR, CUT E MST

#### 3.1. Abertura política, redemocratização e os movimentos sociais do campo

Nós somos crias das igrejas avançadas e do movimento da luta pela liberdade.<sup>312</sup>

A fala do sindicalista do STTR de Inhapi e assentado no Lameirão, Manoel de Aguiar Correia, destaca que naquele contexto da década de 1980, entre a repressão deferida pela ditadura civil-militar e o processo de abertura política, os movimentos sociais do campo passaram a cultivar e a ecoar o “grito pela democracia”.<sup>313</sup> Momento marcado pelo retorno de alguns ativistas à cena política e pela retomada, reorganização e surgimento de mobilizações, experiências e movimentos tanto nas cidades, a exemplo, das greves do sindicalismo do ABC Paulista, quanto no campo, a exemplo, do acirramento dos conflitos agrários, das ações da CPT e do surgimento do MST.<sup>314</sup>

Segundo João Pedro Stedile, na condição de membro da coordenação nacional do MST e autor de diversos textos sobre a questão agrária no Brasil, nesse período, o país voltava ao rumo da democracia, da liberdade de imprensa e das lutas sociais. Neste contexto, o surgimento do MST aglutinou esforços, estratégias e experiências em favor da reforma agrária.<sup>315</sup> Ainda a respeito do MST, para o assentado Manoel de Aguiar Correia, o processo histórico de sua germinação coincide com o “grito pela democracia” e com os movimentos sociais do campo que voltaram a se organizar, vendo que “era preciso ter um movimento com mais segurança e [consciência] política. Um movimento que tivesse sustentação, porque as Ligas Camponesas, elas foram destruídas muito fácil”.<sup>316</sup>

A fala de Correia, em consonância ao texto de Stedile, estabelece associações do campo de atuação social do MST na década de 1980, a partir das contribuições históricas e políticas das Ligas Camponesas, enquanto experiência de luta pela reforma agrária, marcada pela independência, consciência política e pela bandeira “reforma agrária na lei ou na marra”.

<sup>312</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

<sup>313</sup> *Ibid.*

<sup>314</sup> SANTOS, Marcos Roberto Brito dos. *Os missionários do campo e a caminhada dos pobres no Nordeste*. *Op. cit.*, p. 33.

<sup>315</sup> STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012, p. 23.

<sup>316</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. *Op. cit.*

Frente a essa e outras referências, o MST reavaliou, constituiu e propôs estratégias, ações e experiências de mobilizações e de defesa da reforma agrária.<sup>317</sup> Em torno desse contexto, a germinação do MST é marcada pelo retorno dos debates sociais, políticos e constitucionais sobre a reforma agrária e da democracia. Embalados por esse novo rearranjo político foram realizadas discussões, costuras e compromissos sociais em torno da construção do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Proposta que recupera o acúmulo de experiências dos movimentos sociais do campo, fomentadas pelas Ligas Camponesas, entre as décadas de 1950/1960, ressignificadas e retomadas no curso dos anos de 1980.<sup>318</sup>

No Brasil, as discussões acerca da reforma agrária, durante as primeiras décadas da segunda metade do século XX, foram permeadas pelas ações do campesinato expropriado e premido pelo avanço do capitalismo tardio – Ligas Camponesas, sindicatos rurais, dentre outros movimentos/experiências de resistências. Essas ações, movimentos e experiências focaram na contestação de processos de expropriação da terra e na expansão do debate, aliança e articulação com setores da burguesia, dos intelectuais, operários, estudantes e com os partidos políticos nacionalistas, populares e/ou de esquerda. Essa aliança, “burguesa”, nacionalista, popular e com o movimento camponês-operário-estudantil, denunciou a estrutura agrária como sendo um grande empecilho para o desenvolvimento da agricultura, da industrialização e de uma sociedade menos desigual.<sup>319</sup> Em síntese, o referido debate compreendia que a reforma agrária era um requisito essencial para o desenvolvimento econômico, político e social do país.<sup>320</sup>

Segundo Stedile, o referido debate foi construído a partir do modelo clássico no tocante a reforma agrária, que dentre os seus objetivos constava o da formação de pequenas e médias propriedades capitalistas, focado na superação dos entraves para o desenvolvimento do mercado interno e, conseqüentemente, da industrialização do país.<sup>321</sup> Em torno desta discussão, o referido autor identifica a contribuição do desenvolvimentismo nacional proposto por Celso Furtado e pelo agrônomo José Gomes da Silva. Este último foi um dos responsáveis pelos estudos que resultaram na publicação do Estatuto da Terra, em 1964, e do I PNRA, em

---

<sup>317</sup> STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Op. cit.*, p. 19 - 37.

<sup>318</sup> MAIA, Cláudio Lopes. José Gomes da Silva: projeto luta e história. In: MOTA, Márcia; PARGA, Pedro (org.) *Intelectuais e a questão agrária no Brasil*. Seropédica: UFRRJ; Lisboa: Proprietas, 2020, p. 228.

<sup>319</sup> CARVALHO, Joelson Gonçalves. Pensamento, política, ações e reações na luta pela terra: reflexões sobre a questão agrária brasileira. In: CEPÊDA, Vera Alves; CARVALHO, Joelson Gonçalves (org.). *A questão agrária no pensamento brasileiro*. São Carlos: Ideias Intelectuais e Instituições - UFSCar, 2016, p. 15.

<sup>320</sup> MAIA, Cláudio Lopes. *Op. cit.*, p. 209.

<sup>321</sup> STEDILE, João Pedro; BEZERRA, Lucas (org.) *Experiências históricas de reforma agrária no mundo*. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 19.

1985.<sup>322</sup> Ambos, Furtado e Silva, a partir do olhar econômico e das ciências agrárias, respectivamente, dialogavam com os clássicos do liberalismo e com a compreensão do papel estratégico do Estado para regulamentar a redistribuição da posse da terra. Para alguns críticos, Silva considerava a importância da participação dos camponeses no processo de reforma agrária.<sup>323</sup> Debate retomado com as contribuições de José Gomes da Silva na construção do PNRA.

Em concomitância à retomada deste debate no curso dos anos de 1980, os movimentos sociais do campo, em particular, o MST, defenderam que a reforma agrária era essencial tanto para o fortalecimento do mercado interno quanto para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual tanto no campo quanto na cidade.<sup>324</sup> Em torno dessa discussão, a partir dos anos de 1980, os movimentos sociais do campo começaram, por um lado, a criticar tanto o modelo de sindicalismo rural “burocratizado, assistencialista e acomodado” quanto as políticas impostas pela ditadura civil-militar, e, por outro lado, associaram-se às ideias, propostas e experiências fomentadas pelo novo sindicalismo responsável pela construção e criação da CUT, MST, entre outros movimentos, experiências e estratégias de participação, resistência e democratização, a exemplo, da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) e da CUT/Alagoas.<sup>325</sup>

### 3.1.1. Da CONCLAT à CUT/Alagoas

Entre às referidas experiências, no período de 21 a 23 de agosto de 1981, foi realizada a 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em Praia Grande, São Paulo. Este foi um dos primeiros encontros conjuntos da classe trabalhadora depois do golpe civil-militar. Evento que contabilizou 5.036 delegados, representando 1.091 entidades sindicais.<sup>326</sup> A atividade teve o objetivo de reorganizar o movimento sindical e encaminhar à fundação de uma entidade nacional com a participação de trabalhadores, sindicalistas e entidades tanto do campo como da cidade.

---

<sup>322</sup> STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Op. cit.*, p. 159.

<sup>323</sup> MAIA, Cláudio Lopes. *Op. cit.*, p. 209

<sup>324</sup> COSTA, Caetano De'Carli Viana. *Sonhos de abril. A luta pela terra e a reforma agrária no Brasil e em Portugal os casos de Eldorado dos Carajás e Baleizão*. Tese de doutorado em Pós – colonialismo e Cidadania Global. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014, p. 07.

<sup>325</sup> CORRÊA, Ellén Gallerani. *Sindicalismo rural e centrais sindicais no Brasil: aproximações e disputas nas primeiras décadas do século XXI*. Tese de doutorado em Ciência Política. Campinas: Unicamp, 2018, p. 66-71.

<sup>326</sup> CONCLAT. *1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CLASSES TRABALHADORAS (CONCLAT)*. São Paulo: São Bernardo do Campo, 1983.

A Conferência definiu a organização de uma comissão nacional Pró-CUT.<sup>327</sup> No entanto, ocorreram dissidências entre as tendências sindicais. As divergências consistiam em decidir: qual seria o melhor momento para convocar o congresso da classe trabalhadora? Qual o papel do sindicalismo junto a sociedade brasileira? Quais os modos de ação e estrutura sindical? E qual o perfil da central que seria organizada?<sup>328</sup>

Diante desses questionamentos entre as tendências sindicais, o chamado *bloco combativo* defendeu o perfil de um sindicalismo classista voltado para os horizontes socialista. A referida tendência organizou entre os dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983, o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em São Bernardo do Campo, São Paulo. Evento que contou com 5.059 delegados, representando 912 entidades sindicais urbanas, rurais, associações de funcionários públicos, federações, confederações, entre outras.<sup>329</sup> A CONCLAT oficializou a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e elegeu sua primeira direção nacional para um mandato de um ano. A referida central sindical, conforme seu estatuto, deveria representar uma unidade classista para lutar pelos objetivos dos(as) trabalhadores(as) a partir da perspectiva de uma sociedade sem exploração.<sup>330</sup> A partir de então, a CUT passou a ter papel relevante no processo de reorganização dos(as) trabalhadores(as) e de diferentes setores da sociedade.<sup>331</sup>

Um ano depois, a CUT organizou o seu I Congresso Nacional, em agosto de 1984, na cidade de São Bernardo do Campo, São Paulo, com o objetivo de avaliar a atuação da entidade, bem como, de discutir o cenário político e econômico para consolida-se enquanto entidade nacional.<sup>332</sup> Este Congresso teve a participação de 937 entidades, 5.222 delegados representando diferentes estados da federação e sindicatos do campo e da cidade. Dentre essas entidades, o STTR/Inhapi, além de ser um dos 308 STTRs que construíram o Congresso, também foi um dos sindicatos que representou Alagoas.

O sindicalista José Joaquim da Silva representou Inhapi/Alagoas no mencionado evento.<sup>333</sup> Ele já havia participado de encontros congêneres, dentre eles o encontro que desaguou na germinação da CUT/AL. Em face dessa participação sua trajetória político-

---

<sup>327</sup> *Ibid.*

<sup>328</sup> CORRÊA, Ellén Gallerani. *Op. cit.*, p. 73 – 76.

<sup>329</sup> CUT. Resoluções do CONCLAT. *Jornal da CUT*. Ano I, setembro de 1983, p. 13.

<sup>330</sup> *Ibid.*, p. 6.

<sup>331</sup> CORRÊA, Ellén Gallerani. *Op. cit.*, p. 76.

<sup>332</sup> CUT. Viva a CUT. *Jornal da CUT*. n. 1, ano II, 1984, p. 5.

<sup>333</sup> *Ibid.*, p. 3.

sindical foi submetida à vigilância institucional pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), enquanto risco “a ordem social” e a “segurança nacional”.<sup>334</sup>

Nesse período a diretoria do STTR/Inhapi já era composta por trabalhadores(as) vinculados à Pastoral Rural, as CEBs e a Forania. Segundo Tarcísio Silva, a CUT juntou tendências e correntes sindicais que criticavam e se opunham ao sindicalismo “burocrático, assistencialista e conformista”. As referidas correntes criticavam à submissão dos sindicatos ao Estado.<sup>335</sup> Assim, a proposta da Central recém-criada tinha por objetivo combater o controle governamental sobre as entidades de representação dos(as) trabalhadores(as).<sup>336</sup>

Voltando ao I Congresso da CUT, observa-se que no quadro final de participantes as entidades rurais tiveram maior número com 308 entidades, 1.590 delegados e dois observadores. No quadro por estados, Alagoas foi representada por nove entidades, dentre elas o STTR/Inhapi,<sup>337</sup> que, posteriormente, contribuiu para a organização da chamada CUT/Rural em Alagoas. A constituição do setor rural da CUT contribuiu para o florescimento de outros modelos organizativos e projetos políticos para os(as) trabalhadores(as) rurais. Dentre os segmentos do sindicalismo rural que compuseram a construção da CUT, podem ser identificados: agricultores familiares, pequenos produtores rurais, trabalhadores sem terra, arrendatários, posseiros e assalariados rurais.<sup>338</sup> A participação, em elevado número e com diferentes segmentos, demonstra o volume, densidade e importância da questão fundiária, dos movimentos sociais do campo e do sindicalismo rural no contexto de transição da ditadura civil-militar para a Nova República.

O referido congresso encaminhou as seguintes questões: participação no movimento das Diretas Já, reforma agrária radical, nova estrutura sindical e “Campanha Nacional de Luta”. Foram pautadas também discussões sobre: salário, desemprego, reforma agrária, redução da jornada de trabalho e reajuste trimestral.<sup>339</sup> O Congresso definiu, em relação à reforma agrária, que ela deveria ser “ampla, massiva e imediata, sob controle dos trabalhadores”. A respeito, o texto desta resolução destacou o apoio ao

<sup>334</sup> AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_85006810\_d0001de0002.pdf., 1985.

<sup>335</sup> SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. *O sindicalismo rural e os caminhos para a autogestão: uma separação do assistencialismo?* Dissertação de mestrado em Serviço Social. Recife: UFPE, 2004, p. 64-68.

<sup>336</sup> CORRÊA, Ellén Gallerani. *Op. cit.*, p. 77-78.

<sup>337</sup> CUT. Viva a CUT. *Jornal da CUT*. n. 1, ano II, 1984, p. 03.

<sup>338</sup> CORRÊA, Ellén Gallerani. *Op. cit.*, p. 87- 89.

<sup>339</sup> CUT. Resoluções do congresso. *Jornal da CUT*. n. 1, ano II, 1984, p. 7- 11.

Movimento dos sem-terra, levantamento das terras devolutas e ocupação imediata, formação e orientação para os sindicatos rurais, visando integrá-los na luta pela reforma agrária, dessa forma estabelecendo um sindicato combativo e sem assistencialismo. Levantamento das áreas de conflitos de terras, defendendo para a sua desapropriação e ocupação dos trabalhadores e que a mulher rural seja reconhecida como trabalhadora rural com os mesmos direitos dos homens.<sup>340</sup>

As pautas levantadas pelos segmentos do campo, como observadas acima, centraram-se em: política agrícola, reforma agrária, direitos trabalhistas, gênero e a crescente violência no campo.<sup>341</sup> Segundo o sindicalista José Cazuza Ferreira de Oliveira, a participação do STTR/Inhapi no Congresso da CUT convergiu com as discussões sobre a reforma agrária que estavam sendo realizadas em âmbito regional e estadual.<sup>342</sup>

Ainda sobre as definições do I Congresso da CUT, ocorrido em 1984, além da definição da executiva nacional, também foram eleitas as direções para as executivas estaduais da entidade. A esse respeito, Corrêa destaca que apesar de a base rural ter sido expressiva no Congresso da CUT, em termos percentuais, a ocupação dos cargos na direção nacional e nas direções executivas dos estados foi avaliada como pouco representada em comparação com os sindicatos urbanos.<sup>343</sup> Frente a essa crítica, a direção estadual da CUT em Alagoas, em 1984, ficou assim composta:

Efetivos  
 Pedro Luiz da Silva – Presidente STI Urbanas de AL  
 José Francisco de Lima – Sindicato Profissional de Enfermagem de AL  
 Suplentes  
 José Joaquim da Silva – Sindicato Rural Inhapi  
 José Gomes da Silva – STI Construção Civil de AL.<sup>344</sup>

Como observado, o representante do STTR/Inhapi apareceu como suplente da direção da CUT em Alagoas, em 1984. Sendo, portanto, o único representante de uma entidade rural a compor a direção estadual. A participação do referido sindicato rural no Congresso da CUT e na executiva estadual aponta o grau de articulação política deste sindicato na região e no

<sup>340</sup> CUT. Reforma agrária radical. *Jornal da CUT*. n. 1, ano II, 1984, p. 9.

<sup>341</sup> CORRÊA, Ellén Gallerani. *Op. cit.*, p. 90.

<sup>342</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

<sup>343</sup> CORRÊA, Ellén Gallerani. *Op. cit.*, p. 91.

<sup>344</sup> CUT. A direção nacional. *Jornal da CUT*. n. 1, ano II, 1984, p. 04.

estado.<sup>345</sup> Desse modo, é possível destacar que a atuação do STTR/Inhapi, sobretudo, a partir de 1984, confirma ideias e práticas ligadas ao novo sindicalismo no meio rural em Alagoas, menos submisso ao burocratismo assistencialista do Estado e mais articulado aos debates políticos em defesa da reforma agrária e a luta pela ampliação dos direitos sociais e políticos dos(as) trabalhadores(as) rurais. Além de revelar a participação do STTR na construção da CUT e dos debates do novo sindicalismo na década de 1980 em instâncias estaduais e nacionais.

### 3.1.2. O MST: surgimento, direção e rumos

No contexto político dos anos de 1980 floresceram diferentes movimentos sociais do campo, dentre eles, como já foi dito, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).<sup>346</sup> Segundo Fernandes, a construção do MST ocorreu entre os anos de 1979 a 1984, quando se iniciou o processo das primeiras experiências de ocupações de terras, assim como, das reuniões que resultaram na realização do 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, realizado entre os dias 20, 21 e 22 de janeiro de 1984, em Cascavel, Paraná.<sup>347</sup> Segundo João Pedro Stedile, as ocupações, reuniões e encontros regionais que antecederam esse encontro romperam com o regionalismo e demarcaram a criação de um movimento nacional de luta pela terra. Este autor e membro da coordenação do MST, destaca nesse processo a contribuição da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) e do pesquisador José de Souza Martins.<sup>348</sup>

Participaram do mencionado encontro nacional, trabalhadores(as) rurais dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima. Além dessas representações estaduais, também participaram deste encontro os representantes da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), da CUT, da Comissão Indigenista Missionária (CIMI) e da Pastoral

---

<sup>345</sup> SILVA, Fhelipe Emmanuel Vicente da. *As sementes germinando no sertão: o sindicato dos trabalhadores/trabalhadoras rurais de Inhapi e a gestação do MST em Alagoas, 1985 – 1989*. Artigo monográfico de conclusão de curso em Licenciatura em História UFAL: Delmiro Gouveia, 2019, p. 18.

<sup>346</sup> CORRÊA, Ellén Gallerani. *Op. cit.*, p. 54.

<sup>347</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 –1999)*. *Op. cit.*, p. 40.

<sup>348</sup> STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012, p. 23.

Operária de São Paulo.<sup>349</sup> Nesse processo, a CPT, em particular, contribuiu de forma decisiva no processo de organização e assessoramento do encontro.<sup>350</sup>

O Encontro teve a finalidade de socializar as experiências de lutas que vinham sendo tecidas, desde as primeiras ocupações em 1979 e das lições construídas no processo de luta que desembocaram na fundação do MST.<sup>351</sup> Além disso, possibilitou ao movimento recém-criado traçar objetivos e linhas de atuação política. A respeito, o documento final do Encontro convocou os(as) trabalhadores(as) a lutarem pela reforma agrária a partir da organização de acampamentos e de ocupações de terras devolutas.<sup>352</sup> Dentre esses objetivos, destaca-se também a ramificação do Movimento para outras regiões, através de articulações de luta junto aos sindicatos rurais, aos sindicatos urbanos e junto às igrejas, em particular, à Igreja Católica.<sup>353</sup> Assim, os estados em que o Movimento estava organizado deveriam ajudar no processo de formação em outras regiões.

Dentre as resoluções do encontro, foi deliberado que o MST “teria autonomia e heteronomia, autonomia porque a direção política do Movimento não está subordinada a outras instituições, e heteronomia porque na luta pela reforma agrária, envolvem outras organizações políticas”.<sup>354</sup> Nesse sentido, o MST passou a focalizar a luta pela reforma agrária como um tema que deveria permear o conjunto da sociedade. Uma temática e experiência que, segundo o MST e seus militantes, necessitaria ter como protagonistas os(as) trabalhadores(as) rurais sem terra. Por fim, os participantes do Encontro encaminharam que em 1985, realizariam o 1º Congresso do Movimento.<sup>355</sup>

Como acordado no encontro do MST, ocorrido em 1984, o 1º Congresso do MST foi realizado em Curitiba, Paraná, entre os dias 29, 30 e 31 de janeiro de 1985, com o tema “Sem Reforma Agrária não há Democracia”.<sup>356</sup> Segundo Stedile, foram convidadas para o Congresso as entidades que lutavam pela terra no país e todos aqueles que quisessem entrar no Movimento, tendo como objetivo disseminar o MST pelo território brasileiro.<sup>357</sup>

<sup>349</sup> MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão popular, 2001, p.138.

<sup>350</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST (1979-1999)*. *Op. cit.*, p. 70.

<sup>351</sup> *Ibid.*, p. 72.

<sup>352</sup> STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Op. cit.*, p. 52.

<sup>353</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST (1979-1999)*. *Op. cit.*, p. 74.

<sup>354</sup> *Ibid.*, p. 78

<sup>355</sup> *Ibid.*, p. 75-79.

<sup>356</sup> JST. Sem terra não há democracia. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 42, ano III, fev., 1985, p. 2.

<sup>357</sup> STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Op. cit.*, p. 50.

Norteados por esse horizonte de ampliar a atuação do MST nos estados e seguindo as orientações do encontro nacional realizado em 1984, após o evento, foram realizadas reuniões estaduais para a preparação do Congresso Nacional, com o objetivo de estimular a participação dos(as) trabalhadores(as) rurais em todo o país. Dessa forma, foram elaborados materiais de divulgação do Congresso: cartazes, broches, camisetas, entre outros meios de divulgação.<sup>358</sup> Nesse processo de preparação, o MST contou com a colaboração da CPT e da CUT.<sup>359</sup>

Segundo José Roberto Silva, membro da coordenação do MST, a Pastoral Rural de Alagoas, em razão do trabalho de articulação e de assessoria desenvolvido junto aos sindicatos rurais, foi convidada a colaborar com as tarefas de preparação e de articulação do referido Congresso.<sup>360</sup> Os delegados de Alagoas que participaram foram os representantes do STTR/Inhapi: Luiz Valério da Silva e um dirigente sindical de nome Alexandre, que também eram membros da diretoria do STTR, integrantes da Pastoral Rural e das CEBs do sertão de Alagoas.<sup>361</sup> Nesse período de preparação para o Congresso do MST, o STTR/Inhapi já estava filiado à CUT e foi representado no 1º Congresso da Central, sucedido em 1984. Dessa forma, o referido sindicato estava inteirado nas discussões sobre a importância da reforma agrária e sobre a importância da participação dos sindicatos rurais junto à CUT ao MST.<sup>362</sup>

Nesta perspectiva, participaram do 1º Congresso do MST cerca de 1.500 delegados(as), de 23 estados da federação: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Acre e Amazonas.<sup>363</sup> Além disso, também compareceram diversas entidades políticas, dentre elas: a Igreja Luterana, a CPT, a CUT, representantes do governo do Paraná, representantes dos movimentos camponeses da América Latina, entidades religiosas europeias, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), grupos indígenas, Movimento da Consciência Negra, Centro de defesa

---

<sup>358</sup> JST. Começa a mobilização. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 40, ano III, nov., 1984, p. 15.

<sup>359</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST (1979-1999)*. *Op. cit.*, p. 79.

<sup>360</sup> SILVA, José Roberto. Um pouco da história do MST em Alagoas: dos começos até 2017. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.) *et al. Terra em Alagoas: temas e problemas*. Maceió: EDUFAL, 2013, p. 396.

<sup>361</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

<sup>362</sup> CUT. Reforma agrária radical. *Jornal da CUT*. n. 1, ano II, 1984, p. 9.

<sup>363</sup> JST. O maior Congresso pela terra. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 42, ano III, fev., 1985, p. 4.

dos Direitos Humanos, Centro de Estudos Migratórios (CEM), bem como, parlamentares de vários estados brasileiros.<sup>364</sup>

Estima-se que cerca de 300 mulheres participaram do Congresso, dentre elas estavam: Maria Oneide, do Pará; Elizabete Teixeira, da Paraíba; Santina Gracielle, do Mato Grosso do Sul; Maria de Fátima Lima Bandeira e Maria Pinheiro Pereira, do Paraná, dentre outras. Para Fernandes, elas representaram uma parte importante da história da luta camponesa no país.<sup>365</sup> O *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (JST), por sua vez, reuniu as trabalhadoras presente no Congresso e promoveu um debate com a participação de jornalistas de quatro periódicos e uma revista. Dentre as falas, a de Santina ressaltou que “a Reforma Agrária, só será alcançada quando a mulher e o homem estiverem juntos na luta, em igualdade de condições”.<sup>366</sup>

Segundo os registros do *JST*, o Congresso tinha o objetivo de discutir as reivindicações do MST junto ao novo governo federal pós-ditadura civil-militar. O *JST* destacou também o foco do Movimento em unificar a luta pela reforma agrária.<sup>367</sup> Ainda para este veículo de comunicação, o Congresso conseguiu alcançar os objetivos de unificar, ampliar e estimular a luta pela terra nos estados e “chamar atenção do povo e da sociedade para dizer que o Movimento existe e que iria lutar pela terra, além de denunciar a crescente violência no campo e fazer uma grande confraternização entre os sem terras”.<sup>368</sup>

O Congresso teve também um caráter formativo para os delegados, estimulando-os a pensarem estratégias de acesso a terra e a construção da reforma agrária em seus estados. Nesse sentido, o MST, desde os preparativos para o seu 1º Congresso, iniciou o trabalho de base com os(as) trabalhadores(as) que precisavam da terra para sobreviver e para significar sua identidade política.<sup>369</sup> Durante o Congresso, também foi destacada a luta dos(as) trabalhadores(as) rurais para conquistarem os sindicatos rurais e transformá-los em instrumentos de luta. Desta forma, o MST, apoiado pela CPT, CUT e realimentados pelas

---

<sup>364</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST (1979–1999)*. Op. cit., p. 79.

<sup>365</sup> *Ibid.*

<sup>366</sup> JST. As mulheres vão à luta. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 42, ano III, fev., 1985, p. 13.

<sup>367</sup> JST. Começa a mobilização. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 40, ano III, nov., 1984, p. 15.

<sup>368</sup> JST. Os objetivos foram alcançados. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 42, ano III, fev., 1985, p. 2.

<sup>369</sup> *Ibid.*

ideias do novo sindicalismo, combateu os chamados sindicatos “pelegos” e contribuiu para ressignificar a atuação sindical.<sup>370</sup>

Ao término do Congresso, os(as) 1.500 delegados(as) aprovaram um documento final com os resultados das discussões realizadas. O documento foi enviado às autoridades fundiárias estaduais, federais e ao Presidente da República eleito pelo Congresso Nacional – o então congressista, Tancredo de Almeida Neves (1910-1985), que iria assumir o cargo no dia 15 de março de 1985.<sup>371</sup> Sobre o Presidente da República, o *JST* destacou que no 1º Congresso do MST “só faltou o presidente”. Segundo o *Jornal*, ele havia assumido publicamente, em outubro de 1984, ainda na condição de candidato da Aliança Democrática, que participaria do Congresso, afirmando que iria “ao Congresso de vocês [MST], seja como cidadão, ou seja como presidente eleito”.<sup>372</sup> Diante do não comparecimento de Tancredo Neves, o MST apontou questionamentos sobre o governo, que hesitou em reconhecer os problemas e reivindicações dos(as) trabalhadores(as) rurais sem terra e ressaltou que sem reforma agrária não haveria democracia e justiça social no país.<sup>373</sup>

O documento final tratou da distribuição e uso da terra, violência do campo e da extinção do Estatuto da Terra.<sup>374</sup> As palavras finais no encerramento do Congresso, do dirigente nacional do MST, representante do Rio de Janeiro, Osvaldo de Oliveira, ressaltaram que “na volta aos nossos locais de luta, vamos agora ampliar e qualificar nossa organização, tendo como ideal a certeza de que a Reforma Agrária será obra dos próprios trabalhadores. Na lei ou na marra!”.<sup>375</sup> Para Fernandes, a conclusão do Congresso significou o início das ações que levariam o MST a se tornar um movimento social nacional e amplo. Ademais, estabeleceu-se um novo momento de luta pela terra no país, quando o Movimento começou a se organizar em várias regiões do Brasil.<sup>376</sup>

João Pedro Stedile destaca que, no referido Congresso, já no contexto da Nova República, alguns partidos, intelectuais e instituições próximas ao campo da esquerda externaram preocupação com o momento político de transição. Nesse sentido, compartilharam com a coordenação do MST a necessidade de cautela, estratégia e paciência, pois o governo

---

<sup>370</sup> *Ibid.*

<sup>371</sup> JST. As exigências do Movimento. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 42, ano III, fev., 1985, p. 18.

<sup>372</sup> JST. Só faltou o presidente. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 42, ano III, fev., 1985, p. 8.

<sup>373</sup> JST. Os objetivos foram alcançados. *Op. cit.*, p. 2.

<sup>374</sup> JST. As exigências do Movimento. *Op. cit.*, p. 18.

<sup>375</sup> JST. Os objetivos foram alcançados. *Op. cit.*, p. 2.

<sup>376</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST (1979–1999)*. *Op. cit.*, p. 84.

iria fazer a reforma agrária. Por outro lado, a coordenação e os participantes do Movimento refletiram que, mesmo diante de um governo civil, a reforma agrária somente avançaria com a pressão dos movimentos sociais do campo: mobilizações de rua, acampamentos e ocupações. A partir desse entendimento, e com o lema “ocupação é a única solução”, após o congresso, as ocupações de terras multiplicaram-se pelo país.<sup>377</sup> Naquele presente histórico, os(as) trabalhadores(as) rurais sem terra compreenderam que não deveriam ficar à espera do governo. E, como expressou o *JST*, não se faz democracia sem reforma agrária e nem de barriga vazia.<sup>378</sup>

Assim, posteriormente ao 1º Congresso do MST, são observadas ações que cultivaram a germinação do Movimento em Alagoas, dentre elas, a atuação dos militantes associados ao STTR/Inhapi. Segundo José Cazuza Ferreira de Oliveira – participante da Teologia da Enxada e das CEBs – o sindicato rural de Inhapi já realizava discussões a respeito do direito à terra, mas após apreciar os encaminhamentos do 1º Congresso do MST, que foram compartilhados por Luiz Valério da Silva e por Alexandre, resolveu-se também contribuir com a organização do MST em Alagoas, a partir do sertão. Ainda segundo Oliveira, a iniciativa não foi bem aceita pelas freiras e padres que atuavam junto à Pastoral Rural e as CEBs na região. No entanto, mesmo com as divergências, eles(as) apoiaram as ações de reivindicação de acesso a terra realizadas pelos(as) trabalhadores(as), a partir de ocupações de terras improdutivas e mobilizações.<sup>379</sup> Esse tipo de decisão, para alguns estudiosos, é considerada uma prática social de organização campesina autônoma – responsável pela constituição de suas experiências, atitudes e consciência social.<sup>380</sup>

### **3.1.3. Debates, disputas e mobilizações em torno do PNRA**

Os(as) trabalhadores(as) rurais de Inhapi continuaram alargando as discussões sobre a reforma agrária. Nessa perspectiva, em julho de 1985, em conjunto com a CUT/AL, promoveram no município de Craíbas, agreste de Alagoas, um encontro de dirigentes sindicais e de trabalhadores(as) rurais, com a finalidade de discutir a reforma agrária. Dentre os resultados do encontro ocorreu a criação da Secretaria Rural da CUT/AL ou CUT/Rural,

---

<sup>377</sup> STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Op. cit.*, p. 53.

<sup>378</sup> *JST*. A vitória é certa. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 95, ano IX, jul./ago., 1990, p. 16.

<sup>379</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

<sup>380</sup> CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. *Op. cit.*, p. 151.

com o objetivo de consolidar a entidade no meio rural e auxiliar na luta pela reforma agrária. O Encontro teve a participação de 75 trabalhadores(as) rurais e de dirigentes sindicais dos municípios de Arapiraca, União dos Palmares, Inhapi, Delmiro Gouveia, Piranhas, Joaquim Gomes e Craíbas. Nele, os(as) trabalhadores(as) avaliaram que as propostas do governo para executar o PNRA eram insuficientes, morosas e pouco efetivas, e, diante desta discussão, concluíram que a reforma agrária só ocorreria através da pressão dos(as) trabalhadores(as). O encontro também denunciou os latifundiários que estavam se armando para coibir as reivindicações dos(as) trabalhadores(as) rurais sem terra.<sup>381</sup>

A participação do STTR/Inhapi na constituição da Secretaria Rural da CUT em Alagoas, por um lado, indica a articulação e a contribuição desse sindicato e de seus sindicalizados junto a composição das propostas do novo sindicalismo no estado. De outro lado, revela a construção de críticas e oposições contra o descaso do governo estadual e do governo federal em relação às denúncias de violência contra os trabalhadores(as) rurais e pelo destravamento do PNRA.

Nesse contexto, alguns meses antes, em fevereiro de 1985, o *JST* publicou um artigo de José de Souza Martins, na época professor da Universidade de São Paulo, que questionou a disposição da Nova República e do governo de Tancredo Neves, eleito indiretamente a Presidência da República no mês anterior, em mudar o modelo fundiário nacional. Isto posto, em razão do futuro governo defender a continuidade do Estatuto da Terra – normativa publicada em novembro de 1964 sob o crivo, ajustes, emendas e interesses impostos pela ditadura civil-militar. Para Martins, o objetivo do Estatuto era promover a expansão da agricultura empresarial, também denominada modernização conservadora e capitalista da agricultura brasileira. Processo que segundo o autor já havia sido realizado. Nesse sentido, não haveria mudanças para os(as) trabalhadores(as) rurais sem terra com a continuidade da aplicação do referido documento.<sup>382</sup>

Segundo o MST, o PNRA, apesar de ser um plano modesto, foi recebido com críticas por parte dos latifundiários.<sup>383</sup> A referida proposta havia sido elaborada com a participação de técnicos, representantes do MST e de outras entidades convidadas pelo governo para contribuir com a sua elaboração. Diante do convite, membros da executiva do MST

<sup>381</sup> CUT. Encontro cria secretaria rural de Alagoas. *Boletim Nacional da CUT*. n. 3, agosto de 1985, p. 14.

<sup>382</sup> MARTINS. José de Souza. A Reforma Agrária do Dr. Tancredo Neves na “Nova República”. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 42, ano III, fev., 1985, p. 17.

<sup>383</sup> JST. Garantir a aplicação do Plano. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 44, ano IV, jun., 1985, p. 10.

compuseram as comissões de discussão com a equipe do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrário (MIRAD).<sup>384</sup>

A construção do PNRA foi observada com entusiasmo por intelectuais e instituições do campo político da esquerda, pois parecia que o governo, naquele período, assumiu o compromisso com a reforma agrária. A respeito, o engenheiro-agrônomo, José Gomes da Silva – um dos responsáveis pelo texto original do Estatuto da Terra, fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e à época presidente do INCRA – foi um dos convocados para a formulação do mencionado Plano. Nesse sentido, após as modificações, ajustes e derrotas impostas ao texto original do Estatuto da Terra, a discussão do PNRA, já no contexto da Nova República, significou a retomada de discussões, conceitos e perspectivas que tomavam a reforma agrária como uma política pública para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do campo e do país. O Plano teve a contribuição dos movimentos sociais do campo e diversos outros setores da sociedade, a exemplo das contribuições de Plínio Arruda Sampaio, Miguel Arraes, entre outros. A proposta elaborada colocou como meta assentar 1,4 milhões de famílias entre 1985 e 1989. Ademais, o PNRA estabeleceu que a reforma agrária deveria ocorrer a partir da desapropriação por interesse social.<sup>385</sup>

A proposta do PNRA foi apresentada pelo Ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, em 27/05/1985, ao Congresso Nacional e ficou aberta para discussões. E, dentre seus objetivos, constavam a desapropriação dos latifúndios improdutivos e a sua distribuição entre os(as) trabalhadores(as) sem terra. Essas desapropriações aconteceriam com base no Estatuto da Terra, dessa forma o governo pagaria à vista 20% do valor da terra e das benfeitorias e o restante do valor seria pago com Títulos da Dívida Agrária (TDA). A sugestão do governo foi de levar a proposta para debate durante os meses de junho e julho e, posteriormente, a equipe do governo refletiria sobre as discussões levantadas para então elaborar a proposta definitiva.<sup>386</sup>

Segundo Ruy Moreira, a referida proposta gerou violenta reação dos latifundiários que variou entre acusações diversas à mobilização armada. Frente a esse cenário, registrou-se o

---

<sup>384</sup> JST. O governo não faz, nós temos que fazer. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 47, ano IV, set., 1985, p. 2.

<sup>385</sup> MAIA, Cláudio Lopes. *Op. cit.*, p. 229.

<sup>386</sup> JST. Garantir a aplicação do Plano. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 44, ano IV, jun., 1985, p. 10.

aumento do número de assassinatos de camponeses e de lideranças sindicais.<sup>387</sup> A respeito, o *JST*, enquanto órgão de comunicação popular, denunciou o aumento da violência no campo imposta pelas inquietações dos latifundiários em concomitância à elaboração da referida proposta. Os representantes dos proprietários de terra apontaram que o PNRA prejudicaria o desenvolvimento agrícola do país.

Dentro desta perspectiva, entidades como a Sociedade Rural Brasileira (SRB) pediu a demissão dos responsáveis pela elaboração do PNRA. Diante dessa oposição, o MST, através de seu órgão de comunicação popular, denunciou a reação dos latifundiários e de suas entidades. Além disso, o Movimento compreendeu que não seria fácil a aprovação, aplicação e execução do referido Plano. Essas constatações reforçaram a importância da organização, mobilização e pressão social dos(as) trabalhadores(as) rurais sem terra em favor da reforma agrária.<sup>388</sup>

Em meio a essa discussão, em julho de 1985, o *JST* publicou um artigo do professor da Universidade de Campinas, José Graziano da Silva, que discutiu a proposta do PNRA apresentada pelo MIRAD ao Congresso Nacional e a contraproposta dos latifundiários. Estes últimos passaram a defender o adiamento do processo de reforma agrária, a extensão do prazo de discussão da proposta para limitar a possibilidade de desapropriação, a participação dos órgãos de representação dos proprietários nas comissões, a limitação dos assentamentos e colônias agrícolas a propriedades individuais e a cobrança de realização de um novo cadastro rural para obter dados atualizados para elaborar o Plano. Ao analisar esta contraproposta, Silva concluiu que o Plano não foi da burguesia e nem do governo de José Sarney – Presidente da República no período de 21/04/1985 a 15/03/1990, empossado após a morte de Tancredo Neves.<sup>389</sup>

Sob esta perspectiva, a luta pela execução do PNRA representava uma possibilidade de avanço na luta dos(as) trabalhadores(as) rurais e dos movimentos sociais do campo em prol da reforma agrária. Nesse sentido, o MST propôs a organização de mobilizações de apoio político para que o Plano saísse do papel. Dentre essas ações, destacaram-se: a semana de pressão em Brasília, entre os dias 19 a 24 de agosto de 1985; a Semana Nacional de Luta pela Reforma Agrária, entre os dias 1 a 7 de setembro do mencionado ano; criação de comitês pela

---

<sup>387</sup> MOREIRA, Ruy. O plano nacional da reforma agrária em questão. *Terra Livre*, São Paulo: AGB, n. 1, p. 6-77, 1986, p. 6.

<sup>388</sup> JST. Garantir a aplicação do Plano. *Op. cit.*

<sup>389</sup> SILVA, José Graziano. A polêmica Reforma Agrária. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 45, ano IV, jul., 1985, p. 13.

reforma agrária para realização de ações conjuntas, protestos e reivindicações nas capitais dos estados.<sup>390</sup>

A CUT, uma das entidades convocadas para ação conjunta, recomendou para os sindicatos filiados a organização de atividades para a Semana de Luta em defesa da Reforma Agrária.<sup>391</sup> Diante desse processo de mobilização, segundo o *JST*, cerca de 50 mil pessoas saíram às ruas pedindo “Reforma Agrária Já”, o fim da violência no campo, previdência social para os(as) agricultores(as) e estímulo para a produção do pequeno agricultor(a).<sup>392</sup> Além das denúncias registradas pelos jornais e informativos populares, observa-se a necessidade do cotejamento dos registros da imprensa tradicional para ampliar o entendimento acerca dos debates e mobilizações em defesa e/ou contrárias à reforma agrária no cenário da Nova República, em particular, em Alagoas. Essa perspectiva, por um lado, foi restringida por conta da pandemia e do distanciamento social. Mas, por outro lado, está aberta para estudos que tenham por objetivo aprofundar essa discussão.

Para Ruy Moreira, a resposta do campesinato diante da resistência, contestação e violência dos latifundiários contra a proposta do PNRA foi a realização de passeatas, ocupações de terras e de prédios do INCRA em vários estados do país. Essa estratégia repercutiu junto aos sindicatos, entidades estudantis, partidos de esquerda e entre intelectuais do campo popular.<sup>393</sup>

Para o MST, havia uma nítida falta de vontade do governo da Aliança Democrática (PMDB/PFL) em realizar a reforma agrária. O Plano, recapitulando, havia ficado pronto em maio. Em seguida, o Ministro do MIRAD, Nelson Ribeiro, anunciou que ele seria discutido nos meses de junho e de julho. Na sequência, o PNRA foi questionado, contestado e postergado, em razão das manobras dos ruralistas e de suas entidades de classe, para agosto, setembro e outubro. Ao longo desse percurso de tempo descaracterizaram a proposta elaborada em maio. Segundo as críticas registradas pelo *JST*, as modificações foram uma forma do Governo e do Parlamento atenderem aos interesses dos latifundiários e das entidades ruralistas.<sup>394</sup>

---

<sup>390</sup> *JST*. Uma proposta de ação conjunta. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 46, ano IV, ago., 1985, p. 2.

<sup>391</sup> CUT. Terra não se ganha, se conquista. *Boletim Nacional da CUT*. n. 3, ago., 1985, p. 7.

<sup>392</sup> *JST*. Continua o agito no campo. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 47, ano IV, set., 1985, p. 10-11.

<sup>393</sup> MOREIRA, Ruy. *Op. cit.*, p. 06.

<sup>394</sup> *JST*. O governo não faz, nós temos que fazer. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 47, ano IV, set., 1985, p. 2.

Envolto nessa disputa, em outubro de 1985, o PNRA foi assinado pelo presidente José Sarney, em ato transmitido pela televisão. O documento final, segundo o MST, subtraiu a desapropriação por interesse social e limitou as áreas destinadas aos assentamentos, prioritariamente, em terras públicas. Após a assinatura do Plano, representantes do governo tentaram explicar as mudanças justificando que não havia ocorrido recuos, mas aperfeiçoamentos. Em seguida, José Gomes da Silva, presidente do INCRA, pediu demissão alegando que não haveria reforma agrária.<sup>395</sup>

Para Claudio Maia, a proposta do PNRA tropeçou nos interesses dos latifundiários que, mesmo frente a uma proposta de viés desenvolvimentista/capitalista, questionaram, resistiram e impuseram obstáculos. Em meio a esse horizonte de embates, os movimentos sociais e os demais grupos políticos de oposição passaram a trabalhar na construção de uma agenda de interesses em comum, nesse caso, pela aprovação e execução do referido Plano.<sup>396</sup> Segundo Moreira, dentre as preocupações do PNRA, estava a questão da intensificação dos conflitos sociais no campo, realidade agravada pelo avanço da modernização conservadora da agricultura capitalista e da crescente expulsão do campesinato. Em face a essa tensão, o Plano foi apresentado com o lema “Paz na Terra”.<sup>397</sup>

### **3.2. Nova República, o MST/Alagoas e o *Jornal Sem Terra***

Já se caminhava para meados da década de 1980, e nesse período, o país começava a ensaiar os primeiros passos da Nova República. Nesse contexto, os recuos com a desconstrução do PNRA estimularam mobilizações conjuntas entre os sindicatos urbanos e rurais. Neste cenário de mobilizações, o STTR/Inhapi, representado por José Cazuza Ferreira de Oliveira, participou do II Congresso Nacional da CUT. Este evento, realizado entre 31 de julho a 3 de agosto de 1986, no Rio de Janeiro, compareceram 1.014 entidades e 5.564 delegados e, novamente, as entidades rurais tiveram expressivo número de participação, com 366 entidades e 1.953 delegados. Dentre as resoluções do Congresso, a CUT convocou os(as) trabalhadores(as) do campo e da cidade para uma ampla mobilização unitária, a partir dos seguintes eixos de luta: “terra, salário, emprego e liberdade; direito irrestrito de greve,

<sup>395</sup> JST. Seis meses de espera e uma grande decepção. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 48, ano IV, Out- Nov., 1985, p. 9.

<sup>396</sup> MAIA, Cláudio Lopes. *Op. cit.*, p. 231

<sup>397</sup> MOREIRA, Ruy. *Op. cit.*, p. 17.

liberdade e autonomia sindical; não pagamento da dívida externa; e participação popular na Constituinte”.<sup>398</sup>

Sobre o eixo da terra, as resoluções do congresso apontaram que a reforma agrária deveria ocorrer a partir do protagonismo e do comando dos(as) trabalhadores(as) rurais. Destacou-se também a importância da punição dos assassinos das lideranças sindicais e camponesas.<sup>399</sup> Frente à conjuntura nacional dos debates sobre a morosidade da não realização do PNRA pelo governo da Nova República, as resoluções do II Congresso da CUT propuseram desenvolver trabalhos específicos para a questão do campo. Dentre estas propostas, destacam-se:

Apontar a estratégia mais geral de construção e consolidação da CUT nas várias realidades e lutas em desenvolvimento no campo; definir as lutas prioritárias da CUT no campo; para cada propriedade, definir bandeiras a serem levadas pelo conjunto da CUT, propostas concretas de organização e de unificação dessas lutas e metas concretas a serem atingidas; estabelecer metas organizativas, em termos e estruturação das condições deste trabalho no interior da CUT; definir uma proposta de formação voltada para as direções e lideranças no campo, na perspectiva de formação de quadros dirigentes das lutas e da afirmação de uma consciência classista, que seja permanente e adequada à realidade do campo.<sup>400</sup>

Conforme as resoluções apresentadas pelo II Congresso da CUT, observa-se a preocupação em alargar as atividades sindicais do/e no campo. Para isso, levantou-se a necessidade de as bases sindicais estarem associadas com a luta pela terra e pela reforma agrária. No mencionado Congresso, foi definida a nova direção nacional e estaduais da CUT, e, mais uma vez, constatou-se que, na composição de Alagoas, havia a presença de representantes sindicais dos(as) trabalhadores(as) rurais do sertão:

Direção Estadual da CUT/Alagoas 1986  
EFETIVOS  
José [Cazuza] Ferreira de Oliveira - Pres. STR Inhapi  
Pedro Luiz da Silva - Pres. do STI Urbanas de AL  
SUPLENTEs  
José Moreno Sobral - Conselho Fiscal do STI Construção Civil de AL  
Talvane Manuel Vieira - Pres. do STR de Delmiro Gouveia.<sup>401</sup>

---

<sup>398</sup> CUT. *Resoluções do 2º Congresso Nacional da CUT*. Rio de Janeiro, 1986, p. 1-72.

<sup>399</sup> *Ibid.*, p. 7.

<sup>400</sup> *Ibid.*, p. 32.

<sup>401</sup> *Ibid.*, p. 59.

Observa-se, portanto, que os sindicatos rurais do sertão apareceram com destaque na direção da CUT/Alagoas, em 1986. O STTR/Inhapi se apresentou como membro efetivo da direção, e o STTR/Delmiro Gouveia como suplente. A ocupação desses espaços políticos coincide com as orientações do MST para a agenda de ações daquele ano, que consistiram na inserção das lideranças sem terra nos sindicatos, na CUT e nos partidos políticos – enquanto estratégia de articulação para a luta em defesa da reforma agrária.<sup>402</sup>

Dentro desse processo de articulação com as organizações sociais, políticas e sindicais os(as) trabalhadores(as) sem terra, os sindicatos rurais e setores populares da Igreja Católica decidiram apoiar e lançar a candidatura do presidente do STTR/Craíbas e também secretário da CUT-Rural/Alagoas, Florisval Alexandre Costa, a uma vaga no legislativo estadual nas eleições de 1986, como já mencionado no capítulo anterior.<sup>403</sup> A referida candidatura ocorreu frente aos desdobramentos provocados pela derrota do movimento das Diretas Já e da aprovação da Emenda Constitucional n. 26, de 27/11/1985, que determinava que o novo Congresso, a ser eleito em novembro de 1986, comporia tanto a Assembleia Nacional Constituinte quanto às Assembleias Estaduais Constituintes.<sup>404</sup>

Apesar da candidatura de Florisval à Assembleia Estadual não ter sido concretizada, ela representou as propostas, demandas e agendas dos setores populares e sociais junto à disputa por uma vaga ao legislativo estadual e junto à discussão acerca da Assembleia Constituinte.<sup>405</sup> Segundo o *JST*, os recursos financeiros para a referida empreitada eleitoral foi obtido através de campanha de arrecadamento entre sindicatos, movimentos sociais e lideranças do campo popular em Alagoas.<sup>406</sup> Florisval alcançou 1.836 votos e ficou como suplente para a Assembleia Legislativa.<sup>407</sup>

A participação dos STTRs na direção estadual da CUT/Alagoas e o apoio à candidatura de Florisval, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), ao legislativo estadual refletem também a articulação política dos(as) trabalhadores(as) rurais nos debates constitucionais daquele período. Segundo Bracolina Ferreira, a participação de sindicalistas e de ativistas dos

---

<sup>402</sup> JST. Nossas prioridades de organização. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 55, ano V. ago., 1986, p. 2.

<sup>403</sup> JST. Florisval é o 13.131. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 57, ano V. out., 1986, p. 4.

<sup>404</sup> FERREIRA, Bracolina; ALVES, Fábio; CARVALHO FILHO, José Juliano. Constituição vinte anos: caminhos e descaminhos da reforma agrária – embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas). In: *Desenvolvimento rural*, 2009, p. 155 – 156, p. 163.

<sup>405</sup> IGREJA CATÓLICA. Escola Bíblica do Alto Sertão. *Breve introdução aos mapas: mapa agrário e mapa político*. Inhapi/AL, datilografado, 198[?], s/p. Acervo: Marili Ferreira.

<sup>406</sup> JST. Florisval é o 13.131. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 57, ano V. out., 1986, p. 4.

<sup>407</sup> TSE. *Resultado das eleições de 1986*. Tribunal Superior Eleitoral. Brasília, 1986.

movimentos sociais nas disputas eleitorais, apesar da dificuldade na conquista das vagas, possibilitou a inserção de pautas dos movimentos sociais do campo nos debates, disputas e negociações político partidárias, eleitorais e legislativas, em particular, relativas à questão agrária.<sup>408</sup>

O histórico das candidaturas populares, construídas em conjunto pelos movimentos sociais, sindicatos e partidos do campo popular, dentre eles o PT, revela-se como uma significativa discussão no cenário da Nova República, acerca dos debates associados à Assembleia Nacional Constituinte e da Assembleia Constituinte Estadual. Um debate importante e que demanda o desenvolvimento de estudos específicos.

### 3.2.1. Alagoas no Movimento: bem-vindo(a)s companheiro(a)s...

Na primeira semana de outubro [de 1986], realizou-se um encontro regional de trabalhadores sem terra alagoanos. Participaram [do Encontro trabalhadores] lavradores de quatro municípios da região [do sertão de Alagoas, no município] de Inhapi, onde está começando a articulação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Estado. Bem vindos[sic] companheiros de Alagoas!<sup>409</sup>

Em outubro de 1986, ocorreu no município de Inhapi, sertão de Alagoas, o I Encontro Regional dos(as) Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra Alagoanos(as), conforme registro do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (JST)*. Esse registro descreve o Encontro e confere as boas-vindas do MST aos(as) trabalhadores(as) de Alagoas que passavam a fazer parte do Movimento. Em relação ao *JST*, dentre seus objetivos, estava o de destinar uma parte do informativo, uma seção, às ações do Movimento nos estados. Antônio Bezerra, ao estudar o papel do *Jornal Sem Terra*, constatou que o referido periódico oferece um registro das ideias, ações e estratégias de expansão do MST no país a partir de meados da década de 1980.<sup>410</sup>

O Encontro, anunciado pelo *JST*, foi resultado da participação de Luiz Valério da Silva e do sindicalista Alexandre – integrantes da Pastoral Rural, CEBs e do STTR/Inhapi – que relataram a experiência no Congresso do MST, ocorrido no Paraná, em 1985. O

<sup>408</sup> FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio; CARVALHO FILHO, José Juliano. *Op. cit.*, p. 163.

<sup>409</sup> JST. Alagoas no Movimento. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 57, ano V. out., 1986, p. 2.

<sup>410</sup> BEZERRA, Antonio Alves. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus temas: 1981-2001*. Tese de doutorado em História. São Paulo: PUC, 2011, p. 28.

Congresso teve como tema “Sem Reforma Agrária não há Democracia”<sup>411</sup> e externou as diretrizes que os(as) trabalhadores(as) sem terra, participantes do Movimento, passariam a seguir a partir do tripé “luta pela terra, pela Reforma Agrária e pelo socialismo”.<sup>412</sup>

É sob este horizonte de expectativas que ocorreu o já mencionado Encontro dos(as) Trabalhadores(as) Sem Terra de Alagoas, no município de Inhapi, na região do sertão, em meados da década de 1980. A partir deste acontecimento, as fontes analisadas – jornais, entrevista, dentre outras – registram uma mudança de rumo na perspectiva pedagógica e, sobretudo, de formação política daqueles trabalhadores(as), em particular, quanto às ações centradas na luta pelo direito à terra, incluindo manifestações, marchas, ocupações dentre outras experiências de resistência. Nesse sentido, para os(as) participantes do MST, já não bastava evocar o direito pelo uso e posse da terra, era necessário agir, ocupar e promover ações efetivas em favor da reforma agrária.

A partir desse contexto, pode-se presumir que a consciência de classe dos(as) trabalhadores(as) rurais sem terra não era um dado pronto, *a priori*, mas sim uma construção social e política, fomentada desde o processo de sua formação – realizada pela Pastoral Rural, CEBs, Seminário Rural e ações sindicais – que tomou corpo a partir de mobilizações, ocupações, marchas, dentre outras experiências de luta.

Segundo Manoel de Aguiar Correia, assentado no Lameirão, o MST em Alagoas também contribuiu para o entendimento de que a luta pela terra era uma “luta de classe”, entre trabalhadores(as) sem terra e latifundiários. A partir de então, o Movimento avançou com acampamentos, ocupações e mobilizações pelas terras alagoanas.<sup>413</sup> Nesta perspectiva, as reflexões de Thompson, como já discutido, ajudam a compreender que a construção do entendimento de classe revela-se no fazer-se cotidiano dos(as) trabalhadores(as) em um momento determinado, enquanto um fenômeno histórico.<sup>414</sup>

Nesse sentido, pode-se considerar o Encontro Regional dos(as) Trabalhadores(as) Sem Terra de Alagoas como um acontecimento de relevância para a constituição da consciência de classe trabalhadora sem terra. Participaram desse encontro, diretores sindicais dos STTRs de Inhapi e de Delmiro Gouveia, lideranças das CEBs dos municípios de Inhapi e de Mata

---

<sup>411</sup> FERNANDES, Bernardo Maçano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST (1979–1999)*. Op. cit., p. 81.

<sup>412</sup> STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Maçano. Op. cit., p. 53.

<sup>413</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

<sup>414</sup> THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Op. cit., p. 10.

Grande, representantes da direção do MST, dois membros do MST Sergipe, João Sessenta e Madalena, dentre outros.<sup>415</sup>

Essas ações, balizadas pelas diretrizes do I Congresso do MST, buscavam fomentar o entendimento de que a reforma agrária só avançaria através de ocupações dos latifúndios e pela pressão política – através de marchas, passeatas, mobilizações, acampamentos, ocupações de terras e de prédios públicos. Em torno dessas ações, a palavra de ordem que passou a ser utilizada foi “ocupação é a única solução”.<sup>416</sup>

Nessa construção do MST em Alagoas, José Cazuza Ferreira de Oliveira, enquanto integrante do STTR/Inhapi e da CUT/Alagoas, contribuiu com a referida articulação política e institucional; Genivaldo Vieira da Silva, do STTR/Inhapi e das pastorais da Igreja Católica, tinha a tarefa de realizar a agitação de massas, fazer propaganda e convencimento dos(as) trabalhadores(as) para a inserção na luta pela terra; Maria Zilma Tavares Costa, integrante das CEBs e sócia do STRR/Inhapi, realizava o trabalho de mobilização das mulheres, dos jovens, dos chefes de família, para participarem da ocupação e demais ações; José Severino dos Santos, sócio do STTR/Inhapi, participou da primeira secretaria do MST que funcionou junto à sede do STTR/Inhapi; Luiz Valério da Silva, membro do STTR/Inhapi, foi designado para atuar na organização e na arregimentação dos(as) trabalhadores(as) na ocupação da Fazenda Peba, em Delmiro Gouveia.<sup>417</sup>

A partir deste Encontro, foi organizada uma comissão de trabalhadores(as) rurais sem terra para que estes conhecessem a experiência de resistência das famílias acampadas na Fazenda Borda da Mata, no município de Canhoba, Sergipe, ocupada em 1986.<sup>418</sup> Segundo Manoel de Aguiar Correia, após a criação da secretaria e da coordenação do MST em Alagoas, alguns integrantes do Movimento também foram conhecer e participar de experiências formativas do MST em Sergipe e na Bahia.<sup>419</sup> Presume-se, da referida narrativa, que a troca de experiências entre os sem terra de Alagoas, Sergipe e Bahia também referenciou as ações em defesa da reforma agrária no sertão de Alagoas.

O Encontro de Alagoas resultou na constituição da Secretaria Estadual do MST/AL e de sua coordenação, bem como, no aprofundamento do debate político dos(as)

---

<sup>415</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019.

<sup>416</sup> MORISSAWA, Mitsue. *Op. cit.*, p. 141.

<sup>417</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019.

<sup>418</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 –1999)*. *Op. cit.*, p. 98.

<sup>419</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

trabalhadores(as) rurais sobre o alargamento da luta pela reforma agrária. E, nesse sentido, constitui-se em um dos marcos das ações do MST no estado, conforme exame do registro noticiado pelo *JST*, de saudação aos participantes do Movimento: “Alagoas no Movimento”.<sup>420</sup>

### 3.2.2. De Boletim Informativo à Jornal do Movimento

A respeito da construção política dos(as) trabalhadores(as) sem terra no Sertão do São Francisco, é importante destacar também a contribuição formativa do MST, seja pela contribuição de seus integrantes, seja através do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (JST). Em relação ao periódico, ele passou a circular em terras alagoanas após a criação da Secretaria Estadual do MST, em 1986.<sup>421</sup> A partir desse momento, o *JST* passou a ser utilizado como suporte formativo, informativo e instrumento para estimular a organização, identidade e unidade política.<sup>422</sup>

Além dessas atribuições, o *JST*, segundo Bezerra, constituiu-se como instrumento de comunicação do MST, responsável por noticiar, divulgar e denunciar as tensões no campo e as estratégias de enfrentamento tecidas pelos(as) trabalhadores(as) na disputa pela terra e pelos seus direitos sociais. Ele também registrou, informou e divulgou, em cada estado, os conflitos, ocupações, reuniões, encontros, agendas e pautas de luta.<sup>423</sup>

Os estudos a respeito, confirmam que a partir da anunciação das experiências traçadas nos estados, ele configurou-se como crucial no trabalho de base – cartografando as reivindicações dos(as) trabalhadores(as) e confrontando-se com as narrativas da imprensa tradicional.<sup>424</sup> Ele circulou tanto junto aos acampamentos e assentamentos, quanto entre os sindicatos, movimentos sociais próximos, parceiros e simpatizantes ao Movimento.<sup>425</sup>

Após sua circulação, em 1981, o *JST* passou por algumas etapas. Anterior ao MST, este periódico surgiu como “Boletim Informativo dos Sem Terra” – circulou com essa

<sup>420</sup> JST. Alagoas no Movimento. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 57, ano V. out., 1986, p. 2.

<sup>421</sup> Informações obtidas através da aplicação do questionário: SILVA, Aline Oliveira da. *Jornal Sem Terra em Alagoas*. Maceió: PPGH/UFAL, 2019.

<sup>422</sup> OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida. *Jornal Sem Terra: uma avaliação do principal instrumento de comunicação do MST*. *Anais do 7º Encontro Anual da ANDHEP*. Curitiba: UFPR, 2012, p. 3.

<sup>423</sup> BEZERRA, Antonio Alves. O jornal como porta-voz das estratégias e ações do MST. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá: UFM, vol.4, n.1, p. 243 – 267, 2011, p. 261.

<sup>424</sup> COELHO, Fábio. O jornal sem terra na organização do MST. *Anais do 30º Simpósio Nacional de História*, Recife: UFPE, 2019, p. 10.

<sup>425</sup> BEZERRA, Antonio Alves. *O jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus temas*. Op. cit., p. 67.

denominação entre 1981 a 1984, quando o MST foi oficialmente constituído.<sup>426</sup> A intenção de sua circulação foi manter os(as) acampados em Ronda Alta, Rio Grande do Sul, informados

Da campanha de solidariedade por meio de suas entidades representativas – sindicatos e federações de trabalhadores rurais e urbanos; comunidades de base e demais entidades em nível nacional – opinião pública através dos meios de comunicação: rádios, jornais e televisão na perspectiva de ampliar a campanha em todas as regiões do estado e do país.<sup>427</sup>

Nessa etapa, o Boletim era mimeografado e impresso de forma artesanal em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Em 1983, ocorreu outra mudança, o Boletim passou a circular como “Boletim Sem Terra”. Em 1984, posteriormente ao Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o periódico passou para a denominação: *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* – mantendo a sede em Porto Alegre, mas já sendo reconhecido como órgão oficial do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Regional Sul, abrangendo os estados do RS, SC, PR, MS e SP. Após realização do I Congresso Nacional do MST, realizado em Curitiba em 1985, o *Jornal* transferiu-se para São Paulo – sediado na rua Ministro de Godoy, n.º 1484 – e passou a veicular e circular as ações do MST em todos os estados da federação.<sup>428</sup>

O *Jornal Sem Terra*, a partir de 1986, passou a ser enviado para a Secretaria Estadual do MST/Alagoas, cuja primeira sede foi o STTR/Inhapi, na região do sertão.<sup>429</sup> O periódico chegava a Inhapi quando os integrantes da coordenação participavam de encontros e/ou reuniões nacionais do MST. Após algum tempo, com a mudança da secretaria para Arapiraca e, posteriormente, Maceió, ele passou a vir por correspondência postal.<sup>430</sup>

### 3.2.3. Registros do Movimento no *Jornal Sem Terra* (JST)

Nos idos de 1986, o *JST* dedicou parte de suas edições para denunciar a insatisfação com o governo do Presidente José Sarney. No contexto da Nova República, a luta estava centrada nas mobilizações sociais em prol da execução do I PNRA e da nova Constituinte.

<sup>426</sup> OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida. *Op. cit.*, p. 2.

<sup>427</sup> JST. Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 1981, p. 2.

<sup>428</sup> BEZERRA, Antonio Alves. *O jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus temas*. *Op. cit.*, p. 37-70.

<sup>429</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019.

<sup>430</sup> Informações obtidas através da aplicação do questionário: SILVA, Aline Oliveira da. *Jornal Sem Terra em Alagoas*. Maceió: PPGH/UFAL, 2019.

Nesse período, na condição de periódico oficial do Movimento, ele cumpriu o papel de denunciar narrativas que distorciam o PNRA, as manipulações políticas de autoridades contra a reforma agrária e as inúmeras ações violentas cometidas por latifundiários contra trabalhadores(as) sem terra e contra os ativistas do Movimento.

A exemplo, destaca-se a matéria “Um ano de mentiras”, reportando-se às distorções deferidas contra a execução do PNRA. Esse texto expressa, sob o ponto de vista dos movimentos sociais do campo, a expectativa de desapropriação de terras que há

Um ano (10 de outubro de 1985), José Sarney assinou o decreto que instituiu o Plano Nacional de Reforma Agrária prevendo a desapropriação de 4,6 milhões de hectares, para assentar 150 mil famílias durante o ano de 1986. Na prática, porém, passado um ano, o governo desapropriou em torno de 900 mil hectares e se emitiu a posse de áreas que beneficiam apenas cinco mil famílias, a maioria de posseiros. Isto é regularização fundiária e não Reforma Agrária.<sup>431</sup>

A matéria deixa evidente a insatisfação com o governo e a classe política, além disso, denunciou a falta de condução das metas do Plano. Em face dessas acusações, as edições trouxeram textos e entrevistas com os apoiadores da reforma agrária. Um exemplo é a edição de julho de 1986, que destacou o artigo de Leonardo Boff, “O governo deve ser desmascarado”. Nele, Boff afirmava que estava ocorrendo o prolongamento da política da ditadura e que em relação à reforma agrária nada estava sendo feito.<sup>432</sup> Na edição de agosto, por sua vez, o periódico estampava a manifestação de apoio do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Hermann Assis Baeta, que destacou como legítimas as ocupações de terras ociosas. Segundo ele, “o direito à propriedade não se sobreponha ao direito à sobrevivência” e a violência no campo resultava “do fato de o governo não ter se antecipado à questão agrária com uma efetiva Reforma Agrária”.<sup>433</sup>

Segundo José Cazuya Ferreira de Oliveira, um dos argumentos de convencimento utilizados junto aos participantes da ocupação era a “necessidade da terra como um meio de sobrevivência e [de] desmistificar que isso não era crime, que não era roubo fazer

---

<sup>431</sup> JST. Um ano de mentiras. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 57, ano V, out., 1986, p. 2.

<sup>432</sup> BOFF, Leonardo. O governo deve ser desmascarado. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 54, ano V, jul., 1986, p. 05.

<sup>433</sup> JST. OAB diz que ocupações são legítimas. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 55, ano V, ago., 1986, p. 5.

ocupação”.<sup>434</sup> Argumentos que convergiam e adquiriram legitimidade em concomitância aos apresentados pelo presidente da OAB, publicados no *JST*.

O *JST* também foi um veículo de comunicação utilizado para a formação política e trabalho de base, como apontam os registros do questionário aplicado junto aos participantes do Movimento.<sup>435</sup> A esse respeito, Fábio Coelho destaca que o periódico, desde seu surgimento, manteve características formativas e desempenhou o papel de disseminar as concepções políticas defendidas pelo Movimento.<sup>436</sup>

Em 1986, frente à lenta execução das metas do PNRA e diante das declarações do governo – de que o Movimento era radical, invadia terras, tinha natureza comunista e que não desejava a democracia – o MST sinalizou, através do *JST*, que seguiria em defesa da reforma agrária, objetivo a ser alcançado por conta do Movimento, através de “busca [de] apoio junto aos trabalhadores da cidade. (...) [e do esforço de] denunciar à sociedade as mentiras do governo em relação à Reforma Agrária que [na realidade] não existe”.<sup>437</sup>

As orientações do MST, divulgadas pelo *JST*, também estão presentes nas narrativas de Maria Zilma Tavares Costa, participante das CEBs e da coordenação do MST/AL, quando realizava o trabalho de mobilização dos(as) trabalhadores(as) rurais sertanejos. Naquele momento de conscientização, em consonância com as mobilizações de cobrança em prol do PNRA, ela narrou que discutia com a comunidade que “existe uma lei, lei de Reforma Agrária, e a gente pode nos juntar e forçar o governo a cumprir essa lei aqui onde a gente mora”.<sup>438</sup> Para Elza Oliveira Filha, o *Jornal Sem Terra* garantiu a veiculação de análises e informações contra hegemônicas, entre elas, a necessidade de um projeto popular de reforma agrária e de sociedade que questionou os estabelecidos no poder. Análises, críticas e posicionamentos que não ganhariam espaço na mídia tradicional, conservadora, capitalista e ruralista.<sup>439</sup>

Segundo Joana Cunha, o *Jornal Sem Terra*, enquanto periódico de comunicação popular, expressou a perspectiva dos segmentos excluídos da sociedade pelo Estado

---

<sup>434</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 09/02/2016.

<sup>435</sup> Informações obtidas a partir da análise dos dados do questionário: SILVA, Aline Oliveira da. *Jornal Sem Terra em Alagoas*. Maceió: PPGH/UFAL, 2019.

<sup>436</sup> COELHO, Fábio. *Op. cit.*, p. 8.

<sup>437</sup> *JST*. Um ano de mentiras. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 57, ano V, out., 1986, p. 2

<sup>438</sup> COSTA, Maria Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016.

<sup>439</sup> OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida. *Op. cit.*, p. 9.

Brasileiro.<sup>440</sup> Neste sentido, as pesquisas acerca da comunicação popular o definem, em termos políticos, por tratar de assuntos de interesse de marginalizados, excluídos e invisibilizados. Dessa forma, a comunicação popular não se refere apenas a técnicas, mas sobretudo, a processos culturais, políticos e sociais que se articulam em favor das classes populares – diferindo frontalmente dos meios de comunicação utilizados pela classe dominante.<sup>441</sup>

O *JST*, portanto, além de divulgar informações, acontecimentos e discussões sobre a Reforma Agrária no Brasil, também é uma fonte de registro dos conflitos fundiários, tal como o conflito provocado a partir da ocupação da Fazenda Peba, em Delmiro Gouveia, Alagoas. Essa experiência social, que começa a ser delineada a partir de 1982 no contexto de formação religiosa da Pastoral Rural, CEBs, Forania e do Seminário Rural, estende-se até 1989, quando a experiência de resistência em razão do conflito – ocupação e reocupação da Fazenda Peba – resultou na criação do Assentamento Peba e do Assentamento Lameirão.

### **3.3. Peba: uma experiência de resistência**

#### **3.3.1. A Fazenda Peba, arrendamento e conflito**

A Fazenda Peba era constituída por cerca de 1.200 hectares, localizada a seis quilômetros da sede do município de Delmiro Gouveia. Estas terras, entre 1982 e 1984, enquadravam-se como uma propriedade improdutiva. Frente a esta constatação, em paralelo aos debates acerca da elaboração do PNRA, o proprietário do referido latifúndio tomou a iniciativa de arrendar 500 tarefas de terras, o equivalente a 130 hectares, para cerca de 66 famílias pelo período de três anos. Esse arrendamento tinha, ainda que de modo velado, o objetivo de evitar que a propriedade entrasse para a lista de terras devolutas, improdutivas e enquadráveis nos parâmetros de desapropriação discutidos no projeto do PNRA.<sup>442</sup>

---

<sup>440</sup> CUNHA, Joana Tavares Pinto. *De Boletim a Jornal Sem Terra: história, práticas e papel na constituição do MST*. Dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação. São Paulo: USP, 2013, p. 41-44.

<sup>441</sup> OTRE, Maria Alice Campagnoli. *A pesquisa acadêmica sobre comunicação popular, alternativa e comunitária no Brasil: uma análise das dissertações e teses produzidas em Programa de Pós-graduação em Comunicação Social entre 1972 e 2022*. Tese de doutorado em Comunicação Social. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015, p. 113-215.

<sup>442</sup> *JST*. Famílias estão sendo ameaçadas de morte. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 59, ano VI, jan., 1987, p. 6.

Em meados do ano de 1986, diante da insatisfação dos(as) trabalhadores(as) rurais sem terra com a não realização das metas do PNRA, eclodiu o conflito fundiário da Fazenda Peba no município de Delmiro Gouveia. Segundo Lourdes Santana, freira da Paróquia de Delmiro Gouveia que acompanhou a gestação do conflito que desembocou na ocupação da referida fazenda, por volta de setembro de 1986, o latifundiário, Miguel Gandu Dacach – articulador da União Democrática Ruralista (UDR) no sertão de Alagoas, teria ameaçado 66 famílias que arrendaram as terras do Peba.<sup>443</sup>

Após as discussões do projeto do PNRA, em 1986, o referido enquadramento das terras da Fazenda Peba de fato ocorreu, conforme registros do Serviço Nacional de Informações (SNI). Segundo o relatório elaborado pelo INCRA/AL, havia terras do sertão de Alagoas, à época, que eram áreas prioritárias para a execução do PNRA. No município de Delmiro Gouveia, em particular, foram listados 22 imóveis classificados como propriedade improdutivo. E, dentre essas propriedades, constavam duas áreas em posse de Miguel Gandu Dacach: a denominada Fazenda Pedra Velha, de 600 hectares, e a Fazenda Xingo ou Peba, de 800 hectares. Conforme o documento, as duas propriedades se encontravam improdutivas.<sup>444</sup>

Examinando as informações do SNI, pode-se inferir que a área de 1.200 hectares que o *JST* apontou como a dimensão da Fazenda Peba corresponde à junção das duas fazendas Xingo/Peba e Pedra Velha – que juntas chegam a um total de 1.400 hectares. Além disso, na entrevista realizada com Manoel de Aguiar Correia, membro do STTR/Inhapi, ele informou que Miguel Gandu Dacach arrendou parte das terras da Fazenda Peba com o intuito de enquadrá-la como propriedade produtiva e retirá-la da lista de áreas passíveis à reforma agrária.<sup>445</sup>

A divulgação das áreas aptas à reforma agrária, listadas pelo INCRA/AL em 1986, causou mobilização, descontentamento e reação da Associação de Plantadores de Cana e da Federação da Agricultura de Alagoas. Estes ficaram desconfortáveis com a declaração do INCRA de que 113 propriedades em Alagoas estavam improdutivas ou geravam conflitos fundiários e sociais. Destas, 90 estavam localizadas no sertão. Para estes latifundiários, a divulgação das áreas suscetíveis de submissão ao PNRA foi considerada leviana – fato este

---

<sup>443</sup> SANTANA, Lourdes. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016.

<sup>444</sup> AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_86007457\_d0001de0001.pdf., 1986, p. 4- 5.

<sup>445</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

que ocasionou um clima de mal-estar, insegurança e dúvidas no tradicional, conservador e poderoso setor agrícola alagoano.<sup>446</sup>

Insatisfeitos com a condução dos trabalhos do INCRA – no tocante a implementação do PNRA e de outras demandas fundiárias –, representantes do setor agrícola do estado enviaram um telegrama ao Ministro Chefe da Casa Civil, Marco Maciel, em junho de 1986, correspondência assinada por João Eudes Leite de Oliveira, representante dos produtores do setor agrícola. O teor do telegrama era a insatisfação com a lista de áreas enquadradas para a reforma agrária e com as atividades do INCRA. Ademais, alertava quanto aos perigos que poderiam advir da “precipitação dos fatos, que não condizem com o espírito da Nova República”.<sup>447</sup>

Neste sentido, considerando os documentos produzidos pelo SNI, pode-se afirmar que os grandes produtores agrícolas eram contrários à reforma agrária e a identificação, divulgação e atribuição de propriedades improdutivas e/ou risco de conflitos fundiários e sociais. Além disso, o telegrama enviado à Casa Civil revelou a tentativa de provocar ingerência no trabalho do INCRA/AL.

Assim, a tentativa de expulsão dos(as) arrendatários(as) da Fazenda Peba, motivação inicial do conflito fundiário em 1986, pode ser considerada como uma estratégia do latifundiário para que o INCRA não a declarasse como propriedade de interesse social – já que a terra havia se tornado produtiva em razão do trabalho das mais de 60 famílias de agricultores(as).

Em relação às famílias que arrendaram as terras da Fazenda Peba, uma parte delas era moradora de dois bairros periféricos da sede do município de Delmiro Gouveia: Pedra Velha e Ponto Chique – comunidades humildes construídas no entorno da centenária Fábrica da Pedra, fora do escopo da urbanizada, afamada e cuidada Vila Operária da Pedra, construída pelo empresário, coronel e “mítico” Delmiro Augusto da Cruz Gouveia.<sup>448</sup>

No referido contexto, nas últimas décadas do século XX, em particular, no período em estudo de 1982 a 1989, era costume dos moradores dos mencionados bairros buscarem arrendar terras nas fazendas da região através de parcerias relativas à divisão de parte da

---

<sup>446</sup> AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_86057812\_d0001de0001.pdf., 1986, p.7.

<sup>447</sup> *Ibid.*

<sup>448</sup> CORREIA, Telma de Barros. Delmiro Gouveia: a construção de um mito. *Caderno de Estudos Sociais*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, vol. 12, n. 1, p. 25-62, 1996.

produção ou prestação de serviços.<sup>449</sup> Um costume tecido a partir da palavra dada, isto é, de acordos verbais baseados na confiança e laços de dependência pessoal, firmados entre o latifundiário e os arrendatários(as).

Assim, uma vez firmados os acordos, os(as) arrendatários iniciaram o preparo e cultivo da terra da Fazenda Peba para o plantio de milho, feijão, algodão, batata, abóbora e outros cultivos de alimentos comuns na região. Entretanto, dois anos depois, de 1984 para 1986, Miguel Gandu Dacach tentou desfazer o acordo verbal com as famílias e ameaçou retirá-las da fazenda à força – sem que os(as) arrendatários(as) tivessem realizado a colheita, descumprindo, portanto, o acordo. Segundo o *JST*, o latifundiário tentou justificar a tentativa de expulsão apontando que iria usar a terra para a criação de bovinos.<sup>450</sup>

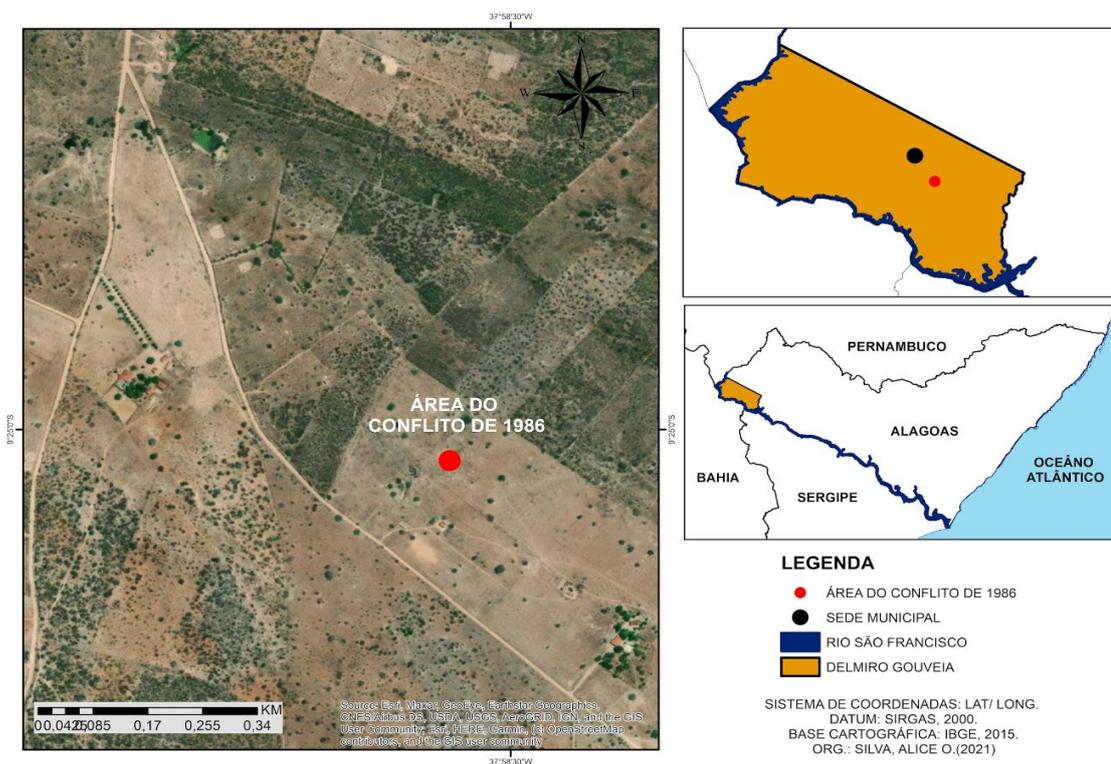
O mapa a seguir possibilita visualizar a área em que se instalou o conflito, assim como a localização da área no município de Delmiro Gouveia, na região da tríplice divisa com os estados de Sergipe, Bahia e Pernambuco.

---

<sup>449</sup> SANTANA, Lourdes. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016.

<sup>450</sup> JST. Famílias estão sendo ameaçadas de morte. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 59, ano VI, jan., 1987, p. 6.

**Mapa 4 : Área do conflito da Fazenda Peba em 1986**



Fonte: Mapa elaborado a partir das informações colhidas junto aos trabalhadores, que acompanharam o conflito em 1986, e confirmadas pelos familiares do mencionado latifundiário, 2021.

Diante das ameaças de expulsão da área cultivada, os(as) arrendatários(as) da Fazenda Peba pediram ajuda ao STTR local e à Igreja Católica, através da Paróquia de Delmiro Gouveia. Conforme Lourdes Santana, freira da referida paróquia, o sindicato e a Igreja tentaram resolver o conflito a partir do auxílio nas negociações entre os(as) trabalhadores(as) rurais e o latifundiário. Os esforços de mediação em favor dos arrendatários(as) se apoiaram nos argumentos que eles tinham o direito de fazer a colheita e de que ambas as partes deveriam cumprir o acordo verbal realizado em meados de 1984.<sup>451</sup>

Entretanto, apesar da mediação, o conflito se agravou por volta de novembro de 1986, quando o latifundiário colocou o rebanho de bovinos na lavoura dos(as) arrendatários(as). Segundo o *JST*, a gravidade do fato em si, dos animais devorarem os cultivos dos arrendatários, não alterou o ânimo de resistência dos(as) trabalhadores(as)/arrendatários(as) de permanecerem na terra, de exigirem a reparação de seus direitos e de recusarem a indenização proposta pelo latifundiário que em valores da época correspondia a CZ\$ 100,00

<sup>451</sup> SANTANA, Lourdes. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016.

(Cem Cruzados) por tarefa de terras – moeda vigente no Brasil entre os anos de 1986 a 1989.<sup>452</sup> Conforme Manoel de Aguiar Correia, membro do STTR/Inhapi e assentado no Lameirão, somadas as ameaças e os valores oferecidos como reparação para as lavouras, a indenização não correspondia ao estimado pelos(as) trabalhadores(as). A partir dessa arena de contendas, os sindicatos rurais da região se organizaram e, através da recém-criada Secretaria Rural da CUT/Alagoas, denunciaram o conflito à Secretaria de Segurança Pública.<sup>453</sup>

Diante dessa denúncia, foi marcada uma audiência com as partes envolvidas: o latifundiário e os(as) arrendatários(as). Nesse tocante, o *Jornal Sem Terra* reportou que a audiência ocorreu em 09/11/1986, em Maceió, e que, na ocasião, os(as) trabalhadores(as) e o STTR/Delmiro Gouveia não tiveram assessoramento jurídico para defendê-los.<sup>454</sup> Apesar disso, eles conseguiram que o latifundiário retirasse os bovinos das lavouras. Por conta dessa decisão, segundo Correia, as perseguições se intensificaram tanto aos trabalhadores(as) rurais, quanto às entidades sindicais, religiosas e sociais que os apoiavam.<sup>455</sup>

As perseguições – registradas pelos órgãos de segurança e informação – foram realizadas por meio da polícia e por homens armados a mando do latifundiário. Estes, segundo as fontes, apareciam nas lavouras com a intenção de intimidar os(as) trabalhadores(as).<sup>456</sup> As ameaças, por vezes, ocorriam quando os(as) trabalhadores(as) chegavam em seus roçados e encontravam homens armados a serviço do latifundiário, para ameaçá-los. Naquele momento, os(as) trabalhadores(as)/arrendatários(as) residiam na sede do município de Delmiro Gouveia e deslocavam-se para as lavouras cotidianamente nas primeiras horas da manhã e retornavam destas para as suas residências no fim da tarde.<sup>457</sup>

Diante dessa atmosfera de ameaças conferidas aos(as) trabalhadores(as)/arrendatários(as), ao STTR/Delmiro Gouveia e aos membros da Igreja Católica, algumas famílias ficaram desmotivadas e passaram a não cuidar de suas lavouras e a não exigir o cumprimento do acordo com o proprietário da Fazenda Peba.<sup>458</sup> Frente a essa situação, alguns(as) arrendatários(as) recorreram ao STTR/Inhapi, conhecido na região pela

---

<sup>452</sup> JST. Famílias estão sendo ameaçadas de morte. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 59, ano VI, jan., 1987, p. 6.

<sup>453</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

<sup>454</sup> JST. Famílias estão sendo ameaçadas de morte. *Op. cit.*, p. 6.

<sup>455</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. *Op. cit.*

<sup>456</sup> AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_88068826\_d0001de0001.pdf., 1988, p. 9.

<sup>457</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. *Op. cit.*

<sup>458</sup> JST. Famílias estão sendo ameaçadas de morte. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 59, ano VI, jan., 1987, p. 6.

defesa dos direitos do(a) trabalhador(a) rural.<sup>459</sup> Nesse período, o mencionado STTR fazia parte da direção estadual da CUT e era sede da Secretaria Estadual do MST/Alagoas.

A direção e membros do STTR/Inhapi e do MST/Alagoas, após a convocação dos(as) arrendatários(as) da Fazenda Peba, foram para o município de Delmiro Gouveia, ainda em 1986. A partir desta visita, passaram a realizar reuniões com os(as) arrendatários(as) na Igreja Santo Antônio de Pádua, no bairro Pedra Velha.<sup>460</sup> As orientações costuradas nas reuniões se centraram no direito de uso e posse da terra, além de associar o conflito à necessidade de execução do PNRA.<sup>461</sup>

José Cazuza Ferreira de Oliveira reforça também que nesse período de acompanhamento do conflito do Peba, a direção do STTR/Inhapi já recebia orientações e apoio do MST. Mas, também destaca as ações realizadas pela Pastoral Rural, a partir dos princípios da Teologia da Enxada e do assessoramento realizado pelas freiras. Para ele, tanto o MST quanto os setores populares da Igreja ajudaram a conduzir as reflexões que conectaram os(as) trabalhadores(as) rurais a compreenderem as leis existentes quanto ao uso e posse da terra.<sup>462</sup>

Concomitante a este debate, Mara Zilma Tavares da Costa, membro STTR/Inhapi e da coordenação do MST, afirma que a decisão de apoiar os(as) arrendatários(as) no conflito da Fazenda Peba se fundamentava na solidariedade daqueles trabalhadores na luta pelo direito à terra. Conforme essa agricultora, “tinha um conflito de terra em Delmiro Gouveia na época, então a gente, o pessoal ia lá dá muito apoio [STTR/Inhapi e MST], e depois decidiram, vamos nos organizar pra fazer aquela luta de forma mais organizada, para que eles realmente tenham sucesso”.<sup>463</sup> Já segundo Correia, parte do STTR/Inhapi e da coordenação do MST/Alagoas se organizou, inclusive em reuniões secretas e/ou reservadas, para fazerem a ocupação da área. Essa foi uma estratégia para que as referidas terras fossem destinadas para fins de reforma agrária. Assim ocupação da Fazenda Peba passou a ser um ponto de partida, um novo embrião de luta e de consciência da classe camponesa.<sup>464</sup>

### 3.3.2. Ocupar a terra é um direito

---

<sup>459</sup> SANTANA, Lourdes. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016.

<sup>460</sup> *Ibid.*

<sup>461</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

<sup>462</sup> *Ibid.*

<sup>463</sup> COSTA, Maria Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016.

<sup>464</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

Segundo Lourdes Santana, o conflito da Fazenda Peba desaguou na ação de ocupação após as orientações políticas e contribuições do STTR/Inhapi e do MST. As referidas entidades passaram a defender a ocupação como estratégia para o acesso à terra, um direito a ser exigido, conquistado e desfrutado pelos(as) trabalhadores(as) rurais. A nova orientação sindical, social e política defendeu que os(as) trabalhadores(as) que arrendaram área da Fazenda Peba tinham o direito de ter o uso e a posse da terra. Direito legitimado na trajetória de experiências dos sem terra e fundamentado na legislação, em particular, nas possibilidades colocadas pelo PNRA.<sup>465</sup>

Diante da experiência da Fazenda Peba, o militante Luiz Valério da Silva, membro do STTR/Inhapi e do MST, passou a acompanhar pessoalmente o conflito em Delmiro Gouveia. Segundo José Cazuza Ferreira de Oliveira, Valério foi designado para convencer as famílias a permanecerem nas terras da fazenda e a realizar pressão política para que ela fosse destinada para fins sociais de reforma agrária. Ele inclusive passou a residir no bairro da Pedra Velha, local de origem da maior parte das famílias arrendatárias.<sup>466</sup>

Observa-se, portanto, que a partir das ações do STTR/Inhapi e do MST na mediação do conflito fundiário da Fazenda Peba muda-se o horizonte político e social da resistência. O conflito, antes isolado no município de Delmiro Gouveia, passou a ter um novo tipo de proposta, estratégia e agenda de experiências – focadas na resistência ao latifúndio e em prol da reforma agrária.<sup>467</sup>

Nesse período, em concomitância aos desdobramentos do conflito fundiário da Fazenda Peba, ocorreu em 12/12/1986, a participação dos(as) trabalhadores(as) rurais nas mobilizações da greve geral convocada pela CUT e pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Dentre os objetivos desta greve, destacam-se: defesa dos salários, das estatais, congelamento dos preços, não pagamento da dívida externa e críticas ao Plano Cruzado.<sup>468</sup> A mencionada greve, segundo o *JST*, mobilizou cerca de 25 milhões de trabalhadores(as) do campo e das cidades em todo o país. A respeito, o *Jornal Sem Terra* anunciou que as mobilizações foram realizadas também com a participação dos(as) trabalhadores(as) sem

---

<sup>465</sup> SANTANA, Lourdes. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016.

<sup>466</sup> José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

<sup>467</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 –1999)*. *Op. cit.*, p. 278.

<sup>468</sup> CUT. *Greve de dezembro de 1986*.

terra. Em Alagoas, o movimento grevista realizou atividades em vários municípios, inclusive em Delmiro Gouveia.<sup>469</sup>

Nesse contexto, o presidente do STTR/Delmiro Gouveia, Talvane Manoel Vieira, foi ameaçado por conta de sua participação na greve geral e pelo apoio aos trabalhadores(as)/arrendatários(as) intimidados pelos latifundiários.<sup>470</sup> O *Jornal Sem Terra* não detalhou quais trabalhadores(as) participaram do movimento grevista da região e nem os nomes dos latifundiários que deferiram ameaças. Entretanto, presume-se, pela intensidade dos acontecimentos associados ao conflito da Fazenda Peba, que os(as) trabalhadores(as) sem terra contribuíram na construção da greve geral.

Nas últimas edições de 1986, o *JST* externou o balanço do MST em relação aos desafios a serem enfrentados pelo Movimento. Dentre eles o fato de o governo José Sarney não ter realizado mudanças efetivas contra a concentração fundiária – apesar da propaganda institucional quanto ao cumprimento das metas do PNRA. Além disso, foram ressaltados o aumento da violência no campo, a constatação do armamento dos latifundiários e, conseqüentemente, do aumento do número de ameaças contra os participantes dos movimentos sociais do campo, a exemplo, das ameaças a Dom Tomás Balduino.<sup>471</sup>

Em relação ao ano de 1987, o MST apontou, através do *JST*, questionamentos sobre a Nova República e a consolidação do Estado Democrático de Direito. Naquele contexto, a maior parte dos governadores eleitos foram do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e a Assembleia Nacional Constituinte nascia com vícios do passado.<sup>472</sup> Segundo Marco Antônio Villa, mesmo com descrédito por conta do insucesso do plano econômico Cruzado, o PMDB, um dos partidos que sustentou o governo de José Sarney – à época filiado ao Partido da Frente Liberal (PFL) – venceu as eleições de 1986 em 22 estados. Assim, o PMDB também obteve a maioria das cadeiras do Congresso Nacional e da Assembleia Constituinte.<sup>473</sup>

Diante da conjuntura prevista para 1987, o MST pontuou a necessidade de ampliar a organização, formação e experiências de mobilização junto aos seus militantes e os segmentos da sociedade que os apoiavam. Nessa perspectiva, foi ressaltado aos participantes do

---

<sup>469</sup> JST. Trabalhadores Rurais na Greve Geral. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 59, ano VI, jan., 1987, p. 16.

<sup>470</sup> *Ibid.*

<sup>471</sup> JST. O que esperar de 1987? *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 59, ano VI, jan., 1987, p. 2.

<sup>472</sup> *Ibid.*

<sup>473</sup> VILLA, Marco Antonio. *A história das constituições brasileiras: 200 anos de luta contra o arbítrio*. São Paulo: Texto Editores LTDA, 2011, p. 80.

Movimento que mantivessem o ânimo, a esperança e a disposição, pois “TERRA E PODER NÃO SE GANHAM, se conquistam!”.<sup>474</sup> Em relação ao Nordeste, o diagnóstico do MST para o referido ano reconhecia as dificuldades enfrentadas e os avanços da luta em dois estados: Piauí e Alagoas.<sup>475</sup>

O destaque conferido ao estado de Alagoas ocorreu tanto por conta da realização do Encontro Regional dos(as) Trabalhadores(as) Sem Terra, em outubro de 1986, quanto pelas articulações construídas pela Secretaria Rural da CUT/Alagoas, por um lado, a partir do apoio à candidatura a deputado estadual do trabalhador rural Florisval Alexandre Costa, e, de outro lado, pelas ações de apoio aos trabalhadores(as)/arrendatários(as) envolvidos no conflito da Fazenda Peba, em Delmiro Gouveia, Sertão do São Francisco, na fronteira com os estados de Sergipe, Bahia e Pernambuco.

### 3.3.3. Um olho na ocupação e o outro na Assembleia Constituinte

Entre os dias 19 a 23 de janeiro de 1987, o MST realizou o seu III Encontro Nacional, em Piracicaba, São Paulo. Participaram do Encontro cerca de 200 trabalhadores(as) rurais de 18 estados brasileiros, além de sindicalistas, representantes de setores populares da Igreja Católica, candidatos ao Congresso Nacional e as assembleias legislativas estaduais – apoiados pelo Movimento nas eleições de 1986. O Encontro teve, dentre seus objetivos discutir, avaliar e traçar as ações do MST para 1987. Alagoas foi representada neste evento por José Cazuzza Ferreira de Oliveira, membro do STTR/Inhapi e da coordenação do MST/AL.<sup>476</sup>

Durante o referido evento, seis temas foram debatidos: igreja, sindicalismo, eleições, mulheres, assentamentos e violência.<sup>477</sup> Enquanto representante de Alagoas, Oliveira participou das discussões sobre o sindicalismo. O debate acerca deste tema abordou a importância do “movimento sindical combativo”, não atrelado ao Estado e com participação efetiva nos debates, pautas e agendas fomentadas junto aos sindicatos rurais, em particular, a pauta da reforma agrária.<sup>478</sup> Ainda em torno dessa discussão, os debates avançaram em

<sup>474</sup> JST. O que esperar de 1987? *Op. cit.*

<sup>475</sup> JST. Conquistando o NE. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 59, ano VI, jan., 1987, p. 2.

<sup>476</sup> JST. Construir o projeto político da classe trabalhadora. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 60, ano VI, fev./mar., 1987, p. 3.

<sup>477</sup> JST. Debate: 3º Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 60, ano VI, fev./mar., 1987, p. 5.

<sup>478</sup> JST. Sindicato quer ver política por dentro. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 60, ano VI, fev./mar., 1987, p. 6- 7.

relação à necessidade de os(as) trabalhadores(as) sindicalizados estabelecerem um canal de informação, comunicação e discussão sobre a Constituinte.<sup>479</sup>

O mencionado encontro apontou as seguintes resoluções: consolidar a organização do MST, aumentar a formação política dos(as) trabalhadores(as) que atuam no movimento, priorizar a articulação entre os(as) trabalhadores(as) do campo e da cidade e lutar para que o MST continue autônomo, mantendo-se dentro do movimento sindical e ao lado das forças políticas que apoiam a reforma agrária, dentre as ações propostas pela CUT.<sup>480</sup>

A edição do *Jornal Sem Terra*, dedicada à cobertura jornalística do encontro, anunciou também a mobilização dos(as) trabalhadores(as) rurais na abertura do Congresso Constituinte, em Brasília, no dia 01/02/1987. Segundo esse periódico, cerca de dois mil trabalhadores(as) rurais, junto a segmentos da sociedade, compareceram à manifestação popular na Esplanada dos Ministérios. Estima-se que essa ação conjunta das entidades somou cerca de dez mil trabalhadores(as). Dentre as reivindicações pautadas, destaca-se que a reforma agrária precisava ser efetivada pelo governo, enquanto política pública de fato e não de propaganda, pois as metas estabelecidas para o PNRA não haviam sido cumpridas – realidade sintetizada nas palavras de ordem evocadas pelos(as) trabalhadores(as) rurais sem terra: “um, dois, três, Reforma Agrária nas terras de José Sarney!”.<sup>481</sup>

Segundo José Cazuza Ferreira de Oliveira, em compasso com a efervescência do referido contexto, em prol do PNRA e por uma nova Constituição sensível à reforma agrária, os(as) trabalhadores(as) rurais decidiram realizar a ocupação da Fazenda Peba naquele ano de 1987.<sup>482</sup> Para Manoel de Aguiar Correia, a ocupação foi uma resposta organizada dos(as) trabalhadores(as) em face ao conflito que havia eclodido no final de 1986.<sup>483</sup> Assim, pode-se considerar que a decisão política de realizar a ocupação da Fazenda Peba em 1987 tenha sido resultado do acúmulo organizativo que os(as) trabalhadores(as) cultivaram desde 1982, com a Pastoral Rural, CEBs e o Seminário Rural, posteriormente, ressignificadas em 1986, frente a instalação do conflito e das contribuições de apoio do STTR/Inhapi, CUT e MST.

---

<sup>479</sup> *Ibid.*

<sup>480</sup> JST. Em 1987, dificuldades e esperanças. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 60, ano VI, fev./mar., 1987, p. 2.

<sup>481</sup> JST. Só pressão popular pode mudar os rumos da Constituinte. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 60, ano VI, fev./mar., 1987, p. 11.

<sup>482</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

<sup>483</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

Nesse sentido, o ano de 1986 findou com a participação das entidades rurais do sertão de Alagoas na direção estadual da CUT, na Secretaria Estadual do MST e com o processo de resistência das famílias arrendatárias da Fazenda Peba, frente às tentativas de expulsão empreendidas pelo latifundiário Miguel Gandu Dacach. Essa resistência também foi apoiada por setores populares da Igreja Católica e pelos sindicatos rurais da região: o de Delmiro Gouveia e, em particular, o de Inhapi.

### **3.4. A ocupação da Fazenda Peba**

A ocupação da Fazenda Peba ocorreu em 26/01/1987, com a participação das famílias que resistiram à tentativa de expulsão conferida por Miguel Gandu Dacach. A referida ocupação é considerada a primeira ocupação de terra organizada a partir das contribuições do MST em Alagoas.<sup>484</sup> Dessa forma, o apoio concedido às famílias de trabalhadores(as)/arrendatários(as) da Fazenda Peba em conflito com o latifundiário é um capítulo importante da reforma agrária esmiuçada a partir do Sertão do Rio São Francisco, Delmiro Gouveia, Alagoas, próximo a tríplice fronteira com os estados de Sergipe, Bahia e Pernambuco.

Segundo Fernandes, a ocupação de terra é uma forma de luta, uma ação popular que tem, dentre os seus objetivos, a transformação da realidade dos(as) trabalhadores(as) rurais. Além disso, ele afirma que o ato de ocupar é um momento desse processo que se inicia na formação dos grupos de famílias, na realização dos trabalhos de base, e esse processo de mobilização desemboca no acampamento, nas negociações, nos enfrentamentos, nas manifestações, na conquista da terra e nas lutas permanentes em favor dos direitos sociais.<sup>485</sup>

Roseli Caldart, por sua vez, aponta que a ocupação de terra pode ser considerada a essência do MST, porque é através dela que se inicia a organização das pessoas para participar da luta pela terra, e que, talvez, na ocupação, esteja a origem organizativa do MST e que ela contribui para sua matriz educativa. Para a autora, a ação de ocupar um latifúndio

---

<sup>484</sup> SILVA, José Roberto. Um pouco da história do MST em Alagoas: dos começos até 2017. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.) *et al. Terra em Alagoas: temas e problemas*. Maceió: EDUFAL, 2013, p. 396.

<sup>485</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 –1999)*. *Op. cit.*, p. 162.

representa a desobediência à ordem estabelecida e que os sujeitos que dela participam tomam as suas vidas nas próprias mãos.<sup>486</sup>

Stedile discorre que a ocupação é uma estratégia de luta que expressa as convicções políticas dos(as) trabalhadores(as) sem terra. Diante dessa razão, eles, enquanto movimento social, pressionam os setores da sociedade a se posicionarem contra ou a favor dela, isto é, da ocupação e do processo de reforma agrária.<sup>487</sup>

A respeito da experiência da ocupação da Fazenda Peba, no dia seguinte à ocupação, a polícia – força pública não identificada nos registros escritos e orais, se civil ou militar –, cercou o acampamento, junto com o juiz de Delmiro Gouveia, que intimidou verbalmente as famílias para que elas saíssem da terra. Os(as) trabalhadores(as) tentaram resistir, mas acabaram sendo despejados.<sup>488</sup> No entanto, o acompanhamento pela coordenação do MST e do STTR/Inhapi contribuiu para a rearticulação e a resistência dos(as) arrendatários(as) na ocupação das terras da referida fazenda – até que ela fosse destinada para os fins sociais de reforma agrária, como se verificará a seguir.<sup>489</sup>

### **3.4.1. O Informativo dos(as) Trabalhadores(as) da Fazenda Peba**

Os participantes e apoiadores da ocupação produziram o *Informativo dos(as) Trabalhadores(as) da Fazenda Peba*, instrumento de comunicação usado para mantê-los informados e para denunciar ameaças realizadas pelo proprietário da fazenda aos ocupantes. No referido informativo, o latifundiário foi descrito como um grileiro violento, que “teve o cuidado de contratar um testa de ferro, o Sr. Clóvis, para que este seja o instrumento de sua ação covarde e criminoso”.<sup>490</sup>

Segundo Manoel de Aguiar Correia, membro do STTR/Inhapi e assentado do Lameirão, o latifundiário tentou desvencilhar-se do conflito a partir da negociação das terras da fazenda para Clóvis Isaías Filho. A partir dessa manobra, os atos de violência cometidos

---

<sup>486</sup> CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do movimento sem terra*. 3º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 168-169.

<sup>487</sup> STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Op. cit.*, p. 115.

<sup>488</sup> SILVA, José Roberto. Um pouco da história do MST em Alagoas: dos começos até 2017. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.) *et al. Terra em Alagoas: temas e problemas*. Maceió: EDUFAL, 2013, p. 396.

<sup>489</sup> COSTA, Maria Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016.

<sup>490</sup> PEBA. Violência e desespero. *Informativo dos Trabalhadores da Fazenda Peba*. Delmiro Gouveia, Alagoas, 1987.

contra os mencionados(as) trabalhadores(as) passaram a ser associados a Clóvis Isaías –<sup>491</sup> que na época, segundo José Cazuzza Ferreira de Oliveira, era funcionário da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) em Alagoas.<sup>492</sup>

Sob essa atmosfera de conflitos e de experiência de resistência dos(as) trabalhadores(as) rurais, o *Informativo dos(as) Trabalhadores(as) da Fazenda Peba* é criado, no curso do ano de 1987, e contribuiu para mobilizar os participantes da ocupação e informar os demais trabalhadores(as) e entidades apoiadoras.<sup>493</sup> Segundo Maria de Lourdes Barreto, participante da comissão de formação sindical no sertão de Alagoas, “os informativos era uma forma que a Forania [ações coordenadas do conjunto de paróquias da região] tinham de registrar tudo, [...] faziam a memória, tanto de cada reunião que fosse da água, das sementes, da terra ou até mesmo as poesias”.<sup>494</sup>

Os registros escritos e/ou fotográficos dos movimentos sociais do campo, sejam as memórias das reuniões, históricos de acontecimentos e/ou atividades desenvolvidas, constituíam a base de folhetins, informativos e apostilas distribuídas entre os participantes das CEBs, pastorais, sindicatos, dentre outras experiências compartilhadas. Nesse contexto, a edição do *JST*, de maio de 1987, fez menção à circulação do *Peba*. Este registro confirma a repercussão alcançada pelo mencionado informativo.<sup>495</sup> A respeito, José Cazuzza Ferreira de Oliveira afirma que “nós fizemos justamente [o *Peba*] para começar o trabalho, angariar o apoio material, mas também apoio político”.<sup>496</sup>

O *Peba* circulou pelo sertão de Alagoas nas reuniões das CEBs, dos STTRs, como também, por espaços políticos articulados pela CUT, MST e de setores do campo político popular. Contudo, não há evidências suficientes para delimitar sua periodicidade, duração e tiragem. Sabe-se que seus exemplares eram mimeografados, isto é, reproduzidos em uma espécie de copiadora manual a base de álcool, óleo e/ou tinta. Já em relação às edições do *Peba*, embora exista indício da produção de mais de uma delas, até o momento, apenas uma edição foi localizada em posse dos registros do ativista Luiz Valério da Silva – militante do

---

<sup>491</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

<sup>492</sup> OLIVEIRA, José Cazuzza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

<sup>493</sup> JST. Fazenda Peba. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 62, ano VI, mai., 1987, p. 19.

<sup>494</sup> BARRETO, Maria de Lourdes. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 29/08/2020.

<sup>495</sup> JST. Fazenda Peba. *Op. cit.*, p. 19.

<sup>496</sup> OLIVEIRA, José Cazuzza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

STTR de Inhapi e do MST, designado para apoiar as ações da referida ocupação – já falecido.<sup>497</sup>

Pelo exposto, o *Peba*, a exemplo de outros instrumentos de comunicação popular, desenvolvido por participantes de movimentos sociais do campo e das cidades, cumpriu o papel de contribuir com a experiência de resistência a ele incumbido.<sup>498</sup> Os informativos, em regra, surgiram para suprir a necessidade de expressão dos segmentos da classe trabalhadora na busca por justiça social, direitos e dignidade humana.<sup>499</sup>

Segundo o *Peba*, o direito à propriedade privada não podia continuar a justificar o monopólio de uso da terra e a exploração de milhões de trabalhadores(as). O informativo se posicionou, em letras grafadas em caixa alta, contra a “FOME, MISÉRIA, FAVELA, FALTA DE ESCOLA, FALTA DE SAÚDE, DESEMPREGO E SALÁRIOS MISERÁVEIS”.<sup>500</sup>

### 3.4.2. “Posseiro leva é chumbo”

Em outra notícia reportada pelo *Peba*, “Polícia: ‘Posseiro leva é chumbo’”, ilustrada por uma arma em punho, o informativo questiona a finalidade das forças policiais e de seu uso para resolver questões sociais – uma máxima repetida na história de nosso país.<sup>501</sup> A ilustração, título e texto, delineiam uma dura fotografia de como o aparato do Estado continuava a serviço do latifúndio, das oligarquias e do poder político estabelecido contra os(as) trabalhadores(as). No tocante, o *Peba*, de forma objetiva e em caixa alta, registrou a posição do delegado municipal de Delmiro Gouveia à disposição dos interesses do latifúndio, que afirmou aos sem terra que “PARA TRABALHADORES ELE TEM ‘CHUMBO GROSSO’”.<sup>502</sup>

Na sequência, o *Peba* tece uma crítica ao delegado que, enquanto funcionário público remunerado com os impostos pagos pela sociedade, deveria inibir a violência, o crime

<sup>497</sup> SOARES, Estevão Firmo. *A Igreja Católica e a luta pela terra no Sertão: história do Assentamento Peba*, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1980 – 1989. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História. Delmiro Gouveia: UFAL, 2018.

<sup>498</sup> PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. In: *Anais XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Brasília: UNB, 2006, p. 1-17.

<sup>499</sup> OTRE, Maria Alice Campagnoli. *Op. cit.*, p. 87.

<sup>500</sup> PEBA. Violência e desespero. *Informativo dos Trabalhadores da Fazenda Peba*. Delmiro Gouveia, Alagoas, 1987.

<sup>501</sup> COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo: Brasil 2020*. Goiás: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2021, p. 9.

<sup>502</sup> PEBA. Polícia: “posseiros leva é chumbo”. *Informativo dos Trabalhadores da Fazenda Peba*. Delmiro Gouveia, Alagoas, 1987.

organizado e garantir a paz social. Entretanto, junta forças contra os(as) trabalhadores(as) e impede o acesso destes ao uso social da terra. O texto finaliza afirmando que a maior violência sofrida pelos(as) trabalhadores(as) é o impedimento de lutar por melhores condições de sobrevivência, dignidade e cidadania.<sup>503</sup>

Na página seguinte, o informativo anunciou a possibilidade de oficialização do conflito pelo INCRA.<sup>504</sup> Naquele contexto, os processos de desapropriação ainda tinham por base o Estatuto da Terra, publicado no emblemático ano de 1964. Segundo o referido documento, uma área só poderia ser desapropriada se tal instituto reconhecesse as terras como área de conflito.<sup>505</sup> Nesse sentido, em conformidade com os relatórios do SNI, dentre as áreas de conflitos por terra em Alagoas, em 1987, listadas pelo INCRA, estava a Fazenda Peba.<sup>506</sup>

O *Peba* questionou a morosidade do governo para oficializar o referido litígio – uma das razões do aumento das violências deferidas contra aquelas famílias de trabalhadores(as). Em concomitância a essa denúncia, a pressão provocada pela resistência da ocupação constrangeu o INCRA a ir à área do conflito “fazer um levantamento completo da situação e, assim, OFICIALIZAR O CONFLITO. É o primeiro passo da burocracia no sentido de desapropriar a área em litígio”.<sup>507</sup>

O *JST*, em 25/05/1987, também noticiou os resultados da pressão política exercida pelos(as) trabalhadores(as) que foram ao município de Santana do Ipanema, no sertão de Alagoas, denunciar a situação da Fazenda Peba para as autoridades que estariam presente em um evento anunciado. Entre as autoridades esperadas, estava prevista a presença do governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo. Entretanto, o cerimonial reservou 15 minutos de fala para as autoridades, dez minutos para os representantes da Igreja Católica e três minutos para os(as) trabalhadores(as) rurais. Mesmo com o tempo reduzido, os(as) manifestantes destinaram o tempo reservado para denunciar o conflito da Fazenda Peba, em Delmiro Gouveia e destacaram que o INCRA não cumpre os acordos estabelecidos com os(as) trabalhadores(as) sem terra. Em seguida, o *JST*, no dia 10/05/1987, noticiou a não realização da visita e da reunião entre os representantes do INCRA à ocupação da Fazenda

---

<sup>503</sup> *Ibid.*

<sup>504</sup> PEBA. INCRA oficializa conflito! *Informativo dos Trabalhadores da Fazenda Peba*. Delmiro Gouveia, Alagoas, 1987.

<sup>505</sup> COSTA, Caetano De'Carli Viana. *Sonhos de abril. A luta pela terra e a reforma agrária no Brasil e em Portugal os casos de Eldorado dos Carajás e Baleizão*. Tese de doutorado em Pós – colonialismo e Cidadania Global. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014, p. 4.

<sup>506</sup> AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_87007746\_d0001de0001.pdf., 1987, p. 14.

<sup>507</sup> PEBA. INCRA oficializa conflito! *Op. cit.*

Peba – atividade que marcaria o início da vistoria da área, ação anunciada pelo *Peba* enquanto um dos primeiros protocolos para a oficialização do conflito.<sup>508</sup>

### 3.4.3. Enfrentado à polícia

Em resposta aos trabalhadores(as) rurais, o governo de Alagoas afirmou que colocou à disposição do Governo Federal, para fins de reforma agrária, cerca de 5.500 hectares de terras, dentre elas as terras da Fazenda Peba, no município de Delmiro Gouveia.<sup>509</sup> No entanto, apesar desta sinalização, ela não impediu a continuidade das ações de violência contra os(as) trabalhadores(as) que haviam ocupado aquelas terras. A esse respeito, em meados de agosto de 1987, segundo Lourdes Santana, a polícia foi até a fazenda e conferiu ordem de prisão aos trabalhadores(as). Mesmo diante da ordem de prisão, os(as) trabalhadores(as) permaneceram na terra e procuraram dialogar com os policiais. Presente naquele momento, Luiz Valério, procurou contornar a situação e orientou as mulheres a conversarem com os policiais na tentativa de negociar a não realização das prisões.<sup>510</sup>

Segundo José Cazuza Ferreira de Oliveira, membro da coordenação do MST, a orientação para que mulheres conversassem com os policiais era, na realidade, uma tática de defesa, uma primeira linha de resistência para desarticular o ímpeto das forças policiais. Essa estratégia tinha, dentre seus objetivos, por um lado, sensibilizar o emocional da polícia e, por outro, no eventual avanço dela, preparar a resistência com outros sujeitos da ocupação.<sup>511</sup> Entretanto, apesar da estratégia, os policiais deram ordem de prisão aos acampados(as). Estes, por sua vez, sem oferecer aparente resistência, disseram que iriam para a delegacia, desde que os policiais fossem à frente dos(as) trabalhadores(as), que os acompanhariam com suas ferramentas de trabalho. Estabelecido os termos da negociação, tão logo chegaram à sede do município de Delmiro Gouveia, os(as) trabalhadores(as) começaram a cantar canções da Igreja Católica, como relata Lourdes Santana.

Nessa época, o Luiz Valério já estava lá, então, muito estratégico, pediu às mulheres que estavam lá que fossem se aproximando aos poucos dos policiais, conversaram. Eles já tinham a estratégia de jogar as crianças e as

<sup>508</sup> JST. Lavradores lotam Praça em Alagoas. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 64, ano VI, jul., 1987, p. 4.

<sup>509</sup> *Ibid.*

<sup>510</sup> SANTANA, Lourdes. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016.

<sup>511</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

mulheres, porque eles achavam que as mulheres e as crianças seriam respeitadas e, depois que elas se aproximavam, eles chegavam. E assim foi feito, eles fizeram, e com isso resultou o que? Quando a polícia disse que eles estavam presos, eles disseram: está bom, nós vamos presos, agora vocês vão à frente e nós vamos atrás, nós não vamos resistir. Aí eles vieram, os dois policiais vieram à frente e o povo atrás, chegando na entrada da cidade os policiais quiseram botar o povo para frente e eles iam atrás, porque a ideia qual é? Quem vem preso são os policiais, estando à frente, nós estamos livres [...]. Mas, eles vinham num canto tão feliz do mundo, que quando eu a encontrei, estava eu e outras pessoas, disse: o que, que está acontecendo mesmo? Que negócio estranho é esse? Eles iam cantando: O povo de Deus, no deserto andava e a sua frente alguém caminhava.<sup>512</sup>

Segundo Oliveira, a utilização de canções nos momentos de conflito tinha, dentre os seus objetivos, ocupar a mente dos(as) trabalhadores(as) para que eles não tivessem medo de enfrentar as autoridades policiais. Essa estratégia também era um mecanismo de autoafirmação de que os(as) trabalhadores(as) não estavam receosos frente à situação de tensão.<sup>513</sup> Dessa forma, é possível analisar que a participação de Luiz Valério, assim como de outros integrantes do MST, da CUT e do STTR/Inhapi na ocupação da Fazenda Pebá, contribuiu diretamente no processo de resistência e de organização dos(as) trabalhadores(as). A fala anterior de Lourdes Santana também expressa significados a partir do exame da foto a seguir, na qual se identifica um policial à frente do grupo que o acompanha com as suas ferramentas de trabalho.

---

<sup>512</sup> SANTANA, Lourdes. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016.

<sup>513</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

**Figura 2** : Trabalhadores(as) da Fazenda Peba se deslocando para a delegacia Regional de Delmiro Gouveia, meados de agosto de 1987, acompanhados por policiais a sua frente



Fonte: SOARES, Estevão Firmo. *A Igreja Católica e a luta pela terra no Sertão: história do Assentamento Peba, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1980 – 1989*. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História. Delmiro Gouveia: UFAL, 2018, p. 79.

A foto acima é um importante registro da experiência de resistência deferida pelos(as) trabalhadores(as) rurais, frente às ações de ameaças e de violência cometidas pelas autoridades policiais e pelos latifundiários. Segundo Manoel de Aguiar Correia, essa situação de ordem de prisão e da ida dos(as) trabalhadores(as) à Delegacia Regional de Delmiro Gouveia foi recorrente no período da ocupação da fazenda em 1987. E, dentre as finalidades dessas ações, estava a de identificar Luiz Valério, considerado pelas autoridades e pelos latifundiários uma das lideranças da ocupação.<sup>514</sup>

Sobre a atuação de Luiz Valério, Lourdes Santana aponta que a participação dele foi importante para o enfrentamento contra as forças políticas estabelecidas na região. Para ela, “Luiz Valério era muito estratégico”.<sup>515</sup> Já para Luís José Torres, à época pároco do município de Inhapi e membro da Pastoral Rural, Luiz Valério, homem humilde e hábil, dedicou-se a fazer com compromisso, esforço e zelo as tarefas que a ele foram designadas.

<sup>514</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

<sup>515</sup> SANTANA, Lourdes. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016.

Torres relata também que Valério, após a participação do I Congresso do MST, em 1985, passou a se reconhecer como um “missionário da conquista da terra, da recuperação da terra para os trabalhadores e trabalhou, atuou em Inhapi e depois foi pra Delmiro”. Valério, segundo Torres, tinha, dentre os seus objetivos, que o Movimento crescesse e que a reforma agrária acontecesse no sertão de Alagoas.<sup>516</sup>

Segundo Manoel de Aguiar Correia, quando os(as) trabalhadores(as) chegavam à delegacia, os responsáveis pela repartição perguntavam: “quem era Luiz Valério?” Os(as) trabalhadores(as), por sua vez, respondiam que não o conheciam. As autoridades policiais seguiam com o interrogatório, registravam os(as) trabalhadores(as), inclusive através de fotografia para, em seguida, os liberarem.<sup>517</sup>

A respeito, a fotografia a seguir ilustra uma dessas idas e registros dos(as) trabalhadores(as). No registro, os(as) ocupantes da Fazenda Peba estão erguendo suas ferramentas de trabalho nas escadarias da Delegacia Regional de Delmiro Gouveia – em uma clara demonstração de união, força, disposição e resistência.

---

<sup>516</sup> TORRES, Luiz José. Entrevistado por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016.

<sup>517</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

**Figura 3** : Trabalhadores(as) da Fazenda Peba na escadaria em frente à Delegacia Regional de Delmiro Gouveia, após negociação com autoridades, meados de agosto de 1987



Fonte: SOARES, Estevão Firmo. *A Igreja Católica e a luta pela terra no Sertão: história do Assentamento Peba, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1980 – 1989*. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História. Delmiro Gouveia: UFAL, 2018, p. 79.

A imagem revela os sujeitos que costuraram as ações de resistência, frente à correlação de forças estabelecidas. O referido registro se configura como uma das raras fotografias da experiência dos(as) trabalhadores(as) que resistiram à ocupação da Fazenda Peba em 1987. Stedile observa que em situações nas quais ocorreram ações de despejos, ameaças e outras formas de violência contra os(as) acampados(as), reforçou-se os laços de comunidade, solidariedade e de consciência social entre os(as) trabalhadores(as).<sup>518</sup>

Ainda acerca dessa discussão, Regina Bruno, em sua obra *Senhores da terra, senhores da guerra*, ao discutir a redemocratização brasileira no curso dos anos de 1980, analisou como parte das elites rurais deram continuidade a práticas de dominação, exploração e violência – a partir do uso do poder estatal e/ou a partir de milícias privadas. Segundo a autora, a unidade de defesa em torno da propriedade fundiária evocava prestígio social, econômico e político.

<sup>518</sup> STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Op. cit.*, p. 117.

Tripé sobre o qual se assentaram muitas das justificativas da violência contra os(as) trabalhadores(as).<sup>519</sup>

Para Lourdes Santana, freira da paróquia de Delmiro Gouveia que acompanhou a ocupação em 1987 e a desmotivação de algumas das famílias, estas haviam desistido do processo de desapropriação da Fazenda Peba tanto por conta da morosidade das autoridades na desapropriação, quanto pela brutalidade das ações de violência cometidas pela polícia. Segundo a freira, o acirramento do conflito produziu diferentes consequências sociais desfavoráveis às

Famílias [dos trabalhadores que] foram desistindo pelo cansaço, mesmo [entre os] que acreditavam... mais existia o cansaço. O impacto da justiça causava muito medo. E muitos deles, tinham, assim, as senhoras que trabalhavam de doméstica na casa das patroas. Isso gerava uma dificuldade tremenda porque, de certa forma, necessitavam, que era uma ajuda da família também. E quando começou (...) [a] acirrar o problema. Quando começou e ficou cada vez mais forte o conflito... Mesmo que tenha apoio de fora, as famílias foram esmorecendo, porque era como algo que nunca chegava para eles e daí na cidade começaram a escutar [a externar] rejeições.<sup>520</sup>

Diante dos fatos narrados, pode-se apontar que tanto a lentidão das autoridades em destinar a fazenda para a reforma agrária, quanto as ações de despejo, coação e violência promovidas pela polícia, desencorajaram os(as) trabalhadores(as), bem como, alimentavam contra eles certa rejeição dos moradores da sede do município de Delmiro Gouveia. Por outro lado, a morosidade, a violência estatal e a rejeição de parte da sociedade atendiam aos interesses dos latifundiários e dos que desfrutavam do poder estabelecido.

Este ponto de reflexão permite fazer um paralelo com as discussões sociológicas de Norbert Elias sobre a relação de estabelecidos e de *outsiders*, na qual, por um lado, os estabelecidos são um grupo de indivíduos que se auto percebem ou são reconhecidos como a “boa sociedade”, mais poderosa, constituída a partir de uma identidade social fundada na autoridade e, por outro lado, os *outsiders*, formado por aqueles que estão fora da “boa

<sup>519</sup> BRUNO, Regina Bruno. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1997, p. 14.

<sup>520</sup> SANTANA, Lourdes. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016.

sociedade”, por se tratar de um grupo heterogêneo, plural e marginalizado, mas unidos por laços, códigos e relações sociais diferentes da dos estabelecidos.<sup>521</sup>

Sob outra perspectiva, mais ainda em consonância com esta discussão, Erving Goffman discorre que a sociedade estabelece atributos, categorias e características com o intuito de classificar a identidade social dos sujeitos. Estas características são utilizadas para aceitabilidade e/ou desaprovação, imposição de estigma e/ou empatia, depreciação e/ou valorização, rejeição e/ou pertença. Assim, estigmas sociais, como o da rejeição, são acentuados pela desaprovação dos predicados, princípios e crenças individuais socialmente estabelecidos nas tradições sociais criadas, inventadas e impostas.<sup>522</sup>

Frente a esse debate, Regina Bruno infere que, contra a reforma agrária, as elites rurais estabelecidas evocaram censuras a palavras, ações e experiências de organização social, política e de identidade dos sem terras, como também, repudiaram aqueles(as) que contestaram o monopólio da terra. Em síntese, para a autora, o que está em jogo na luta pela terra no Brasil é a equação terra e poder.<sup>523</sup>

Nesse sentido, segundo Maria de Lourdes Barreto, participante de ações de formação sindical, os(as) trabalhadores(as) que lutavam pelo direito à terra, à água e às sementes, entre 1982 a 1989, passaram a se organizar em sindicatos influenciados por uma nova postura política. Esse novo tipo de posicionamento e organização por parte dos movimentos sociais do campo, por um lado, compartilhou o legado de experiências advindas da cultura popular e, por outro lado, ressignificou a perspectiva de organização social e política dos ativistas, de suas entidades representativas e de suas estratégias de atuação. E, neste contexto de formação de consciência, os sem terra, além de perseguidos, foram identificados como forasteiros, revoltados, baderneiros, invasores, dentre outras associações e características impostas a *outsiders*, estigmatizados e excluídos sociais.<sup>524</sup>

Frente a esse cenário de conflito, perseguição e coerção político-social, os(as) trabalhadores(as) rurais persistiram firmes na experiência de resistência da ocupação da Fazenda Peba. Sendo assim, por volta de setembro de 1987, o latifundiário Clóvis Isaías Filho – afirmando ter negociado a fazenda com Miguel Gandu Dacach – junto com dez homens

<sup>521</sup> ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

<sup>522</sup> GOLFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019, p. 17. Edição do Kindle.

<sup>523</sup> BRUNO, Regina Bruno. *Op. cit.*, p. 13.

<sup>524</sup> BARRETO, Maria de Lourdes. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 29/08/2020.

armados, invadiram a área cultivada pelos(as) trabalhadores(as), iniciaram a construção de uma cerca e colocaram 30 cabeças de bovinos na lavoura. Diante desta violência, das 66 famílias que iniciaram o processo de ocupação, em janeiro de 1987, 27 desistiram, mas 39 delas continuavam ocupando, produzindo, resistindo e ressignificando a experiência da ocupação da fazenda.<sup>525</sup> A respeito, a freira Lourdes Santana detalhou que quando o latifundiário e a milícia armada chegaram:

Eles viram realmente uma coisa séria. Aí se esconderam em alguns barracos que tinham feito lá. E o cara foi entrando lá e disse que realmente o Clóvis era um que estava na linha de frente e foi entrando com o pessoal, só que o pessoal conhecia os capangas dele... Quando viram os capangas, aí usaram a estratégia de irem por trás dos capangas e [ao] cercarem os capangas deixariam o Clóvis livre... Aí eles pegavam os capangas, porque na cabeça deles os capangas só atiravam se o Clóvis mandasse e quando eles fossem atirar eles os pegavam por trás, resultado dessa nova etapa aí, o Clóvis não mandou atirar, começou a dialogar, agora disse quem estava lá, as mulheres também estavam, começaram a andar como fosse câmeras lentas, eles mesmo contavam isso sorrindo. Eles diziam... “irmã precisava ter uma máquina para filmar, que a senhora ia ver que a gente estava andando como quem estava andando em câmera lenta, devagar, contava os passos até que conseguimos nos aproximar do Clóvis e tinha alguns ainda escondido, quando ele levantou a arma que era uma doze (12).” Então a esposa do Luiz Valério disse “por favor abaixe a arma que nós somos de paz”, segundo eles contavam. Por favor, abaixe a arma que nós somos de paz. Aí Clovis baixou a arma... Aí todo pessoal chegou que estavam escondidos chegaram, então os capangas não tiveram força de atirar.<sup>526</sup>

Em face dessa violência, os(as) trabalhadores(as) rurais sem terra do sertão denunciaram, através do *JST*, o clima de tensão da Fazenda Peba como resultado da falta de compromisso das autoridades que não combatiam a violência contra os(as) trabalhadores(as) rurais. Além disso, apontaram que as autoridades judiciárias e policiais eram cúmplices dos interesses dos latifundiários, assim como, culpavam o governo da Nova República, os representantes do INCRA e do MIRAD, pela cumplicidade, incapacidade e desinteresse em executar o PNRA e, por conseguinte, efetivar a reforma agrária.

O processo de desapropriação da Fazenda Peba só foi aprovado pela Comissão de Reforma Agrária do Estado de Alagoas em maio de 1987 e, em seguida, no mês de julho, foi enviado para o MIRAD. Passados alguns meses, em setembro do referido ano, o Ministério

<sup>525</sup> *JST*. Resistência: uma lição que posseiros repetem sem cansar. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 67, ano VI, out., 1987, p. 6.

<sup>526</sup> SANTANA, Lourdes. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016.

prosseguiu sem se pronunciar e os(as) trabalhadores(as) continuavam sendo ameaçados e sujeitos a toda sorte e violência.<sup>527</sup> Nesse intervalo de tempo, os(as) ocupantes da fazenda persistiram enlaçando parcerias com os STTRs de Inhapi, Delmiro Gouveia, Jundiá e Colônia Leopoldina, em Alagoas; Petrolândia, em Pernambuco; e com algumas ocupações de Sergipe. Além de continuar a contar com o apoio da Pastoral Rural, CEBs, CUT e MST.

A respeito, o *Informativo do Peba* destacou as ações de solidariedade articuladas em apoio à luta dos(as) trabalhadores(as) que estavam ocupando a Fazenda Peba. Nesse sentido, em uma de suas matérias, destacou que para equilibrar a correlação de forças em favor dos(as) trabalhadores(as) eram necessários união, solidariedade e sentimento de pertencimento deles em conjunto com o apoio da sociedade. Essa perspectiva foi grafada em caixa alta no *Informativo* “SOMOS MAIS FORTES UNIDOS E SOLIDÁRIOS! JUNTOS VENCEREMOS! A TERRA É DOS TRABALHADORES RURAIS! ABAIXO A VIOLÊNCIA E A REPRESSÃO!”.<sup>528</sup> Segundo José Cazuza Ferreira de Oliveira, o MST não foi citado pelo *Peba* em seus textos para evitar a associação do movimento com a pecha de “ladrões de terra”, estereótipo que as oligarquias, latifundiários e donos do poder costumavam impor as ocupações e as ações do MST.<sup>529</sup>

Mas, não obstante à toda essa articulação, em setembro de 1987, a polícia, em posse de um mandado de despejo assinado pelo juiz da Comarca de Delmiro Gouveia, expulsou os(as) trabalhadores(as) que ocupavam a fazenda e, em seguida, queimou os barracos de lona e de palha do acampamento.<sup>530</sup> A agressividade, violência e crueldade do despejo desmobilizou, momentaneamente, de modo transitório e por um tempo curto, os(as) trabalhadores(as) que ocupavam a Fazenda Peba.

---

<sup>527</sup> JST. Resistência: uma lição que posseiros repetem sem cansar. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 67, ano VI, out., 1987, p. 6.

<sup>528</sup> PEBA. Solidariedade. *Informativo dos Trabalhadores da Fazenda Peba*. Delmiro Gouveia, Alagoas, 1987.

<sup>529</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

<sup>530</sup> JST. Sem terra ocupam fazenda. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 71, ano VIII, mar., 1988, p. 9.

## 4. DA REOCUPAÇÃO AOS ASSENTAMENTOS PEBA E LAMEIRÃO

### 4.1. Reocupação, cultura e resistência

#### 4.1.1. Da desarticulação à reocupação

O risco que corre o pau corre o machado  
 Não há o que temer  
 Aqueles que mandam matar também  
 Podem morrer!  
 Nós estamos em guerra  
 O lado de lá já decretou  
 Pois contratam pistoleiros  
 Para matar trabalhador.<sup>531</sup>

Esta foi, segundo José Cazuza Ferreira de Oliveira, uma dentre as várias canções que os(as) trabalhadores(as) rurais sem terra entoaram em coro na reocupação da Fazenda Pebá, em fevereiro de 1988. O uso de cantos era um costume utilizado em marchas, ocupações e ações dos movimentos sociais do campo – costume, estratégia e experiências vindas das tradições religiosas, da cultura popular e de resistência do(a) sertanejo(a).

Esse canto ocorre após a curta desarticulação dos(as) trabalhadores(as) da ocupação da Fazenda Pebá, em setembro de 1987. Seis meses depois, após uma avaliação da experiência e apoiados pelo MST, STTR/Inhapi e CEBs, eles(as) realizaram uma articulação ainda mais ampla envolvendo sem terra de diferentes municípios do sertão de Alagoas. O objetivo da ação era o de mostrar força, atuar de forma estratégica e mobilizar o maior número possível de famílias para reocuparem a Fazenda Pebá.<sup>532</sup>

A decisão de reocupar a Fazenda tinha dentre as suas finalidades denunciar o descompromisso das autoridades, tanto estaduais quanto federais, em relação à implementação da reforma agrária. Além de divulgar os conflitos e ameaças deferidos contra os trabalhadores(as), arrendatários(as) e sem terra envolvidos(as) com o conflito do Pebá desde 1986.<sup>533</sup> Nesse contexto, conforme registros do SNI, o Estado de Alagoas, na gestão do governador Fernando Collor de Mello, assinou um convênio com o INCRA para a execução

<sup>531</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

<sup>532</sup> *Ibid.*

<sup>533</sup> JST. Sem terra ocupam fazenda. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 71, ano VIII, mar., 1988, p. 9.

do Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA). Este plano, tinha por objetivo implementar o PNRA.<sup>534</sup> No entanto, apesar da assinatura desse convênio, o cumprimento das metas pouco avançou, assim como, o processo de desapropriação da Fazenda Peba para fins da reforma agrária. Frente a essa morosidade, os órgãos de segurança e informações também passaram a constatar, registrar e informar um maior número de conflitos fundiários. A reocupação da Fazenda Peba, em particular, foi um dos mais evidenciados nesta documentação.<sup>535</sup>

Nesse cenário, na madrugada de 26/02/1988, cerca de 70 famílias de sem terra de vários municípios do sertão alagoano reocuparam a Fazenda Peba. Os(as) trabalhadores(as) chegaram na fazenda em caminhões contratados, especificamente, para essa ação.<sup>536</sup> Segundo Maria Zilma Tavares da Costa, membro da coordenação do MST, a reocupação foi planejada pelos trabalhadores(as) desde a compra das lonas para a construção dos barracos até a mobilização das famílias que compuseram a reocupação.<sup>537</sup> As famílias de sem terra que fizeram parte desse ato, conforme José Cazuza Ferreira de Oliveira, membro da coordenação do MST, foram sensibilizadas junto aos(as) trabalhadores(as) de Delmiro Gouveia remanescentes da ocupação de 1987, juntamente com famílias mobilizadas pelas/das CEBs e do STTR de Inhapi e de Mata Grande.<sup>538</sup> A reocupação, portanto, foi cultivada a partir das experiências de resistência dos movimentos sociais da região.

Assim, o ato reafirmou a necessidade de enquadramento da área em litígio enquanto apta a reforma agrária, conforme critérios estabelecidos pelo INCRA e pelo PNRA desde 1986.<sup>539</sup> Neste sentido, a referida ação, a partir do sertão de Alagoas, pressionou as autoridades estaduais a adquirirem propriedades rurais para a constituição de assentamentos da reforma agrária.

As (re)ocupações de terras, segundo Stedile, são uma das principais estratégias dos movimentos sociais do campo para exigirem o cumprimento da legislação favorável à reforma agrária. Essas estratégias, segundo o autor, denunciaram imóveis, latifundiários e conflitos

---

<sup>534</sup> AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_87062176\_d0001de0002.pdf., 1987, p. 52.

<sup>535</sup> AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_87007746\_d0001de0001.pfd., 1987.

<sup>536</sup> JST. Sem terra ocupam fazenda. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 71, ano VIII, mar., 1988, p. 9.

<sup>537</sup> COSTA, Maria Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016.

<sup>538</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

<sup>539</sup> AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_87007746\_d0001de0001.pdf., 1987.

fundiários a margem da legislação, irregulares e com pendências tributárias. Constatações, em regra, ignoradas pelas autoridades da época.<sup>540</sup>

Conforme Maria Zilma Tavares Costa, integrante das CEBs e do MST, o trabalho de convencimento das famílias de trabalhadores(as) que fizeram parte da reocupação aconteceu através da realização de reuniões junto as comunidades do meio rural. Nelas foram discutidas a conjuntura que envolviam os sem terra e a situação política e econômica do país. Essas reuniões foram balizadas pelos métodos das experiências/movimentos/estratégias fomentados por freiras, padres e leigos, inspirados na Teologia da Libertação e na metodologia da Teologia da Enxada – do “ver-julgar-agir”:

Nós íamos de casa em casa, convencia o pessoal a se sentar um dia em uma reunião. E quando a gente se juntava ... Aí a gente fazia uma discussão, como é a vida de vocês hoje? Você pretende o que? O futuro para seus filhos? Então a gente fazia uma discussão coletiva, todo mundo participava, colocava sua opinião... Aí a gente colocava a proposta. Nós podemos. Existe uma lei, a lei de reforma agrária. E a gente pode nos juntar e forçar o governo a cumprir essa lei aqui onde a gente mora.<sup>541</sup>

Em consonância com a narrativa de Costa, Jucilene Maria Aguiar Silva, uma das participantes da reocupação, destaca que a mobilização da sua família na luta pelo direito à terra começou quando “um grupo de pessoas, que eram do MST, fazia as reuniões para juntar as famílias para trazer para a terra. Então, quando eles estavam passando para fazer uma reunião meu pai foi um dos convidados para ir para a terra... Então eu me engajei”.<sup>542</sup> A respeito, José Cazuzza Ferreira de Oliveira, à época membro da coordenação do MST, também reforça a importância das CEBs e do STTR/Inhapi no processo de articulação das famílias de trabalhadores(as) rurais para essa experiência de resistência. Segundo este ativista, dentre as lideranças que fizeram parte desta mobilização algumas pessoas:

foram muito importantes nesse processo. Uma delas foi Izídio Coco que é do município de Inhapi, da comunidade Cabaceiro, fazia parte do movimento bíblico, também do sindicato e também ajudou nesse processo de ocupação. Foi Zefinha e Zé Ricardo, mais Zefinha, de Inhapi, do sítio Cabaceiro e Rafael, entre Cabaceiro e Rafael, foi muito importante. Dona Cristina, lá no município de Mata Grande, no pé da ladeira, que pegou o povo daquela

<sup>540</sup> STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012, p. 117.

<sup>541</sup> COSTA, Maria Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016.

<sup>542</sup> SILVA, Jucilene Maria Aguiar. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/09/2018.

região no município de Mata Grande... [Ela] foi uma senhora que se dedicou muito, veio no dia da ocupação, ficou acampada. Foi uma figura muito importante nesse processo, tanto das CEB, quanto na organização do processo da luta pela terra que levou à ocupação.<sup>543</sup>

Assim, pode-se afirmar que a mobilização das famílias de trabalhadores(as) rurais de Inhapi e de Mata Grande reforçou o número das famílias que reocuparam a Fazenda Pebá, em 1988. A essas famílias sem terra, juntaram-se cerca de oito famílias restantes do conflito iniciado em meados de 1986 e da ocupação de 1987.<sup>544</sup>

O ato de reocupar a Fazenda Pebá foi preparado para o dia 26/02/1988, por conta do costume comum entre os(as) trabalhadores(as) rurais da região de preparar a terra para o plantio de culturas típicas no início de março – milho, feijão, abóbora, batata, algodão, entre outros cultivos que, por tradição, eram colhidas nos meses de junho, julho e agosto.<sup>545</sup> No sertão e agreste nordestino, o plantio da lavoura no dia 19 de março, dia de São José, como canta a música de Luiz Gonzaga, era um costume, uma prática cultural, religiosa e popular.<sup>546</sup> A respeito, no imaginário do catolicismo popular sertanejo, São José e os demais santos juninos – Santa Isabel, São João, São Pedro e São Paulo –, são considerados padroeiros das chuvas, da boa safra e da fartura. Assim, as chuvas de março, em particular do dia 19, são prenúncio de tempo para semeadura e prenúncio de boa colheita nos festejos de junho.<sup>547</sup>

A importância do calendário popular de preparo da terra para a escolha da data de reocupação da Fazenda Pebá, de certa forma, também figura nos registros/relatórios de vigilância institucional produzidos pelo SNI acerca dos conflitos agrários ocorridos no Nordeste entre 1984 e 1998.<sup>548</sup> Essa é uma tradição que, como já discutida, enlaça costumes, religiosidade e a cultura popular das famílias sertanejas de lavrar as terras para semeadura nos meses de fevereiro e março. Dessa maneira, de forma simbólica, a reocupação da Fazenda Pebá, em fevereiro de 1988, representou também o plantio das sementes da resistência em favor da reforma agrária.

Frente à ação de reocupação, no mesmo dia, em 26/02/1988, por volta das primeiras horas da manhã, o juiz da comarca de Delmiro Gouveia compareceu no acampamento. E,

<sup>543</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

<sup>544</sup> *Ibid.*

<sup>545</sup> *Ibid.*

<sup>546</sup> GONZAGA, Luiz; MORAIS, Guio de. *São João do Carneirinho*. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=wF8dwr-6Llc> > Acesso em 11/01/2022.

<sup>547</sup> SOUZA, Emerson José Ferreira. “*Vivas ao santo padroeiro das chuvas*”: (re)significações religiosas no culto a São José, Pombal-PB (1950-1980). Monografia em Licenciatura em História. Cajazeiras: UFCG, 2018, p. 11.

<sup>548</sup> AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_89008557\_d0001de0001.pdf., 1989.

segundo divulgado pelo *JST*, informou aos trabalhadores(as) o prazo de vinte e quatro horas (24h) para saírem da terra. No entanto, os(as) trabalhadores(as) perceberam que a ordem judicial era antiga e responderam à intimidação permanecendo na terra.<sup>549</sup> Manoel de Aguiar Correia, participante da reocupação, destaca a importância do apoio do MST frente às novas ameaças protagonizadas pelo juiz do município Delmiro Gouveia. Esse apoio e contribuição envolveu, inclusive, a presença de militantes da região Sul do país, a exemplo, de João Daniel – atualmente deputado federal por Sergipe, na legislatura 2018-2022.<sup>550</sup>

Mas, apesar da resistência, a ação de despejo foi efetuada. Entretanto, de forma resistente, rápida e decisiva, no dia seguinte, em 27/02/1988, os(as) trabalhadores(as) sem terra transferiram-se da área do conflito de 1986 e da ocupação de 1987, para “o outro lado da cerca” – cuja posse se mantinha em nome de Miguel Gandu Dacach, porém fora da área negociada entre Dacach e Clóvis Isaías, em 1987.<sup>551</sup> Dessa forma, a reocupação teve continuidade, consolidou-se e se fortaleceu como sementes de resistência, inclusive com realização, em momento posterior, de atos públicos na capital Maceió.<sup>552</sup>

Em relação a esse episódio, o *JST* reportou que posteriormente às ações de resistência, desenvolvidas pela reocupação da Fazenda Peba, surgiram especulações de que o latifundiário havia entrado em contato com as autoridades para que as terras da fazenda fossem adquiridas, e não desapropriadas. Dessa forma, ele poderia receber a compensação financeira das terras reocupadas, evitando os riscos de perdê-las para a contenda estabelecida com as famílias de sem terra do acampamento Peba.<sup>553</sup>

O mapa a seguir possibilita visualizar a área do acampamento de 1988, bem como, a área do conflito com os(as) arrendatários de 1986, de onde foi transferido o acampamento da reocupação, após a “tentativa” de despejo.

---

<sup>549</sup> JST. Sem terra ocupam fazenda. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 71, ano VIII, mar., 1988, p. 9.

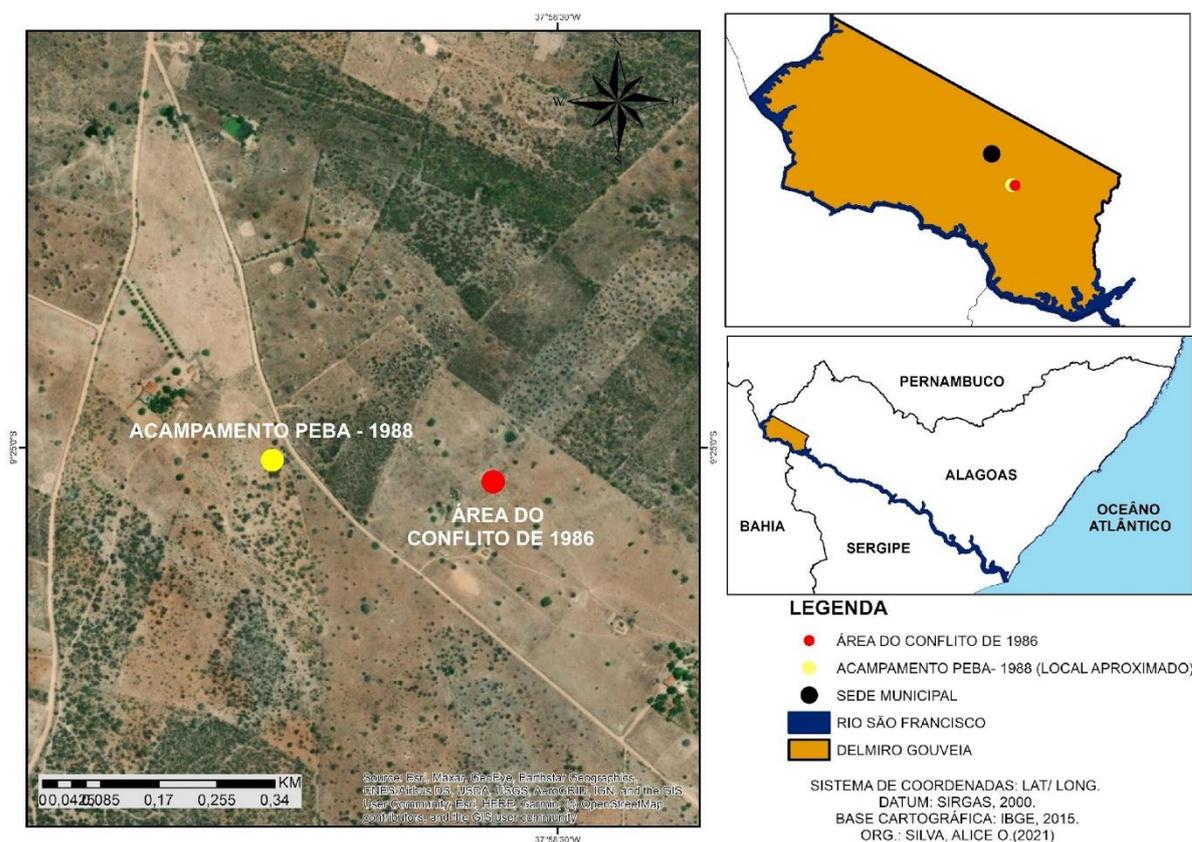
<sup>550</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

<sup>551</sup> *Ibid.*

<sup>552</sup> AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_88068826\_d0001de0001.pdf., 1988.

<sup>553</sup> JST. Sem terra ocupam fazenda. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 71, ano VIII, mar., 1988, p. 9.

**Mapa 5** : Área aproximada do acampamento Peba em 1988 e do conflito em 1986



Fonte: Informações colhidas junto aos trabalhadores(as) que participaram da reocupação da fazenda, 2021.

#### 4.1.2. Acampamento, costumes e cotidiano

Logo após a transferência do acampamento, os(as) trabalhadores(as) organizaram a sua estrutura, desde a construção dos barracos à organização política, social e cotidiana. Os barracos foram armados com lonas e materiais da região, como palha de coqueiro. Segundo José Cazuza Ferreira de Oliveira, o aproveitamento das palhas de coqueiro foi uma estratégia usada pelas famílias que vieram das comunidades rurais próximas das serras de Mata Grande e de Água Branca, municípios que fazem fronteira com o Inhapi.<sup>554</sup>

<sup>554</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

A respeito, um acampamento de luta pela terra pode ser considerado uma cidade de barracos de lona, povoada por uma população de homens, mulheres e crianças que se organizam em torno da democratização do acesso à terra e do cumprimento das leis agrárias vigentes.<sup>555</sup> Para alguns estudiosos, um acampamento enlaça diferentes sentimentos de comunidade e de aliança entre os sujeitos ali presentes.<sup>556</sup>

As fotos a seguir retratam os barracos e faixas na entrada do acampamento. Nas fotografias, ficam visíveis as frágeis estruturas de madeira, lona e palhas de coqueiro dos barracos, além da visualização da faixa: “Queremos terra e não guerra”. A referida faixa expressava, de um lado, os anseios dos(as) trabalhadores(as) e do Movimento e, de outro lado, ainda que de modo preliminar, uma mensagem para sensibilizar as autoridades judiciais e policiais. Os referidos registros são algumas das poucas fotografias do acampamento Peba em 1988. Tais fotos foram disponibilizadas por Ivone Maria Souza da Silva, companheira de Luiz Valério da Silva.

**Figura 4** : Entrada do acampamento Peba, meados de março de 1988



Fonte: SOARES, Estevão Firmo. *A Igreja Católica e a luta pela terra no Sertão: história do Assentamento Peba, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1980 – 1989*. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História. Delmiro Gouveia: UFAL, 2018, p. 80.

<sup>555</sup> CALDART, Roseli Salet. *Op. cit.*, p.176.

<sup>556</sup> STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Op. cit.*, p. 117

**Figura 5** : Organização dos barracos no acampamento Peba, meados de março de 1988



Fonte: SOARES, Estevão Firmo. *A Igreja Católica e a luta pela terra no Sertão: história do Assentamento Peba, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1980 – 1989. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História. Delmiro Gouveia: UFAL, 2018, p. 80.*

A segunda fotografia, por sua vez, delinea a disposição espacial dos barracos – construídos em linhas horizontais, próximos um dos outros e com uma outra faixa, com a mensagem: “Reforma Agrária Já! E por que tanta terra ociosa?”. Além disso, a foto apresenta alguns acampados – homens, crianças e as freiras da Paróquia de Delmiro Gouveia. Essas realizavam visitas constantes ao acampamento.<sup>557</sup>

Em relação à organização política e cotidiana do acampamento Peba, segundo José Cazuza Ferreira de Oliveira, estas foram inspiradas nas experiências dos acampamentos do MST, sobretudo, as visitadas no estado de Sergipe em anos anteriores. Imbuídos por essas experiências, o acampamento Peba organizou comissões e estabeleceu divisões de tarefas. As comissões estruturadas foram: de alimentação, segurança, limpeza, saúde, educação, produção, negociação entre outras.<sup>558</sup> Em sintonia com essa narrativa, Manoel de Aguiar Correia, acampado do Peba em 1988, destaca que a organização do acampamento foi

<sup>557</sup> SANTANA, Lourdes. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016.

<sup>558</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

articulada pelas orientações dos militantes do MST,<sup>559</sup> dentre eles, João Somariva Daniel – militante da região Sul, designado para o Nordeste, junto com outros militantes, para contribuir com o fortalecimento do Movimento em Sergipe e em Alagoas.<sup>560</sup>

No contexto de 1988, representantes do MST em Alagoas participaram também do IV Encontro Nacional do MST, realizado entre os dias 25 a 29 de janeiro daquele ano, na Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo. Nesse encontro, discutiu-se tanto o caráter político-organizativo do Movimento quanto as ações de formação, mobilizações e agenda em prol da reforma agrária. Estima-se que cerca de 200 trabalhadores(as) sem terra de 20 estados brasileiros participaram do encontro, além de sindicatos, CUT, PT e representantes sociais do Chile, Paraguai e El Salvador. A participação desses ativistas significava a construção de laços de solidariedade dos movimentos sociais do campo na América Latina.<sup>561</sup> O estado de Alagoas foi representado por cerca de 12 trabalhadores(as), dentre eles: Maria Soares, Maria Zilma Tavares Costa, José Cazuza Ferreira de Oliveira e Genivaldo Vieira da Silva. O deslocamento desses representantes até São Paulo foi realizado em ônibus custeado e compartilhado pela coordenação do MST de Sergipe e de Alagoas.<sup>562</sup>

O Encontro apontou as seguintes iniciativas para o ano de 1988: ações de lutas massivas, participação nas eleições e nas mobilizações nacionais de ocupações de latifúndios produtivos e improdutivos maiores que 500 hectares. O MST estabeleceu outras orientações internas: formação, organização da base, apoio aos assentamentos, articulação com outros trabalhadores(as), o papel do *Jornal Sem Terra*, entre outras.<sup>563</sup>

Voltando à discussão da organização do acampamento, a articulação das comissões, em particular, a de produção, tinha dentre as suas finalidades estruturar a área ocupada para o preparo e cultivo da terra. Na narrativa de José Cazuza Ferreira de Oliveira, são descritos os cultivos de milho e feijão, ambos destinados à alimentação diária.<sup>564</sup> Na fotografia a seguir, observa-se a área destinada para a lavoura de 1988. Nela aparecem, da esquerda para a direita, Lourdes Santana, em seguida, Luiz Valério da Silva, Auxiliadora e Ana Luiza.

---

<sup>559</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

<sup>560</sup> SILVA, José Roberto. Um pouco da história do MST em Alagoas: dos começos até 2017. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. (Org.) *et al. Terra em Alagoas: temas e problemas*. Maceió: EDUFAL, 2013, p. 397.

<sup>561</sup> JST. Disposição de luta, trabalho e festa este foi o retrato de nosso encontro. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 70, ano VII, fev., 1988, p. 10.

<sup>562</sup> COSTA, Maria Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016.

<sup>563</sup> JST. Resoluções do IV Encontro Nacional. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 70, ano VII, fev., 1988, p. 5.

<sup>564</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

**Figura 6 :** Visita das freiras da paróquia de Delmiro Gouveia ao local destinado ao plantio no acampamento Peba, em meados de março de 1988



Fonte: SOARES, Estevão Firmo. *A Igreja Católica e a luta pela terra no Sertão: história do Assentamento Peba, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1980 – 1989*. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História. Delmiro Gouveia: UFAL, 2018, p. 81.

Segundo Caldart, em seus estudos sobre a pedagogia do MST, a organização interna de um acampamento é estruturada a partir da formação dos núcleos de base, constituídos por um determinado grupo de famílias que dividem tarefas essenciais para assegurar a vida em uma ocupação de terras. Os responsáveis por cada comissão organizam as equipes de trabalho. Estas equipes, por sua vez, reúnem-se para avaliar e planejar as atividades. Diante dessa organização interna, há também a coordenação geral do acampamento que tem a responsabilidade de encaminhar o processo de negociação e estabelecer relações com a sociedade. Ademais, na assembleia geral das famílias acampadas, são tomadas deliberações sobre os horizontes de expectativas do movimento, isto é, sobre agenda de ações junto aos órgãos competentes e junto as mobilizações de ruas, praças e demais espaços públicos.<sup>565</sup>

Acerca das assembleias, segundo Manoel de Aguiar Correia, assentado no Lameirão, as famílias acampadas analisaram a conjuntura política estadual, nacional e internacional. Elas

<sup>565</sup> CALDART, Roseli Salette. *Op. cit.*, p. 178.

também estudaram a matriz organizativa do MST, assim como, a importância da articulação entre os(as) trabalhadores(as) do campo e da cidade para a defesa de interesses em comum.

Dentre as comissões, a de segurança recebeu especial apoio dos militantes do MST. A respeito, Correia destaca que os(as) acampados(as) foram instruídos sobre a necessidade de uma equipe de sentinela, preparada para possíveis infiltrações ou despejos.<sup>566</sup> Segundo Maria Zilma Tavares Costa, membro da coordenação do MST, para garantir a segurança das famílias no acampamento, essa comissão ficou de guarda vinte e quatro horas (24h) – para evitar que as famílias fossem surpreendidas por uma possível ação da polícia ou do latifundiário. Nesse sentido, a comissão ficou com a responsabilidade de vigiar, identificar e de controlar a entrada e saída de pessoas no acampamento, dia e noite – montando barreiras de segurança no entorno do acampamento.<sup>567</sup>

Para Correia, uma demonstração da importância das barreiras aconteceu em um episódio no qual a comissão de segurança conseguiu prevenir a passagem não identificada do filho de um fazendeiro da região, que tinha uma propriedade localizada depois do acampamento.

O pai dele tinha um terreno próximo. Ele estudava em Recife, tinha um carrão, aí vinha aquele carro, nós paramos o carro e perguntamos: vai para onde? Ele disse, para a casa de meu pai. Nós dissemos: você vai ficar aqui no meio da gente e só vai passar quando alguém chamar seu pai lá, o pai dele veio, disse que era mesmo o filho.<sup>568</sup>

Entretanto, o acampamento Peba não foi consolidado apenas por momentos de tensões, ameaças e conflitos. Segundo o assentado José Cazuza Ferreira Oliveira, o Padre José Augusto, pároco de Delmiro Gouveia entre 1980 e 1989, e o pároco de Inhapi, Luís Torres, entre 1977 a 1988, no intuito de aliviar a tensão, apreensão e medo realizaram missas, casamentos e outras celebrações no acampamento. Dessa maneira, haviam momentos dedicados para rezar o terço, atividades lúdicas e festivas, além de momentos e espaços dedicados ao aprendizado, à reflexão e à descontração – tanto para os adultos quanto para as crianças e adolescentes do acampamento.<sup>569</sup> No caso das crianças e adolescentes, as

---

<sup>566</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

<sup>567</sup> COSTA, Maria Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016.

<sup>568</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. *Op. cit.*

<sup>569</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

atividades eram coordenadas pelas entidades parceiras, como o Movimento de Adolescentes e Crianças (MAC).<sup>570</sup>

Dentre os momentos lúdicos e festivos, a celebração do matrimônio de José Cazuza Ferreira de Oliveira, realizado no acampamento da reocupação da Fazenda Peba é muito significativo. A cerimônia foi celebrada pelo Padre Luiz Torres, ocorrida em 21/05/1988 e contou com a presença dos(as) acampados(as) e de militantes do MST de outros municípios e estados, a exemplo, de João Daniel.<sup>571</sup>

Dentro dessa perspectiva, o acampamento compreende reflexões pedagógicas da organização cotidiana das famílias que passam por situações de precariedade, mas, ao mesmo tempo, de experiências humanas de solidariedade, envolvimento e identidade enriquecedoras. Nos acampamentos, as famílias passam a se conhecer melhor, compartilham costumes e heranças culturais distintas e ricas simbolicamente.<sup>572</sup> Assim, estes lugares se constituem como espaços de experiências, nos quais, histórias de vidas diferentes, comuns e pulsantes são conectadas, compartilhadas e interagem, ao passo que os laços de pertencimento e consciência social tornam-se cada vez mais evidenciados, fortes e ressignificados.

#### **4.1.3. Do Sertão do São Francisco à Maceió**

A acampada da reocupação da Fazenda Peba e membro da coordenação do MST, Maria Zilma Tavares Costa, descreve a realização de mobilizações, marchas e atos em praças, prédios e outros espaços públicos tanto em Delmiro Gouveia, no Sertão do São Francisco, quanto em Maceió, capital de Alagoas, no outro extremo, no litoral do estado. Essas recordações dão conta tanto das primeiras mobilizações ocorridas no intuito de sensibilizar os moradores de Delmiro Gouveia em relação a ocupação de 1987, quanto das estratégias sociais para legitimação e apoio social à reocupação de 1988. Nessas recordações se sobressaem caminhadas, acampamentos, cartazes, faixas, palavras de ordem, falas e cantos religiosos e/ou motivacionais. Estratégias, experiências e engenhosidades da cultura popular e dos movimentos sociais para combater estigmas, conquistar e legitimar junto à sociedade tanto a

---

<sup>570</sup> BARRETO, Maria de Lourdes. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 29/08/2020.

<sup>571</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. *Op. cit.*

<sup>572</sup> CALDART, Roseli Saete. *Op. cit.*, p. 176.

(re)ocupação quanto a luta pelo direito à terra, pela reforma agrária, pela justiça social e pela cidadania.<sup>573</sup>

Investidos desses propósitos, em 27/04/1988, os(as) acampados(as) da Fazenda Peba se deslocaram do Sertão do São Francisco para Maceió, onde ocuparam o pátio da Secretaria Estadual de Agricultura (SEAGRI). A ocupação foi justificada, do ponto de vista dos manifestantes, por conta da indiferença do governo estadual frente ao processo de desapropriação da Fazenda Peba, reocupada há exatos dois meses. A manifestação reivindicou alimentação, sementes, máquinas para preparar o plantio e uma agenda de audiência com Jader Barbalho, à época, responsável pelo Ministério da Reforma Agrária (MIRAD). Os(as) manifestantes – após baterem em canos, entoarem cânticos e palavras de ordem –, conseguiram uma reunião com Olavo Calheiros, então secretário da pasta, por cerca de três horas (3h), na manhã do dia 28 de abril. Mas, somente uma comissão com alguns acampados(as), um representante do MST e da CUT puderam tomar parte da reunião, enquanto mais 50 manifestantes continuaram no pátio da secretaria cantando, ecoando palavras de ordem e tecendo pressão política.<sup>574</sup>

Os frutos da pressão política exercida resultaram em alguns compromissos firmados entre a SEAGRI e os(as) acampados(as), dentre eles: alimentação por dois meses e a distribuição de cinco mil quilos de sementes para plantio. Já com relação à solicitação de audiência junto ao MIRAD, esta agenda só ocorreu em 04/05/1988. A manifestação, encerrada na tarde do dia 29 de abril, teve como novidade, registrada pelo *JST*, o fato da polícia, sob o comando do governador Fernando Collor de Mello, não ter sido usada para reprimir a manifestação dos(as) trabalhadores(as) sem terra.<sup>575</sup>

#### **4.2. Entraves, desafios e avanços na negociação**

As ações de resistência e de pressão política realizadas pelos trabalhadores(as) rurais sem terra na capital Maceió tinham o objetivo de pressionar o cumprimento das metas do PNRA para Alagoas, em 1988 – previsto para desapropriar 37.500 hectares de terras e assentar 1.500 famílias. Segundo os registros do SNI, em junho de 1988, a delegacia do

---

<sup>573</sup> COSTA, Maria Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016.

<sup>574</sup> *JST*. Lavradores ocupam secretaria. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 73, ano VIII, mai., 1988, p. 6.

<sup>575</sup> *Ibid.*

MIRAD/Alagoas enviou para Brasília uma relação com 11 imóveis para serem desapropriados, com o intuito de assentar cerca de 368 famílias, em 7.497 hectares. Dentre essas propriedades, encontrava-se a Fazenda Peba, também denominada Fazenda Xingó, com cerca de 1.100 hectares, no município de Delmiro Gouveia que, conforme registros da vigilância institucional, permanecia ocupada por 70 famílias.<sup>576</sup>

Conforme o SNI, as ações para a desapropriação do imóvel se encontravam em negociação entre o proprietário da fazenda, Miguel Gandu Dacach e o MIRAD – mediante a possibilidade de pagamento em Título da Dívida Agrária (TDA).<sup>577</sup> Não obstante esta negociação, em 28/05/1988, uma carta enviada pelos(as) acampados(as) e apoiada pelos movimentos sociais, sindicatos e paróquias denunciou as manobras interpostas para impedir a assinatura do decreto de desapropriação da área da fazenda que estava em litígio fundiário.<sup>578</sup>

Diante desse embate de forças entre latifundiários e trabalhadores(as) rurais, a carta organizada pelo acampamento Peba solicitou ações de solidariedade aos setores que apoiavam a causa dos que estavam em luta pela terra. Dentre as ações requisitadas estão as campanhas de arrecadação de alimentos e recursos financeiros. Além destas atividades, os(as) acampados(as) solicitaram às entidades parceiras que enviassem cartas e telegramas para o governo estadual, assembleia legislativa estadual e MIRAD solicitando a urgência, celeridade e efetividade no processo de desapropriação da Fazenda Peba.<sup>579</sup>

A carta dos(as) acampados(as) do Peba se configura como mais uma estratégia de resistência semeada na experiência de luta pelas terras da referida fazenda. A carta apresentou a atmosfera das forças estabelecidas naquele período, assim como, lançou a solicitação de apoio da sociedade aos acampados(as). Além disso, revelou a difícil realidade das famílias quanto à alimentação, saúde e educação e, ainda, convocou as entidades sindicais, sociais e religiosas a conhecerem a experiência de resistência do acampamento – para isso, disponibilizou o telefone da Paróquia de Delmiro Gouveia para os que desejassem estabelecer contato.<sup>580</sup>

A carta elaborada e divulgada pelos(as) acampados(as) foi mais um documento/registro encontrado e disponibilizado pela família do ativista Luiz Valério da

---

<sup>576</sup> AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_88008251\_d0001de0001.pdf., 1988.

<sup>577</sup> *Ibid.*

<sup>578</sup> PEBA, acampados da fazenda. *Carta*. Delmiro Gouveia, 1988.

<sup>579</sup> *Ibid.*

<sup>580</sup> *Ibid.*

Silva.<sup>581</sup> A referida missiva, como já dito, teve por objetivos defender, anunciar e mobilizar apoio para a reocupação do Peba e para a luta em defesa da reforma agrária. Mas, assim como o *Informativo da Fazenda Peba*, não há dados a respeito de sua tiragem, sabe-se que ela foi datilografada, mimeografada e produzida em parceria com os religiosos da paróquia de Delmiro Gouveia, e que circulou pelas CEBs, STTRs e demais movimentos sociais do campo de Alagoas, sobretudo, dentre aqueles próximos a CUT, MST e dos setores populares da sociedade.<sup>582</sup>

Frente ao poder de articulação dos latifundiários e à tentativa de desmembrar a Fazenda Peba, segundo José Cazuza Ferreira de Oliveira, os(as) acampados(as) deliberaram em assembleia a transferência de parte do acampamento para Maceió, com o objetivo de pressionar as autoridades competentes. Desse modo, o deslocamento do acampamento representou uma resposta organizativa em relação às articulações contrárias à reforma agrária na região e no Estado.<sup>583</sup> A partir deste entendimento, os(as) trabalhadores(as) rurais sem terra ocuparam a sede do MIRAD/Maceió, em 26/09/1988.<sup>584</sup>

A respeito do papel político de uma ocupação de terras e ou de um espaço público, segundo Stedile, por um lado, a importância política de uma ocupação de terra perpassa pela correlação de forças locais, estaduais e nacionais e, de outro lado, da correlação de influência, prestígio e interesses dos latifundiários em dificultar o acesso à terra. Nesse sentido, as estratégias dos sem terra de ocupação de terras, prédios, praças públicas e o conjunto de outras ações revelam-se importantes na disputa das forças estabelecidas em cada região e estados.<sup>585</sup>

A respeito, conforme os registros do SNI, a ocupação do MIRAD foi realizada por cerca de 180 pessoas, inclusive crianças, que juntas reivindicavam audiência com o governador de Alagoas para exigirem a desapropriação ou aquisição das terras da Fazenda Peba. Durante a referida ação, Isnaldo França Matta, à época, delegado do MIRAD, informou que a desapropriação não ocorreria por conta de o imóvel ter menos de 500 hectares de terras.

---

<sup>581</sup> SOARES, Estevão Firmo. *A Igreja Católica e a luta pela terra no Sertão: história do Assentamento Peba*, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1980 – 1989. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História. Delmiro Gouveia: UFAL, 2018.

<sup>582</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

<sup>583</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019.

<sup>584</sup> AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_88008420\_d0001de0001.pdf., 1988.

<sup>585</sup> STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Op. cit.*, p. 119.

E, dessa forma, não se enquadrava nos critérios do PNRA, em conformidade com o Decreto nº 95.715/1988.<sup>586</sup>

#### 4.2.1. A ocupação do MIRAD

Diante da negativa junto ao MIRAD quanto à possibilidade de desapropriação das terras da Fazenda Peba, os(as) trabalhadores(as) sem terra permaneceram ocupando o prédio da delegacia do referido ministério, ao passo que exigiram que as autoridades competentes apresentassem soluções diante do impasse jurídico. Em face dessa posição dos manifestantes, segundo relatórios do SNI, no dia seguinte à ocupação do MIRAD/Alagoas, autoridades de Brasília autorizaram a intervenção de forças federais para desmobilizar os(as) trabalhadores(as) rurais sem terra.<sup>587</sup> No entanto, o despejo não aconteceu, em razão de um diálogo ocorrido entre a comissão de negociação dos(as) acampados(as) e os representantes do órgão federal em Alagoas.

Após a referida negociação, os(as) sem terra transferiram parte do acampamento para a Praça Centenário – espaço público histórico e emblemático, local de concentração de marchas, mobilizações e protestos culturais, sociais e políticos. Dessa forma, recuando para avançar, mais uma vez, os sem terra se valeram do recurso da transferência do espaço de resistência – a exemplo do legado de aprendizado da reocupação da Fazenda Peba – e deslocaram parte da ocupação e dos manifestantes, do prédio do MIRAD para a simbólica Praça, palco de lutas sociais, e mantiveram a pressão política.<sup>588</sup>

No registro fotográfico a seguir, vê-se o acampamento dos(as) trabalhadores(as) sem terra na Praça Centenário, mostrando parte de sua estrutura. Ao fundo da foto, é possível observar um barracão de lona, usado para dormitório coletivo, além de espaço improvisado para realização de assembleias e de alimentação. No registro, observam-se, parcialmente, três faixas com mensagens dos(as) trabalhadores(as) acampados(as). Estratégia de comunicação já observada na experiência de reocupação da Fazenda Peba, em Delmiro Gouveia, no Sertão do Rio São Francisco.

---

<sup>586</sup> AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_88068826\_d0001de001.pdf., 1988.

<sup>587</sup> *Ibid.*

<sup>588</sup> AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_88008420\_d0001de0001.pdf., 1988.

**Figura 7 :** Acampamento na Praça Centenário Maceió, 26 de setembro a 18 outubro de 1988



Fonte: Acervo pessoal de Jucilene Maria Aguiar Silva, disponibilizado à pesquisadora.

#### **4.2.2. Entre o MIRAD e a Praça Centenário**

O acampamento na referida praça, segundo o assentado do Lameirão, José Cazuza Ferreira de Oliveira, em razão da negociação estabelecida pelos manifestantes, usava como ponto de abastecimento de água potável, banheiros e ponto de apoio as instalações do prédio do MIRAD. Uma parte do referido prédio permanecia ocupado no intuito de manter a pressão política para avanço do atendimento da pauta de reivindicação. Este deslocamento, da Praça Centenário para o prédio da delegacia do MIRAD, implicou em riscos para os(as) acampados(as) que, ao atravessarem a movimentada avenida Fernandes Lima, um dos principais acesso ao centro político e comercial de Maceió, corriam riscos de atropelamento.<sup>589</sup>

Assim, o acampamento na Praça Centenário exigia uma nova organização dos(as) trabalhadores(as) para garantir atividades cotidianas, a moral elevada e o ânimo dos

---

<sup>589</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 09/02/2016.

manifestantes na luta pela desapropriação ou aquisição das terras da Fazenda Peba.<sup>590</sup> Ao longo dos 22 dias de acampamento, os manifestantes, coordenados pelo MST, estabeleceram diversas parcerias, dentre elas com a Visão Mundial – instituição cristã não-governamental que atua desde 1950 em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e pela proteção de populações vulneráveis em todo o mundo.<sup>591</sup> Esta parceria foi cultivada por intermédio de uma militante da região Sul do país, Dilei Aparecida Shiochet, designada, junto com João Daniel, para apoiar a reocupação da Fazenda Peba e, conseqüentemente, o avanço da luta pela reforma agrária em Alagoas.<sup>592</sup>

A Visão Mundial colaborou com a estrutura do acampamento a partir da doação de colchões, cobertores, alimentos, assistência médica e registro fotográfico.<sup>593</sup> A assistência médica garantida pela referida organização não-governamental, segundo o *JST*, supriu a recusa do então governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, de prestar atendimento médico às famílias acampadas.<sup>594</sup> Além da Visão Mundial, associações de bairros, sindicatos, Igreja Católica, igrejas evangélicas e estudantes universitários contribuíram com a alimentação e apoio ao acampamento.<sup>595</sup>

Os(as) trabalhadores(as) também teceram outras estratégias para pressionar as autoridades, dentre elas: caminhadas nas principais ruas de Maceió e ações conjuntas com entidades que os apoiavam:<sup>596</sup> CUT, vereadores de Maceió, a exemplo de Ronaldo Lessa do Partido Socialista Brasileiro (PSB), funcionários da Empresa de Assistência Técnica e de Extensão Rural (EMATER), além de partidos políticos e outros setores do campo popular.<sup>597</sup> A respeito, os relatórios do SNI também acrescentam o apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) ao acampamento na Praça Centenário.<sup>598</sup>

#### 4.2.3. O espaço reduzido da Fazenda Peba

<sup>590</sup> COSTA, Maria Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016.

<sup>591</sup> VISÃO MUNDIAL. *Nossa história*. Disponível em < <https://visaomundial.org.br/nossa-historia> > Acesso em 26/06/2021.

<sup>592</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

<sup>593</sup> *Ibid.*

<sup>594</sup> JST. MST exige negociação. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 77, ano VIII, out., 1988, p. 8.

<sup>595</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

<sup>596</sup> COSTA, Maria Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016.

<sup>597</sup> SILVA, José Roberto. *Op. cit.*, p. 397.

<sup>598</sup> AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_88008420\_d0001de0001.pdf., 1988.

O acampamento prolongou-se até 18/10/1988, quando os(as) trabalhadores(as) alcançaram a aquisição de parte das terras da Fazenda Peba pelo Estado de Alagoas. Segundo o SNI, a partir dos relatórios elaborados pelo INCRA, a Fazenda Peba tinha cerca de 1.100 hectares,<sup>599</sup> entretanto, deste quantitativo, apenas 200 hectares foram alcançados e destinados para fins de constituição de assentamentos da reforma agrária. Maria Zilma Tavares Costa, membro da coordenação do MST, ressalta que a aquisição de parte da fazenda ocorreu por conta do desmembramento da referida área em litígio – uma manobra do proprietário para que a fazenda não fosse enquadrada como latifúndio, mas sim como pequena propriedade rural.<sup>600</sup>

Os 200 hectares negociados foram obtidos com recursos do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP). Entretanto, esse quantitativo de terras seria suficiente para assentar apenas oito famílias sem terra – número de famílias estabelecido a partir da viabilidade produtiva da área.<sup>601</sup> Diante desta constatação, mantendo-se na Praça Centenário, os(as) trabalhadores(as) persistiram com a pressão social e mantiveram a negociação política para aquisição, com recursos do Estado, de outras áreas para que fosse possível assentar as demais famílias sem terra que estavam desde 1986 no processo do conflito, ocupação, reocupação do Peba.<sup>602</sup> A respeito, os documentos do SNI destacam que a ocupação de prédios públicos foi uma das principais estratégias dos movimentos sociais do campo para forçar os governos estaduais e federal a executarem as metas do PNRA.<sup>603</sup>

O processo de negociação de parte das terras da Fazenda Peba, em particular, mesmo com a aquisição de apenas 200 hectares, suficientes para assentar somente oito famílias, foi considerado uma vitória e reforçou o significado, importância e necessidade da continuidade da luta. Nas palavras de Manoel de Aguiar Correia, a avaliação dos(as) trabalhadores(as) foi a de que “nós negociando o Peba, já tem 80% garantido, porque nós temos um lugar para ficar, para quem já está assentando e para quem não está nós vamos lutar por outras terras”.<sup>604</sup>

Nesta perspectiva, após a aquisição de 200 hectares da Fazenda Peba, os(as) trabalhadores(as) rurais persistiram na negociação, junto com Instituto de Terras de Alagoas (ITERAL), para aquisição de outras propriedades. E, desse modo, atingir o objetivo de assentar as demais famílias que estavam acampadas na reocupação. O *JST*, a esse respeito,

---

<sup>599</sup> *Ibid.*

<sup>600</sup> COSTA, Maria Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016.

<sup>601</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Assentamentos*. Disponível em < <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos> >

<sup>602</sup> COSTA, Maria Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016.

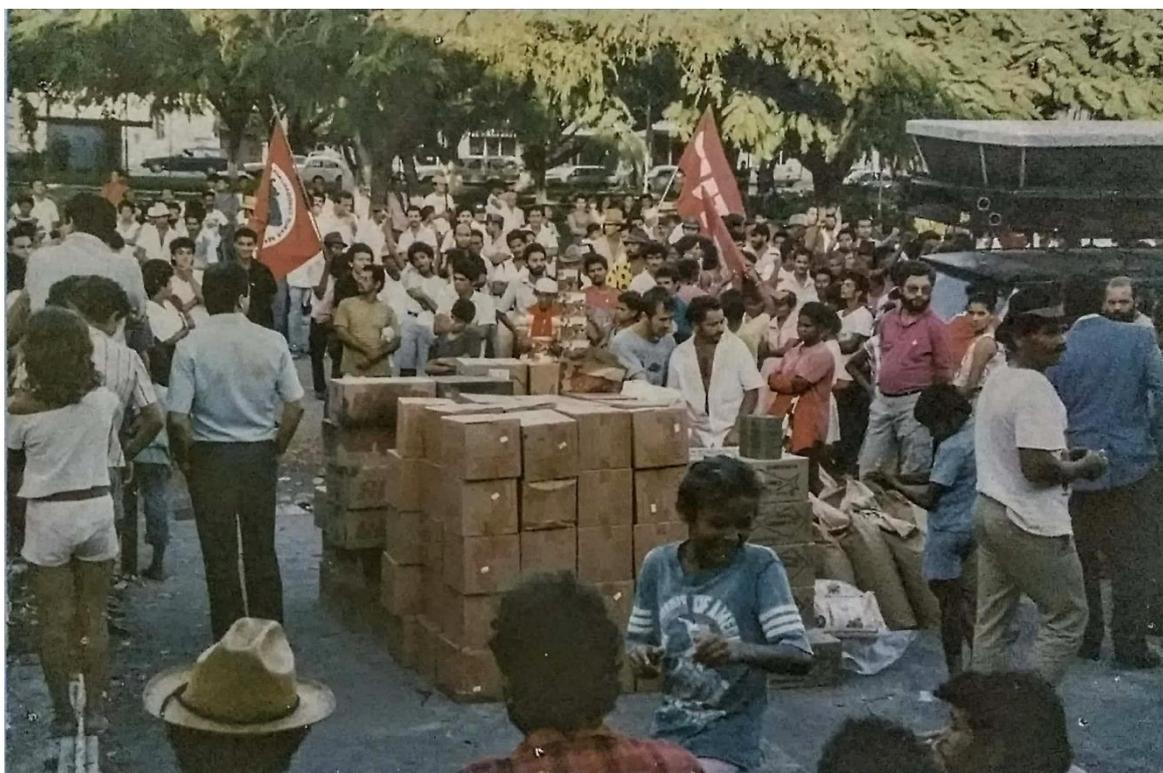
<sup>603</sup> AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_88008420\_d0001de0001.pdf., 1988.

<sup>604</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

atribuiu o mérito da aquisição e negociação de terras ao conjunto de ações coordenadas de pressão social e de articulação política imposta pelos(as) trabalhadores(as), em particular, do acampamento na Praça Centenário.<sup>605</sup>

O conjunto de ações realizadas pelos(as) trabalhadores(as) rurais sem terra em Maceió também resultou na aquisição de alimentos para as famílias acampadas e de sementes para realização de seus cultivos.<sup>606</sup> A fotografia a seguir ilustra, em parte, o último dia de mobilização do acampamento na Praça Cenário, após 22 dias de persistência, resistência e ressignificação.

**Figura 8:** Último dia do acampamento na Praça Centenário, 18 de outubro de 1988



Fonte: Acervo Pessoal de Jucilene Maria Aguiar da Silva, disponibilizado à autora.

Segundo Jucilene Maria Aguiar da Silva, acampada da Fazenda Peba em 1988 e participante do acampamento em Maceió, a fotografia em destaque é referente ao último dia de negociações junto ao MIRAD.<sup>607</sup> No registro é possível identificar a presença de homens,

<sup>605</sup> JST. Negociação com o MIRAD. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 79, ano VIII, dez., 1988, p. 4.

<sup>606</sup> SILVA, José Roberto. *Op. cit.* p. 397.

<sup>607</sup> SILVA, Jucilene Maria Aguiar da. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/09/2018.

mulheres e crianças, assim como, observar, após 22 dias de resistência, o ambiente de envolvimento do acampamento e as bandeiras do MST e da CUT. A foto também registra o carro de som utilizado pelos manifestantes para suas falas do lado direito, enquanto estes entoavam palavras de ordem e cantos de motivação e de luta. No centro da foto, registram-se caixas de mantimentos e sacos de sementes obtidos como parte das negociações que foram atendidas.

É importante destacar também que do acampamento na Praça Centenário, no curso dos 22 dias da ocupação, os manifestantes acompanharam a promulgação da Constituição de 1988. Carta Magna que, apesar das disputas, impasses e negociações, resultou em conquistas sociais significativas, inclusive para os movimentos sociais do campo. A respeito, os(as) trabalhadores(as) perceberam os impasses da comissão de assuntos agrários, as disputas entre os setores populares e a força das elites econômicas e políticas estabelecidas no campo – representadas pelos parlamentares ruralistas e seus aliados.<sup>608</sup> Diante dos debates, manobras e disputas de interesses, o texto foi aprovado e garantiu a função do uso social da terra, mas sem remover plenamente os entraves para efetivação de uma reforma agrária abrangente, estruturante e socialmente referenciada.<sup>609</sup>

Segundo João Pereira e Paulo Alentejano, em razão da pressão popular advinda das manifestações sociais, a Constituição de 1988, apesar das disputas de interesse, alargou os direitos à cidadania. No entanto, o mesmo não aconteceu com a democratização do acesso à terra. A Constituição não delimitou o limite máximo da propriedade considerada produtiva, não definiu os assentados(as) como público prioritário da política agrícola – como reivindicavam as organizações camponesas. Ademais, abriu brechas jurídicas para que os proprietários que tivessem suas áreas desapropriadas para fins de reforma agrária pudessem questionar o mérito da ação, possibilitando aos latifundiários recorrerem e atrasarem o processo de constituição do assentamento e/ou até reverter a desapropriação, mesmo após a sua criação. Este conjunto de normas estabeleceu as decisões e operacionalização da política fundiária no judiciário, dando margem à morosidade jurídica e, conseqüentemente, ao aumento dos conflitos entre proprietários e trabalhadores(as) rurais.<sup>610</sup>

---

<sup>608</sup> WOHNATH, Vinicius Parolin. *Constituindo a Nova República: agentes católicos na Assembleia Nacional 1987-88*. Tese de doutorado em Educação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2017, p. 214.

<sup>609</sup> MAIA, Cláudio Lopes. *Op. cit.*, p. 235.

<sup>610</sup> PEREIRA, João Márcio Mendes; ALENTEJANO, Paulo. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014). *Tempos Históricos*, Paraná: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, vol.18, n. 1, p. 73 – 111, 2014, p. 90.

Nesse cenário de ocupação de praças e prédios públicos em Maceió, os(as) trabalhadores(as) sem terras observaram e protestaram contra os recuos da Assembleia Constituinte, e comprovaram, na prática, a importância da pressão política para garantir a função de uso social da terra e, conseqüentemente, da reforma agrária.<sup>611</sup> A respeito, Maria Zilma Tavares Costa, membro da coordenação do MST, destaca que a conquista de parte das terras da Fazenda Peba e a negociação de outras áreas não pode ser atribuída apenas às ações cultivadas em Maceió, mas sim aos anos de resistência e organização social que começaram a ser germinadas desde o início do conflito em 1986 que desembocaram nos resultados alcançados em 1988.<sup>612</sup> Portanto, os resultados obtidos naquele ano eram conseqüências da sementeira lançada em anos anteriores.

#### **4.3. O Lameirão: às margens do São Francisco**

Após acampamento na Praça Centenário, os(as) trabalhadores(as) sem terra permaneceram na Fazenda Peba. Nesse interstício de tempo, começaram a identificar outras áreas passíveis de reforma agrária – no intuito de acelerar as negociações com o governo estadual para aquisições de outras propriedades. Os(as) acampado(as) decidiram também, em assembleia, quais famílias teriam o direito de serem assentadas nos 200 hectares alcançados da Fazenda Peba. Essa decisão foi tomada em favor das famílias resilientes do conflito, ocorrido em 1986, e da ocupação, vivenciada em 1987, incluindo Luiz Valério e sua família. A respeito, foi consensuado que Valério e seus familiares pertenciam àquele território, em razão da dedicação, do compromisso e do envolvimento com as ações em prol do direito social daquelas terras.<sup>613</sup>

Estabelecidos os critérios para eleição dos(as) assentados(as) do Peba, os(as) trabalhadores(as) listaram as áreas selecionadas pelo INCRA como aptas à reforma agrária, conforme critérios do PNRA. Neste levantamento, foram examinados e identificados os chamados “latifúndios por exploração” nos municípios de Delmiro Gouveia e de Olho D’água do Casado. Após estas classificações, os(as) trabalhadores(as) foram até as referidas áreas, analisaram a estrutura das propriedades: qualidade das terras, acesso à água, estrada, entre outras benfeitorias. Investigaram também a situação jurídica e os possíveis trâmites para a

---

<sup>611</sup> COSTA, Caetano De’Carli Viana. *Op. cit.*, p. 150.

<sup>612</sup> COSTA, Maria Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016.

<sup>613</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019.

desapropriação e/ou aquisição pelo governo federal ou estadual das fazendas mapeadas. Nesse processo, ocorreram tentativas de negociar a propriedade vizinha à Fazenda Peba, porém não se chegou a um entendimento para o prosseguimento legal das negociações.<sup>614</sup>

No processo de reconhecimento das fazendas improdutivas da região, o MST detectou a Fazenda Lameirão, área de 1.634,3 hectares – localizada em Delmiro Gouveia, próxima à divisa com o município de Olho D'água do Casado e às margens do Rio São Francisco.<sup>615</sup> Segundo os registros do SNI, a referida fazenda, em posse de José Serpa de Menezes, estava alocada para a vistoria do INCRA entre os anos de 1986 e 1987, portanto, apta para desapropriação por já ter sido identificada como latifúndio improdutivo.<sup>616</sup> Posteriormente a este reconhecimento, os(as) trabalhadores(as) foram até a referida fazenda e avaliaram que dentre as áreas listadas, a Fazenda Lameirão apresentava as melhores condições para efetivação de um assentamento de reforma agrária.<sup>617</sup> Sobre esta avaliação, Manoel Aguiar Correia, destacou que:

No Lameirão achamos que dava para ficar, mesmo com as pedras, mas tinha água, madeira e com o decorrer do tempo chegando energia iria melhorar, porque o nosso projeto era ter água e energia para a produção com abundância e os outros lugares não tinha água. Nós sabíamos que um dia ia ter água porque a barragem de Xingó estava sendo construída.<sup>618</sup>

Observa-se que a escolha da Fazenda Lameirão foi realizada de forma estratégica, consciente e sem possíveis impedimentos jurídicos, visto que, tanto para os(as) trabalhadores(as) quanto para o MST, era necessário obter uma propriedade que oferecesse condições mínimas para manter as famílias em curto, médio e longo prazo. Dentre as famílias que aguardavam serem assentadas, estavam aquelas que compuseram a reocupação da Fazenda Peba em 1988, grande parte delas provenientes dos municípios de Inhapi e de Mata Grande.<sup>619</sup>

O êxito dos movimentos sociais do campo naquele ano se insere no conjunto de ações planejadas, persistentes e com alguns resultados favoráveis. Na perspectiva do *JST*, aquele foi um ano de aprendizado, resistência e vitórias. Um ano em que, mesmo em face de uma

---

<sup>614</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

<sup>615</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019.

<sup>616</sup> AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_87007746\_d0001de0001.pdf., 1987.

<sup>617</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019.

<sup>618</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

<sup>619</sup> *Ibid.*

conjuntura política dura, difícil e desfavorável – devido ao aumento da violência no campo e de entraves nos debates constitucionais sobre a reforma agrária, mesmo assim, pode-se perceber que ocorreram avanços para os(as) sem terra. Em 1988, segundo este periódico, ocorreram 30 ocupações de terras em 13 estados brasileiros, que mobilizaram cerca de oito mil famílias acampadas. E, na maioria dessas ocupações, as famílias saíram vitoriosas com a efetivação de assentamentos e/ou avanço, por meio da pressão social, nos processos de desapropriações e/ou aquisições de terras.<sup>620</sup>

A respeito, Genivaldo Vieira da Silva, membro da coordenação do MST/AL, em entrevista concedida ao *JST* – durante a realização do encontro estadual do Movimento, em dezembro de 1988 – fez um balanço favorável dos erros e acertos da luta pela terra no estado. Dentre eles, destacam-se: o avanço na organização do Movimento, identificação de territórios para a reforma agrária, formação de novas lideranças para os STTRs do agreste e do sertão, além do estabelecimento de parcerias com sindicatos filiados à CUT e junto aos setores populares da Igreja Católica.<sup>621</sup>

Em relação ao encontro estadual, ocorrido em 1988, José Cazuza Ferreira de Oliveira destacou que ocorreu uma melhor organização política a partir do evento, com posições ajustadas a partir das necessidades de cada uma das regiões. Nesse sentido, para o sertão foi identificado o objetivo de consolidar os assentamentos. Já para o agreste, observou-se o objetivo de expandir as ações de ocupações.<sup>622</sup>

No ano seguinte, 1989, último da gestão da presidência de José Sarney, persistia o descumprimento das metas do PNRA, descompromisso agravado com a extinção do Ministério da Reforma Agrária (MIRAD). Segundo o MST, a extinção do referido Ministério, à princípio, não alterou a postura de travamento imposto pelo governo federal à causa da reforma agrária. Apesar dessa ressalva, o Movimento apontou que esta medida agravou a falta de prioridade do direito ao acesso à terra – e da proposta de justiça social, democracia e cidadania da Nova República.<sup>623</sup>

Segundo Ivan Targino, a pressão política exercida pela bancada ruralista sobre o governo Sarney foi um retrocesso para o I PNRA, agravado com o desmantelamento dos

---

<sup>620</sup> JST. Ocupações a vitória da resistência. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 79, ano VIII, dez., 1988, p. 10.

<sup>621</sup> JST. Mobilização permanente. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 83, ano IX, mai. 1989, p. 5.

<sup>622</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva em 19/07/2021.

<sup>623</sup> JST. Só os trabalhadores farão a reforma agrária. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 80, ano IX, jan. e fev., 1989, p. 2.

órgãos fundiários no final da gestão de José Sarney. A estrutura do INCRA foi alterada e, posteriormente, extinta, em 21/10/1987; o MIRAD, criado em 30/04/1985, foi extinto, em março de 1989; e, como paliativo, o INCRA, restabelecido em junho de 1989, mas subordinado ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), conforme as diretrizes do Decreto nº 97. 978 de 19/07/1989 – que dispunha que a autarquia fosse dirigida por um presidente e seis diretores.<sup>624</sup>

O retorno do INCRA, em 1989, foi resultado da pressão dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda, que arregimentaram forças para que a União estabelecesse uma instância estatal para cuidar das questões fundiárias e do PNRA. Entretanto, os recursos, anteriormente previstos para o MIRAD, foram transferidos para o Ministério da Agricultura, deixando o INCRA, no ano de sua recriação, sem orçamento definido.<sup>625</sup> Frente a este retrocesso, o MST intensificou as ações de ocupações de terras, ao passo que exigia o retorno de um órgão, ligado à Presidência da República e não subordinado ao Ministério da Agricultura, para efetivar uma política de Estado para a reforma agrária.<sup>626</sup> Assim, em oposição à política de reforma agrária do governo de José Sarney e do referido desmonte, os movimentos sociais do campo persistiram nas ações de ocupação de terras nos estados,<sup>627</sup> dentre eles: Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul.<sup>628</sup>

Em Alagoas, no referido contexto, uma das principais ações de ocupações de terra ocorreu em uma área de 500 hectares na Fazenda Lages, município de Taquarana, agreste de Alagoas, com a participação de cerca de 200 trabalhadores(as) sem terra, em 22/01/1989.<sup>629</sup> Após uma série de entraves, disputas e ameaças de despejo, o MST chegou a um acordo com o governo do Estado para transferir as famílias para a Fazenda Modelo da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Alagoas (EPEAL), no município de Igaci, agreste alagoano.<sup>630</sup>

Na Fazenda da EPEAL, os(as) trabalhadores(as) sem terra permaneceram por cerca 30 dias, até 21/02/1989. Após este período, insatisfeitos com os encaminhamentos conferidos no processo de aquisição e/ou desapropriação da Fazenda Lages, passaram a ocupar a sede do

---

<sup>624</sup> TARGINO, Ivan. A luta pela terra e os movimentos sociais rurais no Brasil. *Raízes: Revista De Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, vol. 21, n. 1, p. 148 – 160, 2002, p. 156.

<sup>625</sup> MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão popular, 2001, p. 145.

<sup>626</sup> JST. Só os trabalhadores farão a reforma agrária. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 80, ano IX, jan. e fev., 1989.

<sup>627</sup> JST. Terra ocupada. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 80, ano IX, jan./fev., 1989, p. 7.

<sup>628</sup> AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_89072395\_d0001de0001.pdf., 1989.

<sup>629</sup> JST. Terra ocupada. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 80, ano IX, jan./fev., 1989, p. 7.

<sup>630</sup> SILVA, Maria Rosângela dos Santos. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva em 08/02/2016.

Instituto de Terras de Alagoas (ITERAL) – órgão subordinado à Secretaria Estadual de Agricultura (SEAGRI). Entretanto, frente a persistência dos impasses em relação à Fazenda Lages e à Fazenda da EPEAL a solução apresentada pelo MST foi transferir as famílias da ocupação da Fazenda Lages, sobretudo, aquelas provenientes do sertão, juntamente com as famílias da Fazenda Peba até então não assentadas, para a Fazenda Lameirão, em Delmiro Gouveia – em fase de aquisição para fins de reforma agrária.<sup>631</sup> Esse encaminhamento foi aceito por algumas das famílias que concordaram em ser assentadas na Fazenda Lameirão, enquanto as demais famílias seguiram em ações de ocupação posteriores, em uma área de usina falida no litoral norte de Alagoas.<sup>632</sup>

A negociação entre o MST e o governo do Estado resultou no deslocamento de cerca de 30 famílias da ocupação da Fazenda Lages, da região do agreste, para a Fazenda Lameirão, na região do sertão alagoano, nas margens do Rio São Francisco.<sup>633</sup> Assim, as referidas famílias de trabalhadores(as) sem terra chegaram à Fazenda Lameirão, em 24/02/1989. A este respeito, segundo Maria Rosângela dos Santos Silva, participante da ocupação da Fazenda Lages e natural do município de Jacaré dos Homens, a sua família foi uma das que decidiram se transferir para a Fazenda Lameirão. Em sua fala, ficam claros os riscos da permanência na ocupação do agreste,

De Igaci [no agreste] a gente veio aqui, para o Lameirão [no sertão]. Fomos os primeiros a chegar aqui no Lameirão. Viemos na época do Carnaval, já em fevereiro. Nós viemos pra aqui, para o Lameirão, mas na Semana Santa o pessoal que era do Peba se juntou a nós aqui. Aqui já não foi [mais] uma terra de conflito.<sup>634</sup>

Nesse interstício de tempo, a Fazenda Lameirão estava em processo de negociação entre o governo do Estado, junto aos órgãos fundiários competentes e o latifundiário, com o objetivo de assentar as demais famílias que reocuparam a Fazenda Peba. Dessa forma, em fevereiro de 1989, parte das famílias provenientes da ocupação não exitosa da Fazenda Lages, junto com as famílias não assentadas em Peba, constituíam mais um território da reforma agrária no sertão de Alagoas, o Assentamento Lameirão. Até então, só o Assentamento Peba,

---

<sup>631</sup> AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_90073525\_d0001de0001.pdf., 1990.

<sup>632</sup> JST. Mobilização permanente. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 83, ano IX, mai. 1989, p. 5.

<sup>633</sup> AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_89008527\_d0001de0001.pdf., 1989, p. 3.

<sup>634</sup> SILVA, Maria Rosângela dos Santos. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva em 08/02/2016.

em janeiro de 1989, havia concretizado esse objetivo.<sup>635</sup> A Fazenda Lameirão, por sua vez, foi ocupada já em processo de tramitação da aquisição da propriedade para fins de reforma agrária.

Observa-se, portanto, que o Peba e o Lameirão, enquanto construções coletivas, cultivadas a partir da resistência e da luta pela democratização do acesso à terra em Alagoas, comportam significados sociais, políticos, regionais, ambientais, individuais e coletivos. Nesse sentido, são exemplos de áreas ou territórios sociais de resistência. A respeito, Marcos Saquet, considera a construção de território como produto de ações históricas, coletivas e de pertencimentos – concretizados em torno de um determinado momento, paisagens e símbolos.<sup>636</sup>

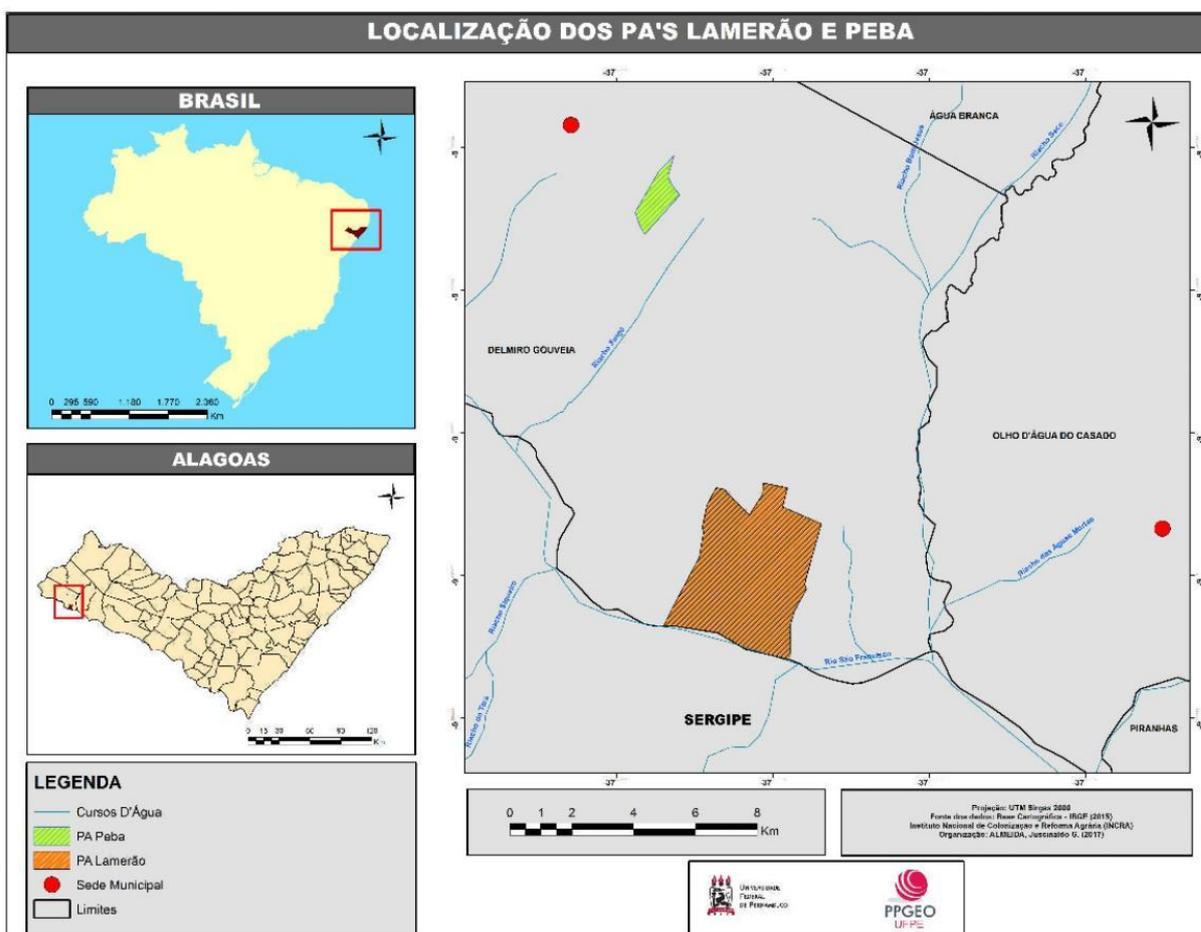
O mapa a seguir apresenta a dimensão espacial e a localização dos territórios Peba e Lameirão, no município de Delmiro Gouveia, sertão alagoano, próximo às margens do Rio São Francisco.

---

<sup>635</sup> INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Superintendência Regional Alagoas - SR 22: Assentamentos - Informações Gerais*. Atualizado em 31/12/2017.

<sup>636</sup> SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular; UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p. 81.

**Mapa 6 : Localização dos assentamentos Pebas e Lameirão**



Fonte: COSME, Claudemir Martins. *A resistência do campesinato assentado em uma formação territorial marcada pela contrarreforma agrária: da luta pela terra à luta para permanecer no território dos assentamentos rurais no Sertão alagoano*. Tese de doutorado em Geografia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019, p. 52.

#### 4.3.1. Ocupar, resistir e produzir

Após a ocupação do Lameirão pelos(as) trabalhadores(as) transferidos da ocupação da Fazenda Lages e, posteriormente, pelas demais famílias de acampados(as) não assentadas no Peba, aconteceu o V Encontro Nacional do MST, realizado no Seminário de Nova Veneza, em Sumaré, São Paulo. O evento, ocorrido de 27 de fevereiro a 3 de março de 1989, contou com a participação de 200 trabalhadores(as) de 17 estados, além de delegados de organizações sociais latino-americanas, representantes da CUT, CPT, PT e candidatos eleitos no pleito eleitoral anterior.<sup>637</sup>

<sup>637</sup> JST. Reunião histórica. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 81, ano IX, mar. 1989, p. 11.

No referido encontro, o MST delineou a agenda, ações e pautas de luta para o ano de 1989. A este respeito, destaca-se, dentre as palavras de ordem que conduziram as ações: “Ocupar, resistir e produzir”. Além disso, o Movimento firmou o apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da república, além de realizar ações como: a participação nas greves previstas para março, ações para aquisição do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), campanha contra a União Democrática Ruralista (UDR), articulação para o II Congresso em 1990 e a solidariedade a Nicarágua.<sup>638</sup> Dentre os representantes de Alagoas, consta-se a participação de José Cazuza Ferreira de Oliveira.<sup>639</sup>

Este encontro, segundo Stédile, foi considerado um dos mais significativos, em razão de ter sido realizado em um clima de euforia, por conta da candidatura de Lula à presidência e das eleições exitosas de candidaturas populares em diversas capitais, a exemplo, de Luiza Erundina, em São Paulo. Assim, o cenário político e organizativo aspirava para um ano permeado de lutas, em particular, para os sem terra. Nesse sentido, a nova palavra de ordem fortalecia o sentimento de transformação da sociedade, a partir das mobilizações, ocupações e assentamentos que teciam novos horizontes fundiários, agrícolas e sociais para o país.<sup>640</sup>

Em torno desses encaminhamentos, segundo o representante de Alagoas, os(as) sem terra organizaram o acampamento da Fazenda Lameirão, recompondo os barracos de lona, construindo rotinas cotidianas e enfrentando os desafios para a construção do território. Dentre os desafios, constava a morosidade para a efetivação da aquisição da Fazenda Lameirão pelo governo estadual. Diante desse impasse, em 02/05/1989, cerca de 75 trabalhadores(as) ocuparam a Secretaria Estadual de Agricultura (SEAGRI), em Maceió, sendo essa ocupação uma resposta das famílias frente à não celeridade para aquisição da área.<sup>641</sup>

Os(as) acampados(as) exigiam o cumprimento dos acordos estabelecidos quanto à infraestrutura do assentamento, aquisição de sementes e fornecimento de alimentação. E, sobretudo, reivindicavam que o governo estadual concluísse a aquisição da propriedade, quitando o pagamento. Esta situação, por conta da falta de embolso ao proprietário, resultou na ocorrência de diversos conflitos entre os(as) trabalhadores(as) e o latifundiário. Este

---

<sup>638</sup> *Ibid.*

<sup>639</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva em 19/07/2021.

<sup>640</sup> STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Op. cit.*, p. 55.

<sup>641</sup> JST. Mobilização permanente. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 83, ano IX, mai., 1989, p. 5.

último, em uma de suas ações de retaliação, colocou o gado para pastar por entre as plantações das famílias acampadas.<sup>642</sup>

As famílias acampadas no Lameirão avançaram na organização, cultivo e produção da área a partir de uma iniciativa de cooperação agrícola. Em agosto de 1989, embasados pelas formações, encaminhamentos e ações do MST, constituíram a Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Lameirão (ACAAL), com o objetivo de planejar, otimizar e melhorar a produção e a comercialização dos produtos. Dessa maneira, os(as) trabalhadores(as) e a Associação foram habilitados, em termos formais, para obter financiamentos e acesso a outras políticas públicas.<sup>643</sup>

A ACAAL, conforme ata de fundação, foi criada com a finalidade de organizar os(as) assentados(as) em torno dos interesses comuns, assim como, proporcionar a cooperação agrícola entre os(as) trabalhadores(as), a articulação com outros assentamentos e órgãos que ajudassem no desenvolvimento econômico e social dos(as) associados(as), compreensão explicitada na passagem na qual é registrada a ideia

de que não podemos trabalhar de forma isolada, pois [se] assim for, não conseguiremos melhoramento nenhum, tendo em vista que o governo e os latifundiários querem ver os assentados desorganizados, para assim dominar e tapear os trabalhadores e a Reforma Agrária. Neste sentido é que a associação se torna necessária e importante, pois ela conseguirá manter todos os trabalhadores do assentamento agrupados em torno dos problemas e reivindicações que são comuns.<sup>644</sup>

A constituição da ACAAL passou por um processo de discussão entre os(as) trabalhadores(as) para que eles pudessem compreender os objetivos, modelo de organização, direitos e deveres. A reunião de fundação, compartilhada por 50 trabalhadores(as), elegeu a primeira diretoria da entidade para um mandato de duração de dois anos: coordenador geral, José Erivânio Barros; Secretário, Antônio Rodrigues Neto; Tesoureiro, Manoel de Aguiar Correia; Suplentes, Manoel Barbosa da Silva Filho, Zilda Tavares Costa e Maria José Vieira; Conselho Fiscal, José Francisco da Silva, Cristina Maria da Silva e Jucilene Maria da Silva;

---

<sup>642</sup> *Ibid.*

<sup>643</sup> COSTA, Maria Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016.

<sup>644</sup>ACAAL. Ata de fundação da Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Lameirão, realizada no dia 20 de agosto de 1989. Delmiro Gouveia- AL. Livro 01, p. 1.

Suplente do Conselho Fiscal, José Renildo Moreira da Silva, Manoel Francisco de Souza e Benedito Cizino Costa.<sup>645</sup>

Em concomitância à constituição da Associação do Lameirão, também foi organizada a Associação do Peba, seguindo os encaminhamentos das palavras de ordem propostas pelo V Encontro Nacional do MST, de “Ocupar, produzir e resistir”. Nesse sentido, as referidas associações, além do estímulo ao cooperativismo da produção, processamento e comercialização de produtos agrícolas, agropecuários ou agroindustrial familiar, foram também estratégias para consolidação dos assentamentos, por conseguinte, de uma reforma agrária socialmente referenciada.<sup>646</sup>

#### **4.3.2. Acirramento das ameaças, perseguição e violência**

O surgimento dos territórios do Assentamento Peba e da ocupação da Fazenda Lameirão incomodou ainda mais os latifundiários, os grupos políticos da região e seus apoiadores no Estado de Alagoas. Segundo Maria de Lourdes Barreto, membro da comissão de formação sindical do sertão, o avanço do Peba e do Lameirão resultou no acirramento das perseguições aos(as) trabalhadores(as), seus representantes e entidades sindicais. Um exemplo disso foi a infiltração, orientação e patrocínio a uma chapa de oposição nas eleições do STTR/Inhapi em 1989 – considerado o berço da germinação do MST em Alagoas.<sup>647</sup>

O descontentamento, insatisfação e revanche dos latifundiários seguiram com o deslocamento de homens armados na frente do referido sindicato, com o intuito de intimidar os(as) trabalhadores(as) no momento da eleição sindical.<sup>648</sup> Apesar do apoio do setor ruralista e da intimidação dos homens armados, a chapa vitoriosa foi a da base dos setores populares da Igreja Católica, da CUT e do MST no sertão de Alagoas.<sup>649</sup>

As perseguições aos trabalhadores(as) rurais, sobretudo no município de Inhapi, aumentaram ainda mais a partir do avanço da candidatura do PT à presidência da república. A candidatura de Lula era apoiada pelos sindicatos, movimentos sociais do campo e pela base popular da Igreja Católica. A respeito há o fato de José Joaquim da Silva, membro STTR/Inhapi e presidente municipal do PT, ter sido preso durante dois dias por questões

---

<sup>645</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>646</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva em 19/07/2021.

<sup>647</sup> BARRETO, Maria de Lourdes. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 29/08/2020.

<sup>648</sup> *Ibid.*

<sup>649</sup> JST. Mobilização permanente. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 83, ano IX, mai., 1989, p. 5.

políticas. O referido sindicalista foi intimado e, ao comparecer à delegacia do município, recebeu ordem de prisão. Quanto a este episódio, o *JST* noticiou que a justificativa para a detenção, alegada pelas autoridades policiais, foi que a prisão tinha o objetivo de servir de exemplo, junto à oposição, à câmara de vereadores, aos sindicatos e aos movimentos sociais do campo.<sup>650</sup>

A mencionada prisão, segundo o *JST*, além de ter o objetivo de intimidar as eleições sindicais, tinha também por motivação as previsões de que Lula venceria as eleições presidenciais em Inhapi. A confirmação desta expectativa eleitoral deixaria o prefeito de Inhapi, Celso Luiz Tenório Brandão, numa situação desconfortável com o candidato Fernando Collor de Mello, que havia renunciado ao governo de Alagoas para concorrer naquele ano à presidência do país.<sup>651</sup> O mencionado gestor municipal também era primo da esposa de Collor – Rosane Malta Collor de Mello, uma das herdeiras do clã político do vizinho município de Canapi. Os municípios de Inhapi e de Canapi, então recém desmembrados de Mata Grande, eram reduto político da tradicional família Malta, considerada uns dois mais importantes grupos econômicos, latifundiários e políticos de Alagoas.<sup>652</sup>

Assim, a candidatura de Collor à presidência da República, em 1989 – primeira eleição após a ditadura civil-militar –, foi marcada por um *marketing* anticomunista, apoiada pela mídia tradicional, empresários, militares, latifundiários, setores conservadores da Igreja Católica e dos evangélicos e por contestadores dos direitos reivindicados pelos sindicatos e movimentos sociais.<sup>653</sup> Em torno desta atmosfera eleitoral, a disputa presidencial de 1989, portanto, foi sentida no sertão de Alagoas, por meio da detenção sem justificativa jurídica de José Joaquim. Em solidariedade, foram realizadas vigílias em frente à delegacia e manifestações contrárias à prisão, o que resultou em sua liberação, comemorada por meio de comício.<sup>654</sup> Além, disso, como consequência, a prisão do referido sindicalista terminou por repercutir, ao menos naquele município, no crescimento da campanha de Lula.

---

<sup>650</sup> JST. Dirigente sindical é preso por apoiar Lula farsa collarida. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 90, ano IX, dez. 1989, p. 7.

<sup>651</sup> *Ibid.*

<sup>652</sup> SALLUN JÚNIOR, Basílio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, CEDEC: São Paulo, vol. 82, p. 163-200, 2011, p. 166.

<sup>653</sup> GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. *1989: história da primeira eleição presidencial pós ditadura*. Jundiaí: Pocco Editorial, 2019.

<sup>654</sup> JST. Dirigente sindical é preso por apoiar Lula farsa collarida. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 90, ano IX, dez. 1989, p. 7.

O histórico da disputa presidencial de 1989, especialmente, em Alagoas, apresenta-se como uma rica discussão do cenário de construção da primeira eleição direta para o governo do país no pós-ditadura, ao passo que revela cenários políticos de disputas, polarizações e embates ocorridos nacionalmente, nos estados e nos diferentes municípios do país – e que merecem o olhar aprofundado dos pesquisadores interessados. A respeito, é importante frisar também, que os estudos, junto à mídia impressa são significativos quanto às notícias, matérias, charges, fatos, manchetes, artigos, reportagens e editoriais publicados. Dentre estes periódicos, a Gazeta de Alagoas, em particular, está a merecer uma atenção maior quanto ao tratado a este e outros temas sociais, econômicos e políticos do pulular da transição da ditadura civil-militar para a Nova República. Entretanto, por conta da pandemia, e da não digitalização do acervo e das restrições das instituições de guarda desse acervo físico, não foi possível acessá-los.

Voltando à discussão a respeito das perseguições aos trabalhadores(as) sem terras e aos seus apoiadores, no ano de 1989, representantes das oligarquias da região solicitaram à Diocese de Palmeira dos Índios – que também abrange as paróquias sertanejas de Inhapi, Delmiro Gouveia, Mata Grande e Água Branca – a transferência dos padres e freiras da referida região. Segundo Maria de Lourdes Barreto, para as oligarquias locais, as ações pelo direito à terra, suscitadas no sertão, foram germinadas, também e em grande parte, devido ao trabalho de formação política, evangelização e articulação realizada pelos setores populares da Igreja Católica.<sup>655</sup>

No tocante a essa discussão, Maria Zilma Tavares Costa, membro das CEBs e do MST, descreveu que para os políticos, autoridades judiciais/policiais e latifundiários, a organização social dos(as) trabalhadores(as) rurais havia contado com a contribuição de padres e freiras através de ações do Seminário Rural, CEBs, Pastoral Rural e da Forania. Assim, segundo Costa, para os donos do poder da região, os religiosos que tomaram parte dessas ações, enquanto responsáveis pela criação do “sonho das pessoas lutarem pela terra”, deveriam ser afastados.<sup>656</sup>

A Escola Bíblica do Alto Sertão de Alagoas, através de um de seus informes, fez menção ao processo de perseguição a membros da Igreja Católica por terem apoiado a luta dos(as) trabalhadores(as) sem terra em prol da reforma agrária. O texto trazia palavras de

---

<sup>655</sup> BARRETO, Maria de Lourdes. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 29/08/2020.

<sup>656</sup> COSTA, Maria Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016.

ânimo, persistência e resistência, valorizando as sementes lançadas pelas freiras, ações estas que deveriam continuar sendo cultivadas em Inhapi e em outros lugares do sertão. E, ainda, de estímulo ao desenvolvimento de atividades comunitárias, coletivas e de organização social, enquanto caminho para o desprendimento das amarras dos “cativeiros”.<sup>657</sup> O estudo da trajetória destes religiosos(as) traria um aprofundamento importante sobre esta e outras discussões, mas exige o desenvolvimento de outras pesquisas abertas a pesquisadores interessados.

Mesmo diante do avanço das perseguições, os(as) trabalhadores(as) continuaram desenvolvendo ações em defesa da reforma agrária, defendendo os territórios que começavam a ser cultivados e avançando na organização do Movimento. Segundo Maria de Lourdes Barreto, membro da comissão de formação sindical, o trabalho de organização social no sertão continuou sendo realizado após a transferência das freiras e dos padres da região, através do Fórum Permanente Contra a Violência no Campo, apoiados pela CUT e MST, e, posteriormente, pelo polo sindical dos(as) trabalhadores(as) rurais, assim também como por outros espaços organizativos – germinados a partir das sementes lançadas no curso da década de 1980 no sertão de Alagoas.<sup>658</sup>

#### **4.3.3. Da ocupação para o Assentamento**

Voltando às negociações da Fazenda Lameirão, o processo de aquisição foi concluído em 14/12/1989, quando os proprietários, José Serpa de Menezes e Maria Java Serpa de Menezes, transferiram o imóvel de 1.634,3 hectares ao Estado de Alagoas, pelo preço de NCZ\$ 108.875,00 (cento e oito mil, oitocentos e setenta e cinco Cruzados Novos).<sup>659</sup> A referida propriedade foi destinada para as famílias não assentadas da experiência da reocupação da Fazenda Peba, juntamente com parte das famílias provenientes da ocupação da Fazenda Lages.

A negociação dessa fazenda, segundo os registros do SNI, a partir das declarações dos(as) trabalhadores(as) sem terra concedidas à Polícia Militar do Estado de Alagoas, em

---

<sup>657</sup> IGREJA CATÓLICA. Escola Bíblica do Alto Sertão. *Nono encontro: a terra de Canaã e o povo israelita são dominados pelos babilônios – o cativeiro da Babilônia*. Inhapi/AL, datilografado, 198[?], s/p. Acervo de Marili Ferreira.

<sup>658</sup> BARRETO, Maria de Lourdes. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 29/08/2020.

<sup>659</sup> ALAGOAS. Comarca de Delmiro Gouveia. Serviço Notarial e Registral. Registrador- Bel. Adeildo Damasceno Santos – Substituta – Bela. Maria Luciana Leite da Damasceno. Certidão. Livro – “AH” (Registro Geral) nº 7.377, fls. 192/192-v.

Maceió, no dia 29/08/1989, fazem referência a essa disputa, negociação e aquisição. Dentre tais depoimentos, destacamos o concedido por Genivaldo Vieira da Silva, membro do MST/AL, a respeito da Fazenda Lameirão, no qual relata que a propriedade foi adquirida a partir do consenso de interesses entre os proprietários e o governo estadual. Além disso, destacou que o governador Fernando Collor de Mello interferiu na negociação junto aos órgãos fundiários, para que a fazenda fosse adquirida com valor acima do preço equivalente.<sup>660</sup>

A respeito, acrescenta-se que o referido processo de negociação, assim como o da Fazenda Peba, foi procedente de aquisições do governo estadual, por intermédio do Instituto de Terras de Alagoas (ITERAL). Assim, as fazendas em questão não foram desapropriadas, como os(as) trabalhadores(as) sem terra exigiam, elas se desdobraram de um processo de aquisição estadual.<sup>661</sup> Nesse sentido, os preços e formas de pagamento foram enlaçados pelos órgãos fundiários do governo estadual e não da administração federal.

Nessa perspectiva, o valor apontado como superfaturado nos relatórios do SNI, corresponde à articulação de interesses entre o governo estadual e o casal de latifundiários.<sup>662</sup> Os proprietários da Fazenda Lameirão, ambos médicos, também se destacavam em razão deles terem sido prefeito e vice-prefeita do município de Delmiro Gouveia, em mandatos distintos – condição econômica, social e política responsável pelo prestígio dos dois na região e no estado. Ademais, a anuência dos latifundiários contribuiu para saldar a hipoteca da propriedade. Nesse sentido, a aquisição da Fazenda Lameirão não deixou de ser um bom negócio para os já estabelecidos.<sup>663</sup>

Por outro lado, a aquisição da Fazenda Lameirão pelo governo estadual consolidou parte das reivindicações dos(as) trabalhadores(as) rurais sem terra exigidas desde 1988, ainda no processo de reocupação da Fazenda Peba. Desta forma, 1989, ano de lutas, mobilizações e resistência chegava ao fim com dois territórios de assentamentos da reforma agrária no sertão de Alagoas. Deste modo, mesmo com o descumprimento das metas do PNRA, ameaças e perseguições sofridas, a constituição de dois assentamentos significava o florescimento e avanço da luta pela terra a partir do sertão de Alagoas. Nessa sintonia, a fotografia a seguir,

---

<sup>660</sup> AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_90073525\_d0001de0001, 1990, p. 7.

<sup>661</sup> OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019.

<sup>662</sup> AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_90073525\_d0001de0001, 1990, p. 7.

<sup>663</sup> ALAGOAS. Comarca de Delmiro Gouveia. Serviço Notarial e Registral. Registrador- Bel. Adeildo Damasceno Santos – Substituta – Bela. Maria Luciana Leite da Damasceno. Certidão. Livro – “AH” (Registro Geral) nº 7.377, fls. 192/192-v.

ilustra, de modo significativo, um dos primeiros registros do futuro Assentamento Lameirão, em 1989, retratando a visita e reunião dos(as) acampados(as) com a freira Cecília Sodero Pousa e a equipe do STTR/Inhapi.

**Figura 9:** Reunião com as famílias do Lameirão, a comissão do STTR/Inhapi e a freira Cecília, 1989



Fonte: Acervo ACAAL, disponibilizada à autora.

Na fotografia – identificada a partir das contribuições de José Cazuzza Ferreira de Oliveira, participante do Seminário Rural, STTR/Inhapi, CUT, MST, assentado no Lameirão e ex-prefeito de Delmiro Gouveia – da esquerda para a direita, aparecem junto a freira Cecília e aos diretores do STTR/Inhapi: 1, Sr. Deca, do município de Mata Grande, participante da reocupação da Fazenda Peba e acampado no Lameirão; 2, Dona Cristina, de Mata Grande, liderança das CEBs, parteira e benzedeira, considerada figura importante no processo de mobilização para a reocupação da Fazenda Peba e acampada no Lameirão; 3, Neide, de Inhapi, participante das CEBs e do STTR/Inhapi; 4, Tonho, de Inhapi acampado do Peba em 1988; 5, Regiane, filha de Tonho e também participante da reocupação da Fazenda Peba em 1988; 6, Maria da Soledade, de Inhapi, participante da reocupação da Fazenda Peba e assentada no Lameirão; 7, Lourdes, de Mata Grande, participante da reocupação da Fazenda

Peba; 8, Manoel de Aguiar Correia, de Inhapi, participante das CEBs, do STTR/Inhapi, da reocupação da Fazenda Peba e assentado no Lameirão; 9, José Lopes da Silva, de Inhapi, participante da reocupação da Fazenda Peba e assentado no Lameirão; 10, Jucilene Maria da Silva, de Inhapi, catequista, participante dos grupos de jovens, da reocupação da Fazenda Peba, benzedeira e assentada no Lameirão; 11, Edmilson, participante da reocupação da Fazenda Peba e acampado no Lameirão; 12, Mazé, de Inhapi, participante da reocupação da Fazenda Peba e acampada no Lameirão; 13, filha mais nova de Tonho; 14, não identificado; 15, freira Cecília, da Paróquia de Inhapi, assessorava as CEBs e os sindicatos rurais; 16, Cláudio, do STTR/Inhapi e da Secretaria Rural da CUT/AL; 17, João Ricardo de Inhapi e do STTR; 18, Antônia, de Inhapi, participante da reocupação da Fazenda Peba e acampada no Lameirão.

O documento fotográfico em destaque captura a reunião das famílias acampadas na Fazenda Lameirão com o STTR/Inhapi e a freira Cecília, possivelmente uma das últimas atividades da religiosa junto a estes trabalhadores(as), após a transferência de paróquia solicitada à Diocese de Palmeiras dos Índios pelos políticos locais. Além do registro da reunião, a fotografia retrata Maria da Soledade, identificada da esquerda para direita como o número 6, com um documento em mãos – possivelmente a primeira lista de assentados(as) do Lameirão, que, por conseguinte, os(as) acampados(as) compartilharam com os movimentos sociais que os apoiaram. Este documento, é um dos primeiros registros atestando o acesso, posse e direito à terra desejada, disputada e conquistada em Delmiro Gouveia, nas margens do Rio São Francisco, Sertão de Alagoas, para aproximadamente 40 famílias, em 1989.<sup>664</sup>

Segundo Manoel de Aguiar Correia, o processo de constituição do Lameirão começou a partir da criação do Peba, e que os(as) assentados(as) que participaram dessa experiência, eram “crias das igrejas avançadas e do movimento da luta pela liberdade”.<sup>665</sup> Os dois territórios – o Peba e o Lameirão – foram semeados pelas ideias e ações de formação humanista, libertadora e de evangelização dos setores populares da Igreja Católica que, em particular, foram fecundadas pela metodologia da Teologia da Enxada e da Teologia da Libertação. Experiências, movimentos e estratégias que desaguaram na organização de uma nova base sindical rural crítica, ativa, reflexiva e ciente de sua realidade social, política e

---

<sup>664</sup> JST. Nesta luta até o fim. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 87, ano IX, set. 1989, p. 14.

<sup>665</sup> CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

econômica, bem como, consciente de sua identidade campesina, resiliente, resistente e popular.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação desenvolveu um estudo sobre os conflitos, ocupações, reocupações e mobilizações sociais por terra que resultaram na experiência do Assentamento Peba e do Assentamento Lameirão, em Delmiro Gouveia, Alagoas, Sertão do Rio São Francisco, que ocorreu entre os anos de 1982 a 1989. O presente estudo foi fomentado a partir do diálogo intermitente com a bibliografia e as fontes – orais, escritas e fotográficas –, disponíveis. Este diálogo revelou os significados da luta pelo direito de acesso à terra a partir do sertão alagoano, esmiuçou as contribuições de sindicatos, movimentos sociais e dos setores populares da Igreja Católica e, sobretudo, a trajetória, disputas, estratégias, negociações e resistência desses trabalhadores(as) na construção dos referidos territórios.

A pesquisa teve como mote o estudo da História da Questão Agrária no sertão de Alagoas, através dos movimentos sociais e políticos dos(as) trabalhadores(as) rurais que suscitaram as experiências do Assentamento Peba e do Assentamento Lameirão, nas últimas décadas do século XX. Em torno desse interesse, observou-se a contribuição dos setores populares da Igreja Católica, por meio da nova concepção de evangelização e de formação imbuída pela Teologia da Libertação e de um de seus desdobramentos, a Teologia da Enxada. Hipótese confirmada no decorrer da pesquisa mediante a análise das fontes escritas – cartilhas, apostilas e fotos – e das fontes orais que evidenciaram a participação dos setores populares da Igreja Católica, a partir do Seminário Rural, CEBs, Pastoral Rural e da Forania. Trabalho de formação fundamentado metodologicamente pela Teologia da Enxada, que se trata de uma postura e olhar para a realidade social para, em seguida, refletir e observar as perspectivas de mudanças através da organização coletiva, sobretudo, nas áreas rurais.<sup>666</sup>

Este processo de formação desembocou na constituição, de um lado, de uma base sindical crítica e próxima às diretrizes do sindicalismo rural menos burocrático e desatrelado da burocracia estatal. E, de outro lado, no despertar e valorização de um campesinato resistente, a partir do compartilhamento de interesses em comum e organizado social e politicamente.

As fontes escritas e orais destacaram que os(as) trabalhadores(as) rurais vindos dos setores populares da Igreja Católica tomaram parte da chapa de oposição ao sindicalismo rural

---

<sup>666</sup> HOORNAERT, Eduardo. A teologia da enxada depois de quarenta anos depois. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis - RJ: Instituto Teológico Franciscano, vol. 72, n. 288, p. 936- 943, 2012, p. 942.

burocrático e ganharam a eleição do Sindicato dos Trabalhadores/Trabalhadoras Rurais de Inhapi, como também, compuseram os debates que resultaram na germinação das ideias do novo sindicalismo, que emergia nas décadas de 1970/1980, em Alagoas e, em especial, no sertão. Essas constatações sustentam a segunda hipótese levantada a respeito do diálogo dos sindicatos rurais do sertão com as discussões e construção do novo sindicalismo, em particular, com o surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em Alagoas, a partir de meados da década de 1980.

Dentro desta orientação sindical, os(as) trabalhadores(as) rurais sertanejos integraram as discussões nacionais acerca do novo sindicalismo disseminado, em particular, a partir da estrutura organizativa da CUT. O STTR/Inhapi contribuiu para a germinação da mencionada Central em Alagoas, a partir do sertão, assim como, na construção do setor rural da CUT. Além disso, a Central, juntamente com os sindicatos filiados, teceu encaminhamentos a respeito da reforma agrária, tema este que a base dos sindicatos rurais levantava como pertinente naquele período histórico.

A respeito da reforma agrária, a CUT apontou que ela deveria ser massiva e sob o controle dos(as) trabalhadores(as) sem terra. Ademais, deveria ser uma pauta de reivindicação dos(as) trabalhadores(as) do campo e da cidade, pois as mazelas que o monopólio da terra ocasiona é sentido pelo conjunto da classe trabalhadora. E, para isto, apoiou as estratégias e expansão do Movimento Sem Terra, através dos congressos, encontros e ocupações de latifúndios. Esse encaminhamento foi seguido pelos(as) sindicalistas e sindicalizados do STTR/Inhapi, para a ampliação dos debates e ações em defesa da reforma agrária, em particular, no sertão de Alagoas.

Esta proposição foi observada e identificada a partir das fontes escritas – jornais, boletins e registros do SNI – e das fontes orais, que revelaram como os(as) trabalhadores(as) rurais de Inhapi semearam ações responsáveis por suscitar o MST em Alagoas, a partir de 1985. Dentre as primeiras atuações, observou-se a participação de dois trabalhadores no primeiro Congresso Nacional do MST. Estas questões levantadas e discutidas ao longo da pesquisa asseguram também a terceira hipótese, a de que surgiram novas práticas, ações e estratégias de resistência adotadas pelos(as) trabalhadores(as) rurais do sertão de Alagoas a partir do diálogo com dirigentes do MST, em meados da década de 1980.

Frente a este horizonte político e organizativo, os conflitos de terra que já existiam na região passaram a ter um novo tipo de orientação política no contexto da Nova República, em

concomitância com as discussões do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e das ações de mobilização realizadas pela CUT e MST – dentre elas a da necessidade da reforma agrária para consolidar a democracia.

Assim, a eclosão do conflito da Fazenda Peba, em Delmiro Gouveia, em meados de 1986, reuniu as sementes da Teologia da Enxada, cultivada junto ao Seminário Rural, o desgaste das famílias de arrendatários com os proprietários das referidas terras e o surgimento de uma nova proposta sindical e de militância política no sertão de Alagoas. Diferente, inclusive, da reprimida experiência agrária de resistência fomentada, no então município de Água Branca, junto aos camponeses da Serra de Pariconha, no curso das décadas de 1960/1970. Experiência que precisa ter o campo de estudos ampliados, aprofundados e ressignificados, mas que extrapola os objetivos desta pesquisa.

A quarta hipótese levantada sustentou que as experiências que resultaram na construção dos Assentamentos Peba e Lameirão, no município de Delmiro Gouveia, foram cultivadas sob a influência dos setores populares da Igreja Católica, da CUT e do MST. A esse respeito, verificou-se que o conflito da Fazenda Peba, eclodido em 1986 por intermédio e apoio da CUT e do MST, foi denunciado às autoridades, entretanto, mudou o foco da resistência para a ocupação. Assim, em 1987, o conflito desembocou na primeira ocupação de terra realizada pelo MST em Alagoas. Percebe-se, a partir das fontes, que a ocupação foi resultado do acúmulo pedagógico e político, alicerçado em ações e observações intermitentes e reflexivas dos(as) trabalhadores(as) rurais sem terra da região que, em cada conjuntura, avaliavam e traçavam os próximos passos, sempre pelo farol da mudança social e política, através da organização coletiva e compreensão, esta, desenvolvida e estimulada por meio dos princípios metodológicos da Teologia da Enxada.

A resistência, momentaneamente desarticulada do Peba, não tardou a reflorescer novamente em 1988, após a mobilização dos(as) trabalhadores(as) rurais do sertão para a reocupação da referida fazenda. Tal ressignificação alcançou a aquisição de parte do Peba e, posteriormente, a aquisição da Fazenda Lameirão, assentamentos desenvolvidos no contexto do conflito da Fazenda Peba, dos debates acerca do I PNRA, dos debates sobre a Constituição de 1988 e do advento da Nova República.

Em torno dessas balizas, esse estudo enlaça campos de confluência da História Agrária, da História Social e da História do Tempo Presente em Alagoas, a partir do Sertão do Rio São Francisco, desvelando, assim, uma parte do presente histórico que ajuda a

compreender o surgimento do Assentamento Peba e do Assentamento Lameirão, sendo este um passado de conflitos entre latifundiários e arrendatários(as), organização social e política dos(as) trabalhadores(as) rurais e de estratégias em prol da reforma agrária no cenário da Nova República.

Além das hipóteses respondidas ao longo da pesquisa, outras discussões foram suscitadas, dentre elas: a necessidade de estudar a constituição do novo sindicalismo em Alagoas, a partir do sindicato rural de Inhapi; analisar as trajetórias biográficas das lideranças sindicais, dos movimentos sociais do campo e dos militantes dos setores populares da Igreja Católica; compreender o papel da imprensa ou mídias tradicionais em relação aos movimentos sociais do campo, no que consiste à reforma agrária; discutir os desdobramentos da reforma agrária em Alagoas, a partir das experiências do sertão; aprofundar os estudos da vigilância institucional imposta pelo SNI aos movimentos sociais do campo e ao debate da reforma agrária, tomando os registros sobre Alagoas como referência; entre outras questões, inquietações e problemas que precisam ser estudados, conhecidos e aprofundados.

Assim, pelo exposto, o diálogo com o campo de estudo sobre as questões agrárias, em particular sobre o debate da reforma agrária no Brasil no final do século XX, evidência estratégias, experiências e movimentos de resistência dos(as) trabalhadores(as) rurais tanto contra a modernização conservadora da agricultura brasileira e do avanço do capitalismo no campo quanto contra a ordem política estabelecida de base patrimonialista, conservadora e autoritária. Um passado-presente de desmandos, conflitos, embates e resistências. Neste cenário, a disputa sobre a compreensão acerca de acontecimentos, sujeitos e narrativas do passado e do presente são essenciais para a sociedade e fazem parte do ofício de ser historiador(a).

E, para não concluir, recorrendo a Marc Bloch, o historiador não pode se esquivar de estudar temas, problemas e inquietações de seu tempo histórico. O(a) historiador(a), no fazer-se de seu ofício, deve compreender o passado a partir das demandas de seu presente histórico e com os devidos cuidados para não cometer anacronismos.<sup>667</sup> Nessa pesquisa, analisei o meu presente histórico, enquanto historiadora, sertaneja, negra, filha de assentados, cidadã e brasileira. Afinal, como expressou o *JST*, não há democracia de barriga vazia.<sup>668</sup>

---

<sup>667</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou Ofício de Historiador*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002, p. 10.

<sup>668</sup> *JST*. A vitória é certa. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 95, ano IX, jul./ago., 1990, p. 16.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. Índio, capital e terra: o aldeamento do Urucu. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. *et. al.* (org.) *A questão agrária em Alagoas: índios, semterra e canavieiros*. Maceió: CBA editora, 2018.

ALMEIDA, Luiz Sávio. (Org.) *et al. Terra e pastoral em Alagoas: conflito e liberdade*. Maceió: EDUFAL, 2014.

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. *Campesinato e migração em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2017.

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. Mulher de migrante: labor e empoderamento na vida da mulher do sertão de Alagoas. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. (org.) *et al. A questão agrária em Alagoas: índios, semterras e canavieiros*. Maceió: CBA Editora, 2018.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Vozes, 1984.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas Camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da. Para onde foram os sindicatos? do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. *Caderno CRH*, Salvador: UFBA, v. 28, n. 75, p. 511-528, 2015. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/HYrfJQj6S3p4FFg584KTqvt/abstract/?lang=pt> > acesso em 30/04/2021.

ARROYO, Miguel G.; Bernardo Mançano Fernandes. *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/edbasicapopular.pdf> > acesso em 07/09/2021.

ASFORA, Maria de Fátima Yasbeck. *A Força Desarmada presença da Comissão Pastoral da Terra nos conflitos rurais*. Tese de doutorado em Serviço social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Disponível em < [https://www.researchgate.net/publication/327670826\\_A\\_forca\\_desarmada\\_-\\_Presenca\\_da\\_Comissao\\_Pastoral\\_da\\_Terra\\_no\\_nordeste\\_do\\_Brasil](https://www.researchgate.net/publication/327670826_A_forca_desarmada_-_Presenca_da_Comissao_Pastoral_da_Terra_no_nordeste_do_Brasil) > acesso em 12/12/2021.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. *Campo-território: revista de geografia agrária*. Rio Grande do Sul: EDUFU, v. 1, n. 2, p. 123-151, 2006. Disponível em < <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11787> > acesso em 15/05/2020.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. O mundo dos beatos: a força da utopia no nordeste sertanejo. *Ponta de Lança*, São Cristóvão: UFS, v. 13, n. 25, p. 106 – 121, 2019. Disponível em < <https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/12621> > acesso em 21/06/2020.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *Juazeiro do Padre Cícero: a terra da Mãe de Deus*. Fortaleza: Editora Imeph, 2008.

BARROS, Wellington da Silva. A opção pelos pobres como fundamento da missão eclesial nas Conferências de Medellín e Puebla. *Espaços*, São Paulo: Instituto São Paulo de Estudos Superiores, vol. 27, n. 1, p. 69-80, 2019. Disponível em < <https://espacos.itespteologia.com.br/espacos/article/view/576> > acesso em 04/05/2020.

BLOCH, Marc Leopoldo Benjamin. *Apologia a História ou o ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BOLDRIN, Paulo Henrique Martinucci. *Representação sindical dos trabalhadores no atual modelo de organização sindical brasileiro: análise das greves sem a presença do sindicato da categoria*. Dissertação de mestrado em Ciências – Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito. Ribeirão Preto: USP, 2017. Disponível em < [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP\\_44c744486a08b500ada55eedbdbbeabeb](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_44c744486a08b500ada55eedbdbbeabeb) > acesso em 23/05/2021.

BEZERRA, Antonio Alves. *O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus temas: 1981-2001*. Tese de doutorado em História. São Paulo: PUC, 2011. Disponível em < <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/12678> > acesso em 20/12/2019.

BEZERRA, Antonio Alves. O jornal como porta-voz das estratégias e ações do MST. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá: UFM, vol.4, n.1, p. 243 – 267, 2011. Disponível em < <http://ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/97> > acesso em 21/05/2021.

BEZERRA, Osicleide Lima; GERMANO, José Willington. As missões e a experiência religiosa do Padre Ibiapina nos Sertões do Nordeste (1860-1873). *Cronos*, Natal: UFRN, v. 15, n.1, p.138 – 156, 2014. Disponível em < <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/5080> > acesso em 06/05/2020.

BRASIL. *Lei Complementar n° 11*, de 25 de maio de 1971. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp11.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp11.htm) > acesso em 06/11/2021.

BRASIL. Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Acessado em 03/09/2021.

BRUNO, Regina Bruno. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1997.

CABRAL, Luiz Antonio Palmeira. *Planos de Desenvolvimento de Alagoas (1960 – 2000)*. Maceió: EDUFAL, Seplan, Fundação Manoel Lisboa, 2005.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. *Lutas & Resistências*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, v.1, p.146-162, 2006. Disponível em < <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista1aedicao/lr146-162.pdf> > acesso em 20/06/2020.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.) *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, Abdias Vilar de. A Igreja Católica e questão rural agrária. In: PAIVA, Vanilda. (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

CARVALHO, Cícero Péricles. *Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas*. 3º edição. Maceió: EDUFAL, 2008.

CARVALHO, Joelson Gonçalves. Pensamento, política, ações e reações na luta pela terra: reflexões sobre a questão agrária brasileira. In: CEPÊDA, Vera Alves; CARVALHO, Joelson Gonçalves (org.). *A questão agrária no pensamento brasileiro*. São Carlos: Ideias Intelectuais e Instituições - UFSCar, 2016.

CASALDÁLIGA, Pedro. Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e com a marginalização social. Outubro de 1971. Disponível em < <https://www.servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf> > acesso em 13/02/2021.

CASTRO, Maria Elizabeth Ravagnani. *Reforma agrária: crise ou saída para a democracia*. Dissertação de mestrado Administração Pública. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987. Disponível em < <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8838> > acesso em 13/10/2020.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do tempo presente*. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru: São Paulo: EDUSC, 1999.

COELHO, Fábio. O jornal sem terra na organização do MST. *Anais do 30º Simpósio Nacional de História*, Recife: UFPE, 2019. Disponível em < [https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1551967857\\_ARQUIVO\\_TextoCompleto-OJORNALSEMTERANAORGANIZACAODOMST-FabianoCoelho.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1551967857_ARQUIVO_TextoCompleto-OJORNALSEMTERANAORGANIZACAODOMST-FabianoCoelho.pdf) > acesso em 06/11/2021.

COLLETI, Claudinei. Os sindicatos rurais de trabalhadores rurais no Brasil: origem e características fundamentais. *Revista de Direitos Fundamentais*, São Paulo: Unianchieta, v. 1, n. 2, p. 129-149, 2019. Disponível em < <https://revistas.anchieta.br/index.php/DireitosFundamentais/article/view/1521> > acesso em 21/06/2021.

COMBLIN, José. *Padre Cícero de Juazeiro*. São Paulo: Paulus, 2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo*: Brasil 2020. Goiás: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2021. Disponível em < <https://www.cptnacional.org.br/downlods/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14242-conflitos-no-campo-brasil-2020> > acesso em 07/10/2021.

COMITÊ DA BACIA HIDRELÉTRICA DO RIO SÃO FRANCISCO. A região do Baixo São Francisco. Disponível em < [https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/cbhsf\\_blog/a-regiao-do-baixo-sao-francisco](https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/cbhsf_blog/a-regiao-do-baixo-sao-francisco) > acesso em 16/07/2021.

CORRÊA, Ellén Gallerani. *Sindicalismo rural e centrais sindicais no Brasil*: aproximações e disputas nas primeiras décadas do século XXI. Tese de doutorado em Ciência Política. Campinas: Unicamp, 2018. Disponível em < <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333651> > acesso em 25/06/2020.

CORREIA, Telma de Barros. Delmiro Gouveia: a construção de um mito. *Caderno de Estudos Sociais*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, vol. 12, n. 1, p. 25-62, 1996. Disponível em < <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1178/898> > acesso em 16/09/2020.

COSTA, Iraneidson Santos. “Eu ouvi os clamores do meu povo”: o episcopado profético do nordeste brasileiro. *Horizonte*. Belo Horizonte: PUC, v. 11, n. 32, p. 1461-1484, 2013. Disponível em < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2013v11n32p1461/5848> > acesso em 10/05/2021.

COSTA, Iraneidson Santos. Os bispos nordestinos e a criação da CNBB. *Interações – cultura e comunidade*, Belo Horizonte: PUC, v.9 n.15, p. 109-143, 2014. Disponível em < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/P.1983-2478.2014v9n15p109/7090> < acesso em 10/05/2021.

COSTA, Caetano De’Carli Viana. *Sonhos de abril. A luta pela terra e a reforma agrária no Brasil e em Portugal os casos de Eldorado dos Carajás e Baleizão*. Tese de doutorado em Pós – colonialismo e Cidadania Global. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014. Disponível em < <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/25254?mode=full> > acesso em 13/04/2021.

COSME, Claudemir Martins; PEREIRA, Mônica Cox de Britto. A concentração fundiária como uma das faces da contrarreforma agrária no Brasil: a reprodução do latifúndio e do minifúndio no campo alagoano. *GEOgraphia*, Niterói: Universidade Federal Fluminense, vol. 22, n. 48, p. 272-288, 2020. Disponível em < <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/27550/26443> > acesso em 17/04/2021.

COSME, Claudemir Martins. *A resistência do campesinato assentado em uma formação territorial marcada pela contrarreforma agrária*: da luta pela terra à luta para permanecer no território dos assentamentos rurais no Sertão alagoano. Tese de doutorado em Geografia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019. Disponível em < <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/35353> > acesso em 20/02/2020.

COUTINHO, Sérgio Ricardo. Comunidades Eclesiais de Base: presente, passado e futuro. *Interações: cultura e comunidade*, Minas Gerais: PUC, vol. 4, n. 6, p. 173- 185, 2009.

CRUZ, José Vieira da. Vozes do Ser-tão nas Tramas de Mnemósine: fontes orais para a História Contemporânea em Alagoas. In: *Anais eletrônicos do V Encontro Nacional de História da UFAL*. Maceió: UFAL, 2013, p. 832-840. Disponível em < <https://ichca.ufal.br/pesquisa/grupos/historia/centro-de-pesquisa-e-documentacao-historica-cpdhis/anais-de-eventos> > Acesso em 26/07/2021.

CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo: PUC, n.35, p. 253-270, 2007. Disponível em < <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221> > acesso em 25/11/2019.

CUNHA, Joana Tavares Pinto. *De Boletim a Jornal Sem Terra: história, práticas e papel na constituição do MST*. Dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação. São Paulo: USP, 2013. Disponível em < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-17112014-095943/pt-br.php> > acesso em 26/09/2020.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984, p. 115. (Biblioteca do Estudante).

DANTAS, José Ibarê Costa. *Coronelismo e dominação*. 2ª edição revista e ampliada. Aracaju: Criação, 2019.

DELGADO, Guilherme Costa. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do presente e ensino de história. *Revista História Hoje*, Brasil: ANPUH, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013. Disponível em < <https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/90> > acesso em 21/07/2021.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, vol. 21 n. 62, p. 27 - 45, 2006. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/hmKCwD8TRcXqKWDSdteRMhw/?lang=pt> > acesso em 19/05/2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias no Brasil. *Observatório Social de América Latina*, Buenos Aires: CLACSO, n. 24, Ano IX, p. 73-85, 2008.

Disponível em < <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/OUTROS/04mancano.pdf> > acesso em 27/10/2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 – 1999)*. Tese de doutorado em Geografia. São Paulo: USP, 1999. Disponível em < <https://repositorio.usp.br/item/001070540> > acesso em 25/02/2020.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio; CARVALHO FILHO, José Juliano. Constituição vinte anos: caminhos e descaminhos da reforma agrária – embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas). In: *Desenvolvimento rural*, 2009. Disponível em < <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4334> > acesso em 10/04/2021.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis: UDESC, v. 10, n. 23, p. 80 - 108. 2018. Disponível em < <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018080> > acesso em 29/06/2021.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. *Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo*. Dissertação de mestrado em Geografia. São Paulo: USP, 2002. Disponível em < <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04042005-104838/pt-br.php> > acesso em 05/02/2022.

FLEURY, Renato Ribeiro. *Reforma Agrária e Estrutura Fundiária no Brasil: uma análise a partir do I Plano Nacional de Reforma Agrária*. Dissertação de mestrado em Economia. Araraquara: UNESP, 2015. Disponível em < <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/132590> > acesso 18/10/2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 71<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2019.

GAIA, Cristina Rodrigues. *Florescendo na pedra: o ensino superior público federal em Delmiro Gouveia/ Sertão de Alagoas, 2008-2013*. Monografia de conclusão de curso em Licenciatura em História. Delmiro Gouveia: UFAL, 2014.

GRAEFF Lucas; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Maurice Halbwacs: dos quadros sociais à memória coletiva. In: BERDIN, Zilá; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. (org.). *Memória social: revisitando autores e conceitos*. Canoas - RS: Editora Unilasalle, 2018.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. *1989: história da primeira eleição presidencial pós ditadura*. Jundiaí: Pacco Editorial, 2019.

GONZAGA, Luiz; MORAIS, Guio de. *São João do Carneirinho*. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=wF8dwr-6Llc> > acesso em 11/01/2022.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira república: um balanço histórico gráfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 2, n. 4, p. 244 – 280,

1989. Disponível em < <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2287> > acesso em 28/10/2019.

GOLFFMAN, Erving. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019, p. 17. Edição do Kindle.

GUEDES NETO, Adauto. *Teologia da enxada e ditadura militar*: relações de poder e fé no agreste pernambucano entre 1964-1985. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

GUTIERREZ, Gustavo. *A força histórica dos pobres*. Tradução Álvaro Cunha. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos*: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric J. *Sobre história*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOORNAERT, Eduardo. A teologia da enxada depois de quarenta anos depois. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis - RJ: Instituto Teológico Franciscano, vol. 72, n. 288, p. 936- 943, 2012.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Superintendência Regional Alagoas - SR 22: Assentamentos - Informações Gerais*. Atualizado em 31/12/2017. Disponível em < <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> > acesso em 23/06/2021.

JOFFILY, Mariana. Direito à informação e direito à vida privada: os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 25, n. 49, p. 129-148, 2012. Disponível em < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/3766> > acesso em 24/07/2021.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: *Anais eletrônicos do 10º Encontro Nacional de História da Mídia*, Porto Alegre: UFGR, 2015. Disponível em < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/o-jornal-impresso-como-fonte-de-pesquisa-delineamentos-metodologicos/view> > acesso em 15/10/2019.

LIMA, José Carlos da Silva. *Terra, poder e liberdade*: a ocupação de sem terra na flor do bosque. Maceió: EDUFAL, 2016. Disponível em < <http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/1713/1/Terra%2C%20poder%20e%20liberdade%20-%20a%20ocupacao%20de%20sem%20terra%20na%20flor%20do%20bosque.pdf> > acesso em 06/11/2021.

LIMA, José Carlos da Silva. *CPT de Alagoas: uma pastoral em movimento a serviço das famílias empobrecidas do campo*. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. (org.) *et al. A questão agrária em Alagoas: índios, sem terras e canavieiros*. Maceió: CBA Editora, 2018.

LIMA, Lucas Gama. *et al.* Agrotóxicos no Semiárido de Alagoas: agricultura químico - dependente e suas contradições. *Diversitas Journal*, IFAL: Santana do Ipanema/AL, vol.4, n. 3, p.829-847, 2019. Disponível em < [https://periodicos.ifal.edu.br/diversitas\\_journal/article/view/874](https://periodicos.ifal.edu.br/diversitas_journal/article/view/874) > acesso em 14/07/2021.

LIMA, Gislaine Maria Medeiros. *Mulheres e lideranças das organizações sociais e populares de Delmiro Gouveia, Alto Sertão de Alagoas: luta feminina na Cooperativa de Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes – COPPABACS e no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR*. Artigo monográfico Licenciatura em História. Delmiro Gouveia: UFAL, 2020. Disponível em < <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/6801> > acesso em 06/11/2021.

LIMA, Gisele de Oliveira. *Padre sim, mas não a manivela: trajetória de Paulo Tonucci (1966-1994)*. Tese de doutorado em História. Salvador: UFBA, 2016. Disponível em < <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23347> > acesso em 06/11/2021.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOPES, Noêmia de Fátima Silva. *Gênero e poder na pastoral católica da Soledade*. Dissertação de mestrado em Economia Doméstica. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2011. Disponível em < <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/3350> > acesso em 15/01/2021.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

MAIA, Cláudio Lopes. José Gomes da Silva: projeto luta e história. In: MOTA, Márcia; PARGA, Pedro (org.) *Intelectuais e a questão agrária no Brasil*. Seropédica: UFRRJ; Lisboa: Proprietas, 2020.

MEDEIROS, Fernando Antonio Mesquita de. Igreja, esquerda católica e anticomunismo nos anos 1960/70 em Alagoas. In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*, Fortaleza: UFCE, 2009. Disponível em < [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2019-01/1548772190\\_2767c5315e937c13c3bdec1c9bfa5df3.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2019-01/1548772190_2767c5315e937c13c3bdec1c9bfa5df3.pdf) > acesso em 25/04/2021.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão popular, 2001.

MOREIRA, Ruy. O plano nacional da reforma agrária em questão. *Terra Livre*, São Paulo: AGB, n. 1, p. 6-77, 1986. Disponível em < <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/issue/view/5> > acesso em 17/08/2021.

MOREIRA, Crispin. *Vida e luta camponesa no território: casos onde o campesinato luta, marcha e transforma o território capitalista*. Tese de doutorado em Geografia. Belo Horizonte: UFMG, 2008. Disponível em < <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MPBB-7FSLY5> > Acesso em 14/01/2022.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990)*. Recife: CEPE, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no BRASIL (1917-1964)*. Tese de doutorado em História Econômica. São Paulo: USP, 2000. Disponível < <https://repositorio.usp.br/item/001104535> > acesso em 24/06/2021.

NASCIMENTO, Edvaldo Francisco do. *Delmiro Gouveia e o processo educacional desenvolvido no núcleo fabril da pedra, no sertão de Alagoas: (1902- 1926)*. Dissertação de mestrado em Educação. Maceió: UFAL, 2012. Disponível em < <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/6511> > acesso em 06/11/2021.

NEVES, Erivaldo Fagundes. História agrária e história regional na perspectiva socioeconômica. *AGPTEA*, Porto Alegre. Disponível em < <https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/legislacao/artigos/HISTORIA%20AGRA%20E%20HISTORIA%20REGIONAL.pdf> > acesso em 13/01/2022.

OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida. *Jornal Sem Terra: uma avaliação do principal instrumento de comunicação do MST*. *Anais do 7º Encontro Anual da ANDHEP*. Curitiba: UFPR, 2012. Disponível em < <http://andhep.org.br/anais/index.php/8-7-encontro/1-anais-do-7-encontro> > acesso em 16/06/2021.

OTRE, Maria Alice Campagnoli. *A pesquisa acadêmica sobre comunicação popular, alternativa e comunitária no Brasil: uma análise das dissertações e teses produzidas em Programa de Pós-graduação em Comunicação Social entre 1972 e 2022*. Tese de doutorado em Comunicação Social. São Bernado do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015. Disponível em < <http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/1496/2/Maria%20Otre.pdf> > acesso em 29/04/2021.

PEREIRA, Danillo Rangell Pinheiro. *Concepções da história na teologia da libertação e conflitos de representação na igreja católica (1971-1989)*. Dissertação de mestrado em História. Feira de Santana: UEFS, 2013. <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/278> > acesso em 14/04/2020.

PEREIRA, João Márcio Mendes; ALENJETANO, Paulo. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio. *Revista Tempos Históricos*, Paraná: Unioeste, vol. 18, n. 1, p. 73-111, 2014. Disponível em < <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/11098/7920> > acesso em 18/07/2021.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. *Contemporanea, comunicação e cultura*, Salvador: UFBA, v.11, n.01, p. 138-158, 2013. Disponível em < <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf> > acesso em 12/05/2021.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. In: *Anais XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Brasília: UNB, 2006. Disponível em < <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6980> > acesso em 18/05/2021.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese de doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2011. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2011. Disponível em < [https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2011.tese\\_everton\\_picolotto.pdf](https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2011.tese_everton_picolotto.pdf) > acesso em 14/07/2021.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em < [http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf) > acesso em 26/01/2021.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. Mudança religiosa na sociedade secularizada: o Brasil 50 anos após o Concílio Vaticano II. *Contemporânea*, São Carlos: UFSCar, v. 5, n. 2, p. 351 – 379, 2015. Disponível em < <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/349> > acesso em 16/05/2020.

RICCEUR, Paul, 1913. *A memória, a história e o esquecimento*. Tradução; Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIOS, José Artur. Á educação dos grupos. In: IGREJA CATÓLICA. *Abra a porta cartilha do povo de Deus*. 2º ed. Dioceses de Caratinga, Teófilo Otoni, Divinópolis e Araçuaí: Edições Paulinas, 1979.

RIOS, Allyne Jaciara et al. *Inhapi: cidade da gente*. Fortaleza: Didáticos Editora, 2020.

SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2007.

SALLUN JÚNIOR, Basílio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, CEDEC: São Paulo, vol. 82, p. 163-200, 2011. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/ln/a/nF5QWr93FX3GFBf8yXsPWGS/?lang=pt&format=pdf> > acesso em 21/07/2021.

SANTANA, Manoel Henrique de Melo. *Práticas simbólicas: uma análise discursiva de mitos, ritos e prédicas da religiosidade popular*. Maceió: editora CESMAC, 2017.

SANTOS, Marcos Roberto Brito dos. *Padre José Comblin e a Ditadura Militar: religião, discurso e práticas cristãs nos anos de chumbo (1968-1972)*. Tese de doutorado em História. Salvador: UFBA, 2014. Disponível em <

[https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/6\\_padre\\_jose\\_comblin\\_e\\_a\\_ditadura\\_militar\\_religiao\\_discurso\\_e\\_praticas\\_cristas\\_nos\\_anos\\_de\\_chumbo\\_1968-1972.pdf](https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/6_padre_jose_comblin_e_a_ditadura_militar_religiao_discurso_e_praticas_cristas_nos_anos_de_chumbo_1968-1972.pdf) > acesso em 02/02/2020.

SANTOS, Marcos Roberto Brito dos. *Os missionários do campo e a caminhada dos pobres no Nordeste*. Dissertação de mestrado em História. Salvador: UFBA, 2007. Disponível em < <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11491> > acesso em 02/03/2020.

SANTOS, José Carlos Rodrigues dos. *O Sertão em Dirceu Lindoso*. Delmiro Gouveia: Edições Parresia, 2019.

SANTOS, Luciene Gomes. *Quem sou eu, quem somos nós? Conhecendo os processos identitários dos alunos da escola municipal Francisco Pereira Leite da comunidade Serra das Viúvas, Água Branca/Alagoas*. monografia de especialização em Educação no Semiárido. Delmiro Gouveia: UFAL, 2018. Disponível em < <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3638> > acesso em 21/09/2021.

SANTOS, Gileide da Silva. *As sementes crioulas como mediação do processo de resistência camponesa diante da ofensiva do capital mundializado*. Monografia de conclusão de curso em Licenciatura em Geografia. Delmiro Gouveia: UFAL, 2019. Disponível em < <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5148> > acesso em 20/08/2021.

SANTOS, Ramofly Bicalho. História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. *Teias*, v. 18, n. 51, p. 210-224, 2017. Disponível em < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24758> > acesso em 10/10/2021.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular; UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SAUER, Sérgio. *Reforma agrária e o sindicalismo rural: a luta pela terra no “entorno” de Brasília*. Agosto de 1999. Disponível em < <http://www.contag.org.br/imagens/f783cartilhaprojetocutcontagalutapelaterranoentornodebrasilia.pdf> > acesso em 20/06/2020.

SCHALLENMUELLER, Chistian Jecov. *Tradição e Profecia: o pensamento político da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e seu contexto social e intelectual (1952-1964)*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. São Paulo: USP, 2011. Disponível em < [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP\\_07fffce1d4691835b014ea61970b7615](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_07fffce1d4691835b014ea61970b7615) > acesso em 21/07/2020.

SILVA, Amaro Hélio Leite da. Serra dos perigosos: uma experiência de guerrilha no alto sertão de Alagoas (1967). In: *Anais do V Encontro Nordestino de História*, Recife: UFPE, 2004. Disponível em < <http://snh2013.anpuh.org/resources/pe/anais/encontro5/08-hist-mem-indigena/Artigo%20de%20Amaro%20Leite.pdf> > acesso em 21/03/2021.

SILVA, Aline Oliveira da. *Jornal Sem Terra em Alagoas*. Maceió: PPGH/UFAL, 2019.  
SILVA, Aline Oliveira da; CRUZ, José Vieira da. Do assentamento à universidade: perfil do(a)s assentado(a)s da reforma agrária no Sertão do São Francisco, Delmiro Gouveia, Alagoas, 2010-2019. In: *I Encontro Internacional de História do Sertão: A educação e os desafios contemporâneos*. Delmiro Gouveia, AL, 2020. Disponível em < <https://doity.com.br/anais/i-eihs/trabalho/149515> > acesso em 09/07/2021.

SILVA, Aline Oliveira da. *A luta pela terra no sertão do rio São Francisco: a experiência do assentamento Lameirão*, Delmiro Gouveia, Alagoas 1989-2014. Monografia de conclusão de curso em Licenciatura em História. Delmiro Gouveia: UFAL, 2019. Disponível em < <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/5039> > acesso em 20/08/2021.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. *O sindicalismo rural e os caminhos para a autogestão: uma separação do assistencialismo?* Dissertação de mestrado em Serviço Social. Recife: UFPE, 2004. Disponível em < <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9910> > acesso em 26/07/2021.

SILVA, Lemuel Rodrigues. Canudos e Caldeirão: missões abreviadas. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, 2011. Disponível em < [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300847429\\_ARQUIVO\\_CanudoseCaldeirao-Missoesabreviadas.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300847429_ARQUIVO_CanudoseCaldeirao-Missoesabreviadas.pdf) > Acesso em 10/01/2022.

SILVA, Fhelipe Emmanuel Vicente da. *As sementes germinando no sertão: o sindicato dos trabalhadores/trabalhadoras rurais de Inhapi e a gestação do MST em Alagoas, 1985 – 1989*. Artigo monográfico de conclusão de curso em Licenciatura em História UFAL: Delmiro Gouveia, 2019. Disponível em < <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/6482> > acesso em 01/03/2021.

SILVA, José Roberto. Um pouco da história do MST em Alagoas: dos começos até 2017. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.) *et al. Terra em alagoas: temas e problemas*. Maceió: EDUFAL, 2013.

SILVA, Cândido da Costa e. *Roteiro de vida e da morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia*. 2º edição. Salvador: Saggá, 2017.

SILVA, José Graziano. *O que é questão agrária?* 2º edição, 1981. São Paulo: Coleção Primeiros Passos, 1981.

SILVA, Carla Alves. *Um desafio Jeripancó: ensino de história na escola estadual indígena José Carapina, sertão de Alagoas, 2006-2016*. Monografia de conclusão de curso em Licenciatura em Geografia. Delmiro Gouveia: UFAL, 2017. Disponível em < <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5710> > acesso em 21/09/2021.

SOARES, Estevão Firmo. *A Igreja Católica e a luta pela terra no Sertão: história do Assentamento Peba*, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1980 – 1989. Monografia de conclusão de curso em Licenciatura em História. Delmiro Gouveia: UFAL, 2018. Disponível em < <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5778> > acesso em 10/01/2021.

SOBREIRA, Dayane Nascimento; Oliveira, Júlio Ernesto S. de; SILVA, Rafael Sancho C. (Org.) *História Agrária: conflitos e resistências do império à nova república*. Salvador: UFBA, 2020.

SOUZA, Marcelo de Barros; CARAVIAS, José L. *Teologia da Terra*. Tradução: Jaime A. Clasen, Petrópolis: Vozes, 1988.

SOUZA, Ricardo Luiz de. *Festas, procissões, romarias, milagres: aspectos do catolicismo popular*. Natal: IFRN, 2013. Disponível em < <https://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-para-download/festas-procissoes-romarias-milagres-aspectos-do-catolicismo-popular> > acesso em 12/07/2020.

SOUZA, Ney de. Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo: PUC, v. 14, n. 55, p. 39 – 59, 2006. Disponível em < <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/15033/11226> > acesso em 23/02/2021.

SOUZA, Alzirinha. Teologia da Enxada: Evangelização inculturada e inculturante. *Ciberteologia*, São Paulo: Paulinas, n. 38, ano VIII, p. 3-17, 2012. Disponível em < [https://ciberteologia.com.br/images/edicoes/pdf/edicao\\_20200709231134.pdf](https://ciberteologia.com.br/images/edicoes/pdf/edicao_20200709231134.pdf) > acesso em 18/08/2021.

SOUZA, Emerson José Ferreira. “*Vivas ao santo padroeiro das chuvas*”: (re)significações religiosas no culto a São José, Pombal-PB (1950-1980). Monografia em Licenciatura em História. Cajazeiras: UFCG, 2018. Disponível em < <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/4355> > acesso em 19/10/2020.

SUESS, Paulo Guenter. *O catolicismo popular no Brasil: tipologia de uma religiosidade vivida*. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

STEDILE, João Pedro; BEZERRA, Lucas (org.) *Experiências históricas de reforma agrária no mundo*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012.

TARGINO, Ivan. A luta pela terra e os movimentos sociais rurais no Brasil. *Raízes: Revista De Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, vol. 21, n. 1, p. 148 – 160, 2002. Disponível em < <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/188> > acesso em 23/07/2021.

TAVARES, Thiago Rodrigues. A religião vivida: expressões populares de religiosidade. *Sacrilegens*, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 36 – 47, 2013. Disponível em < <https://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2014/07/10-2-4.pdf> > acesso em 21/05/2021.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Tradução: Denise Botmann. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. *Miséria da teoria um planetário de erros uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMSON, Alistair. *Histórias (co) Movedoras: história oral e estudos de migração*. Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH, v. 22, n. 44, pp. 341-364, 2002. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/rbh/a/dfngGLvSg59gjdkV6RdTVw/?lang=pt> > acesso em 20/05/2021.

TSE. *Resultado das eleições de 1986*. Tribunal Superior Eleitoral. Brasília, 1986. Disponível em < <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores> > acesso em 13/04/2021.

VASCONCELLOS, Pedro Lima. Para o futuro e para o fim que não termina: horizontes de Belo Monte de Antonio Conselheiro. *Reflexão*, Campinas: PUC, vol. 40, n. 1, p. 59 – 75, 2015. Disponível em < [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=89&v=cDiUAucEMw&feature=emb\\_title](https://www.youtube.com/watch?time_continue=89&v=cDiUAucEMw&feature=emb_title) >. Acesso em 08/06/2020.

VASCONCELLOS, Pedro Lima. Antonio Conselheiro por ele mesmo. *É Realizações*. Entrevista de lançamento da obra, em 09/06/2017. Disponível em < <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reflexao/article/view/3232> > acesso em 07/05/2020.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos. Por detrás da fuligem dos canaviais há luta de classes. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. (org.) *et al. A questão agrária em Alagoas: índios, semterras e canavieiros*. Maceió: CBA Editora, 2018.

VIEIRA, Samuel Mendes; GONÇALVES, Leandro Pereira. “Plínio, com que roupa eu vou?!”: as roupas como elemento unificador da ação integralista brasileira. *CES Revista*, Juiz de Fora: UniAcademia, v. 24, n. 1, 2010. Disponível em < <https://seer.cesjf.br/index.php/cesRevista/article/view/671> > acesso em 28/03/2021.

VILLA, Marco Antonio. *A história das constituições brasileiras: 200 anos de luta contra o arbítrio*. São Paulo: Texto Editores LTDA, 2011.

VISÃO MUNDIAL. *Nossa história*. Disponível em < <https://visaomundial.org.br/nossa-historia> > Acesso em 26/06/2021.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradução Paulo Henrique Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WOHNRATH, Vinicius Parolin. *Constituindo a Nova República: agentes católicos na Assembleia Nacional 1987-88*. Tese de doutorado em Educação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2017. Disponível em <  
<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/322751> > acesso em 10/06/2020.

### **Fontes jornalísticas, impressas e outros documentos**

BOFF, Leonardo. O governo deve ser desmascarado. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 54, ano V, jul., 1986.

MARTINS, José de Souza. A Reforma Agrária do Dr. Tancredo Neves na “Nova República”. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 42, ano III, fev., 1985.

JST. Terra ocupada. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 80, ano IX, Jan e fev. 1989.

JST. Sem terra não há democracia. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 42, ano III, fev., 1985.

JST. Começa a mobilização. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 40, ano III, nov., 1984.

JST. O maior Congresso pela terra. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 42, ano III, fev., 1985.

JST. As mulheres vão à luta. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 42, ano III, fev., 1985.

JST. Os objetivos foram alcançados. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 42, ano III, fev., 1985.

JST. As exigências do Movimento. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 42, ano III, fev., 1985.

JST. Só faltou o presidente. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 42, ano III, fev., 1985.

JST. A vitória é certa. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 95, ano IX, jul./ago., 1990.

JST. Garantir a aplicação do Plano. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 44, ano IV, jun., 1985.

JST. O governo não faz, nós temos que fazer. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 47, ano IV, set., 1985.

JST. Uma proposta de ação conjunta. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 46, ano IV, ago., 1985.

JST. Continua o agito no campo. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 47, ano IV, set., 1985.

JST. O governo não faz, nós temos que fazer. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 47, ano IV, set., 1985.

JST. Seis meses de espera e uma grande decepção. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 48, ano IV, out- nov., 1985.

JST. Nossas prioridades de organização. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 55, ano V. ago., 1986.

JST. Florisval é o 13.131. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 57, ano V. out., 1986.

JST. Alagoas no Movimento. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 57, ano V. out., 1986.

JST. Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 1981.

JST. Um ano de mentiras. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 57, ano V. out., 1986.

JST. Famílias estão sendo ameaçadas de morte. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 59, ano VI, jan., 1987.

JST. Alagoas no Movimento. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 57, ano V. out., 1986.

JST. Trabalhadores Rurais na Greve Geral. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 59, ano VI, jan., 1987.

JST. O que esperar de 1987? *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 59, ano VI, jan., 1987.

JST. Famílias estão sendo ameaçadas de morte. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 59, ano VI, jan., 1987.

JST. Conquistando o NE. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 59, ano VI, jan., 1987.

JST. Construir o projeto político da classe trabalhadora. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 60, ano VI, fev./mar., 1987.

JST. Debate: 3º Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 60, ano VI, fev./mar., 1987.

JST. Sindicato quer ver política por dentro. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 60, ano VI, fev./mar., 1987.

JST. Em 1987, dificuldades e esperanças. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 60, ano VI, fev./mar., 1987.

JST. Só pressão popular pode mudar os rumos da Constituinte. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 60, ano VI, fev./mar., 1987.

JST. Fazenda Peba. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 62, ano VI, mai., 1987.

JST. Lavradores lotam Praça em Alagoas. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 64, ano VI, jul., 1987.

JST. Resistência: uma lição que posseiros repetem sem cansar. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 67, ano VI, out., 1987.

JST. OAB diz que ocupações são legítimas. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 55, ano V, ago., 1986.

JST. Resistência: uma lição que posseiros repetem sem cansar. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 67, ano VI, out., 1987.

JST. Sem terra ocupam fazenda. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 71, ano VIII, mar., 1988.

JST. Disposição de luta, trabalho e festa este foi o retrato de nosso encontro. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 70, ano VII, fev., 1988.

JST. Resoluções do IV Encontro Nacional. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 70, ano VII, fev., 1988.

JST. Lavradores ocupam secretaria. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 73, ano VIII, mai., 1988.

JST. MST exige negociação. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 77, ano VIII, out., 1988.

JST. Negociação com o MIRAD. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 79, ano VIII, dez., 1988.

JST. Ocupações a vitória da resistência. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 79, ano VIII, dez., 1988.

JST. Mobilização permanente. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 83, ano IX, mai. 1989.

JST. Só os trabalhadores farão a reforma agrária. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 80, ano IX, jan. e fev., 1989.

JST. Terra ocupada. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 80, ano IX, jan./fev., 1989.

JST. Dirigente sindical é preso por apoiar Lula farsa collorida. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 90, ano IX, dez. 1989.

JST. Reunião histórica. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 81, ano IX, mar. 1989.

JST. Nesta luta até o fim. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 87, ano IX, set. 1989.

SILVA, José Graziano. A polêmica Reforma Agrária. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. n. 45, ano IV, jul., 1985.

CUT. Resoluções do congresso. *Jornal da CUT*. n. 1, ano II, 1984.

CUT. Reforma agrária radical. *Jornal da CUT*. n. 1, ano II, 1984.

CUT. *Greve de dezembro de 1986*.

CUT. Terra não se ganha, se conquista. *Boletim Nacional da CUT*. n. 3, ago., 1985.

CUT. *Resoluções do 2º Congresso Nacional da CUT*. Rio de Janeiro, 1986.

CONCLAT. *1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CLASSES TRABALHADORAS (CONCLAT)*. São Paulo: São Bernardo do Campo, 1983.

CUT. Resoluções do CONCLAT. *Jornal da CUT*. Ano I, setembro de 1983.

CUT. Viva a CUT. *Jornal da CUT*. n. 1, ano II, 1984.

IGREJA CATÓLICA. Escola Bíblica do Alto Sertão. *Breve introdução aos mapas*: mapa agrário e mapa político. Inhapi/AL, datilografado, 198[?], s/p. Acervo: Marili Ferreira.

IGREJA CATÓLICA, Escola Bíblica do Alto. *Oitavo assunto*: os profetas. Inhapi/AL, datilografado, 198[?], s/p. Acervo Pessoal: Marili Ferreira.

IGREJA CATÓLICA, Escola Bíblica do Alto Sertão. *Quinto assunto*: a ocupação da terra de Canaã pelos israelitas. Inhapi/AL, datilografado, 198[?], s/p. Acervo Pessoal: Marili Ferreira.

IGREJA CATÓLICA. *Abra a porta cartilha do povo de Deus*. 2 ed. Dioceses de Caratinga, Teófilo Otoni, Divinópolis e Araçuaí: Edições Paulinas, 1979.

IGREJA CATÓLICA, Escola Bíblica do Alto Sertão. *Quarto assunto*: as lições do deserto. Inhapi/AL, datilografado, 198[?], s/p. Acervo Pessoal: Marili Ferreira.

IGREJA CATÓLICA. *Abra a porta cartilha do povo de Deus*. 2º ed. Dioceses de Caratinga, Teófilo Otoni, Divinópolis e Araçuaí: Edições Paulinas, 1979.

IGREJA CATÓLICA. Escola Bíblica do Alto Sertão. *Nono encontro*: a terra de Canaã e o povo israelita são dominados pelos babilônios – o cativo da Babilônia. Inhapi/AL, datilografado, 198[?].

AN/FSNI. Dossiê: Dossiê:

BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_86007457\_d0001de0001.pdf., 1986.

AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_86057812\_d0001de0001.pdf., 1986.

AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_88068826\_d0001de0001.pdf., 1988.

AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_85006810\_d0001de0002.pdf., 1985.

AN/FSAEPR. Dossiê: BR\_DFANBSB\_H4\_MIC\_GNC\_III\_900009044\_d0001de0001.pdf., 1990.

AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_84006181\_d0001de0002.pdf., 1984.

AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_87007746\_d0001de0001.pdf., 1987.

AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_87062176\_d0001de0002.pdf., 1987.

AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_89008557\_d0001de0001.pdf., 1989.

AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_88068826\_d0001de0001.pdf., 1988.

AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_88008251\_d0001de0001.pdf., 1988. PEBA, acampados da fazenda. *Carta*. Delmiro Gouveia, 1988.

AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_88008420\_d0001de0001.pdf., 1988.

AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_90073525\_d0001de0001.pdf., 1990.

AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_89008527\_d0001de0001.pdf., 1989.

AN/FSNI. Dossiê: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_89072395\_d0001de0001.pdf., 1989.

PEBA. Violência e desespero. *Informativo dos Trabalhadores da Fazenda Peba*. Delmiro Gouveia, Alagoas, 1987.

PEBA. Polícia: “posseiros leva é chumbo”. *Informativo dos Trabalhadores da Fazenda Peba*. Delmiro Gouveia, Alagoas, 1987.

PEBA. INCRA oficializa conflito! *Informativo dos Trabalhadores da Fazenda Peba*. Delmiro Gouveia, Alagoas, 1987.

PEBA. Solidariedade. *Informativo dos Trabalhadores da Fazenda Peba*. Delmiro Gouveia, Alagoas, 1987.

PEBA. Violência e desespero. *Informativo dos Trabalhadores da Fazenda Peba*. Delmiro Gouveia, Alagoas, 1987.

PEBA, acampados da fazenda. *Carta*. Delmiro Gouveia, 1988.

### **Fontes orais**

CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

COSTA, Maria Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016.

OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de Oliveira. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019.

OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 19/07/2021.

OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 09/02/2016.

OLIVEIRA, Enoque Ferreira de. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 30/09/2020.

SANTANA, Lourdes. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016.

SILVA, Maria Rosângela dos Santos. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 08/02/2016.

SILVA, Jucilene Maria Aguiar. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/09/2018.

TORRES, José Luiz. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016.

ALAGOAS. Comarca de Delmiro Gouveia. Serviço Notarial e Registral. Registrador- Bel. Adeildo Damasceno Santos – Substituta – Bela. Maria Luciana Leite da Damasceno. Certidão. Livro – “AH” (Registro Geral) nº 7.377, fls. 192/192-v.

ACAAL. Ata de fundação da Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Lameirão, realizada no dia 20 de agosto de 1989. Delmiro Gouveia- AL. Livro 01.

**ANEXOS**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DO SERTÃO  
GEPHISC/NUPEDS

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

Ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura (GEPHISC) e ao Núcleo de Pesquisa, Extensão e Documentação do Sertão (NUPEDS), do Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas

Eu, Manoel de Aguiar Covina  
CPF 383.840.359-15 declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, tanto o áudio quanto o vídeo, previamente autorizados na data de sua realização, ocorrida em 04/09/2020 e transcrita em 05/09/2020 para que pesquisadores vinculados às instituições mencionadas ou sob sua supervisão possam utilizá-la com o objetivo restrito de guarda, análise, investigação, produção e divulgação de conhecimento científico, cultural e/ou pedagógico. Da mesma forma, estendo os limites a terceiros, ficando vinculada a disponibilidade dessa entrevista aos cuidados do Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura (GEPHISC) e ao Núcleo de Pesquisa, Extensão e Documentação do Sertão (NUPEDS), do Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas, que passarão a ter a guarda deste material.

Em conformidade com o exposto, subscrevo o presente documento.

Manoel de Aguiar Covina

Delmiro Gouveia, 14 de 09 2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DO SERTÃO  
CURSO DE HISTÓRIA



### CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

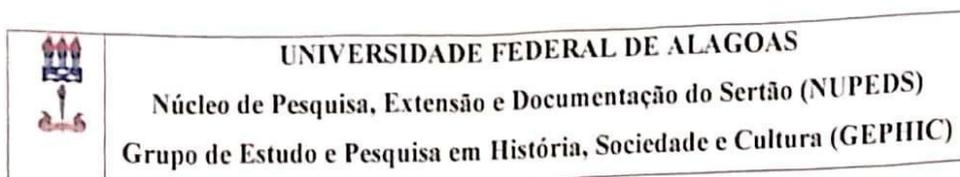
Ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura e ao Centro de Documentação, Imagem, Ensino no Sertão

Eu, José Augusto Ferreira de Oliveira, CPF 376257044-68 declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista filmada, realizada no dia 09/02/2016, e transcrita no dia 25/02/2016 para que pesquisadores vinculados às instituições mencionadas a utilizem com o objetivo **restrito de investigar, produzir e divulgar o conhecimento científico**. Da mesma forma, estendo os limites a terceiros, ficando vinculada a disponibilidade dessa entrevista **Ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura e ao Centro de Documentação, Imagem, Ensino no Sertão**, que passarão a ter a guarda deste material.

Em conformidade com o exposto, subscrevo o presente documento.

José Augusto Ferreira de Oliveira

Delmiro Gouveia, 09 de fevereiro de 2016.



CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS  
(ENTREVISTA)

Ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura (GEPHISC) e ao Núcleo de Pesquisa, Extensão e Documentação do Sertão (NUPEDS), do Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas

Eu, Maria de Lourdes Barretos, CPF 470.205.634-49, autorizo para os devidos fins que o conteúdo, áudio obtido a partir da entrevista concedida em 29/08/2021 com duração de 24 minutos, seja utilizado pelos pesquisadores(as) vinculados às instituições mencionadas ou sob sua supervisão com o objetivo restrito de guarda, arquivamento, catalogação, análise, produção e divulgação de conhecimento científico, educacional e/ou histórico.

Em conformidade com o exposto, subscrevo o presente documento.

Maria de Lourdes Barreto  
Maria de Lourdes Barreto  
CPF: 470.205.634-49

Delmiro Gouveia, 09 de setembro 2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DO SERTÃO  
CURSO DE HISTÓRIA



### CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

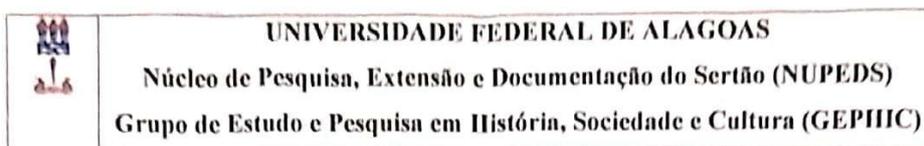
Ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura e ao Centro de Documentação, Imagem, Ensino no Sertão

Eu, Maria Zilma Tavares Costa, CPF 563311934-72 declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista filmada, realizada no dia 26/07/2016, e transcrita no dia 01/08/2016 para que pesquisadores vinculados às instituições mencionadas a utilizem com o objetivo **restrito de investigar, produzir e divulgar o conhecimento científico**. Da mesma forma, estendo os limites a terceiros, ficando vinculada a disponibilidade dessa entrevista Ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura e ao Centro de Documentação, Imagem, Ensino no Sertão, que passarão a ter a guarda deste material.

Em conformidade com o exposto, subscrevo o presente documento.

Maria Zilma Tavares Costa

Maceió, 26 de julho de 2016.



**CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS  
(FOTOS OU DOCUMENTOS)**

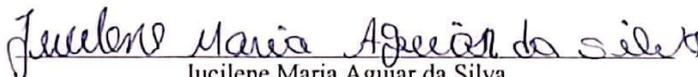
**Ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura (GEPHIC) e ao Núcleo de Pesquisa, Extensão e Documentação do Sertão (NUPEDS), do Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas**

Eu, Jucilene Maria Aguiar da Silva, CPF 041.958.804-05, autorizo para os devidos fins que a(s) foto(s), e/ou documento(s), abaixo relacionados, sejam utilizados pelos pesquisadores(as) vinculados às instituições mencionadas ou sob sua supervisão com o objetivo restrito de guarda, arquivamento, catalogação, análise, produção e divulgação de conhecimento científico, educacional e/ou histórico.

Relação de foto(s), e/ou documento(s):

- 01 – Fotos da cartilha Abra a porta: cartilha do povo de Deus;
- 02 – Fotos da primeira bomba instalada as margens do Rio São Francisco no Assentamento Lameirão;
- 03 – Foto do acampamento na Praça Centenário em 1988;
- 04 – Foto do último dia do acampamento na Praça Centenário em 1988;
- 05 – Foto de batizado coletivo no Assentamento Lameirão;
- 06 – Foto de refeição coletiva no acampamento Peba, 1988;
- 07 – Foto de mobilização na cidade de Delmiro Gouveia;
- 08 – Foto da primeira roça coletiva de palma forrageira no Assentamento Lameirão;
- 09 – Foto de festejo natalino no Assentamento Lameirão.

Em conformidade com o exposto, subscrevo o presente documento.

  
Jucilene Maria Aguiar da Silva  
CPF: 376.257.044-68

Delmiro Gouveia, 17 de julho de 2021.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DO SERTÃO  
CURSO DE HISTÓRIA



### CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

Ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura e ao Centro de Documentação, Imagem, Ensino no Sertão

Eu, Jucilene Maria Aguiar da Silva, CPF 041.958.804-05 declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista filmada, realizada no dia 26/09/2018, e transcrita no dia 01/10/2018 para que pesquisadores vinculados às instituições mencionadas a utilizem com o objetivo **restrito de investigar, produzir e divulgar o conhecimento científico**. Da mesma forma, estendo os limites a terceiros, ficando vinculada a disponibilidade dessa entrevista Ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura e ao Centro de Documentação, Imagem, Ensino no Sertão, que passarão a ter a guarda deste material.

Em conformidade com o exposto, subscrevo o presente documento.

Jucilene Maria Aguiar da Silva

Delmiro Gouveia, 26 de setembro de 2019.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DO SERTÃO  
CURSO DE HISTÓRIA



### CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

Ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura e ao Centro de Documentação, Imagem, Ensino no Sertão

Eu, José Cazuga Ferreira de Oliveira, CPF 376257044-68 declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista filmada, realizada no dia 13/01/2019, e transcrita no dia 20/01/2019 para que pesquisadores vinculados às instituições mencionadas a utilizem com o objetivo **restrito de investigar, produzir e divulgar o conhecimento científico**. Da mesma forma, estendo os limites a terceiros, ficando vinculada a disponibilidade dessa entrevista **Ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura e ao Centro de Documentação, Imagem, Ensino no Sertão**, que passarão a ter a guarda deste material.

Em conformidade com o exposto, subscrevo o presente documento.

José Cazuga Ferreira de Oliveira

Delmiro Gouveia, 13 de janeiro de 2019.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DO SERTÃO  
CURSO DE HISTÓRIA



### CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

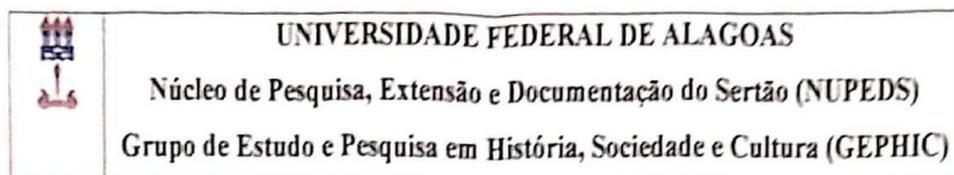
Ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura e ao Centro de Documentação, Imagem, Ensino no Sertão

Eu, maria Rosângela dos Santos Silva, CPF 860422144-04 declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista filmada, realizada no dia 08/02/2016, e transcrita no dia 28/02/2016 para que pesquisadores vinculados às instituições mencionadas a utilizem com o objetivo **restrito de investigar, produzir e divulgar o conhecimento científico**. Da mesma forma, estendo os limites a terceiros, ficando vinculada a disponibilidade dessa entrevista Ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura e ao Centro de Documentação, Imagem, Ensino no Sertão, que passarão a ter a guarda deste material.

Em conformidade com o exposto, subscrevo o presente documento.

Maria Rosângela dos Santos Silva

Delmiro Gouveia, 08 de fevereiro de 2016.

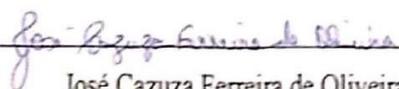


CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS  
(ENTREVISTA)

Ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura (GEPHISC) e ao Núcleo de Pesquisa, Extensão e Documentação do Sertão (NUPEDS), do Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas

Eu, José Cazuzza Ferreira de Oliveira, CPF 376.257.044-68, autorizo para os devidos fins que o conteúdo, vídeo e áudio obtidos a partir da entrevista concedida em 27/06/2020 com duração de 54 minutos, sejam utilizados pelos pesquisadores(as) vinculados às instituições mencionadas ou sob sua supervisão com o objetivo restrito de guarda, arquivamento, catalogação, análise, produção e divulgação de conhecimento científico, educacional e/ou histórico.

Em conformidade com o exposto, subscrevo o presente documento.

  
\_\_\_\_\_  
José Cazuzza Ferreira de Oliveira  
CPF: 376.257.044-68

Delmiro Gouveia, 17 de julho 2021.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Núcleo de Pesquisa, Extensão e Documentação do Sertão (NUPEDS)

Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura (GEPHIC)

**CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS  
(DOCUMENTOS)**

**Ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura (GEPHISC) e ao Núcleo de Pesquisa, Extensão e Documentação do Sertão (NUPEDS), do Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas**

Eu, Marili Ferreira de Oliveira, autorizo para os devidos fins que os documento(s), abaixo relacionados, sejam utilizados pelos pesquisadores(as) vinculados às instituições mencionadas ou sob sua supervisão com o objetivo restrito de guarda, arquivamento, catalogação, análise, produção e divulgação de conhecimento científico, educacional e/ou histórico.

Relação de documento(s):

- Apostilas datilografadas e mimeografadas da Escola Bíblica do Alto Sertão.

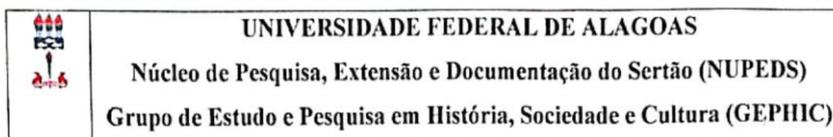
Em conformidade com o exposto, subscrevo o presente documento.

Marili Ferreira de Oliveira

Marili Ferreira de Oliveira

CPF: 008.629.534-99

Delmiro Gouveia, 14 de fevereiro de 2022.

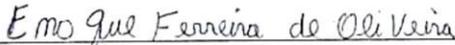


**CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS  
(ENTREVISTA)**

**Ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura (GEPHISC) e ao Núcleo de Pesquisa, Extensão e Documentação do Sertão (NUPEDS), do Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas**

Eu, Enoque Ferreira de Oliveira, CPF 958.151.804-59, autorizo para os devidos fins que o conteúdo, vídeo e áudio obtidos a partir da entrevista concedida em 30/09/2020 com duração de 9 minutos, sejam utilizados pelos pesquisadores(as) vinculados às instituições mencionadas ou sob sua supervisão com o objetivo restrito de guarda, arquivamento, catalogação, análise, produção e divulgação de conhecimento científico, educacional e/ou histórico.

Em conformidade com o exposto, subscrevo o presente documento.

  
\_\_\_\_\_  
Enoque Ferreira de Oliveira  
CPF: 958.151.804-59

Delmiro Gouveia, 11 de novembro 2021.

	<p style="text-align: center;"><b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS</b>  <b>Núcleo de Pesquisa, Extensão e Documentação do Sertão (NUPEDS)</b>  <b>Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura (GEPHIC)</b></p>
---	---

**CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS**  
**(FOTOS OU DOCUMENTOS)**

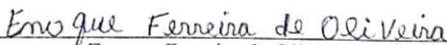
**Ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura (GEPHISC) e ao Núcleo de Pesquisa, Extensão e Documentação do Sertão (NUPEDS), do Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas**

Eu, Enoque Ferreira de Oliveira, CPF 958.151.804-59, na condição de representante legal da Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Lameirão (ACAAL), autorizo para os devidos fins que a(s) foto(s), e/ou documento(s), abaixo relacionados, sejam utilizados pelos pesquisadores(as) vinculados às instituições mencionadas ou sob sua supervisão com o objetivo restrito de guarda, arquivamento, catalogação, análise, produção e divulgação de conhecimento científico, educacional e/ou histórico.

Relação de foto(s), e/ou documento(s):

- 01 – Foto da freira Cecília, equipe do sindicato rural de Inhapi e famílias acampadas no Lameirão;
- 02 – Fotos da colheita de milho;
- 03 – Foto de entrega de peixe tilápia em Delmiro Gouveia;
- 04 – Foto dos tanques-rede de piscicultura no Assentamento Lameirão;
- 05 – Foto da produção de melancia no Assentamento Lameirão.

Em conformidade com o exposto, subscrevo o presente documento.

  
 \_\_\_\_\_  
 Enoque Ferreira de Oliveira  
 Presidente da ACAAL

Delmiro Gouveia, 11 de novembro de 2021.